

A reabilitação urbana e o desenvolvimento das cidades
As intervenções no centro histórico de Santa Maria da Feira

Gilberto da Silva Monteiro

A REABILITAÇÃO URBANA E O DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES

AS INTERVENÇÕES NO CENTRO HISTÓRICO DE SANTA MARIA DA FEIRA

**Universidade Fernando Pessoa
Faculdade de Ciências e Tecnologias**

Curso de Arquitectura e Urbanismo

Porto 2012

A reabilitação urbana e o desenvolvimento das cidades
As intervenções no centro histórico de Santa Maria da Feira

A reabilitação urbana e o desenvolvimento das cidades
As intervenções no centro histórico de Santa Maria da Feira

Gilberto da Silva Monteiro

A REABILITAÇÃO URBANA E O DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES

AS INTERVENÇÕES NO CENTRO HISTÓRICO DE SANTA MARIA DA FEIRA

Assinatura:

Dissertação apresentada na Universidade Fernando Pessoa,
Como parte dos requisitos para obtenção de
Grau de Mestre em Arquitectura e Urbanismo,

Tendo como orientador o Arquitecto Manuel Cerveira Pinto

A reabilitação urbana e o desenvolvimento das cidades
As intervenções no centro histórico de Santa Maria da Feira

Agradecimentos

Quando se estuda e trabalha para atingir um objectivo que se considera essencial, o esforço por enorme que seja, permite chegar sempre a resultados positivos. As mais valias que obtive com a frequência do curso de Arquitectura e Urbanismo ficarão comigo para sempre, como uma das melhores fases da minha vida. Por tudo o que pude aprender nesta etapa posso mesmo dizer que passei a ter uma leitura do que me rodeia muito mais abrangente e que passou a despertar em mim, e cada vez mais, uma curiosidade imensa pelas coisas do mundo e pelas pessoas. Para conseguir este objectivo contei com a colaboração e a ajuda de muitas pessoas. De todos destaco, pela intervenção mais directa, as que a seguir indico.

A Universidade Fernando Pessoa, na figura do corpo docente do curso de Arquitectura e Urbanismo, por mostrarem que estudar nesta Universidade pode ser uma fonte de enorme alegria. Agradeço em particular ao Professor Arquitecto Manuel Cerveira Pinto pelo interesse constante e análises durante as aulas e orientação que permitiu a elaboração deste trabalho final.

Aos serviços de Planeamento, Urbanismo e Projectos da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira por permitirem a consulta e o fornecimento de elementos que foram de uma utilidade essencial para redigir este trabalho. Agradeço também à Biblioteca Municipal de Santa Maria da Feira, local onde recolhi informação que muito me ajudou para este trabalho mas não só, pois permitiu o apoio de forma relevante em todos os trabalhos realizados durante este curso, percurso cujo interesse começou, sem o adivinhar imediatamente, nos longínquos anos em que frequentava o ciclo preparatório nesta cidade.

Por último refiro a atenção da minha família que foi aguentando e amparando ao longo destes anos as minhas ausências e muita indisponibilidade, mas que foi necessária para a realização de todos os trabalhos do curso.

Resumo

O presente trabalho tem como principal objecto de estudo o tema da reabilitação e requalificação do espaço urbano e do edificado arquitectónico inserido nos centros históricos das cidades. Para concretizar estes objectivos apresenta-se como base um enquadramento teórico alargado, que evolui para a análise de um caso prático do projecto de intervenção de reabilitação e valorização pela requalificação do centro histórico da cidade de Santa Maria da Feira.

Recuperar, reabilitar ou requalificar a cidade histórica implica sempre transformar o existente. Mas as intervenções e transformações requerem que se tenha sempre presente a consciência e o conhecimento da dimensão e a responsabilidade da forma como actuar durante todo este processo. É uma verdade que não se pode transformar adequadamente aquilo que não se conhece, e os resultados ficam comprometidos se não forem utilizadas as ferramentas de projecto mais adequadas.

Deste modo, através de uma metodologia que se suporta numa exploração teórica inicial, recolhida de diversos autores e fontes documentais de cartas e recomendações sobre o tema da reabilitação e requalificação dos centros históricos e sua sustentabilidade, é analisado o caso da cidade de Santa Maria da Feira, traduzindo-se este trabalho numa reflexão sobre o modo de se intervir no património edificado mas também, e principalmente, na construção da paisagem dos centros históricos das cidades. A organização do trabalho é quase cronológica nos seus diversos assuntos ou seja toda a componente teórica de enquadramento, a história da cidade de Santa Maria da Feira, a transformação do seu centro histórico pela reabilitação e requalificação e as perspectivas futuras decorrentes deste processo.

Como objectivos pretendeu-se identificar quais são os principais factores intervenientes numa reabilitação urbana e arquitectónica integrada de uma zona histórica, tendo em conta a cultura local, e de que forma esses factores podem ser implementados no desenvolvimento, tentando-se dar indicações para que o futuro não seja arremessado para situações contrárias aos objectivos que se pretendiam obter inicialmente.

Como principais conclusões julga-se que foi possível realizar um adequado enquadramento do tema, com a apresentação da evolução dos conceitos sobre a reabilitação do património, traduzidos em cartas e recomendações, não só arquitectónico como também do espaço urbano dos centros históricos, podendo a análise da transformação operada na cidade de Santa Maria da Feira ser caracterizada e analisada à luz desses conceitos e recomendações, com a identificação dos principais elementos característicos da reabilitação urbana e arquitectónica e formas de actuação sobre o património do centro histórico desta cidade.

Por último, tendo como base os resultados obtidos, apresentam-se algumas perspectivas de evolução futuras, alertando-se para alguns dos riscos que poderão ocorrer, para o que se realizou o exercício de identificar os elementos que deverão merecer a atenção e para os quais se recomendam caminhos simples de soluções futuras.

Palavras-chave: Cidade, Centro Histórico, Reabilitação, Requalificação, Património, Paisagem Urbana, Arquitectura, Sustentabilidade.

Abstract

This work has as main purpose of study the theme of rehabilitation and revitalization of urban space and architectural buildings inserted in historical city centers. To achieve these objectives is presented, based on a broad theoretical framework, the following and described analysis of a case study about the intervention project of rehabilitation and recovery by upgrading of the historic city center of Santa Maria da Feira.

Recover, rehabilitate or redevelop the historic city always involves transforming the existing one. However these interventions and transformations require not only ever-present awareness and understanding of the magnitude but also responsibility about how it works throughout this process. In fact, it's obvious we can't change properly what we don't know, and the results are compromised if we don't use the most appropriated design tools.

In this way, through a methodology that supports a theoretical exploration initial collected from various authors and documentary sources on the subject of rehabilitation and upgrading of historic centres and its sustainability, which will be applied to the case analyzed in the town of Santa Maria da Feira, this work represents a reflection about how to intervene in the built heritage but also and mainly in the construction and organization of the landscape of historic city centres. The organization of work is almost chronological in their various subjects or any component theoretical framework, which is the history of the city of Santa Maria da Feira, the transformation of its historic centre for the rehabilitation and upgrading and the future prospects of this process.

The aim consist in the main factors involved in urban renewal and architectural intended to be integrated in a historic local, having in mind the local culture, and how these factors can be implemented. It's fundamental to give directions for the future, even that appear in directions that are contrary to the objectives aimed initially.

As it was already defended, the main results it is believed that it was possible to perform an adequate framework of the theme, with the presentation of the evolution of concepts on the rehabilitation of heritage, translated in letters and recommendations, not only architectural but

also the urban historic centres, the analysis of the city of Feira are characterized and analyzed in the light of these concepts and recommendations.

In a conclusion way, this analysis was intended to draw some conclusions about the concepts and best modes of action in urban spaces, what worked well, but what has not been as successful, and thus determine simple recommendations ways and future solutions.

Keywords: City, Historic Centre, Rehabilitation, Requalification, Heritage, Urban Landscape, Architecture, Sustainability.

A reabilitação urbana e o desenvolvimento das cidades
As intervenções no centro histórico de Santa Maria da Feira

Índice do texto

1 - INTRODUÇÃO. TEMA DE ESTUDO, METODOLOGIA E OBJECTIVOS	20
1.1 - Introdução e apresentação do tema em estudo.....	20
1.2 - Metodologia adoptada e objectivos pretendidos.....	21
2 - A CIDADE E OS CENTROS HISTÓRICOS	25
2.1 - Habitar a cidade.....	25
2.2 - O crescimento, a forma da cidade e o desenho urbano.....	28
2.3 - O território, as cidades e a importância da sua sustentabilidade.....	41
2.4 - Os centros históricos e a sua importância no desenvolvimento cultural e turístico.....	46
3 - A IMAGEM URBANA, A IDENTIDADE COLECTIVA E O PATRIMÓNIO	49
3.1 - Formas de percepção e caracterização do espaço construído.....	49
3.2 - A paisagem urbana e a sua relação com o património construído.....	53
3.3 - Entre o antigo e a modernidade, a cidade ideal e a valorização da cidade tradicional	56
3.4 - A reabilitação como um processo de desenvolvimento sustentável	61
4 - A REABILITAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DOS CENTROS HISTÓRICOS. OS CONCEITOS, AS CARTAS E AS RECOMENDAÇÕES.....	68
4.1 - Intervir na cidade e sobre o seu património urbano.....	68
4.2 - A reabilitação urbana e arquitectónica.....	70
4.3 - O património, evolução e conceitos através de documentos, cartas internacionais e recomendações.....	75
4.4 - A evolução da abordagem da reabilitação e requalificação dos centros históricos	90
4.5 - Exemplos de intervenções de reabilitação e requalificação urbana em centros históricos de referência	93
5 - AS OPORTUNIDADES E OS RISCOS NA DINÂMICA DE EVOLUÇÃO DA REABILITAÇÃO URBANA DOS CENTROS HISTÓRICOS	104
5.1 - O património como elemento cultural fundamental das sociedades.....	104
5.2 - O turismo cultural e o desenvolvimento das regiões	106
5.3 - A necessária reabilitação das cidades	109
5.4 - Os riscos associados à reabilitação do património.....	114
6 - SANTA MARIA DA FEIRA. HISTÓRIA, CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DA CIDADE.....	117

6.1 - Introdução	117
6.2 - As origens de Santa Maria da Feira	118
6.3 - O núcleo do centro histórico e a evolução urbana e populacional da cidade	122
6.4 - A evolução urbana e o crescimento populacional e económico da cidade.....	127
6.5 - Análise morfológica do centro histórico.....	133
6.6 - A percepção do <i>locus</i> da cidade, os eixos visuais e a importância da imagem da cidade...	135
6.7 - O contexto e a importância da cidade na área metropolitana do Porto e de Aveiro	139
6.8 - Os eventos e as actividades culturais no espaço do centro histórico da cidade	143
7 - AS INTERVENÇÕES DE REABILITAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO NO CENTRO HISTÓRICO DE SANTA MARIA DA FEIRA	149
7.1 - Introdução.....	149
7.2 - Os princípios do ordenamento, reabilitação e requalificação do centro histórico	151
7.3 - As intervenções realizadas em arruamentos, vias e avenidas.....	163
7.3.1 - Ruas de Dr. Elísio de Castro e rua Dr. Roberto Alves, a antiga rua direita	164
7.3.2 - Rua de Dr. Victorino Sá e rua das Fogaceiras	168
7.3.3 - Ruas Dr. António Castro Corte Real e Condes de Fijó	169
7.3.4 - Rua dos Descobrimentos.....	174
7.3.5 - Alameda Dr. Roberto Vaz Oliveira	177
7.4 - As intervenções realizadas em edifícios e monumentos.....	178
7.4.1 - A igreja matriz e o convento dos Lóios.....	179
7.4.2 - A igreja da Misericórdia.....	186
7.4.3 - O solar dos condes de Fijó	189
7.4.4 - As intervenções no castelo	192
7.4.5 - O mercado municipal.....	200
7.4.6 - A biblioteca municipal.....	205
7.5 - As intervenções realizadas nos espaços públicos de largos e praças.....	207
7.5.1 - Praça do Rossio e largo do Convento.....	211
7.5.2 - A Praça da República.....	217
7.5.3 - Praça Dr. Gaspar Moreira.....	225
7.6 - As intervenções realizadas na paisagem natural, jardins e zonas de parque.....	230
7.6.1 - Os jardins e o parque envolvente do castelo	231
7.6.2 - Parque envolvente do rio Cáster	236
7.7 - A cidade após as obras de reabilitação e a requalificação e os principais resultados.....	242

A reabilitação urbana e o desenvolvimento das cidades
As intervenções no centro histórico de Santa Maria da Feira

7.8 - O futuro e o lugar do património na cidade de Santa Maria da Feira.....	248
8 - CONCLUSÕES, PERSPECTIVAS FUTURAS E PONTOS DE REFLEXÃO.....	254
8.1 - Conclusões dos estudos	254
8.2 - Perspectivas futuras e pontos de reflexão.....	256
9 - BIBLIOGRAFIA.....	260

Índice das figuras

Figura 2.1 – Esquisso da cidade de Istambul vista do mar (Corbusier, 1911).....	28
Figura 2.2 – Cidade de Montparzier, Dordonha 1284 e cidade de Aigues-Mortes em 1240 (Pelletier, 1997).....	30
Figura 2.3 – Cidade de Bram Alda segundo o plano cadastral napoleónico (Pelletier, 1997)..	30
Figura 2.4 – Evolução do centro de Bolonha, sobreposição da trama ortogonal romana e da rede de vias Lombardas (Pelletier, 1997).	31
Figura 2.5 – Cidade de Parma (Pelletier, 1997).....	31
Figura 2.6 – A cidade de Roma de Sisto V do arquitecto Dominico Fontana (Pelletier, 1997).	32
Figura 2.7 – Cidade de Lahore no Paquistão e a cidadela que domina a cidade (Pelletier, 1997).	33
Figura 2.8 – O desenho ortogonal da cidade de Mileto (Pelletier, 1997).....	34
Figura 2.9 – Cidade de Timgad na Argélia e fórum principal de Pompeia como exemplos de urbanismo típico romano (Pelletier, 1997).	34
Figura 2.10 – A cidade de Paris de Haussman (Pelletier, 1997).....	35
Figura 2.11 – O urbanismo inglês dos anos 1900 na cidade jardim de Letchworth (Pelletier, 1997).	36
Figura 2.12 – A cidade de Brasília de Lúcio Costa (Pelletier, 1997).	37
Figura 2.13 – Princípios de organização da cidade segundo Corbusier (Escota, 2006).....	37
Figura 2.14 – Le Corbusier e a cidade ideal e funcional de Paris representada no Plano Voisin (Pelletier, 2009).....	38
Figura 2.15 – A organização da cidade linear Soria e Mata (Pelletier, 1997).	39
Figura 2.16 – Sistema de parques proposto por Olmsted para Bóston, (Pelletier, 1997).....	40
Figura 2.17 – Green-belt de Londres, sistema de parques para Londres proposto por Abercrombie (Benevolo, 2006).....	41
Figura 2.18 – Organização e plano verde da cidade de Estocolmo (Google, 2011).....	43
Figura 2.19 – Modelo de desenvolvimento urbano regional de Copenhaga (Google, 2011). ..	43
Figura 2.20 – Integração entre as estruturas da paisagem ecológica e edificada (Magalhães, 2006).	45

Figura 3.1 – Vocabulário de caracterização de experiências sensoriais (adaptado de Nieto, 1992).	49
Figura 3.2 – Vista geral do centro histórico da cidade de Santa Maria da Feira.	52
Figura 3.3 – Vista da cidade de Roma e da praça Navona, a conjugação da arte e da história.	55
Figura 3.4 – Centro de Tóquio, a tecnologia, os espaços delimitados para os peões e a valorização dos meios de locomoção por viaturas automóveis (imagens Google, 2011).	56
Figura 3.5 – Centro de Copenhaga, as pessoas, os espaços para circulação de peões, os veículos de locomoção por bicicleta (Google, 2011).	57
Figura 4.1 – Organização morfológica da cidade de Bolonha no século XIX e do actual centro histórico (Benevolo, 2006).	94
Figura 4.2 – Proposta de 1954 de ordenamento urbano para os bairros de S. Nicolau, Sé e Barredo no Porto pelo Arq.º Marques de Aguiar (Barros, 2006).	95
Figura 4.3 – A Praça da Ribeira antes e depois das obras de reabilitação de 1981 (Barros, 2006).	95
Figura 4.4 – Planta dos arruamentos e das praças reabilitadas na cidade de Guimarães (Barros, 2006).	97
Figura 4.5 – O centro histórico da cidade de Guimarães (CM Guimarães, 2012).	98
Figura 4.6 – Requalificação do centro da cidade do Porto (AI, 2010).	99
Figura 4.7 – Região metropolitana, projecto de via na zona central de Portland e renovação da área de frente litoral de rio (Escota, 2006).	100
Figura 4.8 – A cidade de Munique e as ruas reabilitadas para os peões (Pelletier, 1997).	100
Figura 4.9 – Plano de peatonização das ruas e avenidas do centro histórico de Copenhaga (Escota, 2006).	101
Figura 4.10 – As Docklands em Londres (1981-1985) como expressão do urbanismo ultra-liberal, (Pelletier, 1997).	102
Figura 5.1 – Perspectivas do novo edifício da biblioteca municipal inserido na periferia do actual centro histórico.	110
Figura 5.2 – Organização de temas para desenvolvimento de metodologias de análise e intervenção em centros antigos (adaptado de Candeira, 1999).	112
Figura 6.1 – Os territórios de Santa Maria nos séculos X e XI (Mattoso, 1993).	118
Figura 6.2 – As estradas medievais nos territórios de Santa Maria nos séculos X e XI (Mattoso, 1993).	119

Figura 6.3 – Vista da cidade e castelo de Santa Maria da Feira em 1941 (BMSMF, 2011) e porta norte da alcáçova e sua reconstrução de primitiva porta muçulmana (Barreiros, 2001).	120
Figura 6.5 – O núcleo antigo do centro histórico em foto da actual cidade (Google, 2011).	122
Figura 6.6 – A Rua Direita em desenho de 1781 (LAF, 2006).....	123
Figura 6.7 – Vista da Vila da Feira a partir do castelo no topo Norte da praça em 1908 e em 1940 (BMSMF, 2011).	124
Figura 6.8 – Santa Maria da Feira e a rua Direita em 1904 e em 1915 (BMSMF, 2011).....	125
Figura 6.10 – Perspectiva de toda a cidade no início do século XX, de grande componente rural, observando-se a plantação para o actual parque (BMSMF, 2011).	126
Figura 6.11 – Evolução urbana da cidade em fotografias aéreas dos anos de 1958 e de 2007 (Atlas, 2009).....	128
Figura 6.12 – Crescimento urbano do centro histórico da cidade entre os anos de 1958 a 2007.	129
Figura 6.13 – Manchas de evolução do edificado no centro histórico da cidade de Santa Maria da Feira entre os anos 1958 a 2011.....	130
Figura 6.14 – O núcleo antigo do centro histórico e as principais edificações, monumentos, arruamentos e praças no ano de 2011.....	131
Figura 6.15 – Análise morfológica e física da zona do centro histórico da cidade.	133
Figura 6.16 – Foto da cidade de Atenas e desenho da acrópole de Charles-Édouard Jeanneret, constante do caderno de "Viagem ao Oriente" (Corbusier, 1917).....	135
Figura 6.17 – Perspectiva vista da Igreja da Misericórdia da rua Direita, igreja e convento dos Lóios e castelo (1931), (BMSMF, 2011).....	137
Figura 6.18 – Alinhamentos visuais e principais percursos através do centro histórico.....	138
Figura 6.19 – Enquadramento Europeu, nacional e regional do concelho de Santa Maria da Feira (Atlas, 2009).	139
Figura 6.20 – Comparação da evolução da população de Portugal com a de Santa Maria da Feira (Atlas, 2009).	141
Figura 6.21 – A procissão na festa das fogaceiras (Atlas, 2009) e cartaz da festa das Fogaceiras do ano de 2011.	143
Figura 6.22 – Viagem Medieval na feira do largo do Rossio e castelo (CMSMF, 2011).....	144
Figura 6.23 – Imagens de espectáculos no festival Imaginarius.....	145
Figura 6.24 – Aspectos com a representação de feiras medievais (Duarte, 2007).	147

Figura 7.1 – Levantamento do edificado no alinhamento nascente da Praça da República e da Rua Roberto Alves (Atlas, 2009).....	153
Figura 7.2 – Levantamento do edificado no alinhamento da rua Roberto Alves, Igreja Matriz e Convento dos Lóios (Atlas, 2009).....	154
Figura 7.3 – Levantamento do estado de conservação dos edifícios ao longo da antiga rua Direita	155
Figura 7.4 – Centro da cidade de Santa Maria da Feira (CMSMF, 2011).	159
Figura 7.5 – Planta e corte da zona reabilitada do centro histórico através da antiga rua Direita	163
Figura 7.6 – Levantamento fotográfico da rua Direita, prévio à reabilitação (CMSMF, 2011).	164
Figura 7.7 – Rua Dr. Elísio de Castro em direcção à Praça da República, planta e vista.....	165
Figura 7.8 – Localização e vista da rua Dr. Roberto Alves na década de 1970.....	166
Figura 7.9 – Projecto de reabilitação e vista actual da rua Roberto Alves.....	167
Figura 7.10 – Rua Roberto Alves durante a realização do festival Imaginarius e Viagem Medieval.	167
Figura 7.11 – Planta de localização, projecto e vista actual da rua das Fogaceiras.....	168
Figura 7.12 – Planta de localização e projecto de requalificação da Rua Dr. António Castro Corte Real e dos Condes de Fijó (CMSMF, 2011).....	169
Figura 7.13 – Vista actual da Rua Dr. António Castro Corte Real.....	170
Figura 7.14 – Projecto de reabilitação da rua Dr. António de Castro Corte Real e rua Condes de Fijó, perfis e plantas (CMSMF, 2011).....	170
Figura 7.15 – Planta geral de projecto da rua Dr. António Corte Castro Real. (CMSMF, 2011).	171
Figura 7.16 – Rua António Corte Real. Pormenor de corte transversal construtivo de zona de passeio e estacionamento (CMSMF, 2011).....	172
Figura 7.17 – Rua Condes de Fijó. Pormenor de corte transversal construtivo de zona de passeio e estacionamento (CMSMF, 2011).....	173
Figura 7.18 – Planta, vista geral da actual rua dos Descobrimentos e aspecto da viagem medieval no desenvolvimento da rua.....	174
Figura 7.19 – Aspecto do desenho e dos materiais utilizados no revestimento da rua dos Descobrimentos.....	174

Figura 7.21 – Planta geral do projecto da rua dos Descobrimentos e materiais utilizados (CMSMF, 2011).....	175
Figura 7.22 – Corte construtivo transversal da rua dos Descobrimentos com via, estacionamento, passeio e caldeira (CMSMF, 2011).	176
Figura 7.23 – Planta de localização e vista da alameda Dr. Roberto Vaz Oliveira.	177
Figura 7.24 – Igreja matriz e convento dos Lóios numa imagem de 1915 (BMSMF, 2011).	178
Figura 7.25 – Planta de localização e vista do conjunto da igreja matriz e do convento dos Lóios na década de 1980 (CMSMF, 1999).	179
Figura 7.26 – Vista da Igreja e do convento dos Lóios após a reabilitação.	180
Figura 7.27 – Convento dos Lóios e claustro interior. Plantas dos pisos 1 e 2 do projecto de reabilitação do convento dos Lóios para Museu Municipal (SMF, 2011).	183
Figura 7.28 – Convento dos Lóios e claustro interior. Alçados e cortes do projecto de reabilitação do convento dos Lóios para Museu Municipal (SMF, 2011).	183
Figura 7.29 – Convento dos Lóios, interior do claustro e nova edificação para extensão do museu.....	184
Figura 7.30 – Planta de localização e vista actual da igreja da Misericórdia.....	186
Figura 7.32 – Vista da Rua Direita e chafariz da igreja da Misericórdia.	187
Figura 7.33 – Vista do Solar dos Condes de Fijó e zona de parque após a reabilitação	188
Figura 7.34 – Vista da zona exterior de lazer do solar dos Condes de Fijó após a reabilitação e frente para o parque do rio Cáster.....	189
Figura 7.35 – Projecto de reabilitação e requalificação do solar dos Condes de Fijó (CMSMF, 2011).	190
Figura 7.36 – Projecto de reabilitação e requalificação do solar dos Condes de Fijó (CMSMF, 2011).	191
Figura 7.37 – O arranjo urbanístico da envolvente do Castelo da Feira a ser realizado no início da década de 1940 (Barreiros, 2001).	192
Figura 7.38 – Principais fases da transformação do castelo de Santa Maria da Feira (Barreiros, 2001).	193
Figura 7.39 – Vista do paço dos Condes da Feira que foi demolido em 1929 (Barreiros, 2001).	194
Figura 7.40 – Vista da Capelaria antes de 1929 e em 1945 após as intervenções da Comissão de Vigilância e DGEMN (Barreiros, 2001).....	194
Figura 7.41 – Planta de localização e vista da cidade a partir do castelo.....	195

Figura 7.42 – Projecto de execução de arranjos exteriores e interiores no castelo (CMSMF, 2011).	196
Figura 7.43 – Projecto de execução na torre de menagem do castelo (CMSMF, 2011).	197
Figura 7.44 – Remodelação efectuada no exterior e interior do castelo de Santa Maria da Feira.	198
Figura 7.45 – Corte transversal (DGEMN, 1931) e vista (A) da remodelação efectuada no espaço interior do salão nobre do castelo de Santa Maria da Feira.	198
Figura 7.46 – Planta de localização e foto da zona do mercado previamente á realização das obras de requalificação da rua dos Descobrimentos (BMSMF, 2011).	199
Figura 7.47 – Vistas actuais do exterior e interior do mercado municipal.	200
Figura 7.48 – Actuais mosaicos desenhados com pequenas pedras e distribuídos pelo chão do mercado.	201
Figura 7.49 – Mercado Municipal de Fernando Távora. Planta geral (Trigueiros, 1993).	202
Figura 7.50 – Mercado Municipal de Fernando Távora. Cortes A-A e B-B (Público, 2011).	203
Figura 7.51 – Mercado Municipal de Fernando Távora. Cortes (Público, 2011).	204
Figura 7.52 – Biblioteca de Santa Maria da Feira, localização e vistas gerais.	205
Figura 7.54 – Localização e formas das diversas praças em Santa Maria da Feira.	208
Figura 7.55 – Praça do Rossio e rua Dr. António Castro Corte Real na década de 1930 e largo do Convento e rua Dr. Roberto Alves na década de 1970 (BMC MF, 2011).	210
Figura 7.56 – Localização e vista da actual praça do Rossio (BMSMF, 2012).	211
Figura 7.57 – Vista do chafariz e de beiral em azulejos em edifício no largo do Convento.	212
Figura 7.58 – Planta geral da praça do Rossio (CMSMF, Departamento de Urbanismo, 2011)	213
Figura 7.60 – Vista do rio Cáster e da praça do Rossio previamente às obras de reabilitação.	214
Figura 7.61 – Praça do Rossio, desenho geral em planta e corte (CMSMF, 2011).	216
Figura 7.62 – Praça do Rossio e levantamento geral das árvores e dos perímetros dos troncos	216
Figura 7.63 – A praça da República e os paços do concelho em imagem da década de 1930 (BMSMF, 2012).	217
Figura 7.64 – Vista da praça da República na década de 1980, da zona a norte e do chafariz (CMSMF, 2011).	218

Figura 7.65 – Aspectos da praça da República e da Rua Dr. Roberto Alves antes da intervenção (BMSMF, 2011).	219
Figura 7.66 – Projecto de reabilitação e requalificação da praça da República (1), praça Gaspar Moreira (2) e inserção com a rua Direita e rua Dr. Roberto Alves (CMSMF, 2011).	220
Figura 7.67 – Actual praça da República, planta (CMSMF, 2011) e aspectos da praça.....	221
Figura 7.68 – Aspectos gerais da Praça da República após a requalificação.....	222
Figura 7.69 – Imagens de pormenor do chafariz da praça da República.....	223
Figura 7.70 – Praça da República e imagem do Imaginarius durante o ano de 2005.....	223
Figura 7.71 – Imagem de utilização das plataformas da praça.	224
Figura 7.72 – Desenho pré-existente da Praça Dr. Gaspar Moreira (CMSMF, 2011)	225
Figura 7.73 – Novo desenho da Praça Dr. Gaspar Moreira (CMSMF, 2011) e aspectos da praça reabilitada.	227
Figura 7.74 – Pormenores do novo desenho da praça Dr. Gaspar Moreira (CMSMF, 2011).	227
Figura 7.75 – Edifício da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira do Arq. Viana de Lima.	228
Figura 7.76 – A praça Dr. Gaspar Moreira durante a realização da viagem medieval em 2006.	229
Figura 7.77 – Os espaços verdes de jardins e de parque na área do centro histórico.....	231
Figura 7.78 – Esquisso com o conceito da intervenção para a área envolvente do castelo (Lopes, 2004).	232
Figura 7.79 – Zona envolvente do Castelo com manchas do construído e não construído e projecto para o parque envolvente do castelo (Lopes, 2004).....	233
Figura 7.80 – Reabilitação da área envolvente do castelo e parque, estruturas de apoio não criadas (Lopes, 2004).....	234
Figura 7.81 – O parque do rio Cáster e a utilização pela população.	236
Figura 7.82 – Esculturas urbanas no parque do rio Cáster durante a edição do Imaginarius de 2012.....	237
Figura 7.83 –Ponte pedonal que liga a praça do Rossio sobre o rio Cáster à zona de parque.	238
Figura 7.84 – Conjunto escultórico alusivo às tradições e festa das Fogaceiras (CMSMF, 2005)	239
Figura 7.85 – Projecto de remodelação futura do parque do rio Cáster (CMSMF, 2005).....	241

Figura 7.86 – Grau de importância da viagem medieval (Oliveira, 2009).....	245
Figura 7.87 – Vista actual do centro histórico a partir da igreja da Misericórdia.....	250
Figura 7.88 – Proposta de zona histórica alargada e trajectos pedonais de interligação entre edifícios históricos, espaços públicos e paisagem natural.....	251
Figura 7.89 – Dança de camponeses na idade média após uma ida à feira (Duarte, 2007). ..	252

1 - INTRODUÇÃO. TEMA DE ESTUDO, METODOLOGIA E OBJECTIVOS

1.1 - Introdução e apresentação do tema em estudo

O presente trabalho desenvolve-se em torno do tema da recuperação e reabilitação do espaço urbano e do edificado arquitectónico e centra-se na análise do exemplo do projecto de reabilitação e requalificação realizado no centro histórico da cidade de Santa Maria da Feira.

O objecto de estudo a desenvolver nesta dissertação decorrerá sobre a análise das possibilidades de intervenção arquitectónica, de reabilitação, valorização e construção, no património urbano construído nos centros históricos, e assim aprofundar os princípios e as metodologias com o estudo de casos de intervenções em conjuntos arquitectónicos e edificações existentes em zonas históricas, sendo o caso em análise a reabilitação e a requalificação do centro histórico de Santa Maria da Feira, enquanto unidade morfológica da formação desta cidade e que é caracterizada por possuir uma paisagem urbana natural e construída singular.

Através de uma metodologia que se suporta numa exploração teórica inicial, recolhida de diversos autores e fontes documentais sobre o tema da reabilitação e requalificação dos centros históricos e sua sustentabilidade, o presente trabalho traduz uma reflexão sobre o modo de se intervir no património edificado mas também na construção da paisagem dos centros históricos das cidades, tendo-se como caso de análise o centro histórico da cidade de Santa Maria da Feira.

Para esta cidade pretende-se analisar a evolução e as fases de reabilitação e requalificação urbana e arquitectónica que decorreram nesta cidade durante as últimas décadas e realizadas nos diversos núcleos que constituem a zona histórica. Como resultado pretende-se avaliar qual foi o grau de realização e o benefício, principalmente para os habitantes da cidade na utilização das várias funcionalidades de habitar e de viver neste território originadas pelas obras realizadas. Numa análise final, e tomando como exemplo os resultados obtidos em casos de reabilitações semelhantes citados na bibliografia consultada, realiza-se um exercício,

arriscado, de previsão de eventuais riscos associados a este tipo de reabilitações, sugerindo-se algumas alternativas, que se entenderam possíveis no âmbito deste estudo, como perspectivas para reflexão futuras.

Na organização deste trabalho pretendeu-se que este fosse desenvolvido e apresentado segundo uma lógica de análise dos aspectos gerais dos conceitos da reabilitação e requalificação para o caso particular do centro histórico da cidade estudada, resultando uma evolução dos conteúdos ao longo dos vários capítulos com uma lógica quase sequencial, e que, através de uma expressão comum, se pode exprimir na ideia popular de que “*umas coisas levam às outras*”.

Os conceitos e as formas de intervenção no património construído e também na paisagem evoluíram claramente ao longo dos dois últimos séculos. Para o futuro os conceitos actuais que não estão dissociados de toda a história passada, e que portanto caminharão juntamente com os conceitos mais clássicos, evoluirão para outras sensibilidades, necessidades ou vontades que, quanto mais não seja serão condicionadas pelo que o nosso planeta permite oferecer, originando que o tema da sustentabilidade seja cada vez mais a variável fundamental.

Para este trabalho desenvolveu-se um conjunto de actividades sistemáticas e lógicas tendo em vista, pelo percurso inicialmente traçado, alcançar os objectivos inicialmente definidos e que numa primeira fase pareceram muito vastos. Mas pesquisar é uma actividade que exige estudo, disciplina, rigor e fiabilidade na análise e no processamento dos dados, tendo-se sempre como objectivo esperançoso o de se produzir conhecimento útil e por vezes original, e com a sensibilidade de que os resultados que se pretendem alcançar poderão ter utilidade futura.

1.2 - Metodologia adoptada e objectivos pretendidos

Para a elaboração do trabalho de dissertação seguiu-se uma metodologia que, numa fase inicial, consistiu em desenvolver um conjunto de actividades de pesquisa que permitiram obter elementos de base para dar início ao trabalho e aos objectivos traçados, com início na procura e recolha de elementos em diversas fontes, destacando-se as publicações consultadas

na biblioteca municipal, nomeadamente em arquivos fotográficos, na câmara municipal de Santa Maria da Feira, em gabinetes que participaram na elaboração de estudos e acompanhamento das obras realizadas nesta cidade, e também de diversas pesquisas da bibliografia para fundamentação teórica e fontes diversas. No estudo seguiram-se algumas obras de referência fundamentais, que são citadas na bibliografia, mencionando-se de Pelletier e Delfante, *“Cidades e Urbanismo no Mundo”*, de Kevin Lynch os livros *“A Imagem da Cidade”* e *“A Boa Forma da Cidade”*, de G. Cullen a publicação *“Paisagem Urbana”*, de Ressano Lamas o livro *“Morfologia Urbana e Desenho da Cidade”* e de Françoise Choay a *“Alegoria do Património”* e *“As Questões do Património”*.

Na metodologia seguida procurou-se também o apoio numa fundamentação teórica constante em todas as recomendações e cartas publicadas por diversas entidades sobre a conservação e reabilitação do património, que são resumidamente apresentadas, e que se procurou enquadrar com a análise do exemplo de estudo.

Para a cidade em análise procedeu-se assim à realização de pesquisas nos arquivos municipais, nos arquivos da biblioteca e nos serviços de obras e planeamento de Santa Maria da Feira, na base de dados do IPPAR e nos gabinetes de projectos ligados à execução do plano de requalificação mais recente do centro histórico de Santa Maria da Feira. Com base nos elementos recolhidos nestas pesquisas caracterizaram-se as principais obras e identificam-se os objectivos associados à reabilitação e requalificação do centro histórico, assim como as novas estruturas culturais que passaram a existir na cidade e que permitiram proporcionar actividades culturais e de lazer nos lugares e arruamentos dos diferentes espaços e núcleos habitacionais do centro histórico, preservando-se assim a memória da cidade e da indissociável região em que esta se insere.

Procurando sintetizar uma ideia pode-se dizer que o estudo pretende analisar como refere (Costa, 2003) *“A transformação da cidade a partir da reabilitação do património urbano e arquitectónico e identificação dos principais factores que a esse objectivo permitem chegar.”*. Desta análise pretendeu identificar princípios elementares de actuação, ou de consciente não actuação, que foram seguidos na cidade de Santa Maria da Feira e que poderão ser aplicados em outros casos, nomeadamente noutros casos de cidades portuguesas.

A organização e os objectivos que se pretenderam alcançar foram assim os seguintes:

- Numa primeira parte expõe-se o aprofundamento dos conceitos sobre o que é o património e a sua reabilitação, nomeadamente a constatação de que todas as cidades, vilas, aldeias possuem um centro histórico e que esse centro histórico é para a maioria dos casos a “*imagem da cidade*”; quais os conceitos associados a estes temas e como evoluíram ao longo do tempo e os documentos que suportam essa evolução como sejam as cartas, recomendações, e quais os organismos que zelam pelo património;
- A caracterização dos trabalhos de reabilitação e requalificação urbana e arquitectónica no centro histórico da cidade de Santa Maria da Feira, nomeadamente sobre o edificado, monumentos e espaço público, com a descrição comparativa entre a situação pré-existente e as obras realizadas;
- A avaliação dos impactos que essas obras e a identificação dos principais aspectos positivos que foram observados e em que medida contribuíram para o desenvolvimento da região;
- A avaliação de síntese após a reabilitação e a identificação de perigos que possam vir a ocorrer, e por último;
- A tentativa e proposta de caminhos a seguir para que este processo de requalificação e manutenção da cidade possa progredir para novos patamares de qualidade.

Neste sentido entende-se que a escolha deste tema apresenta um enorme interesse, uma vez que é possível considerar que essas intervenções constituíram um enorme benefício para a cidade e permitiram criar uma revigorada imagem da cidade, destacando-se a projecção conseguida a nível cultural, económico e turístico, para além da melhoria da qualidade de vida e outras mais valias como a sustentabilidade associada à preservação do património natural e edificado. Com este trabalho pretendeu-se também recolher, analisar e apresentar todo o trabalho que foi feito na cidade, procurando-se que estes estudos possam servir como elemento útil para futuros estudos e trabalhos práticos noutros locais.

O presente estudo de dissertação é deste modo composto por oito capítulos. No primeiro capítulo de introdução é apresentado o tema em estudo, principais objectivos e metodologias seguidas, no segundo capítulo estuda-se a relação da cidade com os seus centros históricos, concluindo-se que estes são, para a maioria dos casos, a imagem mais forte da própria cidade.

No terceiro capítulo releva-se a importância da identidade colectiva associada ao património e à imagem urbana. No quarto capítulo são apresentadas as cartas e recomendações sobre o património e, com o propósito de fundamentar este estudo e a investigação que foi realizada, são apresentados os conceitos e noções fundamentais do património, a evolução das diferentes formas de intervenção e a importância da preservação da memória colectiva, a noção da imagem do local que o património permite transmitir e a relação com a qualidade da vida urbana. No capítulo quinto apresenta-se o património como elemento fundamental inserido numa lógica do turismo e da actividade cultural e algumas questões de reflexão sobre os perigos que poderão ocorrer com a valorização do património.

No sexto capítulo caracteriza-se a cidade de Santa Maria da Feira como caso de estudo, as características e história do local, a localização geográfica e a evolução da população no concelho e na cidade, as acessibilidades ao concelho e à cidade, principais aspectos da economia local, as principais actividades de turismo, com a descrição dos principais eventos que se realizam na cidade, sendo apresentado no capítulo sete os trabalhos de reabilitação e requalificação realizados recentemente na cidade, sua análise e discussão. Por último no oitavo capítulo apresentam-se as conclusões e recomendações deste estudo e alguns pontos de reflexão futura.

2 - A CIDADE E OS CENTROS HISTÓRICOS

“O território é um depósito de história mas também um recurso insubstituível, um material vital para a construção do futuro. É um produto de inter-relações, de uma multiplicidade de trajectórias, e um campo aberto na medida em que o futuro não está definido. A nossa capacidade colectiva para influenciar o futuro advém, em larga medida, do esforço que desenvolvemos para o estudar.”

(Lynch K., in “A Imagem da Cidade”, 1960)

2.1 - Habitar a cidade

A história do crescimento e do desenvolvimento das cidades é o resultado de um processo complexo criado pelos seus habitantes e pelas sociedades e culturas que a frequentam. Este crescimento processa-se ao longo do tempo, por vezes ao longo de séculos, nos quais a formação das cidades no seu conjunto arquitectónico e urbano reflecte de forma singular os processos sociais e culturais, constituindo por este motivo um testemunho da memória e da identidade dos seus habitantes.

A composição das cidades resulta sobretudo, e na maioria dos casos, de processos de junção de partes a um núcleo original primitivo ou pré-existente, sem que tenha havido em fases posteriores um controlo no seu traçado e na sua morfologia. Mas há casos em que esse crescimento foi planeado. Talvez um dos momentos da história onde o crescimento da cidade se manifestou de modo mais notável tenha sido no planeamento das cidades da renascença e do barroco. Nessas épocas da criação conseguiu-se uma imagem excepcional na visão do ordenamento para as cidades que foi *“...a noção da extraordinária elaboração estética de um espaço fragmentado e com uma dimensão de temporalidade, ao qual a cidade podia dar lugar, levando a arquitectura até aos limites alcançados pela música ou pela poesia.”* (Pelletier, 1997).

Tem-se um sistema de ordem que se reflecte na arte e na arquitectura. As características deste sistema são a presença de um centro, de uma hierarquia e a visão do horizonte e do infinito, a ideia da perspectiva e do cenário. Há a forma escultórica, o efeito da luz, a relatividade da

percepção do longe e do perto, e todos estes aspectos apresentam uma comunicabilidade e relação entre si.

Este processo aparece no crescimento da cidade em Santa Maria da Feira, mas como um processo natural, mas também planeado, decorrente da relação entre a origem da cidade, a paisagem e a evolução da cidade. Assim, e como refere (Magalhães, 2001):

“As cidades tradicionais são resultantes de um processo longo e contínuo de crescimento em que a malha é caracterizada por um conjunto de morfologias bastante diferenciadas e representativas de diversos modelos bem articulados de forma a constituir um contínuo urbano. O processo de crescimento dessas cidades pode ser entendido como orgânico, na medida em que a forma da cidade no seu conjunto não foi fruto de uma acção de planeamento ou de desenho, mesmo que pequenas parcelas o tenham sido. A forma da cidade é mais casual do que intencional uma vez que resulta do conjunto das várias partes.”

Verifica-se assim que as cidades contêm um património construído ao longo de séculos que encerra a identidade das sociedades. A importância dada ao património arqueológico e arquitectónico processou-se numa fase inicial através da preservação dos monumentos de maior conteúdo histórico e gradualmente, com o evoluir dos conceitos de valorização, preservação e reabilitação do património, foi-se alargando para outras zonas do território construído tais como os centros históricos das cidades, o património rural, o património industrial e os jardins históricos.

A atenção sobre áreas mais alargadas provém de forma significativa das rápidas alterações urbanísticas das cidades e do meio ambiente, que se observaram e continuam a observar. Actualmente a definição do que é património vai desde o monumento isolado até aos conjuntos edificados e às paisagens culturais, contemplando também aspectos imateriais e mais impalpáveis da actividade humana na Terra.

O ser humano durante toda a sua existência só tem verdadeiramente necessidade de duas coisas, de amor e de se sentir bem no espaço em que habita. Contudo, estas verdadeiras necessidades são muitas vezes pouco pensadas e principalmente ocultadas nos seus múltiplos

aspectos, como se da interposição de um biombo se tratasse. Se a primeira necessidade, sendo a mais importante, pode estar mais presente e em diversos locais ao longo da vida, o espaço onde em que se habita permanece como maior constante e mais difícil de se tornar mutável.

Actualmente procura-se a qualidade de vida dos cidadãos através da reabilitação dos centros históricos, no aparecimento de indústrias culturais e criativas, na reabilitação e nos percursos e usos da modernidade, procurando-se nos processos de reabilitação criar pontos focais importantes, como por exemplo cafés, museus, mercados, igreja, as praças, a valorização das paisagens e os percursos.

Assim o que é que um habitante ou mesmo um visitante pretende de uma cidade? A resposta pode ser muito diversa, tal como a definição do simples habitar ou do que se pretende do turismo. Mas é possível dizer que as razões para habitar, ou para o tipo de turismo, que as cidades permitem, resultam das motivações e das intenções dos seus habitantes e viajantes perante o que esperam que a cidade ofereça, da surpresa que estará à espera, podendo-se então reconhecer uma enorme variedade e diversidade dos motivos que levam as pessoas a habitar e a viajar (Oliveira, 2009). Mesmo os habitantes da cidade viajam na sua própria cidade e esta possibilidade é o que permite, de modo fundamental, que esta se mantenha viva e dinâmica.

Tal como refere (Lynch, 1960) a legibilidade do espaço urbano é muito importante para a definição da imagem de uma cidade. A cidade legível é facilmente apreendida, absorvida e perceptível, podendo essa imagem constituir um forte significado social. Também, a cidade tradicional antiga, construída ao longo do tempo, sobre o seu passado e com o desejo de futuro, apresenta espaços interiores que, podendo parecer inteligíveis, se encontram muitas das vezes ordenados pela paisagem e conseqüentemente por uma “...*perspectiva euclidiana num todo racional*” (Pelletier, 1997). Estes aspectos permitem gerar uma identidade própria, quase sempre poética e, por estas razões, uma cidade pode ser o resultado final mais importante da arquitectura, porque constituiu um concerto de história e de imagens construídas pensadas com cuidado, por muito pobres que tenham sido os recursos empregues na sua edificação.

Pelas razões descritas no final, e como geralmente não resta muito mais, não há outra alternativa do que preservar, muitas das vezes *in extremis*, o que resta das origens primitivas

do nascimento das cidades. Perante estas razões pode-se concluir, sem qualquer dúvida, que uma cidade é não só arquitectura, mas uma sequência de histórias da arquitectura, e que representa sempre a dos “...*indivíduos na sua superior criação...*” (Pelletier, 1997).

2.2 - O crescimento, a forma da cidade e o desenho urbano

A arquitectura e a evolução da história com o passar do tempo desenham a cidade originando uma sobreposição de objectos arquitectónicos, de paisagens e de lugares. O processo que se desenvolve tem o seu maior contraste nos tempos mais recentes, ou seja ocorre de forma muito mais marcante na cidade moderna. Como consequência convivem vulgarmente muitas arquitecturas misturando-se a cidade moderna com a cidade histórica, a cidade consolidada com a cidade desordenada, zonas habitacionais menos recentes e zonas em expansão, esta últimas muitas vezes realizadas rapidamente e sob a pressão do momento que lhes dá origem, podendo por vezes o resultado gerar conjuntos de grande mediocridade.

Por este motivo a cidade tradicional, onde geralmente se situam as zonas históricas mais antigas, podem ser compreendidas mais facilmente e na sua globalidade, porque conserva uma composição cujas construções foram definidas para o sítio, edificadas durante períodos de tempo longos, porque foi pensada como objecto arquitectural cuidado e na maioria dos casos com recursos escassos, transformando-se quase sempre em lugares extraordinários.

De forma inversa, a cidade contemporânea, mesmo tendo sido construída a partir do núcleo da cidade tradicional histórica, apresenta-se em muitos casos dissonante, muitas vezes caótica e poucas vezes coerente, sendo portanto muito difícil de ser apreendida no seu todo como significado e ligação ao local onde está implantada. É evidente que muitas das cidades em Portugal sofreram com o mau ou inexistente planeamento gerando-se este tipo de situações.

A compreensão plena da arquitectura de uma cidade é provavelmente e para a maioria dos casos muito mais importante do que a apreensão da imagem individualizada da arquitectura dos edifícios que a organizam. A cidade possuiu em si, ao agregar todas as construções, arruamentos e praças, um conjunto de factos urbanos, dispõe de uma hierarquia de funções e é atravessada por movimentos contínuos e cíclicos que provocam ritmos na sua evolução.

O espírito das cidades gregas situava-se e era desempenhado pelas suas acrópoles e no espaço de reunião da *Ágora*, as cidades medievais viviam nos seus recintos fechados pelas muralhas e as torres de vigia, com lugar central na praça, lugar de feiras e junto dos edifícios religiosos, e as cidades da renascença e do período clássico pelas fortificações e praças ordenadas pelo desenho rigoroso, geométrico, as avenidas de ligação e as cúpulas dos edifícios religiosos e oficiais a marcar a linha do horizonte. Observa-se que em todas as organizações espaciais de cidade se encontra estabelecida, de forma mais ou menos marcada, a noção da centralidade e da longitudinalidade e as diversas combinações destes elementos.

Cada cidade, e tal como se verifica existir, embora numa escala muito particular e local, na cidade de Santa Maria da Feira, deve poder manifestar-se através de uma arquitectura distinta e clara na sua apreensão do lugar, valorizando a paisagem através da forma urbana e activa que desenha, estabelecendo um diálogo entre o construído e a paisagem existente, e das funções que desempenha.

A cidade, como obra de arquitectura, afirma a sua personalidade e identidade através da sua organização ordenada pela existência das suas centralidades, materializadas de diferentes formas, mas que serão sempre os nós dos centros e das praças, largos e parques (Lynch, 1960), e cuja noção varia consoante o tipo de cidade, os eixos definidos pelas vias e pelos percursos e acessos, os seus limites que demarcam a silhueta exterior tal como se desenha no horizonte, a paisagem entre a terra e o céu, e que abrange áreas de distintas características e ponto singulares de interesse (Figura 2.1).



Figura 2.1 – Esquisso da cidade de Istambul vista do mar (Corbusier, 1911).

Ao se procurar conhecer e perceber a cidade, previamente a intervir no seu interior, coloca-se a seguinte questão. O que define uma cidade? O que a representa? Como caracterizar uma cidade? Qualquer entendimento e definição para esta realidade construída pelo homem deverá

ser, e é sempre evolutiva, porque o mundo se encontra em constante movimento, transformação e evolução e assim modifica continuamente essa realidade. Mas, apesar de esta noção poder ser tão ampla e possível, a definição de cidade pode ser efectuada, mas também virá dificultada na sua complexidade, através do estudo de várias disciplinas muito diversas.

A definição mais simples é aquela que se baseia num critério estatístico, no qual se define que será um agrupamento mínimo de pessoas numa superfície limitada, ou seja uma área com uma ocupação com uma determinada densidade. Contudo, este critério pode não permitir definir totalmente o conceito de uma cidade, verificando-se que a adopção do critério de densidade limite pode não coincidir de país para país. A aplicação de um critério aritmético pode ainda levar à classificação de um local de características puramente agrícolas como sendo de cidade, ou de grandes bairros de habitação ou de edificação industrializada, mas que serão locais que não possuem características urbanas.

Então quais serão as características urbanas mínimas que parecem ser necessárias? Segundo (Pelletier, 1997) as características que deverão existir estão associadas às funções e assim para definir uma cidade deverão ser considerados os critérios funcionais. A forma para definição de uma cidade será a de esta apresentar reunida um conjunto mínimo de funções nelas existentes, porventura destacando-se umas mais do que outras. Mas existem algumas que são fundamentais e imprescindíveis, que são as funções de estabelecimento de relações, muitas das vezes designadas como actividades terciárias, ou seja de trocas de muitas naturezas e de prestação de serviços. A prestação de serviços permite à cidade ter, em maior ou menor número, um conteúdo social e cultural distinto das áreas rurais e das pequenas povoações, com a presença de um número muito superior de funções e profissões mais especializadas.

Numa cidade pequena a média estas funções são de importância fundamental, podendo constituir mesmo a imagem mental dessa cidade. Nas figuras seguintes apresentam-se aspectos da forma, de desenho e de evolução de crescimento em diversas cidades. Pretende-se observar que o conceito de cidade é muito vasto, oposto por vezes ao longo das fases da história das sociedades, mas reconhece-se para qualquer um dos exemplos, por muito dissonantes, que estas apresentam em si espíritos muito próprios. Na Figura 2.2 pode-se ver a planta da cidade de Montparzier que apresenta em 1284 uma homogeneidade extraordinária no seu traçado e implantação, enquanto que a cidade de Aigues-Mortes já detém uma maior

flexibilidade na sua composição, cidades que traduzem os planos geométricos de algumas cidades em França no século XIII (Pelletier, 1997).

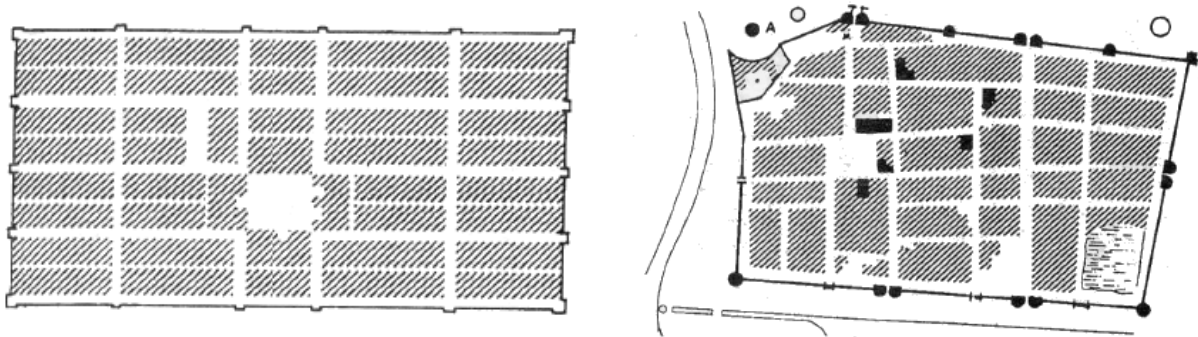


Figura 2.2 – Cidade de Montparzier, Dordonha 1284 e cidade de Aigues-Mortes em 1240 (Pelletier, 1997).

Outra das características de uma cidade é o da existência de um ritmo urbano, que é uma das consequências da existência de actividades de serviços e funções. O ritmo urbano caracteriza-se pela sequência da vida nas ruas, ritmo viário e pedonal de pessoas, que constituiu uma das imagens mais marcantes no imaginário na definição das cidades. Por vezes esse ritmo é linear, como nas cidades referidas anteriormente, noutras vezes é concêntrico, como na cidade de Bram Alda representada na Figura 2.3 e da cidade de Bolonha na Figura 2.4.

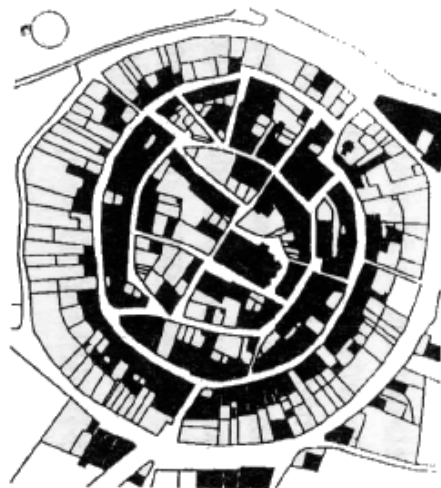


Figura 2.3 – Cidade de Bram Alda segundo o plano cadastral napoleónico (Pelletier, 1997).

A reabilitação urbana e o desenvolvimento das cidades
As intervenções no centro histórico de Santa Maria da Feira

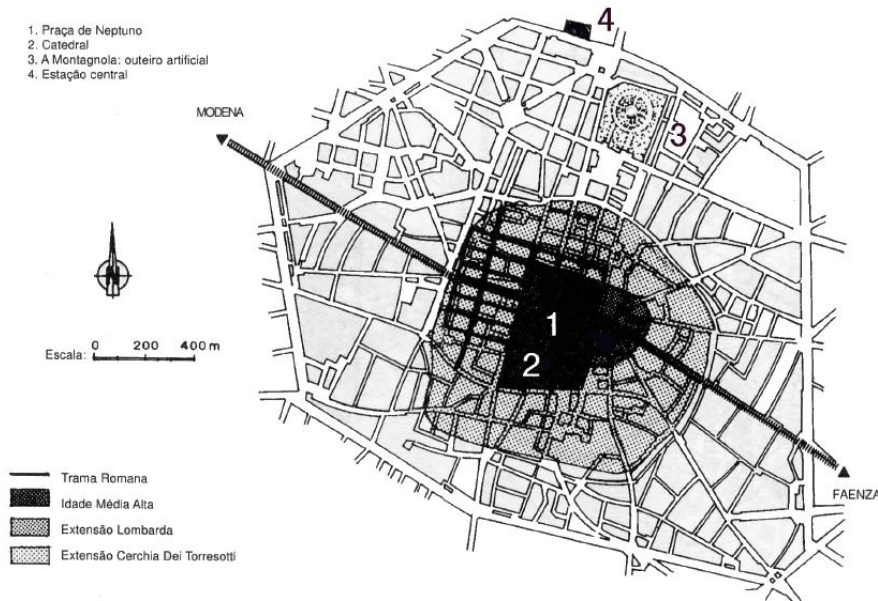


Figura 2.4 – Evolução do centro de Bolonha, sobreposição da trama ortogonal romana e da rede de vias Lombardas (Pelletier, 1997).

À classificação de uma zona habitada como sendo uma cidade podem ainda estar associados outros critérios como por exemplo a presença de elementos construídos de arquitectura relevante, a altura dos edifícios, a presença dos monumentos, a intensidade do trânsito, a presença de praças importantes, a disponibilidade de edifícios de serviços públicos.

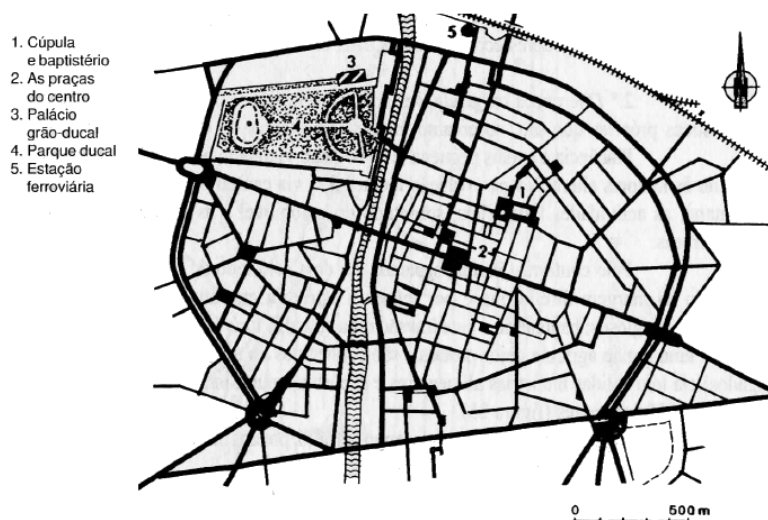


Figura 2.5 – Cidade de Parma (Pelletier, 1997).

Estes aspectos podem-se observar na cidade de Parma cujo centro histórico está representado na Figura 2.5, com a disposição do planeamento reticular romano com a planta circular medieval.

A complexidade barroca dos alinhamentos e planos coloca a tensão nos pontos e momentos simbólicos e emblemáticos, principalmente de carácter religioso como a zona histórica da cidade de Roma representada na Figura 2.6.

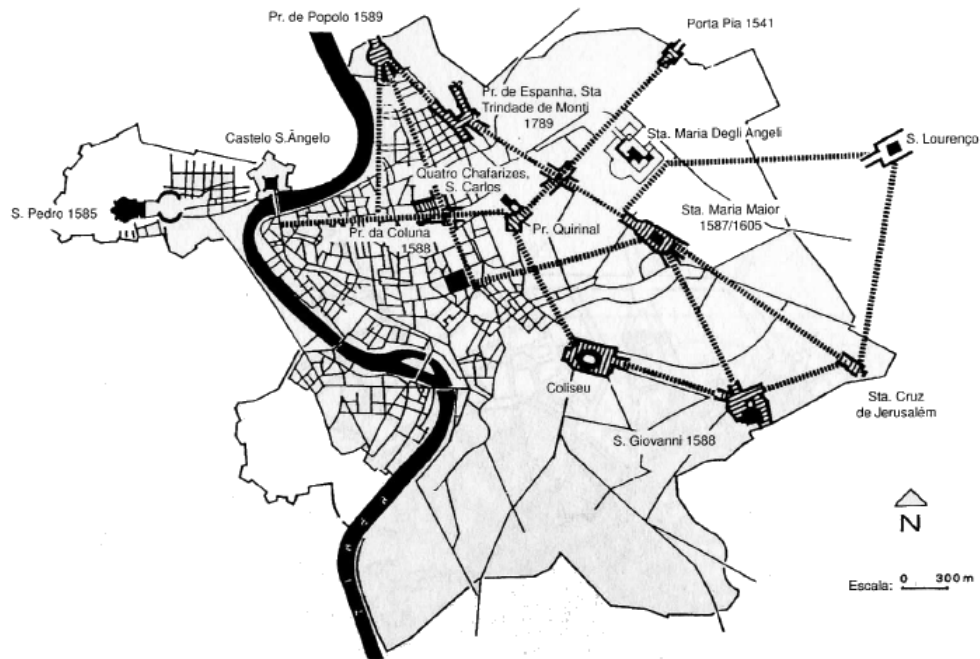


Figura 2.6 – A cidade de Roma de Sisto V do arquitecto Domenico Fontana (Pelletier, 1997).

Há outras cidades em que a sua malha urbana é quase como um fractal, onde não sobressai nada em especial, nomeadamente qualquer construção que se distinga na paisagem. São cidades orgânicas com crescimento quase como de um corpo que se foi expandindo, como é o caso da cidade de Lahore no Paquistão (Figura 2.7).



Figura 2.7 – Cidade de Lahore no Paquistão e a cidadela que domina a cidade (Pelletier, 1997).

Na época clássica já se desenhavam muito bem as cidades. A civilização da Grécia e o império Romano disso se encarregaram, utilizando modelos de disposição e de desenho que hoje ainda estão totalmente actuais nos seus conceitos de ordenamento do espaço e abrigo de funções, como representado na Figura 2.8 da cidade de Mileto e na Figura 2.9 da cidade de Timgad e Pompeia.

A reabilitação urbana e o desenvolvimento das cidades
As intervenções no centro histórico de Santa Maria da Feira

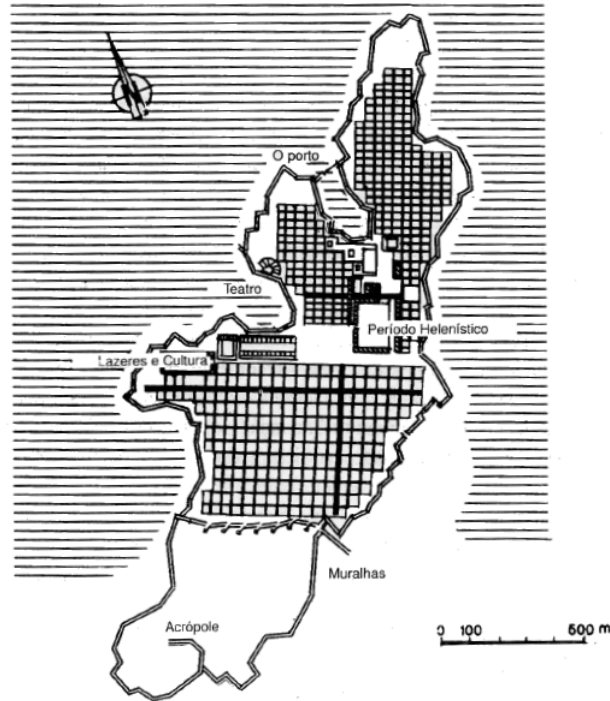


Figura 2.8 – O desenho ortogonal da cidade de Mileto (Pelletier, 1997).

Este modelo de organização de cidades foi alargado a muitas cidades no ocidente e mesmo adoptado na reabilitação e planeamento de algumas grandes cidades europeias como por exemplo na cidade de Paris de Haussmann representada na Figura 2.10.

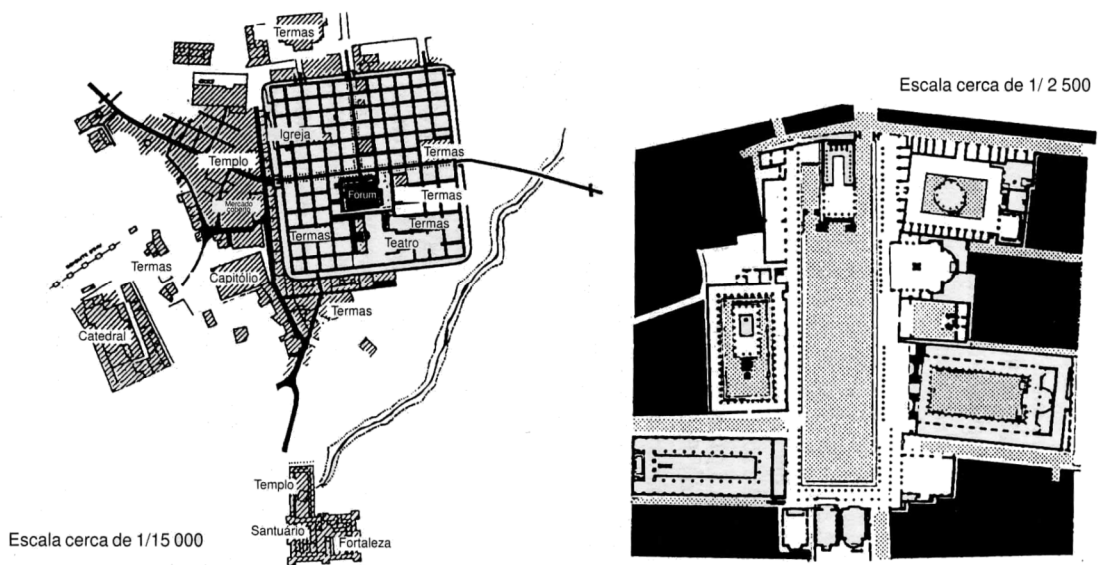


Figura 2.9 – Cidade de Timgad na Argélia e fórum principal de Pompeia como exemplos de urbanismo típico romano (Pelletier, 1997).

Na figura representa-se a cidade de Paris de Haussman com a indicação a preto das novas vias, com funções de ordenamento através de um perímetro externo e de avenidas estruturantes que se ligam em dois eixos ortogonais, constituindo um centro histórico imenso na sua dimensão. Este caso constituiu um exemplo paradigmático de referência de um processo de reabilitação e requalificação de um centro histórico de uma grande cidade.

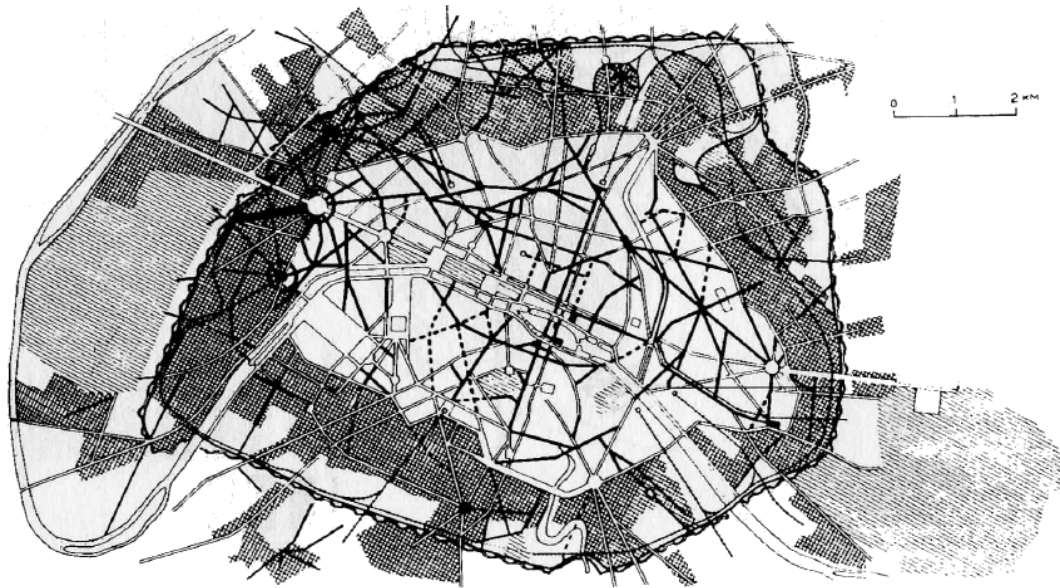


Figura 2.10 – A cidade de Paris de Haussman (Pelletier, 1997)

Assim, e como ideia de síntese, uma definição de cidade poderá ser uma área habitada com uma concentração mínima de habitantes, em que as actividades principais são os serviços, que podem estar associados à indústria, comércio e serviços, e com uma população de diferentes realidades sociais (Pelletier, 1997). Esta definição tem no entanto em comum um objectivo que é a procura de um melhor lugar para viver e que permita pelo menos possuir os meios fundamentais de subsistência sustentada.

Mas as cidades, mesmo que tenham alguma semelhança, são todas diferentes umas das outras. São diferentes na configuração física, nas funções que desempenha, nas pessoas e grupos sociais que a habitam e frequentam, nos aspectos culturais e de costumes. Na Figura 2.11 apresenta-se o caso paradigmático da cidade jardim de Letchworth projectada segundo

modelo de Eduard Howard para 32 000 habitantes e que viria a ter grandes repercussões no nascimento e planeamento de novas cidade no novo mundo americano.

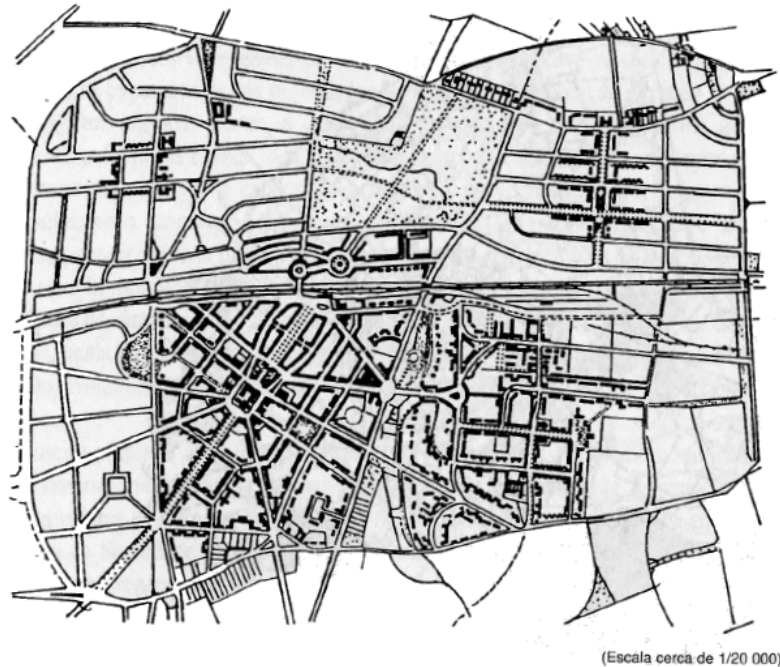


Figura 2.11 – O urbanismo inglês dos anos 1900 na cidade jardim de Letchworth (Pelletier, 1997).

Verifica-se que em muitas cidades, algumas até verdadeiramente importantes pela sua dimensão, e principalmente em cidades mais recentes, não se encontram monumentos ou espaços simbólicos antigos. No entanto é indiscutível que estes últimos elementos são fundamentais, e tendem a ser fortemente valorizados pelas populações, conferindo às cidades uma enorme identidade e imagem como é o caso da cidade de Brasília (Figura 2.12).

Le Corbusier nos seus princípios do urbanismo, que determinaram o movimento da arquitectura moderna, definiu para as novas cidades a separação entre as áreas pedonais e de circulação mecanizada automóvel, de forma bem definida e marcada e separadas por limites perfeitamente estanques, a rotura da continuidade espacial entre a lógica urbana e viária.

Na Figura 2.13 pode ver-se os exemplos das propostas de Le Corbusier para as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo no Brasil à data de 1929, em resultado da sua visita ao Brasil.

A reabilitação urbana e o desenvolvimento das cidades
As intervenções no centro histórico de Santa Maria da Feira

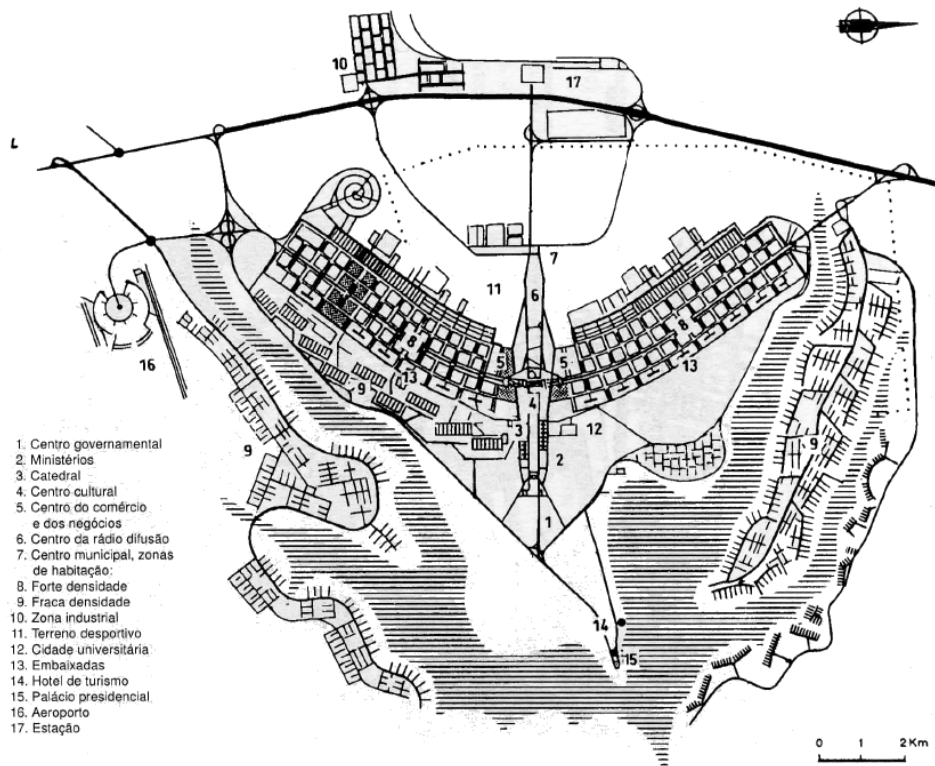


Figura 2.12 – A cidade de Brasília de Lúcio Costa (Pelletier, 1997).

O novo modelo de cidade, originado pelo crescimento da cultura automóvel e aumento de espaços de circulação vai criar uma rotura da continuidade espacial da maioria das cidades. Este modelo consolida-se logo a seguir à segunda guerra mundial, e tem como precursor o modernismo da cidade elaborado por Le Corbusier.

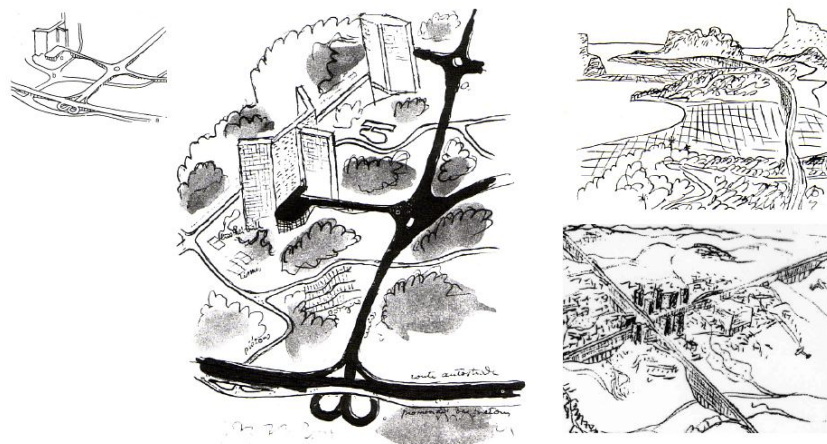


Figura 2.13 – Princípios de organização da cidade segundo Corbusier (Escota, 2006).

Na cidade do modernismo a sua imagem era construída com base em blocos habitacionais em altura, orientados de acordo com a melhor exposição solar, libertando-se o solo e criando-se extensos espaços verdes circundantes. Com esta forma de pensar eram linearmente esquecidas as intenções e conhecimentos de reabilitação e conservação dos centros históricos.

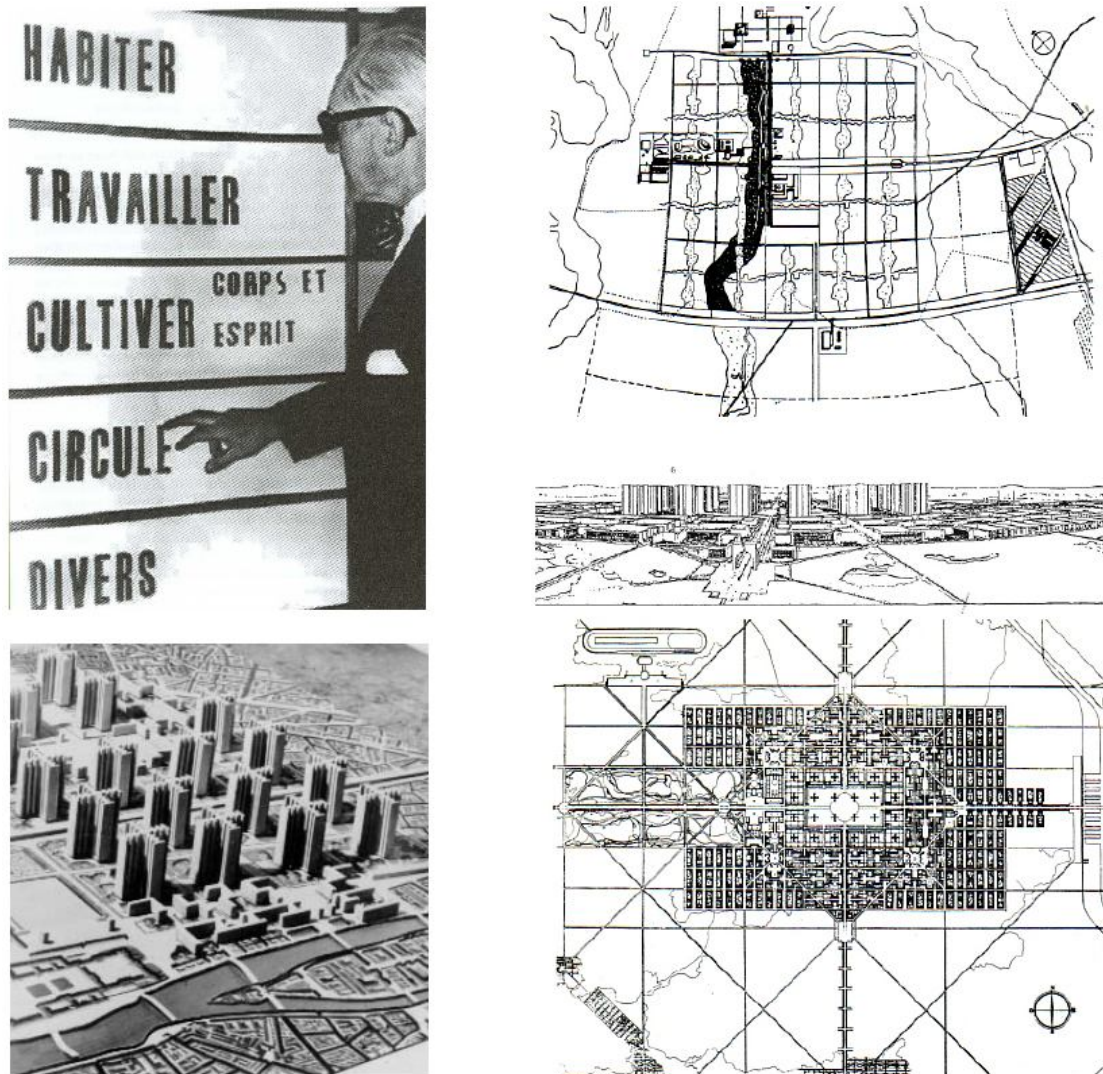


Figura 2.14 – Le Corbusier e a cidade ideal e funcional de Paris representada no Plano Voisin (Pelletier, 2009)

Na Figura 2.14 podem ver-se os conceitos de ordenar e habitar a cidade de Paris idealizados por Le Corbusier, através da hierarquização viária em sete níveis e apresentação dos conceitos de zonificação, imposição do Plano Voisin de 1925. Este modo de edificar sobre a zona histórica medieval da cidade de Paris, a hierarquização viária e o modelo de cidade ideal, que é a objecção total da cidade tradicional histórica, iria obrigar à destruição total do edificado

preservando-se nesta intervenção apenas os monumentos mais relevantes. Este exemplo constitui um caso extremo em que o património daria lugar a um novo urbanismo moderno à custa da destruição do património construído ao longo de séculos.

Era então pensado que esta filosofia poderia permitir que as intervenções fossem criadas de origem, garantindo a matriz para um planeamento sem constrangimentos, não admirando por isso que a aplicação deste modelo de intervenção modernista tenha sido vulgarizado pela Europa, após e principalmente logo a seguir à segunda guerra mundial, momento em que as principais cidades europeias se encontravam praticamente destruídas, tendo-se propagado este modelo até aos anos da década de 1960.

Refere-se um modelo curioso de organização de cidade que apresenta um desenvolvimento linear contínuo desenvolvido por Soria e Mata, em que o crescimento da cidade se faria através de um longo corredor ladeado por zonas verdes e no centro uma via principal de circulação. É um modelo funcional e igualitário que estabelecia a aproximação entre a função do habitar e a paisagem natural. Mas neste modelo pode-se questionar onde se localizaria o centro da cidade, onde os seus habitantes iriam reconhecer a sua identidade para além do simples facto do habitar, trabalhar e circular?

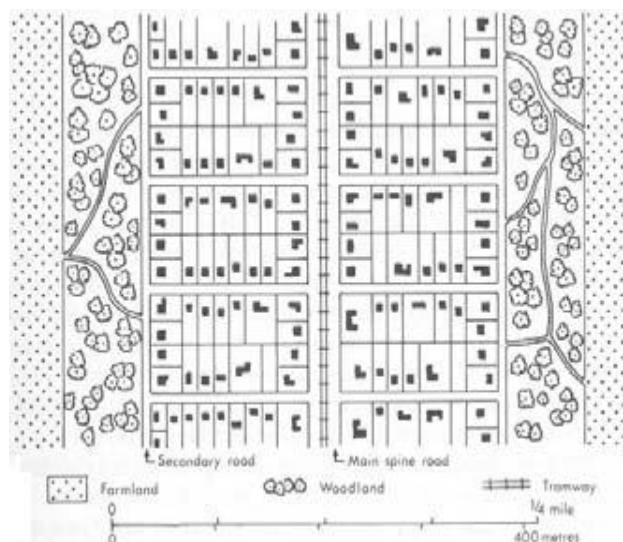


Figura 2.15 – A organização da cidade linear Soria e Mata (Pelletier, 1997).

Constata-se que a cidade fundada exclusivamente sobre uma rede viária, que era a configuração primitiva da cidade mas para outros meios de locomoção, não permitem espaços

livres para os seus habitantes e provoca o aparecimento de obstáculos e barreiras ao normal fluxo pedonal. Foi então necessário interligar os circuitos de comunicação para que o exercício da urbanidade fosse tão completo quanto possível. A criação de espaços orientados principalmente para a circulação pedonal, bem definidos e com uma clara distinção entre vias pedonais e rodoviárias, centros e espaços periféricos dos núcleos, foram considerados nos modelos da cidade jardim propostos por Howard, diminuindo a utilização automóvel mas em que a cidade se encontrava ligada por zonas verdes de parques como no exemplo da cidade de Bóston (Figura 2.16).

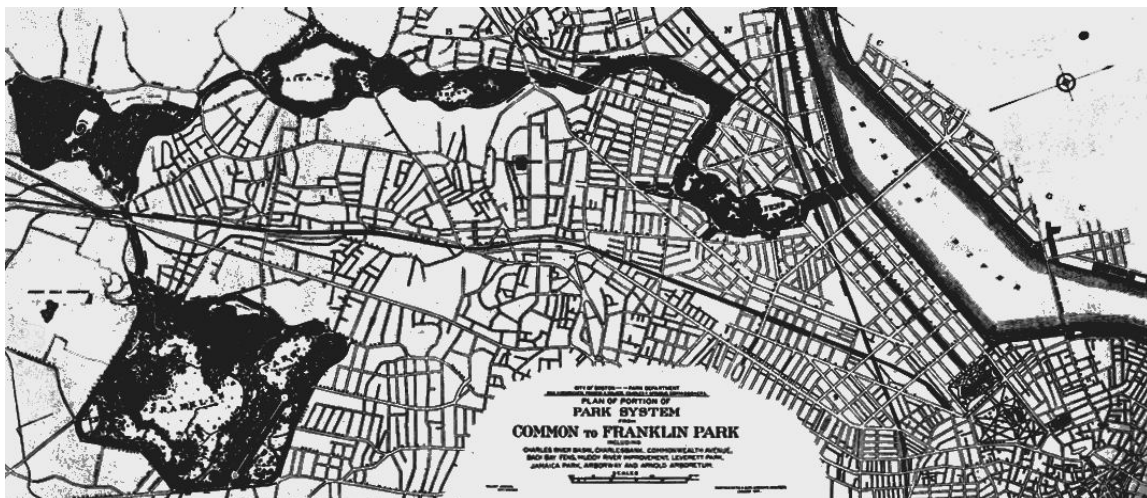


Figura 2.16 – Sistema de parques proposto por Olmsted para Bóston, (Pelletier, 1997).

É possível uma diversidade de ideias de como organizar a cidade, com modelos das mais diversas referências e todos procurando atingir os objectivos principais de como melhor habitar. No entanto, logo após de se ter percorrido todo o caminho dessas ideias, e principalmente depois da vaga de reabilitação baseada nos conceitos da arquitectura moderna, procede-se em diversas cidades ao desenvolvimento de novos princípios de intervenção que irão permitir que os núcleos históricos e mais antigos possam ainda sobreviver e comecem a ser preservados e valorizados.

2.3 - O território, as cidades e a importância da sua sustentabilidade

A presença humana na paisagem é um dos aspectos mais importantes na sua construção e a história das sociedades mostra-nos que a fixação das comunidades tende preferencialmente a efectuar-se em territórios que garantam a viabilidade sustentável das actividades humanas

(Rodrigues, 2006). Mas como consequência e em todo o momento o homem e as sociedades realizam a sua história, criam e refazem as paisagens que habitam. Os modelos de urbanismo com base no movimento moderno, que foi implementado logo a seguir à reconstrução após a primeira e segunda guerras mundiais, orientaram-se muitas vezes no sentido de teses higienistas que seguiam o esvaziamento e a demolição dos centros históricos das grandes cidades, fosse por razões de destruição do edificado provocadas por situações de guerra, ou pela decadência das zonas históricas muito degradadas.

No texto da Carta de Atenas de 1933, resultante dos CIAM (Congressos Internacionais da Arquitectura Moderna), apresentavam-se os princípios de salubridade e propunha-se um modelo de cidades com as principais funções de habitar, trabalhar, recrear e circular (Figura 2.14). Este modelo implicava a realização de uma rede viária que obrigava a disponibilizar grandes áreas de solo urbano e transformar as peças urbanas em peças isoladas, com a criação de polígonos residenciais e industriais autónomos, principalmente nas áreas periféricas e periurbanas, resultando a zonificação de usos e a delimitação dos espaços por grandes vias rodoviárias. Em oposição as cidades planeadas para possuírem uma ligação à natureza permitem que as condições de habitabilidade e inserção com o meio ambiente sejam muito mais eficientes.

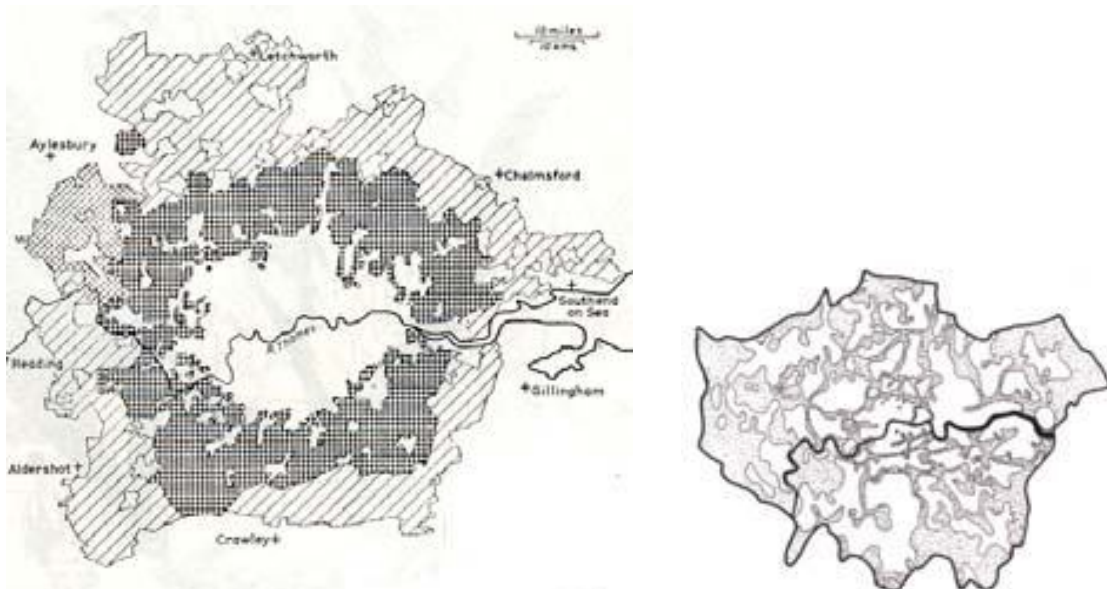


Figura 2.17 – Green-belt de Londres, sistema de parques para Londres proposto por Abercrombie (Benevolo, 2006)

No processo de planeamento de uma cidade o elemento fundamental deverá ser a imagem do construído e do meio ambiente, que conjuntamente constituem a imagem mental generalizada do mundo exterior que um indivíduo retém de um dado local ou paisagem (Figura 2.17). A necessidade de conhecer e estruturar o meio onde habitamos é tão importante e tão enraizada no passado que se verifica que esta imagem tem uma grande relevância prática e emocional nos indivíduos. A paisagem e o ambiente natural, o espaço urbano e o aproveitamento dos recursos naturais potenciam a criação das actividades de lazer, tão necessárias à actual sociedade e à economia e à difusão de culturas e intercâmbio dos povos. Como indicam diversos autores dever-se-á:

- Reconhecer o papel social e ecológico do espaço verde;
- Incorporar as necessidades e preferências da comunidade e dos diferentes utilizadores;
- Promover a mobilidade entre espaços verdes;
- Integração dos espaços verdes em corredores ecológicos, promovendo a continuidade física e ecológica;
- Tornar as funções ambientais mais visíveis como as associadas ao ciclo da água;
- Promover a função como local de habitação associado ao aumento da biodiversidade;
- Adequação às morfologias e tipologias urbanas e integração de componentes culturais e do património;
- Ligação com a educação ambiental e envolvimento das comunidades;
- Apropriação do espaço pela comunidade e reforço da identidade e carácter da paisagem urbana.

Na Figura 2.18 apresenta-se um exemplo referente ao plano verde definido para a cidade de Estocolmo.

Entre outros factores puramente físicos, tais como os geológicos, os factores climáticos, hidrológicos, a vegetação e os solos, os factores morfológicos, ou seja a forma do relevo, assumem uma importância determinante na sustentabilidade da cidade.

A reabilitação urbana e o desenvolvimento das cidades
As intervenções no centro histórico de Santa Maria da Feira



Figura 2.18 – Organização e plano verde da cidade de Estocolmo (Google, 2011).

Assim, muitas das vezes, os declives estabelecem zonas de fronteira entre as zonas construídas e as áreas que permanecem num estado mais ou menos natural e, desta forma, o nascimento de uma cidade passa a estar assim muito ligada ao sítio geográfico que lhe deu origem. Como se verá a cidade de Santa Maria da Feira segue um modelo de evolução condicionado pelas questões do relevo da paisagem.

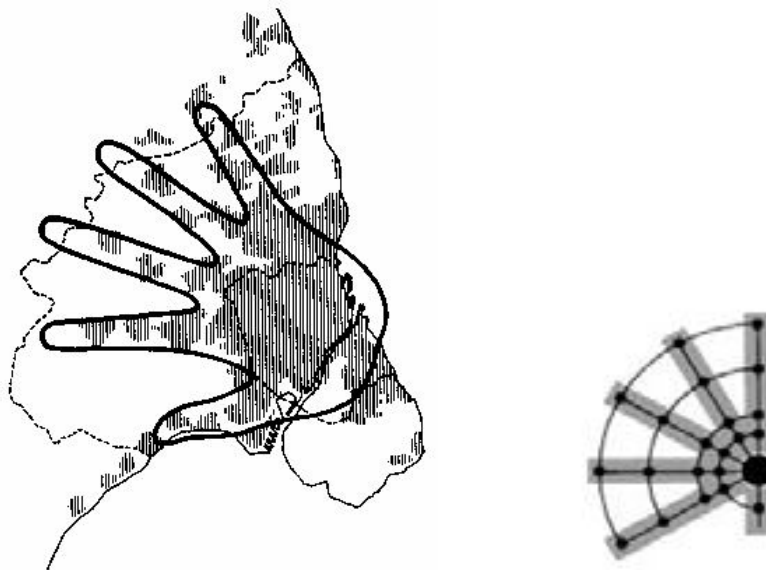


Figura 2.19 – Modelo de desenvolvimento urbano regional de Copenhaga (Google, 2011).

Quando isto acontece uma cidade cresce e passa a possuir uma paisagem singular, que evoluiu e de certa forma está protegida pelos elementos naturais. Outros modelos de crescimento mais curiosos e com forte representação orgânica podem ser adoptados, como é o exemplo o utilizado para a cidade de Copenhaga (Figura 2.19).

Tendo em conta esta ideia poderá dizer-se que se deverá procurar que o crescimento e o desenvolvimento das cidades se processe de forma integrada com a natureza, evoluindo não só nas periferias, mas também nas zonas urbanas centrais pois são áreas que se complementam, ou seja deverá também ser verdade promover-se a reabilitação e valorização dos centros sem esquecer as periferias.

Como refere Gonçalo Ribeiro Telles no Boletim Lisboa Urbanismo, com edição do ano 1998, *“A cidade deverá ser um espaço onde se entrelaçam a paisagem natural com a urbe. A paisagem urbana deverá compreender áreas cultivadas com função social, económica e ecológica e uma rede cultural de recreio e protecção ambiental.”*

As significativas superfícies do território que se encontram preenchidas pelas cidades necessitam que se considere no seu desenvolvimento e aperfeiçoamento a existência dos processos ecológicos naturais. Assim, o desenho urbano não pode ser unicamente condicionado pela construção de edifícios, disposição de vias e de espaços públicos. A cidade de ideais de vivência não deve derivar das necessidades apenas do espaço físico para os actos de passagem e de permanecer, como se de um acto de preenchimento dos espaços vazios pelo edificado se tratasse. Deverá antes ser considerado que esses espaços venham a ter um traçado coerente com a indispensabilidade da presença da natureza, como a actividade e continuidade dos processos ecológicos, num meio onde prevalece a natureza e o que é construído (Telles, 1998).

A decisão de requalificar os espaços da cidade pode permitir elaborar um novo desenho urbano com base nos conhecimentos e meios que actualmente se dispõem e principalmente com as exigências das pessoas novas e menos novas e das sociedades actuais, em que a qualidade de vida na cidade assume uma importância fundamental. Na Figura 2.20 apresenta-se um esquema da integração entre as estruturas da paisagem ecológica e edificada. Neste esquema pode-se observar que os elementos fundamentais das duas estruturas são a

interligação entre as linhas viárias, pontos e áreas edificadas e de jardins e parques e as estrutura fechadas e as estrutura abertas, conjugando todos estes factores com os sistemas húmidos e os sistemas secos em que todos os elementos de se intercalam.



Figura 2.20 – Integração entre as estruturas da paisagem ecológica e edificada (Magalhães, 2006).

2.4 - Os centros históricos e a sua importância no desenvolvimento cultural e turístico

De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2001) “*O turismo cultural corresponde ao movimento de pessoas entre sítios e localidades com objectivos que respondem a desejos de vivência essencialmente culturais*”. A estes movimentos de pessoas podem estar associados variados motivos tais como a realização de viagens de âmbito cultural, visitas de estudo, digressões artísticas, visitas a sítios património e monumentos históricos, descoberta da natureza e estudo do folclore e da arte nas suas diversas formas.

O turismo associado à cultura e ao património, quase sempre centrado em centros históricos, é assim uma forma de turismo muito específica, porque é vivenciado através de “*práticas experimentais em permanente interacção com o meio envolvente*” (OMT, 2001), sendo uma experiência que obriga, preferencialmente, a uma preparação prévia em diversas áreas como por exemplo sobre a história, a arquitectura, os costumes, a língua e a cultura local. Uma preparação muito importante é aquela que terá de estar associada ao nível cultural dos visitantes, que na partida deverão conhecer parte da história dos locais que vão visitar.

Sendo assim, a experiência associada ao turismo cultural em zonas históricas compõe-se de experiências sensuais diversas como a percepção de sons, cores, texturas, odores, paisagens

naturais, sociais como a experiência do ambiente urbano, a manifestação dos costumes sociais, as pessoas e o seu modo de vida, as diversões, urbanas como o modo de deslocação nas povoações, a paisagem que se vai descobrindo, os diferentes aspectos que caracterizam um local, a paisagem construída, o bem estar num dado local, e económicas como o comércio local, os produtos disponíveis e característicos.

A organização norte-americana de defesa do património cultural “National Trust for Historic Preservation” adopta uma definição para o património através de uma perspectiva da procura e prática de viajar e vivência de locais históricos e culturais com o objectivo de aprender sobre a história e cultura desses locais, havendo o interesse no olhar sobre o passado (NTHP, 1993).

No mesmo sentido, a Carta de Turismo Cultural (ICOMOS, 1999) descreve, numa definição mais abrangente, o turismo cultural como um acontecimento social, humano, económico e cultural, que tem como objectivo principal o conhecimento de monumentos, locais históricos e outros elementos de património cultural.

Verifica-se que o turismo cultural é um instrumento importante para dinamizar o intercâmbio cultural e a cooperação entre diferentes localidades, estabelecendo mesmo correspondências de carácter internacional. Deste modo é possível afirmar que o turismo cultural é uma actividade que envolve sensações e experiências emocionais, que poderão ser mais ou menos potenciadas consoante a preparação prévia e o nível cultural dos turistas.

O turismo cultural, de acordo com (Pires, 2004) compreende um “*vasto conjunto de aspectos, com amplas oportunidades de desenvolvimento.*” Acrescentando ao interesse do turismo realça-se a oportunidade de fomentar a melhoria de qualidade de vida dos residentes nas áreas onde esse turismo decorre, ou seja o que é turismo para os visitantes é uma vivência, diária, para os residentes próximos. Os factores que materializam essas vivências serão então (Pires, 2004):

- “- A arte, com a base de apoio de museus e bibliotecas, nas vertentes da pintura, fotografia com percursos temáticos, a escultura e artes gráficas;
- A arquitectura construída local e o património arquitectónico histórico, associadas às necessidades dos visitantes, assim como a arquitectura da paisagem;

- *As actividades da música, da dança e folclore, mais as actividades de festas e celebrações religiosas;*
- *O desenvolvimento científico;*
- *O artesanato;*
- *A gastronomia regional e de sectores de mercado;*
- *A agricultura tradicional da região, em termos de produtos e de paisagem.*“

A partir dos factores anteriores, reconhece-se que o turismo e as actividades culturais, realizadas de forma perspicaz, dependem de modo muito sensível e promovem a preservação do património cultural e histórico, através da reabilitação e revitalização económica, paisagística e arquitectónica das cidades e mesmo de regiões.

Também se observa que os efeitos mais nefastos do turismo são resultado dos processos, por vezes muito complexos, da interacção entre os visitantes e turistas e as regiões onde se desenvolve. Constatase, contudo, que ao longo dos séculos, as actividades culturais desempenharam sempre um papel fulcral e activo no progresso das economias locais. Os projectos culturais nunca estão separados do desenvolvimento das economias locais, sociais, uma vez que realizam processos de interacção entre culturas e desenvolvimento de actividades.

No entanto deve-se ter sempre presente a percepção, e tal como refere (Murphy, 1985), que *“...o turismo é uma indústria que utiliza a comunidade como recurso, vende-a como um produto e este processo pode afectar a vida de todos habitantes dessa comunidade.”*

3 - A IMAGEM URBANA, A IDENTIDADE COLECTIVA E O PATRIMÓNIO

“O património é sobretudo um produtor de imaginário. Não podemos prescindir dele, é ele que ajuda a criar o nosso futuro. Deixa-nos mais livres, resolve-nos as questões da herança e do seu peso, porventura excessivo, se o não soubermos seleccionar e adaptar. Temos que saber lidar com o património para podermos mudar e mudar bem.”

(João B. Serra, in “A Cidade Imaginária”, 2003)

3.1 - Formas de percepção e caracterização do espaço construído

A arquitectura detém, conjuntamente com a dimensão do homem, o espaço como objecto de trabalho. Por este motivo são diversas as perspectivas a ter em conta quando o objectivo principal da criação arquitectónica se destina à criação de espaços habitáveis destinados principalmente a serem utilizados pelo ser humano, espaços de existência que serão posteriormente sujeitos à apreensão dos sentidos pelos seus utilizadores.

Todas as cidades possuem de forma mais ou menos significativa um centro histórico, uma origem, pois foi essa a sua primeira geração. Na maioria dos casos a imagem transmitida pelos centros históricos é a representação mais forte e importante na definição das cidades, nele estão os princípios, as culturas e as razões da fundação da cidade. Mas também nos locais construídos existem preexistências físicas naturais.

Sobre essas existências passam também a existir pessoas, começa-se pelo traçado das ruas e alinhamentos muitas das vezes vão procurar resolver algumas condicionantes, das quais muitas das vezes se tira partido na integração. Para perceber e interpretar uma cidade é necessário compreender a sua origem, onde e como se processou o seu crescimento, a sua história, e só a análise retrospectiva pode dar a perceber o que explica a actual cidade.

No presente capítulo, e com base na leitura de textos de referência procura-se realizar uma análise geral acerca das questões da percepção e estética transmitida por um espaço urbano

específico, indo ao encontro da ideia de que a imagem transmitida pelos centros históricos é fundamental para a identidade e caracterização da cidade. Nesta perspectiva, os espaços construídos em épocas passadas e que constituem os núcleos históricos são fundamentais para o acto de manutenção desses espaços e sua vivência, motivando assim que a relação entre história, cultura, paisagem e o acto de reabilitação e requalificação pela arquitectura são temas que se misturam de forma profunda.

Ao percorrer um local podemos ter presente um vocabulário que permita caracterizar as experiências sensoriais, os aspectos que nos ocorrem ao pensamento e que nos ficarão na memória. Palavras que traduzem impressões e sensações experimentadas, podendo-se apontar exemplos como os que indicam na Figura 3.1.

Silencioso/barulhento, Calmo/movimentado, Apertado/**amplo**,
Simples/**complicado**, Limpo/sujo, Natural/**artificial**,
Uniforme/**contrastante**, Organizado/caótico, Belo/feio, **Pobre**/rico,
Escuro/claro, Cheio/vazio, **Interessante**/desinteressante,
Velho/novo, Harmonioso/**desequilibrado**,
Agradável/desagradável, Alegre/**triste**, Parado/**Dinâmico**

Figura 3.1 – Vocabulário de caracterização de experiências sensoriais (adaptado de Nieto, 1992).

Podemos explorar os locais utilizando apenas as mãos para descobrir que existem muros lisos ou ásperos, superfícies mais frias que outras, materiais em diversos estados de conservação, etc. ou ouvir todos os sons que o meio envolvente emite ou mais simplesmente olhar para o que nos rodeia e ver a natureza, a arquitectura envolvente, os jogos de luz, pavimentos mais rugosos e irregulares ou mais lisos e alinhados.

Podem-se registar os sons sobre um mapa simplificado ou sobre desenho livre os ruídos que escutam na rua, em espaços abertos, salas de concerto, centros comerciais e outros, ruídos de

actividades humanas, vozes de pessoas zangadas ou alegres, crianças que brincam, automóveis, comboio. O registo “visual” na nossa mente, em esquisso desenhado, fotografia ou filme ao longo de um determinado percurso permite assim “...apreender a realidade que nos cerca e assim tomar conhecimento mais profunda da sua existência, registar os cheiros, texturas ou outras experiências através dos vários sentidos.” (Nieto, 1992).

Assim, a dimensão conferida pela identidade cultural e pela imagem urbana e pelo património fornece um contributo importante para perceber a importância da preservação da herança construída e que em todos os casos fundamenta o conhecimento e prática da arquitectura, através do conhecimento que relaciona a dimensão humana com os espaços específicos e com o tempo em que esta se desenvolve.

Verifica-se que a paisagem construída não está organizada por sequências de quadros estáticos. É feita ao longo de trajectos e de uma continuidade de estímulos visuais que intervém na nossa percepção de um dado espaço, quer pelo que se experimenta, quer pelo que esperamos experimentar. A visão e registo de percursos são uma forma de apreender este efeito. Neste percurso a evolução pode assumir diversas fases. Começar por olhar para cima quando se caminha. Reparar no céu, nas nuvens, na copa das árvores, na silhueta dos edifícios ou outras estruturas que ficam acima das nossas cabeças. Geralmente durante a realização de um percurso de aproximação na direcção de um determinado local como, por exemplo uma praça, um edifício, um monumento, permite, à medida que uma pessoa se desloca, fazer paragens, descrever por palavras ou desenhos o que sente perante a modificação de cenários criados pela sua própria movimentação.

Olhar para baixo e reparar no que está debaixo dos nossos pés, diferentes texturas do solo ou pavimento, diversas superfícies, desníveis, bordas de passeios, escolher um percurso e poder andar muito depressa e começar a correr, são várias formas de estar e de locomoção que vai também afectar a percepção do lugar que estamos e que percorremos. Escolher outro fragmento do percurso para andar mais devagar, percorrer os diversos meandros e o que se consegue visualizar nesse passo, parar num determinado sítio. Reparar na coreografia de todo o cenário à nossa volta, o que tem movimento durante algum tempo, quais as diferentes velocidades, ritmos, acções interessantes, observar a "movimentação" ocasional que se desenvolve (Cullen, 2004). Reparar na arquitectura que nos rodeia, seleccionar os detalhes e

constatar de que forma as mudanças de escala nos afectaram emocionalmente. Que surpresas nos fizeram desviar de um determinado percurso pretendido?

Num percurso de uma cidade que nos agrada podem-se considerar cinco elementos principais, considerados estruturantes na representação do espaço que são as vias, que asseguram a conexão entre um ponto e outro, os limites, que representam a fronteira entre zonas da cidade que têm uma existência distinta os pontos marcantes ou nós, edifícios, estátuas, parques, que constituem os locais identificáveis e que genericamente informam o sistema de orientação numa cidade, os cruzamentos, pontos de intersecção, de passagem de uma actividade para outra (a estação dos comboios e do metropolitano, o aeroporto) por fim, os bairros essencialmente demarcados pelo reconhecimento de um carácter mais ou menos homogéneo (Lynch, 1960).

O modo como estas cinco categorias de elementos se combinam e relacionam no espaço construído duma cidade, com a capacidade de provocar uma sugestão sobre os espectadores e de ficar radicado nas suas memórias, constitui o âmbito essencial da análise perceptiva da arquitectura construída.

A cidade é uma construção no espaço, mas é tão vasta que os nossos sentidos deixam de alcançar o espaço quando este existe mais além. Apreendemos, por isso, a cidade por partes e nesse processo a nossa mente retém as memórias e os significados mais importantes, que mais nos marcam ao longo da vida, de algum modo associando-os ao espaço que suporta fisicamente esses acontecimentos, estabelecendo assim relações com partes da cidade, as quais se transformam nas mais significantes. Por este aspecto a existência de pontos e locais marcantes e que permitem delimitar ou constituir marcos no território urbano é fundamental. Se a esses a marcos estiver associado um carácter histórico forte essa presença é ainda mais importante.

Destes elementos gráficos, a linha do contorno no horizonte da cidade, ou seja a silhueta do conjunto da paisagem e do edificado são importantes e inseparáveis e dependerá da sua “*afortunada conjugação*” que a silhueta adquire menor ou maior importância (Candeira, 1999). O terreno, a cidade e o céu. O sítio, o local ou o lugar, ocupado por uma cidade

fornece-lhe os elementos essenciais da vida material e, como são inseparáveis, também os elementos imateriais.

A presença destes cenários cria uma nova paisagem arquitectónica valorizando-se a linha do horizonte que separa o encontro entre o edificado, os elementos naturais e os espaços vazios e o plano do céu, “...*criam-se as perspectivas são também incorporadas na paisagem construída e exprimem-se em elementos geométricos que sugerem o movimento e o trajecto.*” (Pelletier, 1997), e este é o caso que se verifica no território onde se desenvolve a cidade de Santa Maria da Feira (Figura 3.2) onde a linha do horizonte da cidade interage com a linha do horizonte da paisagem.



Figura 3.2 – Vista geral do centro histórico da cidade de Santa Maria da Feira.

3.2 - A paisagem urbana e a sua relação com o património construído

O enquadramento, análise e a importância do património como conjunto urbano na cidade histórica apresenta uma concepção bastante recente e os progressos nos conceitos de pensamento e formas de intervenção associadas ao património verificaram-se particularmente na sociedade europeia. Os conceitos desenvolveram-se essencialmente a partir de meados do século XIX e durante o século XX e teve como uma das fontes impulsionadoras mais relevantes de desenvolvimento a consciência dos resultados da organização e de projecto,

muitas das vezes extremamente negativos, do pensamento originado pelo movimento da arquitectura moderna aplicada ao planeamento e ao desenho das cidades.

Como refere (Choay, 2008), *“Para ser apreendida em toda a sua riqueza semântica, a noção do património urbano exige ser colocada em perspectiva, ou melhor ainda, em corte, através dos estratos da sua história na tradição europeia. (...) Sabemos que o conceito de monumento histórico foi progressivamente construído entre o século XV e a primeira metade do século XIX que marcou a sua consagração. (...) A noção do património urbano histórico tem origens bastante mais recentes, o início da segunda metade do século XIX.”*

A paisagem urbana é um sistema particularmente complexo e diversificado e para a perceber não basta vê-la. É necessário olhá-la através de análises específicas, atentas, aprofundadas e sempre dotadas de visão crítica. Interessa assim conhecer a diversidade das componentes de qualquer território, as suas gentes, os seus costumes, as suas potencialidades e também, senão o mais importante, perceber quais são as principais fragilidades.

No seu conceito, conforme é definido nos dicionários, a paisagem é o espaço que se abrange num lance de vista, toda a parte descortinada do lugar onde estamos, panorama, ou vista. Assim, a paisagem ao englobar todo o ambiente visual a partir de um ponto de observação qualquer corresponde também ao conjunto dos seres vivos que aí habitam, inclusive o homem. A vida dos povos é inseparável do seu território, assim o desenvolvimento humano pode ser explicado em grande medida pela geografia e pelo cenário físico no qual se desenvolve.

Como já referido uma região não é quase sempre e apenas um resultado natural, da natureza original, mas sim o resultado de uma disposição entre a natureza original e as acções humanas sobre o território, ou seja as transformações decorrentes da relação homem e o meio. Como interveniente preferencial, mas não exclusivo, o arquitecto é sempre o dono do projecto mas nunca se deve considera o dono do lugar e não tem o poder sobre o lugar (Higino, 2010). Todos os lugares possuem um espírito que deve ser respeitado. Perceber a relação entre o que é a natureza do homem e as habitações a construir e construídas pelo homem obriga a sentir o território, o lugar *“auscultar os deuses do lugar”*.

A arquitectura pretende ser uma disciplina que reúne vários aspectos tais como os materiais, ideias, paisagens, os lugares e o homem. Pretende juntar o antigo com o moderno, o velho com o novo. Deste modo a análise de um território transformado do seu estado original, e mesmo este apenas, terá que ser feita pela observação da sua dimensão física, a sua geografia, e humana, através das suas gentes e dos seus modos de vida, analisando-se portanto a dimensão humana no seu presente, mas também no seu passado e no seu futuro. Porque assim é na função do planejar obriga a conhecer-se o que fomos e somos, mas também aquilo que pretendemos vir a ser. E este futuro passa em muito pela participação activa e interessada das populações nas acções e actividades das cidades.

A necessidade actual de conter a expansão da urbanização bem como de recuperar os centros urbanos reforça o trabalho do arquitecto na interpretação de dados físicos, humanos, económicos e ambientais que conjuntamente com os valores históricos deveriam constituir a base de arranque de todos os projectos. Uma intervenção que se pretende crítica em áreas e edifícios degradados ou descaracterizados, quer pela acção do tempo, quer pela presença de elementos anacrónicos, oferece uma oportunidade para o incremento da qualidade do espaço urbano.

Quem define qual o valor do património e qual será esse património? A quem pertence o património, que forças deverão ser atendidas na sua reabilitação? A cidade histórica e consolidada ao longo de séculos perdeu em muitos lugares as suas marcas e degradou-se com o tempo. De forma lenta, e muitas das vezes de forma errada, aparecem casos que pretendem inverter essa tendência.

Em que direcção e em que sentido deveremos prosseguir? A questão não é, de forma alguma apenas eminentemente técnica, é pluridisciplinar e na qual intervêm os historiadores, os urbanistas e especialmente os arquitectos. Não deverá ser preservada a cidade pelo simples acto de preservação, nem como preconizou Corbusier, demolir por completo a cidade existente e insalubre, substituindo-a por outra feita edifícios erigidos no meio de um parque como um símbolo técnico da qualidade do habitar. Como dizia (Heidegger, 1994) “*Habitar não é apenas estar.*”

3.3 - Entre o antigo e a modernidade, a cidade ideal e a valorização da cidade tradicional

Segundo alguns autores a cidade quanto mais densa for nas funções e vivências de proximidade que tem para oferecer, maiores possibilidades será de esperar em que esta possa encerrar as actividades se justapõem de forma mais equitativa, maiores preocupações ecológicas, abertas, e assim poderá conseguir-se uma experiência de maior sustentabilidade, em que *“a arte, a arquitectura e paisagem possam emocionar e satisfazer o espírito humano”* (Rogers, 2001).

Pode-se dizer então que numa cidade compacta os espaços se convertem em multifuncionais, muito diferente dos espaços monofuncionais que geralmente se encontram nas cidades dispersas. Assim, para encaminhar de volta os moradores para o centro das cidades é propósito fundamental um planeamento sustentável, ao mesmo tempo que as estratégias habitacionais sejam apoiadas por políticas que melhorem a qualidade ambiental, dos jardins, parques, das zonas húmidas e de rios, do ar, a segurança nas ruas, a educação e a mobilidade na cidade.



Figura 3.3 – Vista da cidade de Roma e da praça Navona, a conjugação da arte e da história.

Então, para a sustentabilidade urbana, poderá concluir-se que as áreas centrais não devem ser diluídas mas sim adensadas, devendo-se conter a expansão urbana de forma controlada, uma ideia muito diversa do princípio do modernismo muito aplicada no século XX. Existem diferentes exemplos de distintos ambientes urbanos, podendo o contraste entre os diversos

muito diferentes como por exemplo se pode ver nas cidades de Roma e de Tóquio, Figura 3.3 e Figura 3.4.



Figura 3.4 – Centro de Tóquio, a tecnologia, os espaços delimitados para os peões e a valorização dos meios de locomoção por viaturas automóveis (imagens Google, 2011).

Foster conclui que as cidades compactas e mais densamente povoadas são mais sustentáveis que qualquer metrópole dispersa e apresenta os exemplos de Copenhaga, Hong Kong, a cidade de Mónaco e a zona da Manhattan com o grande parque verde de Central Park, espaços adaptados aos peões, reduzido número de veículos particulares a circular nas vias e um bom sistema de transportes públicos (Foster, 2011).

Copenhaga é uma cidade europeia, que apresenta uma forma compacta e que serviu de modelo às primeiras cidades americanas como Boston e São Francisco. Em densidade de população Copenhaga ocupa um lugar intermédio nas cidades da sua importância, com edifícios baixos e um esquema de vias que favorece o peão, o transporte público e o uso generalizado da bicicleta (Foster, 2011). Como outras cidades equivalentes Copenhaga situa-se nos lugares mais elevados nos parâmetros que permitem estabelecer a qualidade de vida nas cidades.

A diversidade funcional é um factor fundamental para preservar a vida das comunidades nos centros urbanos. A diversidade de funções tende a se anular quando da presença densa do automóvel, factor que elimina os movimentos dos peões e reduz as acessibilidades pedonais.



Figura 3.5 – Centro de Copenhaga, as pessoas, os espaços para circulação de peões, os veículos de locomoção por bicicleta (Google, 2011).

Devido a concentração de usos e diversidade de oportunidades estas cidades conhecem um período de prosperidade económica, ao contrário de outras comunidades monoculturais suburbanas que apresentam dificuldades económicas, perda de oportunidade de emprego, e consequente abandono pela população de zonas residenciais.

Assim, pode-se questionar como podemos olhar para o passado das cidades e retirar daí ensinamentos para o planeamento das cidades actuais? Como nos melhores exemplos, as cidades deverão oferecer uma diversidade de espaços para viver, trabalhar, lazer e descansar numa combinação de intimidade e sentimento de comunidade.

Mas nem sempre este caminho, que parece óbvio, foi deste modo encarado. Ao longo da história as cidades foram construídas pedra sobre pedra, as paisagens “... evoluíram ao longo do tempo, na maior parte do tempo de forma serena, até à rotura do século XX, com as novas necessidades da nova modernidade na forma e no conteúdo.” (Costa, 2002).

Esta nova modernidade e as suas novas necessidades levaram a que na maior parte dos casos e sítios se abandonasse ou destruísse o velho e se construísse o novo, desvalorizando a história e as “...sucessivas sedimentações e transformações” (Costa, 2002). Depois, quando se pretende reavivar a história, começa-se por valorizar e mistificar alguns dos momentos construídos que nos parecem mais merecedores e que nos aparecem logo como sendo os nossos monumentos que, na maioria dos casos, não mais acentuam do que uma descontinuidade com o passado pelo simbolismo, muitas vezes nacionalista, com que se apresentam.

Verifica-se que, com o tempo, o interesse pelo património está invariavelmente a crescer, pela nostalgia, necessidade de autenticidade, de sentido de identidade e de pertença a um lugar, de sobrevivência económica, juntando-se-lhe enormes interesses culturais e comerciais. Muitas das vezes pretende-se recuperar o passado, mas será que é possível essa recuperação se não houver uma atitude de continuidade, e mesmo de resistência a essa continuidade, quando se pretende esquecer o passado através destruição daquilo que é tudo menos monumento?

Assim (Costa, 2002), concentrando-se no exemplo nacional, diz que “...em Portugal há uma situação concreta de destruição sistemática e indiscriminada de tudo o que pode ser considerado património... Parece ser necessário somar à classificação a intervenção arquitectónica e desenvolver a consciência popular patrimonial”.

Com o aprofundamento desta consciência, e devido a esta evolução, pode ter-se “...cidades passivas, reactivas, proactivas e interactivas” (Mendes, 2011). Na sua melhor forma a cidade é um local de grande actividade, pólo de aglomeração de uma sociedade de elevado potencial, forte actividade social, decisão democrática, actividade cultural, interacção ambiental, pólo tecnológico e financeiro e uma disposição para maximizar as suas decisões e trabalho em seu próprio benefício.

Com as tendências de evolução das sociedades que as tecnologias incrementam, as cidades têm obrigatoriamente de mudar. A manutenção do estado constante e imperturbado já não é viável devido às ameaças e oportunidades do mundo em mudança rápida e profunda que exigem actuação. Mas será sempre assim? As cidades que se mantêm estável no seu estilo e funções, no seu ambiente não serão também as mais apetecíveis, precisamente por não seguirem a rápida evolução que muitas pessoas tentam evitar. A cidade calma e estável pode ser o melhor lugar para se viver. Está-se perante a decisão de um equilíbrio sensível, difícil de se conseguir e cuja fronteira obriga ao desenvolvimento de estudos em que se junta o passado histórico, o que se pretende para o futuro e se determina no presente.

Pode ser que o ponto de vista anterior seja o procurado mas, mesmo assim, a visão e a estratégia das cidades que evoluem e acompanham os novos tempos terão de saber interpretar constantemente as tendências das sociedades e avaliar o impacto dessas mudanças e da

estratégia que resolve implementar. Perante esta exigência de actuação são possíveis quatro caminhos nomeadamente a passividade, a reactividade, a proactividade e a interactividade (Mendes, 2011), estando-se perante cada uma destas actuações em perspectivas de desenvolvimento futuro diversas.

Nalguns casos o elevado nível de especialização atribuí imediatamente às cidades designações daquilo que realmente o são, como é o caso de cidade em estudo de Santa Maria da Feira, de características de imagem marcadamente medievais. Mas pode-se ter as cidades portuárias, as cidades mineiras, as cidades têxteis, as cidades da tecnologia, as cidades da economia e finança e muitas outras.

Verifica-se que nas últimas décadas se assistiu à decadência deste modelo de funções singulares. Como referido a multiplicidade de desafios e de exigências é tão pertinente que a mono-especialização tornar-se-á uma opção insustentável e inviável a médio prazo. Assim, as características mais decisivas para a evolução das cidades serão a diversidade e a capacidade de intervenção, de criatividade e inovação no tempo adequado, atrair talentos, estimular a inovação, estar sempre em ligação com o ambiente e sociedade que a rodeia e assumir a sua autenticidade.

A cidade segundo (Mendes, 2011) deverá ter pelo menos um dos modelos preponderantes seguintes e potenciar todos os outros modelos, dependendo a sua imagem de como transpira mais ou menos esses modelos. O sonho duma cidade espelha a sua aspiração e imagem. Deste modo segundo as dimensões de sucesso da cidade serão cinco:

“A cidade intelectual na medida em que gera ou atrai talentos que são um recurso indispensável na sociedade do conhecimento e da criatividade.

A cidade inovadora, capaz de produzir ideias inovadoras e de as aplicar no seu desenvolvimento, que fomenta a investigação e o empreendedorismo e que combina essas valências com as infraestruturas que possui.

A cidade conectada que fomenta as relações em rede com outras comunidades, o equilíbrio social e económico, os transportes públicos, a presença de estudantes estrangeiros, o acesso à informação e a facilidade e meios de incentivar a mobilidade das pessoas.

A cidade sustentável que fomenta a redução da dependência dos combustíveis fósseis na procura da sustentabilidade, com sistemas de transporte menos poluentes e menor poluição visual e sonora do automóvel.

A cidade autêntica que mantém as suas características únicas e irrepetíveis que se transformam na sua vantagem mais competitiva, a cidade com os seus comportamentos genuínos, a sua programação cultural genuína e o seu património, e que mantém padrões de qualidade potenciando esses factores.”

3.4 - A reabilitação como um processo de desenvolvimento sustentável

Uma reabilitação participa num processo contínuo de um palimpsesto ao longo de séculos, torna-se num livro que pode ser lido de muitas formas e através de muitas épocas. Num edifício, rua, praça ou lugar poderemos encontrar vestígios de todas essas fases. É também uma arquitectura vivida de fora para dentro e de dentro para fora das construções, numa função memorial da arquitectura, ao representar o presente mas também como testemunho da imagem e da história dos locais. É esta a enorme função da arquitectura na reabilitação das cidades. Um edifício não se pode resumir a uma fachada e a um cenário para ser visto do exterior por quem passa. A reabilitação é, assim, uma lição de história de um determinado local e das gentes que aí viveram ao longo de gerações.

Também como refere (Rodrigues, 2007) “ *A arquitectura foi quase sempre, ao longo de uma tradição secular, um processo construtivo ligado à envolvente eco-sistémica. A arquitectura vernacular está cheia de soluções ecológicas.*” Para além da importância da história verifica-se também a importância da “*geomorfologia do lugar*” na arquitectura construída, aspectos que não deverão ser esquecidos mas antes integrados na construção da cidade contemporânea, como processo de desenvolvimento ecológico e social auto suportado.

A reabilitação urbana estende-se para além da reabilitação do conjunto edificado, abrangendo temas e objectos mais alargados como por exemplo os aspectos sociais, os espaços públicos e o reforço dos valores e memórias que permitiram criar e que constituem a cidade que hoje existe. O património construído pelos homens pode ser classificado segundo diversas categorias. Assim, pode ser classificado como património construído, arquitectónico, de

carácter monumental, urbano e paisagista. Segundo (Choay, 2011) a sua implantação temporal também pode ser organizada como histórico ou contemporâneo.

No entanto, apesar de todo este património, é apenas isto que “eu” quero ver? Só e apenas edifícios, praças, ruas? e as pessoas, mais todos os outros seres vivos, e as suas actividades? Ou o património é tudo isto juntamente com uma vivência conjunta ao longo do tempo. Analisar o património obriga a observar todos estes factores e avaliar as suas inter-relações e daí tirar conclusões para qualquer intervenção. Claro que uma visão tão abrangente obriga ao recurso a imensas áreas do conhecimento.

O processo de reabilitação de núcleos históricos e residenciais é uma das melhores estratégias para melhoria das condições de vida, em contraste com a banalização do espaço urbano das áreas centrais e da periferia das cidades. Com bases na afirmação anterior formulam-se as seguintes hipóteses como desejáveis e possíveis:

- Os núcleos habitacionais e centros históricos degradados ou abandonados apresentam um grande potencial de reorganização (*re-urbanização*), ordenação e reabilitação do edificado e são de grande importância para a coerência no seu conjunto das vilas e cidades;
- A reorganização, ordenação e reabilitação desses núcleos é um projecto estratégico para a renovação e consolidação da cidade;
- A reorganização, ordenação e reabilitação desses núcleos permite equilibrar e diminuir as desigualdades que muitos territórios apresentam com diferentes níveis de urbanização.

José Aguiar no artigo, que redige sobre a reabilitação urbana de Guimarães (Aguiar, 2000), descreve em três itens essa experiência, que reflecte o modo da intervenção realizada em Santa Maria da Feira, e que se apresenta no Capítulo 7 -:

“Uma reabilitação para e pelas pessoas, contra a “gentrification”; a conservação estrita dos valores identitários e de autenticidade, preservando as qualidades referenciais existentes na arquitectura da cidade histórica, prolongando-as para um território submetido a um desmesurado processo de desenvolvimento e de

transformação; a garantia da continuidade das permanências essenciais de longo prazo, a cidade enquanto monumento, na estrutura da sua morfologia e tipologia fundiária), conservando as qualidades formais já sedimentadas (a arquitectura erudita e vernácula que construiu, no tempo, este “Centro Histórico”, mas conseguindo integrar as novas oportunidades e resolver mais rapidamente as intempéries.”

Nos anos da década de 1960 procedia-se à “*renovação urbana*” através da substituição simples do existente, na segunda metade dos anos de 1970 e princípio dos anos de 1980 era implementada a reabilitação urbana de fachada e após estas tendências passou-se à introdução e manutenção de uma estratégia de “*conservação do património urbano*” (Choay, 2008).

Muitas vezes a reabilitação desenvolve-se contra o planeamento estabelecido rígido, baseado em normas regulamentares irrealistas diante do próprio tempo. O tempo pode mesmo obrigar a seguir uma prática de projecto e desenho que acompanhe as vivências e realidades actuais. A redescoberta dos instrumentos da reabilitação urbana e arquitectónica por estudo dos locais, físico, cultural, económica, construído, pode partir, segundo (Costa, 2003), da análise dos seguintes temas:

“1 – A crescente utilização da área patrimonial das cidades: A reabilitação deverá proporcionar ao transeunte o contacto numa visão alargada com a realidade construída e com os princípios fundamentais dos objectivos da reabilitação arquitectónica.

2 – As questões para análise relativas as áreas urbanas históricas são principalmente as seguintes: As áreas periurbanas, periferias, a renovação e reabilitação das zonas históricas urbanas, degradação e desqualificação do espaço histórico urbano, integração social e humana no espaço histórico urbano, as ribeirinhas e as zonas costeiras e a mobilidade em áreas urbanas históricas.

3 – Caracterização e diagnóstico das áreas urbanas históricas: A forma e as funções da cidade, diagnóstico, reconhecimento e identificação de problemas, valores e potencialidades, leitura e análise do suporte físico das áreas urbanas, história e património do edificado e do espaço natural, uso actual do solo, a importância da imagem da cidade e desenho urbano no planeamento da cidade, a importância do

espaço público e a intervenção na cidade existente e a intervenção do projecto e desenho da arquitectura como meio de reabilitação.

4 – O conceito de sustentabilidade aplicado aos espaços urbanos. As funções de habitação, trabalho, cultura, lazer, circulação e serviços de apoio à comunidade: Definição das grandes linhas de orientação, áreas de espaços centrais, espaços de expansão urbana, áreas de reconversão e renovações urbanas, os espaços comunicação e de interfaces de transporte, as grandes infraestruturas e os espaços de equipamento da cidade.”

O processo de reabilitação encontra-se directamente relacionado com a sustentabilidade. A tendência actual é para que se desenvolva uma urbanização mais compacta em que o consumo de energia seja menor e proveniente de fontes renováveis. No passado as cidades não dependiam do automóvel para a sua sobrevivência e dispunham de mais vastos espaços verdes.

Vivemos num planeta que cada vez mais tem maior dificuldade em oferecer as coisas que a humanidade requisita, e tudo isto numa época em que a população continua a aumentar, que por sua vez vai pretender também muitas mais coisas (Foster, 2011). Ao mesmo tempo a capacidade do planeta Terra para proporcionar os alimentos suficientes, tais como água e combustível, principalmente os combustíveis fósseis, encontra-se em diminuição.

Também como o mundo está ligado por conexões complexas a todos os níveis, o que se passa num determinado país afecta rapidamente qualquer outro país, ainda que este se encontre distante. Em épocas anteriores as mudanças do modo de vida das populações eram lentas. Actualmente processam-se mudanças muito rápidas, bastando uma década para se registar mudanças drásticas no modo de funcionamento e vida dos habitantes das cidades.

Estas circunstâncias levam-nos a “*um dever moral e técnico*” de conseguirmos realizar muito mais coisas mas com muito menos recursos, nomeadamente de energia. Isto significa que os edifícios deverão consumir muito menos energia e exigir para a sua construção muito menos recursos. Deverão mesmo conseguir gerar e captar a própria energia de que necessitam os seus habitantes.

No entanto a solução para os problemas do consumo energético não passa apenas pela resolução do consumo dos edifícios mas pela resolução dos problemas que se colocam entre a arquitectura e as infra-estruturas, sendo estas últimas constituídas pelas vias de comunicação, espaços públicos, estruturas viárias e diversos equipamentos. Não é uma realidade estática que se observa, mas uma realidade que evolui devido á evolução tecnológica, em diversos lugares e em diversos países, sejam países já desenvolvidos das sociedades ocidentais sejam países em desenvolvimento de sociedades que até agora estavam esquecidos.

No ponto I da carta de Aalborg (Aalborg, 1994), com o título “Cidades Europeias para a Sustentabilidade” indica que “... *as cidades desempenham um papel essencial no processo evolutivo dos hábitos de vida, da produção, do consumo e das estruturas ambientais. ... Uma vida humana sustentável na terra, não pode existir sem comunidades locais também elas sustentáveis.*” Na nossa sociedade ocidental tendemos a ver a cidade como algo relativamente estático, quando na verdade estas apresentam-se como resultado evolutivo de processos de expansão e de desertificação. Criam-se cidades imensas que dão origem a áreas metropolitanas de milhões de habitantes. Foster (2011) aborda a questão do futuro das cidades a partir de três perguntas, propondo de seguida três possíveis soluções para a nova configuração da cidade:

- “- *Que formas devem ter as novas cidades, tendo em conta as questões que conseguiram, ou não, superar, perante o exame da história?*
- *Como se adaptam as cidades actuais aos novos desafios ambientais? E como se estão a adaptar às mudanças e novas necessidades dos seus habitantes?*
- *A terceira questão refere-se às zonas residenciais exteriores às cidades ao longo das vias que ligam as cidades principais. Que futuro têm na actual realidade? Também se estão a transformar empurradas pelo dinamismo da mudança irreversível?”*

A primeira pergunta coloca-nos perante o primeiro passo de começar por observar e analisar a realidade histórica e o presente. A segunda pergunta obriga-nos a prever o futuro conhecendo a realidade passada e actual e a terceira questão coloca-nos perante o problema fundamental de como ligar todas estas realidades com todos os factores associados a cada uma.

A história do automóvel é recente e o centro histórico das cidades viu-se de forma forçada a realizar uma adaptação brusca e violenta para conseguir a adaptação rápida e possível. É uma faceta da evolução da mobilidade crescente da nossa sociedade em que a materialização se deu pela ocupação das ruas para circulação automóvel e os espaços livres e praças para lugares de estacionamento. As filas enormes desde o centro da cidade até à auto-estrada como símbolo de sucesso e de progresso. Os parqueamentos automóveis tão próximo do centro completamente saturados e esvaziamento rápido dos seus ocupantes preparados para viver um momento da história como que se tudo se passasse “*numa feira popular*”.

O problema da adaptação das cidades às mudanças coloca-se de modo mais premente nas grandes metrópoles e cidades, mas é também um problema de todos e assim das pequenas e médias cidades. O mundo progride para uma figura de existência cada vez mais urbana. Actualmente mais de metade da população vive em metrópoles urbanas, observando-se que o *homo sapiens* caminha inexoravelmente para um “*homo sapiens urbanus*” em praticamente todo o mundo (Mendes, 2011).

Pretende-se que o processo de reabilitação e requalificação das cidades seja mais do que recuperar e beneficiar fisicamente estas áreas, devendo o evoluir para um conceito de reabilitação integrada e sustentada numa nova política urbana que procura a requalificação da cidade pelo desenvolvimento de estratégias de intervenção em conjuntos e amplas destinadas a potenciar os valores culturais, sociais e económicos, ambientais e funcionais destas áreas urbanas, de molde a construir a sustentabilidade e a qualidade de vida das populações residentes.

Estas mudanças acontecem porque as cidades propiciam um melhor local para viver, o que não é apenas sinónimo de habitar. Mas, efectivamente há a possibilidade de partilhar espaços de diferente qualidade urbana, variedade de trabalho, estudar, ter possibilidade de participar em actividades culturais, participar em eventos e desempenhar os deveres e acesso aos direitos do cidadão.

No gráfico seguinte pode-se observar a evolução do último século e uma projecção até meados do presente século. Segundo as Nações Unidas vivem actualmente em cidades cerca

de 3,5 biliões de pessoas, estimando-se que esse valor poderá chegar a cerca de 6,4 biliões em 2050 (Mendes, 2011).

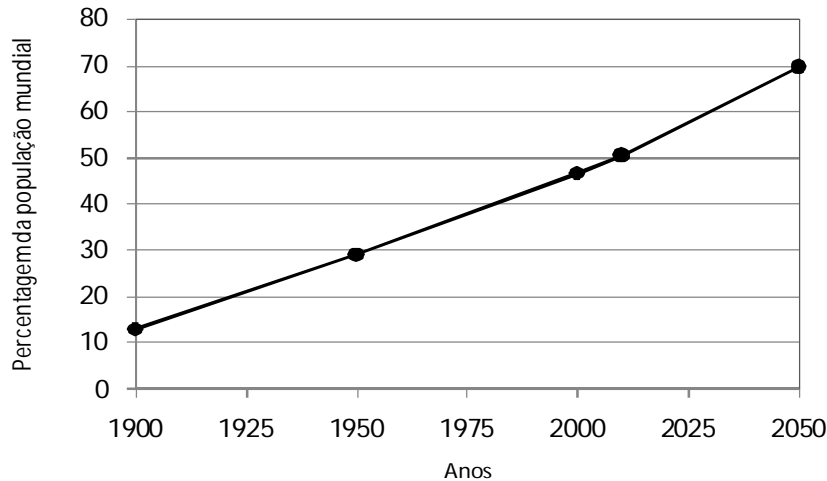


Figura 3.1 – Evolução e projecção da população a habitar nas áreas urbanas desde 1900 até 2050 (Mendes, 2011).

As cidades tendem a organizar-se pela lógica da economia do conhecimento (Mendes, 2011). São no seu funcionamento concentrações de pessoas e actividades. O percurso de cada cidade, principalmente no modo como se relaciona com a evolução do meio que a rodeia, próximo ou distante, marca a sua forma e actuação. Mas esta vivência só se consegue com a presença da memória do passado. A evolução da sociedade passa, como dizia (Giovannoni, 1931) pela *“...compatibilidade entre a conservação do património urbano antigo e a sua organização com a urbanidade moderna, que apresenta novas exigências e às quais esta se deverá adaptar mantendo a sua identidade através de análise reflexiva e crítica.”*

Renovar e requalificar os espaços construídos ao longo dos séculos permite que a sociedade humana se mantenha ligada ao meio natural a que pertence como seres vivos, numa relação com a sua natureza para uma existência física e espiritual e que a protege da sociedade moderna que evolui mas que ao mesmo tempo perde as raízes da sua verdadeira natureza, uma realidade tridimensional articulada com a paisagem e os seus percursos, e toda a memória do passado que permite dar continuidade, ou transformar, o presente e definir objectivos para o futuro.

4 - A REABILITAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DOS CENTROS HISTÓRICOS. OS CONCEITOS, AS CARTAS E AS RECOMENDAÇÕES

“As cidades são precisamente contentores de vida, e para serem vivas têm de ser abertas à transformação; e para se transformarem são necessários planos e projectos...”.

(Gonçalo Byrne, in “Colecção Arquitectos Portugueses”, 2011)

4.1 - Intervir na cidade e sobre o seu património urbano

A noção do património e dos conceitos e procedimentos para a sua reabilitação são questões que evoluíram ao longo do tempo e de modo mais significativo ao longo das últimas décadas. A reabilitação e requalificação urbana e arquitectónica dos centros históricos, como factor de mais valia das cidades, constituiu um factor muito importante para o desenvolvimento e dinamização económica e social das sociedades, além de permitir a preservação da memória cultural e identidade colectiva das populações.

Actualmente o património já não é tratado como uma memória do passado, mas como uma parte de um meio físico e intelectual que é vivido pela sociedade. No entanto esta noção ainda pode ser, e é frequentemente, entendida como estando limitada à construção de um cenário destinado à promoção e manutenção de alguma actividade turística. Esta visão não passa de uma forma de transformar o passado num cenário, não se introduzindo novos elementos, nem contribuindo para quaisquer vantagens e evolução da herança do património arquitectónico e natural.

O desenho do território, da paisagem, da cidade, dos espaços públicos e dos edifícios é realizado pelo exercício do planeamento, do desenho e do projecto. Sem transformar estes espaços não é possível a sua reorganização e a sua continuidade como locais de permanência e de passagem no território humanizado. Seja nos edifícios ou nos espaços que definem as cidades, a reabilitação será sempre imprescindível como complemento da criação, não

podendo estas duas áreas, desenho de projecto e reabilitação, ter tratamentos e abordagens independentes. A intervenção na cidade e nas áreas urbanas históricas considera um conjunto de programas e projectos que abarcam diversas iniciativas com vista a reestruturação e revitalização de funções, actividades e de serviços ligadas à economia local, a recuperação e revitalização do património edificado e a melhoria social e cultural nesses espaços para os seus habitantes.

A valorização dos monumentos, edifícios e dos espaços antigos nas cidades, que muitas das vezes podem não constituir efectivos “centros”, nem sequer ser muito “antigos”, não se limita apenas aos elementos puramente físicos, existe sempre, como visto nos capítulos anteriores, um valor do conjunto e do local e a presença de uma identidade colectiva. Também a análise das reformas urbanísticas deverá ser efectuada através de uma metodologia de análise global e coerente de valores para o futuro, porque “...*uma intervenção urbana pode perder-se num espaço em que a planificação não existe*” (Ferreira, 1984). Estudar e delinear os procedimentos para a intervenção na cidade, quer seja através da reabilitação ou requalificação, requer que se desenvolvam estudos para perceber e caracterizar as áreas da intervenção e suas relações e posicionamento estratégico com o conjunto urbano (Portas, 1984).

Nas sociedades ocidentais o conceito de espaço urbano está relacionado com a cidade pela agregação de pessoas, infra-estruturas e serviços comuns e colectivos e que se situam numa zona limitada do território, podendo essas áreas apresentar maior ou menor densidade populacional, de edificações e serviços, na maioria dos casos com identidade específica e que caracteriza de forma singular esses lugares.

A reabilitação através da arquitectura contemporânea poderá transformar e melhorar de forma significativa os locais, a nível dos edifícios, vias, praças e espaços urbanos a habitar pelo homem. Os locais históricos podem evoluir assim para novos patamares de qualidade, não ficam perdidos no tempo e nunca mais serão os mesmos. Poderá acontecer que as populações se fixem nesses locais, mas como é possível fazer com que isso aconteça, senão apenas através de um melhor planeamento e uma melhor arquitectura? Neste ponto o nível de conhecimentos exigidos para uma intervenção é enorme e envolve muitos conhecimentos. A

dificuldade pode ser muito superior a qualquer intervenção num local virgem e sem preexistências.

A percepção destes factos é geralmente aceite pela grande maioria das populações e ainda muito mais pelos técnicos esclarecidos que abarcam as variadas áreas do saber. No entanto, não é este o caminho que se verifica ser seguido na evolução urbana de muitas das cidades. A necessidade em reportar e analisar casos de cidades que conheceram progressos e evoluções muito positivas é assim muito importante, como exemplos que comprovam a necessária reflexão das afirmações anteriores. Através da sua análise podem-se inferir quais as medidas que foram implementadas que poderão ser muito úteis para futuros casos de projectos a implementar em outras localidades, evitando-se que se cometam erros por vezes totalmente irremediáveis e com danos que se irão reflectir no futuro dessas cidades. Caso contrário, depois do simples restauro ou reabilitação, ou pior ainda da construção de um qualquer cenário, o que restará? Um teatro sem figurantes, ou apenas com figurantes de passagem? A contrariar este ponto de vista, básico e elementar, do que é reabilitar a cidade, contrapõe-se a integração da arquitectura na reabilitação que possa ser vivida de forma verdadeira pelas pessoas (Zevi, 2004).

4.2 - A reabilitação urbana e arquitectónica

A evolução dos conceitos e metodologias relacionados com o património arquitectónico e arqueológico, principalmente no último século, e definição dos conceitos associados à reabilitação urbana evoluíram desde a noção pontual do património como monumento até conceitos que abrangem áreas urbanas de grandes dimensões e que não se limitam apenas ao construído.

De acordo com o Concelho da Europa (Pinho, 2006), a reabilitação urbana e arquitectónica é actualmente vista como “... *um processo de revitalização ou regeneração urbana a longo prazo. É acima de tudo um acto político com o objectivo de melhorar componentes do espaço urbano e o bem estar e qualidade de vida da população em geral. Os seus desafios espaciais e humanos requerem a implementação de políticas locais. A reabilitação forma assim parte de um projecto de desenvolvimento urbano, exigindo uma abordagem integrada que envolva todas as políticas urbanas.*”

Deste modo, como refere (Barros, 2006), os principais objectivos na reabilitação e requalificação de um território ou ambiente urbano, quando olhada numa perspectiva ao longo do tempo muitas das vezes de longo prazo, dirigem-se para a melhoria da qualidade do território satisfazendo as necessidades da população, principalmente nos sítios mais degradados ou em decréscimo através dos seguintes objectivos:

- *“Garantir a conservação integrada do património cultural;*
- *Garantir acesso a uma habitação satisfatória para todos;*
- *Promover a coesão territorial;*
- *Contribuir para o desenvolvimento sustentável das cidades através da gestão cautelosa do ambiente.”*

A reabilitação urbana tem então como principais objectivos o desenvolvimento do tecido social e urbano, e assim considera a intervenção do ordenamento do território e meio ambiente, nos diversos espaços públicos, desenvolvimento das infra-estruturas técnicas e culturais e de todo o património edificado. Coloca-se logo a questão do que se pretende com a reabilitação e requalificação, se é apenas a salvaguarda das estruturas ou dotar e garantir uma função activa na revitalização e sua vivência num ambiente urbano. Assim terá de fazer parte deste processo de convivência, a aceitação do antigo, do novo e do que poderá ser projectado.

A elaboração de normas a nível internacional sobre o património natural, arquitectónico e arqueológico é um trabalho de desenvolvimento recente. No entanto, existem registos dessas tentativas que datam do período antigo, assinalando-se um decreto de cerca do ano de 44 d.C. descoberto na cidade de Herculano em Itália, que obrigava a pagar às autoridades o dobro do preço da compra a quem demolisse um edifício com fins especulativos. Na Idade Média as medidas protectoras são muito reduzidas, sendo a partir do Renascimento que se verifica uma preocupação em proteger os monumentos e achados arqueológicos através da publicação pela igreja de normas que visam a protecção contra o roubo e utilização de partes dessas construções para novas construções (Lopes, 2004).

No período da revolução francesa, e como forma de evitar as frequentes e por vezes irreversível destruição do património, são criados e adoptados princípios para salvaguarda dos

monumentos históricos, da ciência e da arte, que passam a ser considerados património cultural da França, reconhecendo o seu valor educativo, levando a que, na sequência do exemplo francês, diversos estados da Europa criassem entidades que progressivamente irão fazer o inventário organizado dos bens móveis e imóveis e promover a sua classificação e protecção (Choay, 2008).

Em finais do século XIX e princípio do século XX realizam-se os primeiros esforços para definir critérios para a protecção do património, mas é a partir da primeira guerra mundial (1914-1918) que surgem as primeiras normas internacionais dirigidas para a protecção do património (Lopes, 2004). No decorrer do século XX e até ao início da primeira guerra mundial a maioria dos países europeus irá legislar e criar organismos que terão a responsabilidade da protecção do património arquitectónico e arqueológico.

Em Portugal criaram-se a partir de 1870 várias *Comissões dos Monumentos Nacionais*, com carácter temporário até 1893, aparecendo o primeiro decreto com repercussões práticas em 24 de Outubro de 1901. Nesta época decorrem em diversos países um número cada vez maior de intervenções de restauro em monumentos. A partir destas intervenções e da experiência da sua realização irá ter início a definição das várias concepções teóricas para intervenção nos monumentos, e cujas bases teóricas de intervenção irão ter reflexos decisivos na elaboração das normas internacionais criadas a partir de 1930. Estas correntes, por ordem cronológica, de intervenção foram as seguintes, e tiveram como protagonistas figuras notáveis neste domínio:

- O restauro arqueológico, com Giuseppe Camporesi (1761-1822);
- O restauro estilístico, com Viollet-le-Duc (1814-1879);
- O movimento anti-restauro com John Ruskin (1819-1900);
- O valor da arte e o valor terrestre da sua utilização com Alois Riegl (1858-1905);
- O restauro histórico com Luca Beltrami (1854-1933);
- O restauro moderno ou restauro filológico de Camillo Boito (1836-1914);
- O restauro científico de Gustavo Giovannoni (1873-1947);
- O restauro crítico de Roberto Pane (1897-1987).

A evolução dos pensamentos dos modelos anteriores permitiram chegar aos conceitos actuais de reabilitação integrada, com preocupações nos aspectos sociais das intervenções no

património e preocupações de sustentabilidade. A evolução das reflexões anteriores encontra-se descrita no livro fundamental de Françoise Choay (Choay, 2008), que apresenta a evolução dos conceitos da noção do património ao longo dos últimos cinco séculos, com maior desenvolvimento para a evolução verificada nos séculos XIX e XX.

Nesta obra apresentam-se as noções de património e património histórico (monumento e monumento histórico), podendo-se aprender a noção do património de forma clara. Aborda os temas “Os humanismos e o monumento antigo”, “O tempo dos antiquários. Monumentos reais e monumentos figurados”, “A revolução francesa”, este último sendo um texto de carácter histórico sobre como foi encarada a conservação e destruição do património no contexto da revolução francesa. No ponto “A consagração do monumento histórico 1820-1960”, são tratados com pormenor os pontos de vista divergentes entre Ruskin de origem inglesa, e Viollet-le-Duc de origem francesa, sendo uma matéria muito importante pois permite enquadrar as noções divergentes sobre a conservação e intervenção no património entre duas perspectivas opostas, e que ainda hoje tem repercussões. As noções de evolução do património urbano da cidade histórica podem segundo (Choay, 2008) ser caracterizadas em três momentos determinantes, que são o momento memorial, o momento historicista e o momento integrador.

O momento “*memorial*”, a figura memorial, teve como figura mais importante John Ruskin em Inglaterra nos anos sessenta do século XIX, que preconiza a preservação das cidades históricas europeias, valorizando a importância cultural dos monumentos mais significativos, mas não considerando os conjuntos urbanos históricos, a arquitectura vernácula e sem autor que construiu a cidade. Rejeita a natural evolução no tempo e em estilos da cidade, advogando essencialmente o papel memorial e as identidades culturais específicas. Esta posição quase que confina a cidade ao passado, contudo pretende ser uma protecção contra as transformações radicais com que os conjuntos edificados se deparam com a revolução industrial. Perspectiva-se assim na perspectiva de John Ruskin as cidades anteriores ao início da era industrial, que constituem as cidades históricas intactas de pequena e média dimensão, e as cidades do novo mundo tecnológico correspondentes a grandes metrópoles do século XIX cuja história recente não lhes permite ter ainda uma memória histórica a preservar.

O momento “*historicista*”, que corresponde à figura histórica do património e que tem um papel propedêutico, na segunda metade do século XIX com o historiador vienense Camillo Sitte, que analisa a falta de qualidade estética da cidade contemporânea do seu tempo. Sitte assenta a sua investigação sobre a cidade histórica como base para a sua reflexão. Segundo (Choy, 2008,) o pensamento de Sitte situa-se na ideia de que “*A armadura urbana pré-industrial e, sobretudo, as pequenas cidades ainda quase intactas, tornavam-se nos vestígios frágeis e precisos de um estilo de vida original, de uma cultura em vias de extinção, a proteger incondicionalmente e, no limite a colocar nas reservas ou a museologizar*”.

A partir do estudo das formas urbanas da cidade histórica, das quais Sitte estuda exemplos de dezenas de cidades antigas, seus espaços públicos, relação entre o cheio e o vazio, Sitte procura descobrir os princípios imutáveis que permanecem verdadeiros ao longo de séculos e são aplicados pelas diversas civilizações, e pensa a figura histórica, o papel museológico da cidade, ou seja o tornar pensável a museologização da cidade antiga. Para Sitte a cidade pré-industrial é uma herança do passado, mas pode assumir de forma positiva o aparecimento e urbanização da cidade mais recente, sendo possível a partir da cidade antiga deduzir a nova “*estética urbana apta a responder às especificidades da era industrial.*” e da qual identifica a praça pública como o “*paradigma das formas urbanas*” (Barros, 2006).

Identifica assim um fenómeno, desde a cidade medieval até á cidade barroca, que “*as distintas configurações de cidade não comprometeram a continuidade da beleza urbana*”, podendo para isso, a partir do seu estudo, constituírem-se como modelos para a nova cidade do período industrial, o que está traduzido nas palavras de (Choay, 2008) de que “*Ao longo do tempo os estilos também coexistiram.*”

Por último o momento “*integrador*”, na figura historial, que pode ser definida como a síntese e a evolução das duas fases anteriores. Este momento aparece com a obra de Gustavo Giovanoni “*Vecchie Città ed Edilizia Nuova*” (Giovannoni, 1931), e no qual este sintetiza e aplica pela primeira vez a noção de património urbano, evoluindo face aos dois elementos anteriores. É um autor fundamental e que se reflecte no que actualmente se realiza na reabilitação dos centros históricos. Giovanoni “*...concede simultaneamente um valor de utilização e um valor museológico aos conjuntos urbanos antigos, ao integrá-los numa concepção geral da organização territorial*” (Choay, 2008).

“Uma cidade histórica constitui em si um monumento, quer pela sua estrutura topográfica, quer pelo seu aspecto paisagístico, quer ainda pelo carácter das suas vias e pelo conjunto dos seus edifícios maiores e menores.”

In “*Vecchie Città ed Edilizia Nuova*”, (Giovannoni, 1931)

De acordo com (Choay, 2008) “*A teoria de Giovannoni antecipa, com mais subtileza e complexidade, as diversas políticas dos sectores protegidos que foram desenvolvidas e aplicadas na Europa desde 1960. Ela contém também em germe os seus paradoxos e dificuldades*”. A cidade histórica passa a ser entendida como um tecido vivo e integrado, e assim passa a ser entendida como “*... um novo tipo de monumento colectivo que será a cidade histórica*”. Ao proclamar o conjunto urbano da cidade histórica, Giovannoni define novos critérios de protecção e de restauro passando esta a definir-se pela sua estrutura, morfologia, paisagem e imagem urbana, aumentando ao mesmo tempo “*a importância pedagógica da cidade antiga*” e a sua ligação à cidade recente (Barros, 2006).

Esta posição integradora irá contribuir de modo muito significativo para o avanço das metodologias de protecção dos centros históricos que se virão a desenvolver nas décadas seguintes. Mas, pelo meio, as sociedades *teriam* que conhecer uma outra perspectiva, que já fora de forma insuspeita vaticinada. Segundo a afirmação espantosa de Viollet-le-Duc “*...se é difícil para o homem aprender, é-o ainda mais esquecer*” que é quase como uma apologia do esquecimento que o pensamento no século XX do movimento moderno viria a levar a cabo (Choay, 2008).

4.3 - O património, evolução e conceitos através de documentos, cartas internacionais e recomendações

A noção do património não teve sempre o mesmo significado e evolui ao longo da história. De acordo com a Carta de Cracóvia (Carta de Cracóvia, 2000) o património construído pode ser organizado segundo diferentes tipos:

- *“O património arqueológico;*
- *Os monumentos e dos edifícios com valor histórico;*

- *A decoração arquitectónica, as esculturas e os elementos artísticos;*
- *As cidades e as aldeias históricas;*
- *As paisagens reconhecidas como património cultural;*
- *Projecto de restauro.”*

A Convenção de Granada, realizada em 1985 define património arquitectónico como sendo “*os monumentos, os conjuntos arquitectónicos e os sítios.*” Também, segundo a Carta de Veneza (artº 1º, 1964), a noção de monumento histórico “*...engloba a criação arquitectónica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que são o testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Esta noção estende-se não somente às grandes criações mas também às obras modestas que adquiriram com o tempo um significado cultural. Actualmente considera-se o património pode ser uma obra de arte, um monumento, mas também um lugar e um ambiente de uma aldeia ou de uma cidade.*”

No domínio do património, as entidades mais intervenientes a nível internacional e nacional são as seguintes:

A *UNESCO* – Organização Geral das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, que possui um comité intergovernamental criado em 1972 para a protecção do património cultural e natural de valor universal excepcional denominado “*Comité do Património Mundial*”, (<http://whc.unesco.org/>).

O *ICOMOS* (*International Council on Monuments and Sites*) – Com sede em Paris, foi fundado em 1965 em Varsóvia, após o 2.º Congresso de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos, (www.international.icomos.org).

O *CONSELHO DA EUROPA* – É uma organização internacional fundada a 5 de Maio de 1949, e é a mais antiga instituição europeia em funcionamento. Os seus objectivos são a defesa dos direitos humanos, o desenvolvimento democrático e a estabilidade político-social na Europa em 47 Estados, incluindo os 27 estados que formam a União Europeia (<http://www.coe.int/>).

O IGESPAR, I.P. – O Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico IP, tem por missão a gestão, a salvaguarda, a conservação e a valorização dos bens que, pelo seu interesse histórico, artístico, paisagístico, científico, social e técnico, integrem o património cultural arquitectónico e arqueológico classificado do país (<http://www.igespar.pt/pt/>).

Os textos normativos internacionais sobre o património arquitectónico e arqueológico, que traduzem a evolução ao longo dos séculos XX e XXI do pensamento internacional contemporâneo sobre o património arquitectónico e arqueológico, encontram-se traduzidos nas principais cartas, recomendações e convenções. A primeira carta foi redigida em Outubro de 1931 e correspondeu à Carta de Atenas. Ao longo do século XX foram elaboradas muitas outras cartas e documentos que indicam e organizam os conceitos associados à intervenção sobre o património.

A legislação internacional sobre o património arquitectónico e arqueológico pode segundo (Lopes, 2004) ser ordenada da seguinte forma:

- *“As convenções, tratados ou pactos, aprovados pelos Estados, os quais acordam aplicarem no seu território os princípios expressos nestes documentos;*
- *As recomendações que definem princípios orientadores das políticas de cada Estado, mas sem carácter obrigatório;*
- *As resoluções do Concelho da Europa, que são resultantes de conferências de ministros ou seus representantes, sem carácter vinculativo, e que podem estabelecer modelos para a elaboração de recomendações e de convenções;*
- *As cartas, orientações, princípios, conclusões de encontros, declarações e normas que definem princípios e conceitos de modo a orientar a acção dos intervenientes na intervenção sobre o património arquitectónico e arqueológico, e que não apresentam carácter vinculativo.”*

Já em 1904, nas Conclusões do 6º Congresso Internacional dos Arquitectos realizado em Madrid era feita referência a um conjunto de princípios que ainda mantêm toda a actualidade, como a distinção entre dois tipos de monumentos, aqueles que pertenceram a um determinado período da civilização e que não têm nem terão os usos para os quais foram construídos e

aqueles que continuam a ser utilizados, em que para os primeiros se recomenda que sejam consolidados nas partes indispensáveis para evitar a sua ruína, e os últimos, os monumentos vivos, que devem ser restaurados para continuar a servir a sua função porque “... *em Arquitectura, a utilidade é uma das bases da beleza*”. A restauração devia ainda realizar-se no “*estilo primitivo do monumento*” de modo a conservar a sua unidade. Para a conservação e restauro dos monumentos o Congresso preconizava que deviam ser os arquitectos diplomados ou outros técnicos especialmente autorizados, e sempre com a intercalação do estado, e ainda orienta para a promoção em todos os países a criação de sociedades que tenham a função de defesa do património.

Como o Congresso de Madrid não pretendeu constituir um documento normativo considera-se que o primeiro passo normativo a nível internacional foi a redacção da Carta de Atenas sobre o restauro de monumentos de 1931 (Lopes, 2004). A partir deste congresso foi redigido o documento “*Resolução sobre a conservação de monumentos históricos e de obras de arte*” o qual foi aprovado em 1932 pela Sociedade das Nações, constituindo o primeiro documento jurídico onde é referido o tema do património da humanidade.

Um outro resultado muito importante da realização da Conferência de Atenas foi a formação em 1933 da Comissão Internacional dos Monumentos Históricos que viria a tornar-se a precursora do ICOMOS, organização internacional que tem desenvolvido trabalho no âmbito das formas de intervenção no património. Em Agosto de 1933 realiza-se o 4º Congresso Internacional de Arquitectura Moderna (CIAM) que deu origem à Carta de Atenas sobre o Urbanismo Moderno. O 5º capítulo desta carta é dedicado ao património histórico das cidades.

No 2º Congresso realizado em Maio de 1964 em Veneza foi aprovada a *Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios*, que passou a ser designada por Carta de Veneza, que constituirá talvez o texto mais marcante como documento doutrinário e técnico até então elaborado, mantendo ainda uma actualidade admirável (Lopes, 2004). Quando da perspectiva da sua revisão nas assembleias do ICOMOS de 1975 e 1978 foi-lhe atribuída uma importância tal que foi considerado um texto histórico, criando-se posteriormente cartas mais específicas sobre a intervenção no património, mas que tem como base esta carta.

Segundo o IGESPAR as principais Cartas e Convenções Internacionais sobre Património são as seguintes:

- 1931 – Carta de Atenas – Escritório Internacional dos Museus/Sociedade das Nações
- 1964 – Carta de Veneza – II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos/ICOMOS
- 1972 – Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural – UNESCO
- 1975 – Carta Europeia do Património Arquitectónico – Conselho da Europa
- 1976 - Recomendação sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua Função na Vida Contemporânea – UNESCO
- 1981 - Carta de Florença sobre a Salvaguarda de Jardins Históricos – ICOMOS
- 1985 - Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa, Granada – Conselho da Europa
- 1987 – Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas – ICOMOS
- 1990 – Carta Internacional sobre a Protecção e a Gestão do Património Arqueológico – ICOMOS
- 1991 – Recomendação n.º R (91) 13 sobre a Protecção do Património Arquitectónico do Século XX – Conselho da Europa
- 1992 – Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico (revista)– Conselho da Europa
- 1994 – Carta de Villa Vigoni sobre a Protecção dos Bens Culturais da Igreja – Secretariado da Conferência Episcopal Alemã e Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja
- 1995 – Carta de Lisboa sobre a Reabilitação Urbana Integrada – 1º Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana
- 1997 – Convenção Europeia Para a Protecção do Património Arqueológico (Revista) – Convenção de Malta
- 1999 – Carta sobre o Património Construído Vernáculo – ICOMOS
- 1999 – Carta Internacional sobre o Turismo Cultural – ICOMOS
- 2000 – Carta de Cracóvia sobre os Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído – Conferência Internacional sobre Conservação – UNESCO

- 2001 – Convenção para a Protecção do Património Cultural Subaquático – UNESCO
- 2002 – Declaração de Budapeste sobre o Património Mundial – UNESCO
- 2005 – Convenção de Faro – Conselho da Europa
- 2009 – Declaração de Viena
- 2009 – Carta de Bruxelas
- 2010 – Orientações Técnicas para Aplicação do Património Mundial

Resumidamente referem-se, como enquadramento que permite visualizar a evolução histórica mas sobretudo do pensamento, as principais cartas e recomendações relativas aos princípios sobre a intervenção no património.

i) Carta de Atenas (1931)

A Carta de Atenas de Outubro de 1931, com as conclusões da Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos Serviço Internacional de Museus, redigida em Atenas de 21 a 30 de Outubro, permitiu o desenvolvimento de um amplo debate internacional, que se traduziu na elaboração de documentos nacionais, na actividade do ICOM e da UNESCO e na criação do Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais. Esta carta precedeu a carta que foi elaborada também em Atenas em 1933 no Congresso Internacional de Arquitectura Moderna (CIAM), e teve nela expressa as ideias do arquitecto Le Corbusier.

Nos seus princípios gerais definidos no ponto I a Carta refere que “...*nos diversos Estados representados, predomina uma tendência geral para abandonar as reconstituições integrais e evitar os seus riscos, pela instituição de uma manutenção regular e permanente, adequada a assegurar a conservação dos edifícios. Na situação em que um restauro surja como indispensável, como consequência de degradação ou de destruição, recomenda o respeito pela obra histórica e artística do passado sem banir o estilo de nenhuma época. A Conferência recomenda que se mantenha a ocupação dos monumentos, que se assegure a continuidade da sua vida consagrando-os contudo a utilizações que respeitem o seu carácter histórico ou artístico.*”

Como ideias fundamentais a carta chama a atenção para a conservação e o restauro regular dos monumentos, respeito pelas obras históricas e a ocupação dos monumentos com respeito ao seu carácter histórico. A utilização de materiais modernos como o betão armado não eram permitidos, assim como a utilização de publicidade, postes e fios de electricidade perto de monumentos e a precaução na localização de novas construções na sua área de influência. Recomendava-se também que os estados realizassem o inventário dos seus monumentos históricos e constituísse arquivos com os documentos com estes relacionados.

ii) A recomendação de Paris e a lei Malraux (1962)

Na conferência da UNESCO em 1962 na cidade de Paris foi elaborada a “*Recomendação para a Salvaguarda da Beleza e do Carácter das paisagens e Sítios*” que constituiu a recomendação de Paris, e onde são descritas medidas de salvaguarda e preservação das paisagens e dos lugares urbanos, referindo que se deveriam definir planos urbanísticos e de ordenamento das regiões culturais onde o carácter estético o justificasse (Barros, 2006).

Em França a partir da segunda metade do século XX deu-se início á construção de habitação muito concentrada e de grande escala. Para a protecção de bairros antigos André Malraux em 1962 promulga uma lei considerada revolucionária, a lei dos “*Secteurs Sauvegardés*”, que seria conhecida como a lei Malraux, com uma perspectiva no seu texto de preservação museológica, mas que possibilitou preservar importantes zonas urbanas históricas (Choay, 2006).

iii) Carta Internacional Sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e dos Sítios. Carta de Veneza (ICOMOS, 1964)

A Carta de Veneza, designada por “*Carta Internacional sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e dos Sítios*” foi redigida durante o II Congresso de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos. Embora tenha sido redigida em 1964 mantém um interesse e mesmo uma actualidade admirável. Assim, logo no início do seu texto, é possível apreender o espírito com que esta foi redigida.

“Portadoras de uma mensagem espiritual do passado, as obras monumentais dos povos constituem actualmente o testemunho vivo das suas tradições seculares. A humanidade, que toma cada dia consciência da unidade dos valores humanos, considera-os como um património comum e, face às gerações futuras, reconhece-se solidariamente responsável pela sua salvaguarda. Ela compromete-se a transmiti-los em toda a riqueza da sua autenticidade.”

Esta carta resulta de um reexaminar da Carta de Atenas de 1931 com o objectivo de se efectuar a reanálise dos princípios enunciados nessa carta e ao mesmo tempo alargar os seus objectivos *“orientadores da preservação e do restauro dos edifícios antigos”* neste novo documento (Carta de Atenas, 1964). A análise crítica desta carta, de enorme importância na arquitectura pelos reflexos devido à sua ampla aplicação em todo o mundo, em resultado dos *“conceitos na fase da pós-modernidade, nomeadamente através da influência do estruturalismo e do brutalismo, as incertezas quanto à manutenção dos vestígios de todo o passado histórico”* e a preocupação quanto à impossibilidade da reversibilidade das intervenções, permitiram dar origem a uma nova concepção de intervenção sobre o património (Costa, 2002).

Esta carta alargou a noção de monumento e obra arquitectónica, não apenas para as obras com maior significado cultural mas também para as criações mais modestas e que fossem testemunho de uma sociedade peculiar com o objectivo de protecção dos conjuntos históricos. Define o restauro como uma intervenção de carácter particular e baseado no respeito pelos materiais originais, não defendendo a sua reconstrução mas a sua autenticidade.

Nesta carta ficou claramente expressa a ideia de que a intervenção se deveria manter autónoma e claramente diferenciada da construção antiga, reforçando a ideia dessa intervenção mostrando-se e diferenciando-se do existente. *“Os sítios monumentais devem ser objecto de cuidados especiais, a fim de salvaguardar a sua integridade ...”* Carta de Veneza, art. 14.

Contudo, e como resultado negativo, devido rigidez da orientação normativa assumida na carta de Veneza, determinando que a intervenção arquitectónica se deveria manter claramente diferenciada da pré-existência, observou-se que muitas das intervenções se vieram a sobrepor

à construção antiga, muitas das vezes anulando-lhe o seu valor original, e em alguns casos retirando-lhe mesmo a o seu valor congénito.

Como evolução dos princípios desta carta verificou-se que o debate que se seguiu posteriormente à publicação desta carta, principalmente durante a década de 1970, assim como a criação de diversos planos específicos de protecção para áreas de valor histórico e patrimonial em diversos países.

iv) Convenção sobre a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural (UNESCO, 1972)

Esta convenção surge na Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, reunida em Paris de 17 de Outubro a 21 de Novembro de 1972 e surge devido aos receios, manifestados no texto desta convenção de que “...o *património cultural e o património natural estão cada vez mais ameaçados de destruição, não apenas pelas causas tradicionais de degradação, mas também pela evolução da vida social e económica que as agrava através e fenómenos de alteração ou de destruição ainda mais importantes.*”

Nela são apresentados as definições de património cultural e natural, as obrigações por cada estado em proteger o património cultural e natural, e nela é citado o Comité Intergovernamental para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural e referido o Fundo para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural.

v) Carta Europeia do Património Arquitectónico. Declaração de Amesterdão (Conselho da Europa, 1975)

A carta europeia do património surge da iniciativa tomada pelo Concelho da Europa ao proclamar o ano de 1975 como o Ano Europeu do Património Arquitectónico. Esta carta parte de alguns princípios de base que a Carta de Veneza estabeleceu e evoluiu para uma visão de conservação integrada do património (artigo 7º). Constituiu uma nova noção de intervenção que abrangia a protecção, o restauro e a reanimação como factores essenciais para a

manutenção e viabilidade do património construído e que exige a participação e coordenação de diversas entidades (artigo 8). Estabeleceu-se assim:

- *“Salvaguardar e promover os ideais e os princípios que são o património comum dos membros do Concelho da Europa;*
- *Tomar as medidas para salvaguardar a contribuição de cada Estado membro e a sua contribuição para o património cultural comum da Europa e encorajar o seu desenvolvimento;*
- *Reconhece o património arquitectónico como expressão insubstituível da riqueza e diversidade da cultura europeia;*
- *A conservação do património arquitectónico depende da integração no modo de vida dos cidadãos e da sua consideração nos planos de ordenamento do território e de urbanismo.”*

Com base nestes princípios a carta pretende promover uma política europeia comum e uma acção concertada de protecção do património arquitectónico, adoptando como base a conservação integrada. Com esta declaração dá-se um grande avanço teórico, tendo-se passado a incluir no universo do património *“...não apenas os edifícios isolados dum valor excepcional e sua envolvente, mas também os conjuntos, bairros antigos das cidades e vilas, apresentando um interesse histórico ou cultural; ... a conservação deve ser considerada como ... um objectivo maior do planeamento urbano e do ordenamento do território. Recomenda-se uma política comum de conservação integrada que implica esforços para integrar o património arquitectónico na vida social, contrariar a exclusão ou segregação social na cidade antiga (gentrification), contrariando a deslocação das populações (trabalho/emprego), economizando recursos, a conservação integrada não custa necessariamente mais, permitindo manter e transmitir técnicas artísticas e artesanais tradicionais em vias de desaparecimento.”* (Aguiar, 2002).

Refere-se o processo de *“gentrification”* que corresponde à substituição das populações em algumas operações de requalificação dos centros urbanos históricos, em que durante o processo de transformação de zonas degradadas e povoadas por populações mais desfavorecidas estas são substituídas por habitantes economicamente mais favorecidos, originando uma substituição social.

vi) Recomendação de Nairobi sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua Função na Vida Contemporânea (Nairobi, 1976)

Em 1976 realizou-se em Nairobi a 19ª Conferência Geral da UNESCO na qual foram analisados os assuntos referentes à protecção dos centros históricos e a sua importância na vida contemporânea recomendando-se a importância da investigação, educação e informação na protecção do património. Nesta declaração para além do apelo a políticas activas para revitalização dos centros históricos, através da promoção das actividades locais de comércio e artesanato, é referida a importância do planeamento das acessibilidades através de transportes públicos, criação de estacionamentos periféricos aos centros históricos e estímulo aos percursos e fluxos pedonais.

vii) Carta de Florença sobre a preservação dos jardins históricos (ICOMOS, 1981)

A Carta de Florença (Carta de Florença, 1981) foi redigida pelo Comité do ICOMOS e registada a 15 de Dezembro de 1982 como uma adenda à Carta de Veneza. Esta carta define no artigo 1º que “*Um jardim histórico é uma composição arquitectónica e hortícola com interesse para o público pelo seu ponto de vista histórico ou artístico*”. Na carta é definido também (art. 6) que “*um “jardim histórico” é igualmente aplicável a pequenos jardins ou a grandes parques, quer sejam formais ou “paisagens”*”. Assim, deverão estes sítios serem considerados como constituindo monumentos e por conseguinte (art. 3º) deverão “*ser preservados de acordo com o espírito da Carta de Veneza.*” Nesta carta são apresentados então os princípios e regras específicas que deverão orientar a sua preservação.

viii) Carta internacional sobre a salvaguarda das cidades históricas. Carta de Toledo (1987)

A carta de Toledo surge como um complemento da Carta de Veneza no que respeita à conservação das cidades históricas, e foi redigida na cidade de Toledo em Setembro de 1986. Esta carta, que foi ratificado pelo ICOMOS em Washington, em Outubro de 1987, e aplica-se “*...às cidades e aos centros ou bairros históricos com o seu enquadramento natural ou*

construído que, para além da qualidade de monumentos históricos, exprimam os valores próprios das civilizações urbanas tradicionais”.

Nos princípios e objectivos, os valores declarados a defender são “...a marca e o carácter histórico da cidade e o conjunto dos elementos materiais e espirituais que lhe determinam a imagem, em especial a forma urbana definida pela malha fundiária e pela rede viária, as relações entre os edifícios, espaços verdes e espaços livres, a forma e o aspecto dos edifícios definidos pela sua estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cor e decoração, as relações da cidade com o seu ambiente natural ou criado pelo homem e as diversas vocações da cidade adquiridas ao longo da sua história.”

A carta chama a atenção para que a participação e o envolvimento da colectividade de toda a cidade é essencial para o sucesso da salvaguarda do património e faz o apelo para a defesa contra a descaracterização da cidade e a perda do seu carácter cultural, social e económico deve ser antecedida de estudos diversos e propõe a figura de Plano de Salvaguarda aplicado às cidades e bairros históricos. No entanto esta carta contém alguns aspectos que se vieram a revelar negativos principalmente a conjugação dos centros históricos com as necessidades actuais, ou seja é demasiado rígida na adaptação ao modelo às novas exigências de condições de vida das populações, uma vez que defende uma excessiva preservação das funções e conservadora manutenção do edificado.

ix) O Documento de Nara sobre a Autenticidade (ICOMOS, UNESCO e ICCROM, 1994)

No Documento de Nara, redigido nesta cidade do Japão entre 1 e 6 de Novembro de 1994, no âmbito da Conferência de Nara, em cooperação com a UNESCO, o ICCROM e o ICOMOS, define-se o conceito associado à palavra autenticidade. Neste documento encontram-se reflectidos os pensamentos e princípios da Carta de Veneza de 1964, mas esta é acrescentada e aumentada tendo como objectivo responder às crescentes preocupações e interesses do património cultural do mundo actual contemporâneo, referindo as questões da diversidade cultural e valores sociais de cada sociedade que cuidará desses valores.

Neste documento considera-se no Preâmbulo “5. *A diversidade das culturas e do património no nosso mundo é uma origem insubstituível de riqueza espiritual e intelectual para toda a humanidade. A protecção e a valorização da diversidade cultural e patrimonial no nosso mundo devem ser activamente promovidas como aspectos essenciais do desenvolvimento humano.*” “6. *A diversidade do património cultural existe no tempo e no espaço, e exige o respeito pelas outras culturas e por todos os aspectos dos seus sistemas de crenças.*”

Esta carta considera a autenticidade como sendo sempre função de realidades associadas a diferentes culturas, podendo ocorrer que o que é genuíno para uma cultura possa não o ser para outra, sendo assim a diversidade cultural um aspecto fundamental na avaliação dos valores patrimoniais. Assim a carta menciona que “...os sítios e as cidades estão cada vez mais sujeitas a forças de globalização e de homogeneização, em que a procura da identidade cultural pode ser afectada por espíritos mais nacionalistas, havendo o risco de eliminação das culturas das minorias.” (Preâmbulo, ponto 4).

x) A carta de Aalborg e o conceito de sustentabilidade (Aalborg, 1994)

Na carta de Aalborg, elaborada na cidade de Aalborg na Dinamarca, “*Carta da Sustentabilidade das Cidades Europeias*”, na conferência europeia sobre cidades sustentáveis, aborda-se uma das questões actualmente mais pertinentes respeitante à sustentabilidade, não apenas na questão ecológica, mas com reflexão sobre o conceito do desenvolvimento sustentável integrado. Nesta carta apresenta-se uma nova perspectiva com base em modelos de planeamento com uma forte noção ecológica, com a preocupação em garantir a manutenção dos recursos naturais para as populações futuras. Esta preocupação surge numa fase em que era atribuída ao modelo de vida urbana grande responsabilidade nos desequilíbrios ambientais e funcionais originados pelas cidades devido ao elevado consumo de bens não renováveis.

xi) Carta de Lisboa sobre a reabilitação urbana integrada (1995)

A Carta de Lisboa sobre a reabilitação urbana integrada é redigida no 1º Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana Lisboa, 21 a 27 de Outubro de 1995. Neste documento são estabelecidos os grandes princípios que deverão nortear as intervenções de reabilitação

urbana. Nela são referidos os conceitos de renovação, reabilitação, revitalização e requalificação urbana, restauro, reconstrução, renovação, conservação e manutenção de edifícios e conceitos de economia e desenvolvimento sustentado.

No artigo 5º é referido que “ *A reabilitação custa cerca de metade da construção social nova, pelo que deve ser praticada. Além disso, ela realiza economias em infra-estruturas e deslocações, além de assegurar a manutenção das estruturas sociais de vizinhança e a identidade cultural da cidade, expressa nas formas sociais e patrimoniais. Ela permite a historicidade activa do património pela continuidade da função residencial exercida pela população enraizada.*”

xii) Carta sobre o Património Construído Vernáculo (ICOMOS, 1999)

A carta sobre o Património Construído Vernáculo (ICOMOS, 1999) foi ratificada pela 12.^a Assembleia Geral do ICOMOS, no México, em Outubro de 1999 e na sua introdução refere que este património “*É utilitário e ao mesmo tempo possui interesse e beleza. É um foco da vida contemporânea e ao mesmo tempo um registo da história da sociedade. Apesar de ser o trabalho do homem, também é uma criação do tempo. Seria indigno do património do homem se não fosse prestada atenção à conservação destas harmonias tradicionais que constituem o núcleo da própria existência do homem.*”

O património construído vernáculo representa uma componente muito importante na memória e história da identidade dos povos. Este património pode existir de forma informal, contudo na sua essência pode apresentar uma coerência e uma lógica singular. Assim é claro que património construído vernáculo é uma parte importante do património construído, sendo uma expressão essencial da cultura de uma sociedade e povos. Na figura deste património tantas são tantas as vezes em é perceptível o seu relacionamento com o seu território e, ao mesmo tempo, a expressão da diversidade cultural desses povos. A evolução de forma tradicional e natural desta construção foi geralmente realizada com as modificações e adaptações contínuas às possibilidades e limitações sociais e ambientais de cada comunidade, encontrando-se em muitos casos a sua sobrevivência ameaçada, tal como refere a carta sobre o Património Construído Vernáculo “*...pelas forças da homogeneização económica, cultural e arquitectónica.*”

Observa-se na maioria dos casos que esta arquitectura vernácula é fundada sobre sistemas que são extremamente vulneráveis, uma vez que são baseadas em sistemas de construção tradicionais, aos quais estão associados processos e competências por vezes únicos e cujos conhecimentos são na maioria dos casos essenciais para a reparação e para o restauro destes património. Assim a forma de como pode ser possível a minoração dos impactos da evolução dos povos, nomeadamente dos seus efeitos mais negativos, é um dos objectivos desta carta. Esta carta estabelece ainda os princípios da conservação e enumera as linhas de orientação prática para o desenvolvimento das actividades de intervenção sobre este tipo de património.

xiii) Carta de Cracóvia (sobre os princípios para a conservação e restauro do património construído) (2000)

A carta de Cracóvia estabelece os princípios para a conservação e o restauro do património construído e foi redigida durante a Conferência Internacional sobre Conservação “Cracóvia 2000” em 26 de Outubro de 2000. Esta carta mantém-se dentro do espírito da carta de Veneza levantando, no entanto, alguns novos assuntos no que diz respeito ao tratamento da paisagem e das cidades históricas, a gestão dos processos de mudança e a reflexão sobre o turismo cultural como um factor de possível risco para o património, apesar de todos os factores culturais positivos e benefícios para as economias locais.

A carta de Cracóvia refere no seu preâmbulo que *“Cada comunidade, tendo em conta a sua memória colectiva e consciente do seu passado, é responsável, quer pela identificação, quer pela gestão do seu património.”* e que *“Os monumentos, considerados como elementos individuais desse património, possuem valores que se alteram com o tempo. Esta alteração de valores, que podemos identificar em cada monumento é, afinal, uma das características do património, ao longo da História. Através deste processo de mudança de valores, cada comunidade desenvolve uma consciência e um conhecimento da necessidade de preservar os bens culturais construídos, pois eles são portadores dos seus próprios valores patrimoniais comuns.”*

Tendo em conta os princípios estabelecidos na Carta de Veneza, a Carta de Cracóvia apresenta e propõe, com vista à conservação do património, um conjunto de princípios com

vista à conservação e restauro do património construído. Alertando que o processo referido, que não deve ser interpretado numa definição redutora, a carta refere que os objectivos, os instrumentos e os métodos a empregar para a adequada preservação do património devem ser adaptados a cada situação específica, referindo que resultam de *“uma dialéctica entre os diferentes momentos históricos e os respectivos contextos sócio-culturais.”*. Na Carta de Cracóvia são também referidos os conceitos e terminologia para património, monumento, identidade, conservação e restauro.

xiv) Carta dos Itinerários Culturais (ICOMOS, 2008)

Nesta Carta é referido que *“...os Itinerários Culturais representam processos evolutivos, interactivos e dinâmicos das relações humanas interculturais, realçando a rica diversidade das contribuições dos diferentes povos para o património cultural.”* e nela são estabelecidos os objectivos de *“Estabelecer os fundamentos conceptuais e a metodologia de investigação próprios da categoria “Itinerário Cultural” relativamente às outras categorias de bens anteriormente estudadas e reconhecidas.”*

4.4 - A evolução da abordagem da reabilitação e requalificação dos centros históricos

De acordo com a Carta de Veneza (artº 2, 1964) a conservação e o restauro dos monumentos *“...constituem uma disciplina que apela à colaboração de todas as ciências e de todas as técnicas que podem contribuir para o estudo e salvaguarda do património monumental. Os centros históricos e as áreas urbanas de origem histórica traduzem a origem da ocupação urbana no território, representando as culturas e os valores remotos das necessidades das populações nas suas diversas formas de existência, assumindo-se como um marcante valor patrimonial de referência cultural e social.”* Ainda, a mesma carta no artº 3º refere que a conservação e o restauro dos monumentos *“...visam salvaguardar tanto a obra de arte como o testemunho histórico.”*

Em muitos casos estas áreas encontram-se ameaçadas pela deterioração física do seu edificado, pelo envelhecimento progressivo do seu âmbito social, assim como pelas influências de reformas urbanas. Em consequência, e urgência, surge a necessidade de se desenvolverem metodologias e estratégias de actuação, tendo em vista a melhoria da

qualidade de vida das populações, através da reabilitação e requalificação, com vista à valorização, dos centros históricos, procurando-se paralelamente promover o desenvolvimento e a continuidade das identidades e imagens específicas de cada um dos locais.

O modelo de reabilitação e salvaguarda a adoptar na intervenção nos centros históricos deverá assumir uma estratégia de gestão integral e integrada de toda a intrincada realidade, compreendida pelos valores patrimoniais locais, nos aspectos físicos e também culturais, históricos, económicos e sobretudo sociais. O objectivo a conseguir será o de enriquecer estas áreas de modernidade sem modificar expressivamente a sua identidade. As áreas de intervenção serão diversas salientando-se:

- A reabilitação de conjuntos edificados e monumentos;
- A reabilitação de praças;
- A reabilitação de áreas verdes de parque e de jardins;
- A reabilitação de frentes de rio;
- A reabilitação equipamentos urbanos;
- A reabilitação de caminhos pedonais.

Como referido, os conceitos teóricos sobre a reabilitação de monumentos e edifícios foram muito influenciados durante o século XX por Gustavo Giovannoni (1873-1947), impulsor da Carta de Atenas e do restauro italiano e pela atribuição à arquitectura menor do valor que geralmente é atribuído à grande arquitectura. A UNESCO em 1962 na XII reunião em Paris reafirmou e revigorou a necessidade de “... salvaguardar a beleza, o carácter das paisagens, dos sítios naturais e urbanos, sejam eles devidos à natureza ou á obra dos homens “. A carta de Atenas (1964) apresenta de forma clara este conceito no seu artigo 6º “*A conservação de um monumento implica a preservação de um enquadramento que não esteja fora de escala. Sempre que o enquadramento tradicional exista, ele deve ser conservado. Não deve ser aprovada nenhuma construção nova, demolição ou modificação que vá alterar a relação de massas e de cores.*”

A pura conservação das obras de arquitectura não é um objectivo exequível pelo facto de esta ter de se adaptar à evolução da sociedade, mesmo ainda que mantenha as suas funções

originais. Assim, devido à renovação a que os habitantes da cidade estão sempre sujeitos, é determinante dar continuidade mas também “... *completar e modificar o conjunto que se propõe classificar*”, e assim intervir nos locais, monumentos e conjuntos arquitectónicos (Silvina, 1985).

Nos conjuntos urbanos, como no centro histórico de Santa Maria da Feira, há a coexistência dos edifícios do presente com os edifícios do passado. As cidades e toda a sua evolução são a prova e a garantia da identidade dos seus habitantes e mesmo das regiões ou países, podendo ser também em casos muito expressivos e específicos património da humanidade. Mas ao se querer viver a cidade histórica no presente corre-se o perigo de encerrar essa cidade no tempo, impedindo a continuação da sua história, ou então numa outra perspectiva esta vai evoluindo sobre duas realidades.

A cidade, enquanto realidade rara e ameaçada de desaparecimento, pode ser colocada como figura histórica a representar um papel museológico. Esta posição pode acontecer se ocorrer a tendência em preservar os agregados urbanos antigos como objectos guardados em museus, ou seja transformação da cidade em ocorre a promoção da “... *função museológica da cidade antiga*” (Choay, 2008), ou então como se verificou até à primeira metade do século XX a identificação e promoção de “edifícios monumentos” à volta dos quais se demolia as pré-existências. Tal situação ocorreu na intervenção do castelo de Santa Maria da Feira com a demolição das construções no interior da praça de armas do castelo, celeiros e palácio, construções do século XVII, portanto posteriores à definição do traçado do castelo, e definição de uma área de protecção exterior ao castelo (Figura 7.35).

Uma definição da cidade histórica pode ser conseguida através da figura historial, definida como o agrupamento, constituindo também uma nova visão, da figura histórica no papel museológico e a figura histórica no papel propedêutico. Esta forma de pensamento surge com G. Giovannoni que considera os conjuntos urbanos antigos como possuindo um valor museológico mas simultaneamente um valor ainda mais essencial de território que tem funções de utilização como ambiente urbano e social de tecido vivo para habitar e que pode ter em conta as novas necessidades do homem do século XX. Segundo (Choay, 2008), o pensamento de Giovannoni pode ser sintetizado em três grandes princípios que se descrevem:

- Qualquer fragmento urbano antigo deve ser integrado num plano de ordenamento “*piano regolatore*” que o integra no planeamento do território,
- Um monumento histórico não pode ser dissociado do contexto do edificado que o envolve, não sendo admissível dissociá-lo da arquitectura envolvente,
- Tendo como base os dois princípios anteriores os conjuntos urbanos antigos deverão ser objecto de procedimentos de preservação e de restauro, e de remoção de construções inúteis, casuais e desnecessárias.

Quase contemporâneo de Le Corbusier, Giovannoni posiciona-se num pensamento teórico como razão para uma prática de projecto muito mais avançada e tecnicamente mais elaboradas do que as ideias de projecto do “*urbanismo unidimensional*” em que Le Corbusier e todos os seguidores do urbanismo do movimento moderno se vieram a encerrar, e cujos pensamentos tiveram enormes repercussões no projecto das cidades de todo o mundo ao longo do século XX. Os pensamentos desenvolvidos em Itália por Giovannoni, assinalando-se que durante o regime de Mussolini, adiantam no seu tempo as políticas de reabilitação que virão a ser seguidas a partir de 1960 e principalmente nos países europeus.

4.5 - Exemplos de intervenções de reabilitação e requalificação urbana em centros históricos de referência

As cidades ao longo da sua história protagonizaram sempre acontecimentos singulares, nos quais os centros históricos têm constantemente importância fundamental. Estes acontecimentos desenvolvem-se sobretudo entre duas vias de planeamento, a que correspondem movimentos de centralização e descentralização, acções de congestionamento e esvaziamento das zonas centrais mais densamente habitadas. A destruição de espaços da cidade antigas pode acontecer por distintas causas. Genericamente podem-se destacar algumas causas, que se resumem de (CPD, 2005):

- A acção dos elementos naturais que originaram a destruição de determinadas zonas construídas, e que na maioria dos casos conduziram à reconstrução de forma diferente da situação preexistente, originando importantes modificações no tecido urbano, como foi o caso de Lisboa logo a seguir ao terramoto de 1775;

- As situações decorrentes de guerras, que conduzem a reconstruções na maioria das vezes também distinta da cidade existente, como foram o caso de grandes cidades europeias destruídas após a segunda guerra mundial;
- A própria dinâmica urbana, devido às alterações no centro histórico devido a motivos simbólicos ou de interesse imobiliário, como foi o caso da destruição ocorrida em muitas cidades portuguesas;
- A necessidade de expansão da cidade que pode provocar a destruição da malha urbana, vistas em muitas das cidades europeias;
- A necessidade de dotar a cidade de mobilidade através do alargamento das ruas, ou construção de novos arruamentos, novas redes de transportes e equipamentos associados como estações e parques de estacionamento, citando-se como exemplo a cidade do Porto;
- A exigência da melhoria da higiene urbana com a abertura de novas avenidas e praças e a demolição de bairros muito degradados, como por exemplo a remodelação da cidade de Paris;
- A modificação da estética urbana que obriga à destruição de frentes de construções e a reorganização de praças e avenidas segundo outras normas e concepções de cidade, como são o caso das praças neoclássicas e barrocas de muitas cidades.

Com o objectivo de referir as filosofias que estiveram por detrás dessas reabilitações, com pontos de partida e objectivos por vezes diferentes, apresentam-se seguidamente alguns exemplos de reabilitação de centros históricos, com as quais o projecto de reabilitação realizado em Santa Maria da Feira apresenta alguns pontos comuns.

a) O caso da cidade de Bolonha

Na Figura 4.1 apresenta-se o exemplo da cidade de Bolonha cuja reabilitação teve início nos anos de 1970, na qual se pode verificar que os edifícios antigos protegidos, identificados a negro, formam ainda um sistema de núcleo histórico que preservou a sua unidade. Este exemplo é citado por diversos autores como modelo do pensamento dessa época, em que no plano optado se preferiu progredir pela opção de conservação urbana do edificado existente (Benevolo, 2006).

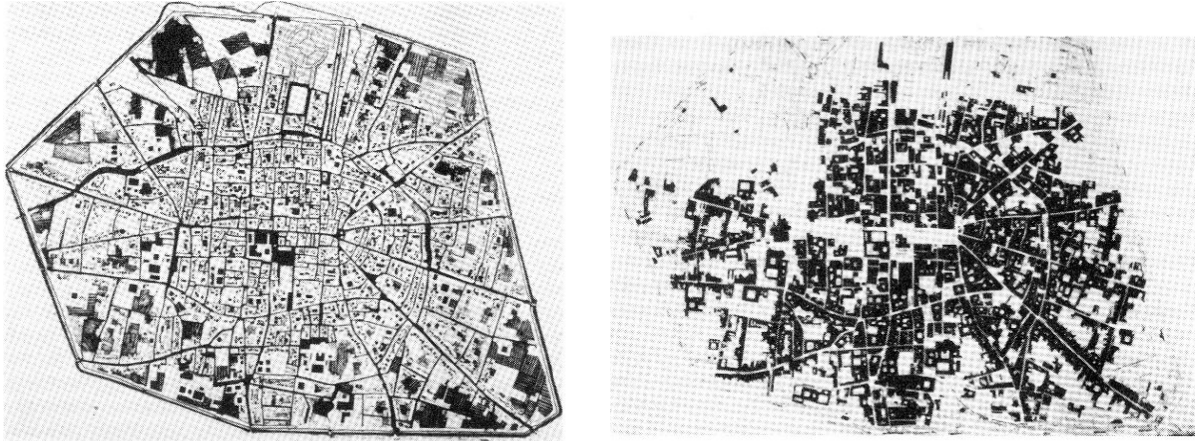


Figura 4.1 – Organização morfológica da cidade de Bolonha no século XIX e do actual centro histórico (Benevolo, 2006).

Para esta cidade italiana definiu-se como objectivo imediato a requalificação através do restauro do conjunto habitacional degradado, permitindo-se pequenas adaptações às exigências de vida actuais no seu interior dos edifícios. Não ocorreu por isso uma substituição das construções existentes, respeitando-se a morfologia da cidade histórica e da sua arquitectura, procurou-se manter os habitantes locais e criaram-se mecanismos para evitar o aparecimento de interesses económicos que desvirtuassem a cidade e pudessem afastar os residentes.

b) O caso da zona da Ribeira na cidade do Porto

Em Portugal tem-se alguns exemplos de intenção e mesmo de substituição de tecidos antigos por novas estruturas urbanas com base nas teorias do modernismo. A destruição da zona da cidade alta de Coimbra é um exemplo de demolição do património é um exemplo paradigmático (Barros, 2006). Projectaram-se outros exemplos também drásticos, mas que felizmente não chegaram a ser executados, como foram os casos dos planos de salubridade para o Bairro Alto Lisboa e o caso do Barredo em que se previa a demolição quase total do edificado e a urbanização segundo os princípios do modernismo.

A reabilitação urbana e o desenvolvimento das cidades
As intervenções no centro histórico de Santa Maria da Feira

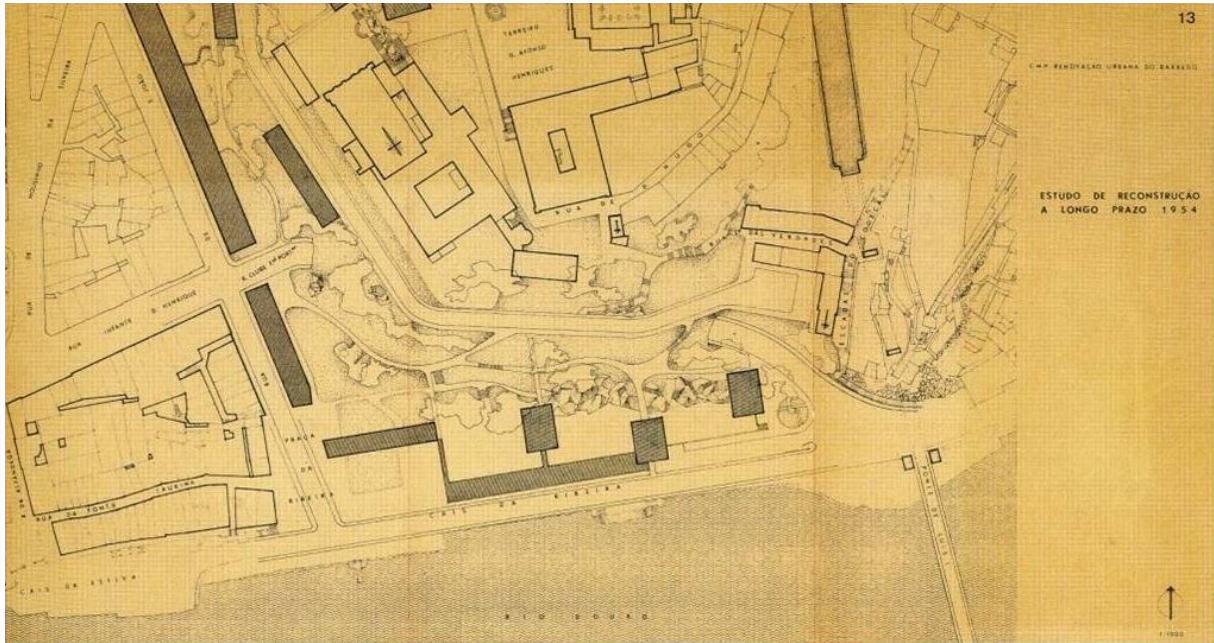


Figura 4.2 – Proposta de 1954 de ordenamento urbano para os bairros de S. Nicolau, Sé e Barredo no Porto pelo Arq.º Marques de Aguiar (Barros, 2006).

Na Figura 4.2 pode ver-se a proposta feita pelo Arquitecto Marques de Aguiar para os bairros de S.Nicolau, Sé e Barredo na cidade do Porto em que se previa a demolição de praticamente todo o edificado à excepção do edifício da Sé e do Paço Episcopal e a urbanização segundo os princípios do modernismo.



Figura 4.3 – A Praça da Ribeira antes e depois das obras de reabilitação de 1981 (Barros, 2006).

No entanto por impossibilidade de financiamento, e pela actuação atempada do Arq. Fernando Távora, não se avançou com as ideias modernistas que iriam implicar a demolição de todo o tecido do centro histórico da cidade tendo-se antes, e numa fase quase contemporânea com a cidade de Bolonha, procedido às intervenções na zona do bairro do Barredo, na freguesia da

Ribeira da cidade do Porto, com vista a reabilitar toda esta zona da cidade que se encontrava em situação de bastante degradação, tanto em termos habitacionais como sociais.

A reabilitação efectuada praticamente não alterou toda a existência da zona histórica da cidade, tendo-se reabilitado o espaço público, os edifícios de reconhecido valor histórico e os edifícios habitacionais, permitindo que esta zona da cidade fosse classificada como Património Mundial da UNESCO (Figura 4.3).

c) O exemplo da reabilitação do centro histórico da cidade de Guimarães

Um outro exemplo da reabilitação do centro histórico foi o caso da cidade de Guimarães. A área do centro histórico de Guimarães encontrava-se no final da década de 1970 sob um regime administrativo constituído por um conjunto de áreas de protecção urbana com base nas existências de monumentos nacionais. A limitação da área de intervenção abrangia o edificado histórico da cidade, estando estas áreas já classificadas, e zonas de expansão da fase da revolução industrial e zonas envolventes dos anos 1930 a 1940 (Aguiar, 2000).

O município iniciou uma transferência do poder administrativo cada vez mais amplo para o futuro GTL, entidade que estabelece logo no início algumas regras de gestão, no que se refere aos licenciamentos de modo a *“potenciar as iniciativas particulares, negociando com os proprietários e com os autores dos projectos, interditando o demolir para reproduzir em betão e assim recusando o fachadismo que, ainda hoje, é tomado por muitos como a solução “tipo” de projecto a aplicar em Centros Históricos.”* (Aguiar, 2000).

No caso da reabilitação urbana de Guimarães, que se iniciou em 1983, foi definido um modelo de projecto que teve início com o gradual ajustamento da zona do núcleo urbano histórico às contemporâneas exigências e modos de vida, no entanto conservando a identidade deste núcleo. Para tal, e como pensamento fundamental durante o desenvolvimento deste processo, para além da reabilitação arquitectónica, procurou-se, principalmente, reter a população residente, pelo que se iniciou uma ordenada recuperação e melhoramento das habitações e melhoria da qualidade da sua arquitectura.

Numa outra componente a actuação passou pela reabilitação e requalificação dos espaços públicos urbanos, aproveitando-se para modernizar os equipamentos e infra-estruturas,

empreendendo “*uma reabilitação formal e funcional de todo o contínuo urbano, estreitando relações entre centro histórico e periferia, interconectando potencialidades e funcionalidades complementares.*” (Aguiar, 2000).

Neste processo o Gabinete Técnico Local (GTL) opta por não implementar intervenções com “*excesso de projecto*”, em que a coerência de intervenção na edificação privada é, principalmente a de um “*restauro filológico e beneficiação cautelosa*”, recusando o restauro excessivo. A intervenção compõe-se assim, e principalmente, num processo de manutenção e não de substituição do edificado existente, em que a evolução e o aperfeiçoamento das técnicas de reabilitação se faz nas próprias obras em locais escolhidos de espaços públicos e de obras particulares.

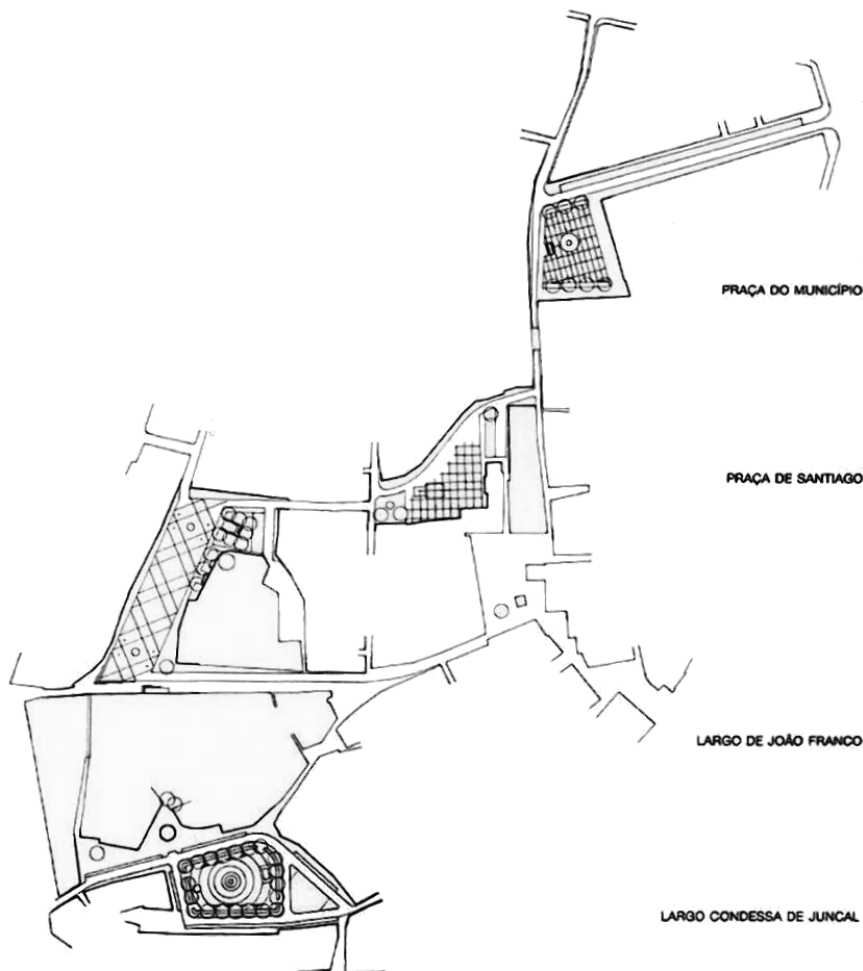


Figura 4.4 – Planta dos arruamentos e das praças reabilitadas na cidade de Guimarães (Barros, 2006).

No âmbito da intervenção foram identificados espaços urbanos coerentes e com identidade específica, com o objectivo de potenciar essas unidades de forma harmoniosa no conjunto do projecto urbano, referindo-se elementos como as praças, edifícios de arquitectura singular, eixos de circulação pedonal e viária e eixos visuais.



Figura 4.5 – O centro histórico da cidade de Guimarães (CM Guimarães, 2012).

Optou-se, conseqüentemente, progredir através do conceito de reabilitar caminhando e medindo, como forma de progredir gradualmente de modo seguro, evitando-se a opção muitas vezes utilizada de operar pela transformação de áreas de residências para espaços com funções de serviços. Como ideias fundamentais, na requalificação do centro histórico da cidade de Guimarães seguiu-se um plano que teve como base três princípios de actuação (Aguar, 2000):

- *“O controlo, o estímulo e o apoio técnico às iniciativas particulares;*
- *A conservação, restauro e reabilitação modelar do património e dos edifícios de responsabilidade municipal;*

– *A requalificação dos espaços públicos.*”

d) A reabilitação e requalificação da baixa histórica da cidade do Porto

Na cidade do Porto procedeu-se à requalificação do eixo Trindade – Aliados – São Bento – Sé e zona envolvente. O projecto foi conduzido pelo Arquitecto Álvaro Siza Vieira e visou proporcionar dar coerência a esses eixos, tanto a nível de mobilidade e materialização de espaços para a realização de eventos e também criar a imagem de continuidade através do uso de materiais nos espaços da intervenção (Figura 4.6).

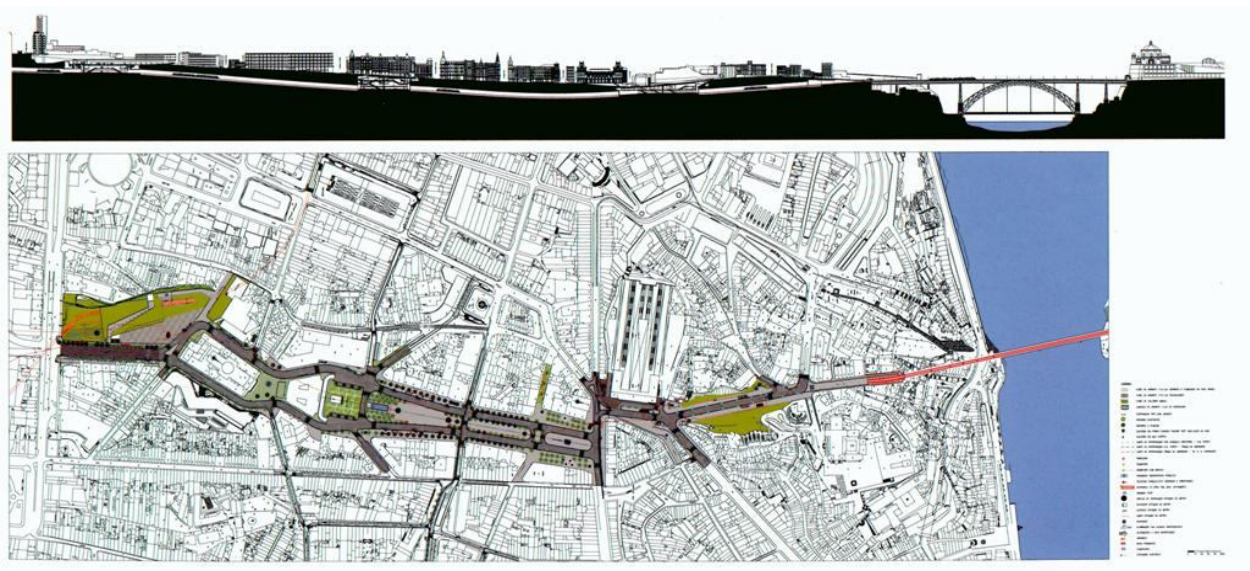


Figura 4.6 – Requalificação do centro da cidade do Porto (AI, 2010).

e) Renovação urbana da cidade de Portland, Oregon nos EUA

Na renovação urbana da cidade de Portland, no Oregon nos EUA, uma grande cidade com frente de rio muito importante, as principais linhas de actuação foram orientadas para a transformação dos espaços centrais ocupados pelas infra-estruturas da rede viária (Figura 4.7). Como solução procurou-se redefinir a ocupação mais alargada pelos habitantes da cidade através de sistemas de vias de circulação pedonais e de zonas verdes de parques, estabelecendo a via como passeio recreativo, ao mesmo tempo que se implementou uma rede de transportes metropolitanos que permitem controlar o crescimento da afluência das pessoas à zona histórica da cidade.

A reabilitação urbana e o desenvolvimento das cidades
As intervenções no centro histórico de Santa Maria da Feira

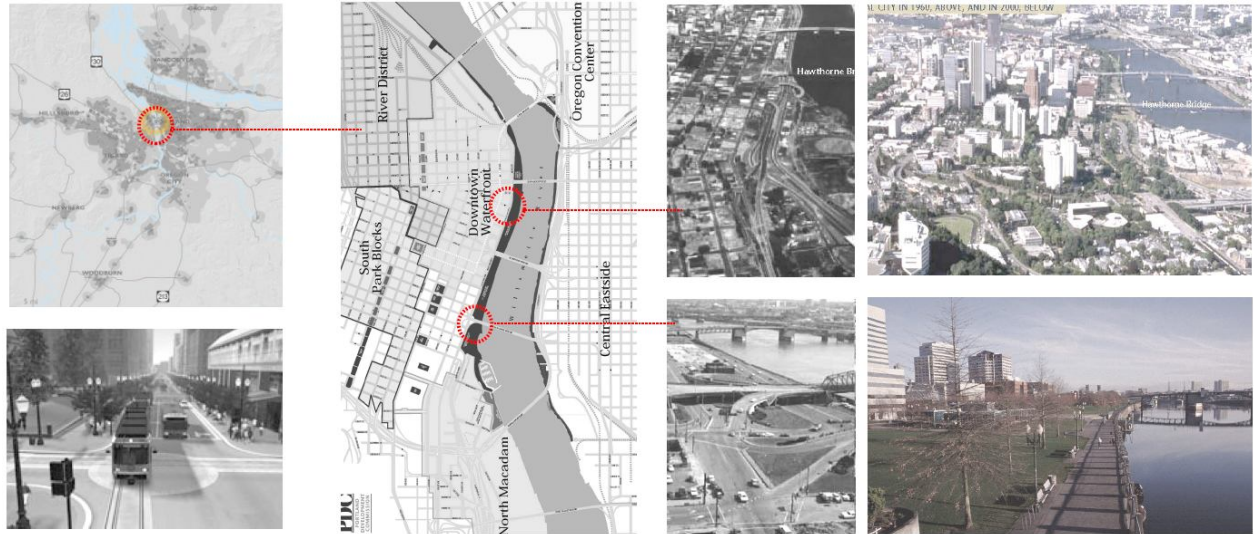


Figura 4.7 – Região metropolitana, projecto de via na zona central de Portland e renovação da área de frente litoral de rio (Escota, 2006).

f) A cidade de Munique

Na cidade de Munique a preocupação do pormenor e do mobiliário urbano planificada ao extremo entre 1965 e 1968 (Figura 4.8), com reabilitação das ruas do centro histórico da cidade orientadas principalmente para atender às necessidades dos peões, promovendo-se essencialmente a circulação pedonal e por bicicleta.

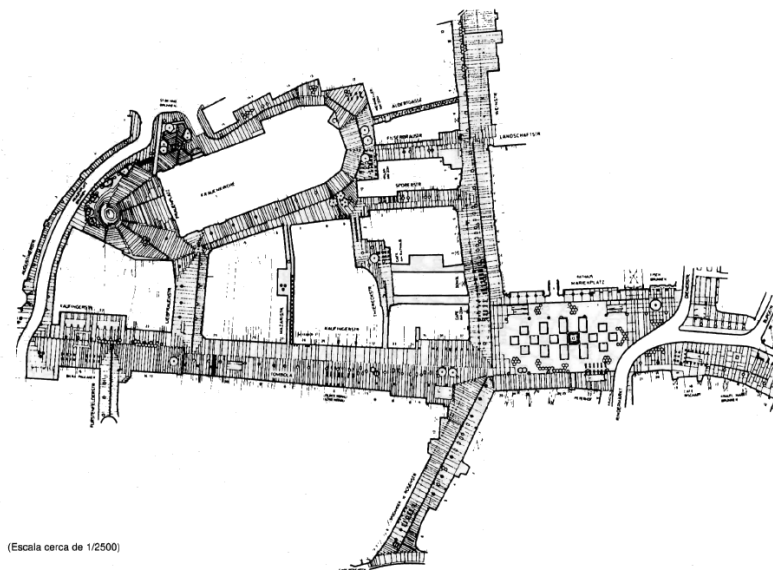


Figura 4.8 – A cidade de Munique e as ruas reabilitadas para os peões (Pelletier, 1997).

g) Cidade de Copenhaga

A cidade de Copenhaga adoptou-se também a peatonização dos centros históricos como medida para a recuperação do seu centro histórico (Figura 4.9). Verifica-se a interligação entre as diversas praças através dos arruamentos do centro histórico. Acompanhando a reabilitação urbana foi realizada a reabilitação arquitectónica dos edifícios do núcleo histórico. Na reabilitação da cidade as praças assumem uma importância fundamental.

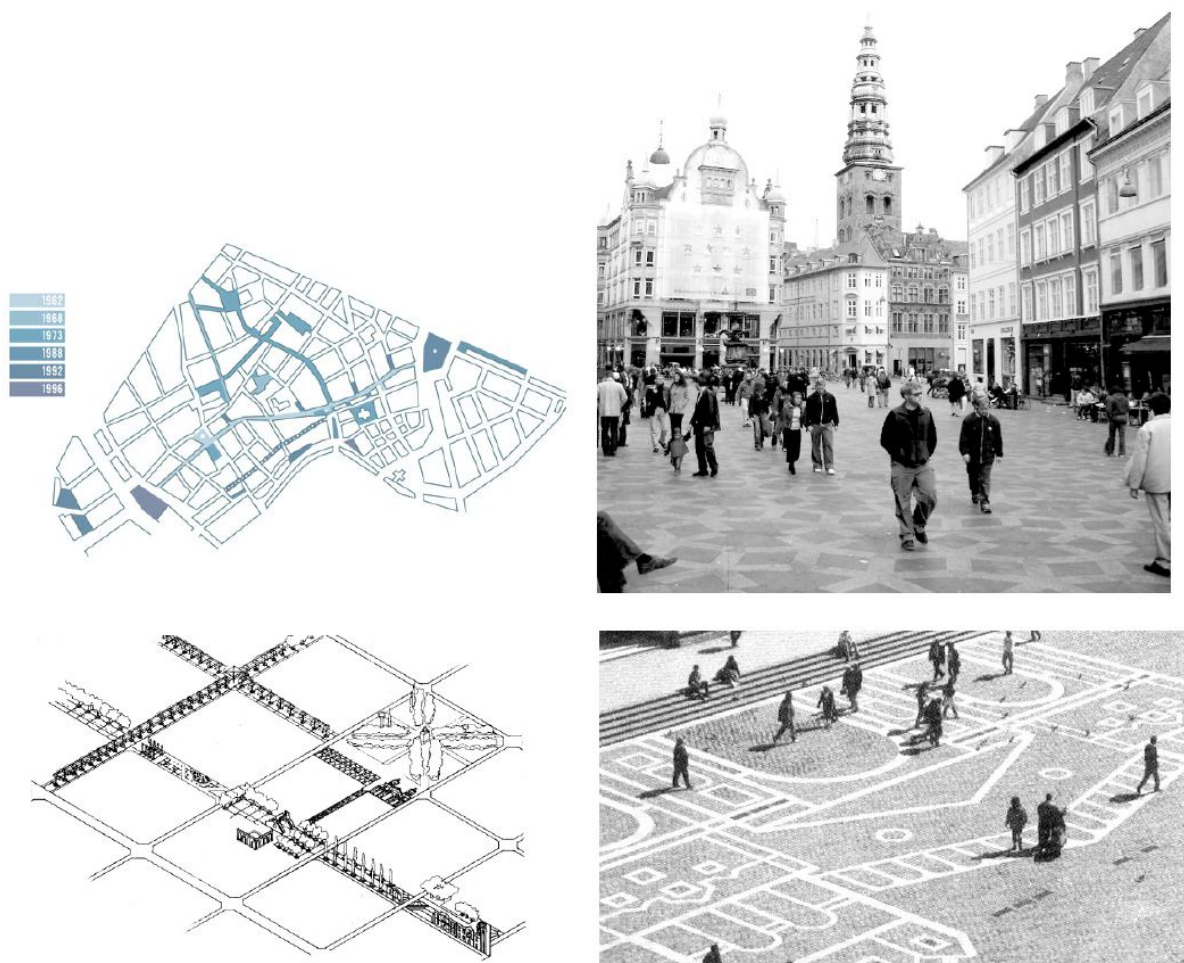


Figura 4.9 – Plano de peatonização das ruas e avenidas do centro histórico de Copenhaga (Escota, 2006).

h) Cidade de Londres

Por último refere-se o caso da reabilitação das Docklands em Londres (1981-1985) como expressão do urbanismo ultra-liberal, centro de actividades económicas, industriais e tecnológicas (Pelletier, 1997). Nesta reabilitação, de uma zona muito degradada e desactualizada em termos funcionais foram criadas infra-estruturas e serviços que atendem às exigências da sociedade mais contemporânea, aproveitando-se esta intervenção para dotar a cidade de um parque novo de projecção internacional como medida de expansão da influência da cidade.

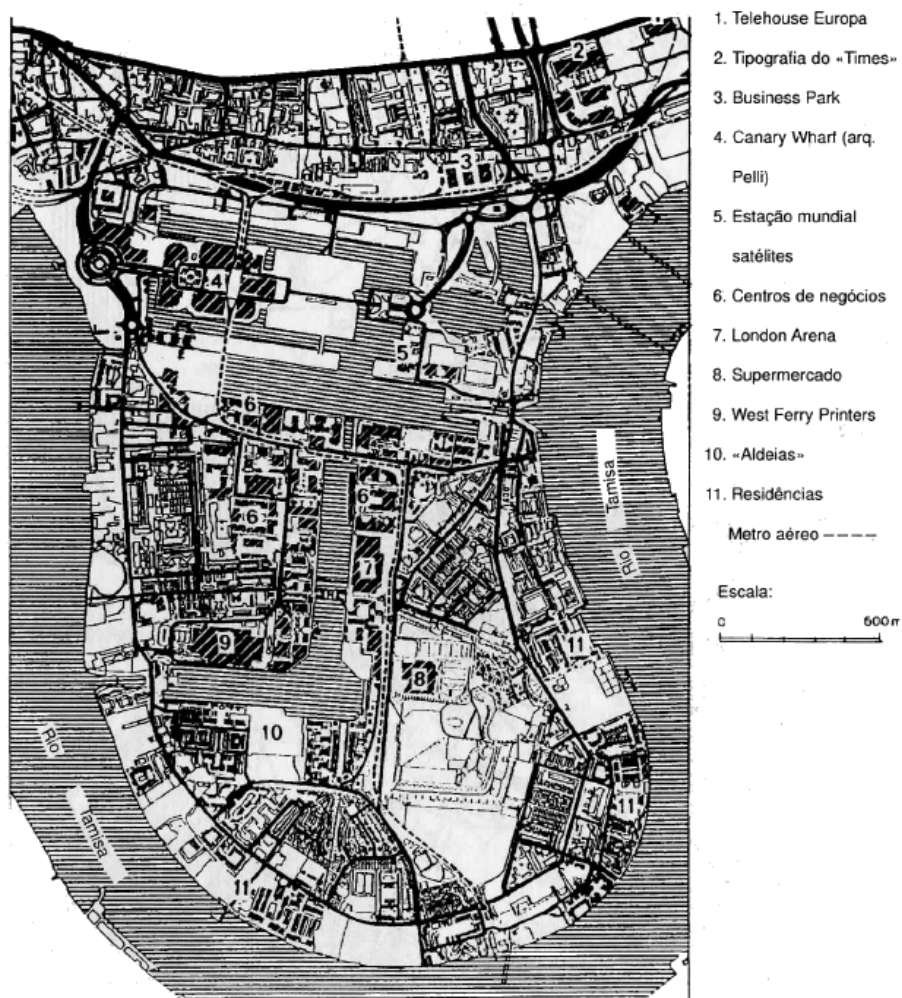


Figura 4.10 – As Docklands em Londres (1981-1985) como expressão do urbanismo ultra-liberal, (Pelletier, 1997).

5 - AS OPORTUNIDADES E OS RISCOS NA DINÂMICA DE EVOLUÇÃO DA REABILITAÇÃO URBANA DOS CENTROS HISTÓRICOS

“Penso que as cidades de hoje são tão mais complicadas e densas que há a necessidade real de criar espaços que sugiram solidão e liberdade espiritual. E julgo que isto se faz através de ordem e simplicidade, não de adornamentos excessivos. Será uma qualidade que as pessoas sintam inconscientemente, um sentido de percepção e contemplação. Se se dotar a cidade com a essência de espaço e forma, os indivíduos a complementarão com a sua imaginação”.

(Tadao Ando, In “*Conversas com Michael Auping*”, 2003)

5.1 - O património como elemento cultural fundamental das sociedades

O património cultural e urbano, os monumentos e a construção da cidade histórica dão-nos as informações e as imagens para o esclarecimento adequado sobre a forma como as sociedades criaram a sua ligação com a história e foram desenhando a sua identidade. Através destes registos construídos as sociedades poderão ser capazes de explicar e traduzir a sua história e consequentemente a imagem que criarem e possuem de si, funcionando não só como “*suporte da memória*” mas também como “*instrumento de validação do presente*” (Choay, 2008).

Na Conferência Geral da UNESCO realizada em 1972 foi redigida a convenção relativa à protecção do património mundial, cultural e natural. Nesse texto encontram-se definidos os conceitos de monumento histórico e de património cultural universal relativos a monumentos, conjuntos edificados e sítios arqueológicos ou urbanizados, como sendo os que apresentam “*um valor universal excepcional do ponto de vista da história da arte ou da ciência*”. Para além destas definições a Convenção estabelecia um grupo de responsabilidades relativas “*à identificação, protecção, conservação, valorização e transmissão às gerações futuras do património cultural*”, construindo o conceito de pertença comum universal pois define que “*incumbe à totalidade da colectividade internacional participar na protecção do património*” (UNESCO, 1972).

Estes princípios surgiram e motivaram que monumentos, conjunto edificados e sítios naturais fossem objecto de atenção por parte das autoridades e dos seus habitantes, havendo uma consciência das populações para a sua valorização do património mesmo que esses locais não estivessem oficialmente classificados. Expandiu-se a valorização do património para construções mais modestas e menos reconhecidas, mas cuja importância a nível regional e local são fundamentais.

A democratização do saber, o desenvolvimento da sociedade de lazer e do turismo cultural de massas, associado a uma sociedade de consumo, estão na origem, principalmente a partir da segunda metade do século XX, dos públicos dos monumentos históricos e dos centros históricos, ou seja em geral do património histórico, património que contém em si o estatuto de facultar aos visitantes conhecimento, cultura e também prazer.

O património, nesta abrangência, poderá ser entendido como um produto de consumo, que irá envolver inúmeros serviços e profissões com vista a fazer aumentar e manter o maior número de visitantes possível, quase sempre tendo como objectivos primários os económicos. Assim, nesta política, irá interessar mais a valorização do património como bem económico, e principalmente o edificado que será sujeito às mais diversas formas de transformação, que passarão por fases, como se constata “... *do restauro à reutilização, passando pela encenação e pela animação ...*” (Choay, 2008).

Conservação e restauro são os principais instrumentos empregues para a valorização do património, para o qual a evolução tecnológica e o reaprender de técnicas antigas permite agir cada vez melhor sobre os monumentos e construções antigas. Contudo, na perspectiva do turismo cultural, verificou-se, e verifica-se por vezes a opção por “... *reconstituições fantasiosas da histórica, que mais não são do que destruições da verdadeira história*” (Choay, 2011), em que para estes autor, quando estas recomposições não são totais assumem-se por vezes como “*restausos imaginativos e desintegrados*” da verdadeira história que pretendem mostrar.

Mas não se trata só em garantir a verdade da história, mas a reabilitação como uma forma racional de sustentabilidade da sociedade e da economia, questão que constituiu um problema bastante actual. Os assuntos neste tema não são consensuais, referindo-se os conflitos de

opções de desenvolvimento com que debate a sociedade moderna, o turismo crescente e a mobilização de enormes recursos em deslocações, os problemas sociais e económicos das sociedades, a funcionalidade urbana e as consequências negativas para as populações locais e as funções e os serviços necessários garantir e que não representam nada de original, mas são quase sempre acrescentos. A paisagem e o ambiente natural são também factores fundamentais na vida de uma cidade, no seu crescimento social e económico e desenvolvimento de actividades nomeadamente do turismo. Contudo não basta estas pré-existências pelo que estes factores não podem ser deixados ao seu abandono. Exigem que haja manutenção destas paisagens evitando-se que possam ocorrer danos e modificações negativas resultantes da intervenção humana.

Perante estas questões deverá preceder-se a uma análise das oportunidades e também dos perigos que a reabilitação dos centros históricos pode originar a curto, médio e longo prazo. Esta análise sustentará as conclusões obtidas para o caso da cidade de Santa Maria da Feira, onde parece estar a surgir sintomas indicativos da possibilidade da ocorrência desses perigos.

5.2 - O turismo cultural e o desenvolvimento das regiões

Segundo Ruschmann (1997) as actividades turísticas são de importância fundamental para o crescimento e desenvolvimento económico e social dos países e comunidades diversas regionais. No entanto, para além dos benefícios económicos, sociais, culturais e ambientais associados ao desenvolvimento do turismo, existem impactos que poderão ser negativos que poderão inclusive condicionar negativamente todo um desenvolvimento que se pretendia inicialmente.

Com o aumento da actividade turística verifica-se em muitos casos um aumento da instalação de infra-estruturas a nível de instalações de alojamento, locais para alimentação, abastecimento de água e redes de saneamento, infra-estruturas de transportes e de comunicação, necessários para permitir a circulação de um grande número de pessoas, mas que, se não forem inseridas de forma adequada, podem colidir com as características do local e perturbar os meios em que se inscrevem. Assim deve ser pensado o turismo sustentável como um modelo adaptável ao ambiente natural, aos factores sociais e culturais e económicos.

Os objectivos que deverão acompanhar as intervenções no património e na reabilitação de áreas urbanas tendo em conta o desenvolvimento do turismo cultural deverão ser abrangentes e procurarão ter em atenção, que segundo (Barros, 2006), deverão seguir as seguintes preocupações:

- *“Melhorar o funcionamento de toda a cidade;*
- *Preservar o património integrante da memória colectiva;*
- *Salvaguardar a identidade cultural da comunidade;*
- *Rentabilizar o capital edificado nas áreas centrais;*
- *Consolidar o tecido urbano, impedindo a dispersão da cidade.”*

Os factores de desenvolvimento da actividade turística numa região ou país podem ser económicos, sociais, culturais e ambientais. Associados a estes factores podem existir aspectos positivos mas também negativos. Resumem-se seguidamente os principais aspectos positivos e negativos reunidos de diversos autores, principalmente de (Ruschmann, 1997) e de (Oliveira, 2009).

Factores Económicos:

- Factores positivos

Geração de emprego, edificação de novos equipamentos, reabilitação e requalificação dos centros históricos, reabilitação e requalificação das zonas paisagísticas e naturais, incremento dos níveis culturais e profissionais das populações, atracção do investimento exterior, crescimento na produção de bens e serviços, transformação e modernização da estrutura económica e social, acréscimo das receitas fiscais para as regiões, introdução de mão-de-obra de outras regiões, incremento do consumo dos produtos locais, turismo como motor da actividade empresarial.

- Factores negativos

Dependência excessiva do turismo, aumento de mão-de-obra desqualificada, inflação e especulação imobiliária, sazonalidade do turismo, dependência excessiva do investimento exterior, aumento do emprego não legalizado.

Factores Sociais:

- Factores positivos

Melhoria da qualidade de vida da comunidade, criação de infra-estruturas, utilização de mão de obra local.

- Factores negativos

Alienação da comunidade local, adopção das características de vida trazidas pelos turistas, fenómenos de disfunção social por desintegração de parte da comunidade, economia local sensível às variações do negócio turístico.

Factores Culturais:

- Factores positivos

Preservação e reabilitação de centros e locais históricos, monumentos e edifícios, valorização e revitalização dos costumes locais e do artesanato.

- Factores negativos

Zonamento por diferenciação social e aparecimentos de áreas restritas a turistas e a determinados estratos da população, descaracterização das culturais locais.

Factores Ambientais:

- Factores positivos

Adopção de medidas para preservar o meio ambiente, valorização e reabilitação do meio ambiente.

- Factores negativos

Construção em número e volume desproporcionado, aumento da poluição sonora, do ar, da água e solo, aumento do tráfego, destruição da paisagem natural, da fauna e flora, desagregação da paisagem, de sítios históricos e de monumentos.

A actividade do turismo pode ocorrer num âmbito em que se estabelecem contactos entre pessoas com culturas e condições sociais e económicas muito diferentes, mas também condições que podem ser semelhantes, resultando sempre, em ambos os casos, impactos económicos, sociais e culturais das relações que se estabelecem.

Em termos ambientais as actividades turísticas podem ter impactos consideráveis sobre o meio ambiente, levando a que muitos autores, como por exemplo Krippendorf, (OMT, 2001)

a afirmar que “*o turismo destrói tudo em que toca*”. Estudos realizados Ruschmann (1997) mostram que já se verifica que alguns destinos do turismo revelam sinais de decadência e de saturação das comunidades, que obrigam a uma alteração da postura dos intervenientes na actividade do turismo, como por exemplo as empresas, as autoridades, a população moradora dos locais e centros históricos e os turistas e visitantes. Segundo este autor podem ser adoptadas algumas medidas para diminuir os impactos negativos do turismo:

- *Estudo cuidado na implantação de equipamentos turísticos;*
- *Proteger os sítios históricos e de valor patrimonial;*
- *Proteger as tradições e vivências locais;*
- *Protecção arquitectónica dos sítios tendo em vista uma visão de longo prazo, centralizada na preservação dos elementos que permitiram a criação das actividades turísticas ou seja de preservação dos recursos, desenvolvimento e protecção da identidade dos locais;*
- *Identificar e minimizar problemas ambientais originários da instalação e operação de equipamentos;*
- *Adopção de programas de preservação ambiental de áreas protegidas;*
- *Implementar soluções de baixo consumo energético e reciclagem de produtos rejeitados;*
- *Controlar a emissão de poluentes para o ambiente.*

Como se verifica a actividade turística baseada na exploração do património encerra muitos perigos que será necessário acautelar.

5.3 - A necessária reabilitação das cidades

Mas, apesar de todos os riscos, as acções de reabilitação e requalificação dos centros urbanos históricos deverão ser pensadas tendo como ponto de partida e posteriores objectivos a sua forma específica e as funções que desenvolve, com atenção às características de contínuo urbano que apresenta. Deste modo os centros históricos podem constituir áreas de referência cuja estrutura, formal e funcional, permitem harmonizar e integrar o restante conjunto do território das cidades.

Verifica-se que as acções de reabilitação com vista à melhoria e também à requalificação dos espaços públicos em zonas históricas apresentam, na maioria dos casos “*Patentes resultados positivos, principalmente no aumento da qualidade habitacional, na dinamização do comércio e na divulgação dos aspectos culturais locais, operando-se estas transformações na maioria das vezes em apertadas malhas urbanas.*” (Oliveira, 2009).

Observa-se também que quando estas transformações respeitam a estrutura, as funções pré-existentes e os interesses das populações, os resultados ao longo do tempo têm tendência para se manterem como positivos, uma vez que estas zelam continuamente pela manutenção dos aspectos que lhes permitem obter resultados positivos. O cuidar do património arquitectónico estabelece um ambiente imprescindível ao equilíbrio e ao crescimento cultural do ser humano e permite equilibrar a actual sociedade ocidental que muda constantemente, quantas das vezes passando por aspectos extremamente negativos, preservando e transmitindo a sua diversidade e a sua memória às gerações seguintes, sem as quais a sociedade poderá correr o risco de se desarticular.

Reabilitar uma zona de uma cidade implica actuar sobre um conjunto muito amplo de aspectos, que podem compreender, entre outros, os valores históricos documentais, estéticos, funcionais, económicos, de segurança dos utilizadores, do bem estar dos cidadãos, do ordenamento do território. As intervenções de reabilitação terão de se adaptar à realidade e ao mesmo tempo serem um processo criativo, revelando-se assim, na reabilitação de um centro histórico, da maior importância as palavras de Siza Vieira quando diz que “*a arquitectura é a arte de construir a transformação*”, (Costa, 2009).

Quando se avança para a reabilitação de uma área extensa de uma cidade procura-se, ao intervir, recuperar ou potenciar uma imagem urbana coerente, que caracterize de modo adequado a identidade do local e que permita que os aspectos de vivência dos seus habitantes funcionais e sociais possam vir a ser melhorados. Como refere Aldo Rossi (Rossi, 2001) “*A intervenção dos bairros antigos de uma cidade depende de um urbanismo prudente em relação às pessoas e ao espaço construído. Trata-se de gerir transformações, a maior parte das vezes sem mudar a atmosfera específica de um bairro, ou até, reforçando-a.*”

A reabilitação urbana e o desenvolvimento das cidades
As intervenções no centro histórico de Santa Maria da Feira



Figura 5.1 – Perspectivas do novo edifício da biblioteca municipal inserido na periferia do actual centro histórico.

O património arquitectónico muitas das vezes é entendido como sendo os designados “*centros históricos*”, embora pese muitas das vezes não corresponderem aos “actuais centros”, e em alguns dos casos o seu valor histórico não é relevante. Estes centros podem ser constituídos por conjuntos arquitectónicos mais ou menos preservados no seu estado mais puro, enquanto elementos de uma dada época histórica, mas que também podem ser o resultado evolutivo de diversas épocas e de evoluções arquitectónicas e urbanas dos locais.

Assim ao conceito do que pode ser considerado ou não património está sempre associado, em determinada fase da análise e decisão, o aspecto cultural e o aspecto económico, factores que nem sempre coincidem nos seus interesses, com os respectivos agentes nem sempre consensuais em manter a memória passada e os interesses do futuro.

Referindo-se a Carta de Veneza, de 1964, no seu artigo 1º que define que “*O conceito de monumento histórico abrange não só os trabalhos de simples arquitectura, mas também o enquadramento urbano ou rural onde se encontram as evidências de uma civilização em particular, um desenvolvimento significativo ou um acontecimento histórico. Isto aplica-se não só às grandes obras de arte, mas também a obras mais modestas do passado que adquiriram significado cultural com a passagem do tempo.*” Também, no artigo 5º, esta carta refere que “*A conservação dos monumentos antigos é sempre facilitada se os fizermos utilizáveis para qualquer finalidade socialmente útil.*”

O património arquitectónico é uma valia espiritual, cultural, económica e social de valor inigualável que permite estabelecer pontes para as gerações entre o passado e o futuro. A necessidade de racionalizar os recursos disponíveis é também um imperativo das comunidades, sendo o património uma forma de se conseguir fortalecer as diversas economias.

Na análise da forma de intervir sobre o património podem-se estabelecer estratégias e metodologia para análise do processo de reabilitação e conservação dos centros históricos. Da bibliografia podem-se retirar muitas metodologias.

Na Figura 5.2 apresenta-se uma organização de temas que poderão servir de ponto de partida para as metodologias de análise de base que podem ser realizadas previamente à intervenção em centros antigos. Estes temas foram ligeiramente adaptados a partir de (Candeira, 1999) de modo a se ter em conta alguns aspectos que se reconhecem incluir devido ao seu interesse. Devido a estes factores o conjunto do património arquitectónico permite o equilíbrio coerente das comunidades, através do ordenamento das actividades e integração das populações locais. Uma outra valência do património é o seu valor educativo determinante pois permite a imagem e o contacto directo com os testemunhos e experiências de épocas passadas.

O património encontra-se em muitos locais abandonado, ameaçado, degradado ou mesmo perdido. O urbanismo pouco cuidado e as pressões económicas podem destruir partes importantes da cidade histórica e do seu património. Assim a conservação integrada, referida na Carta de Amesterdão, deverá ser um dos propósitos base da planificação das áreas patrimoniais.

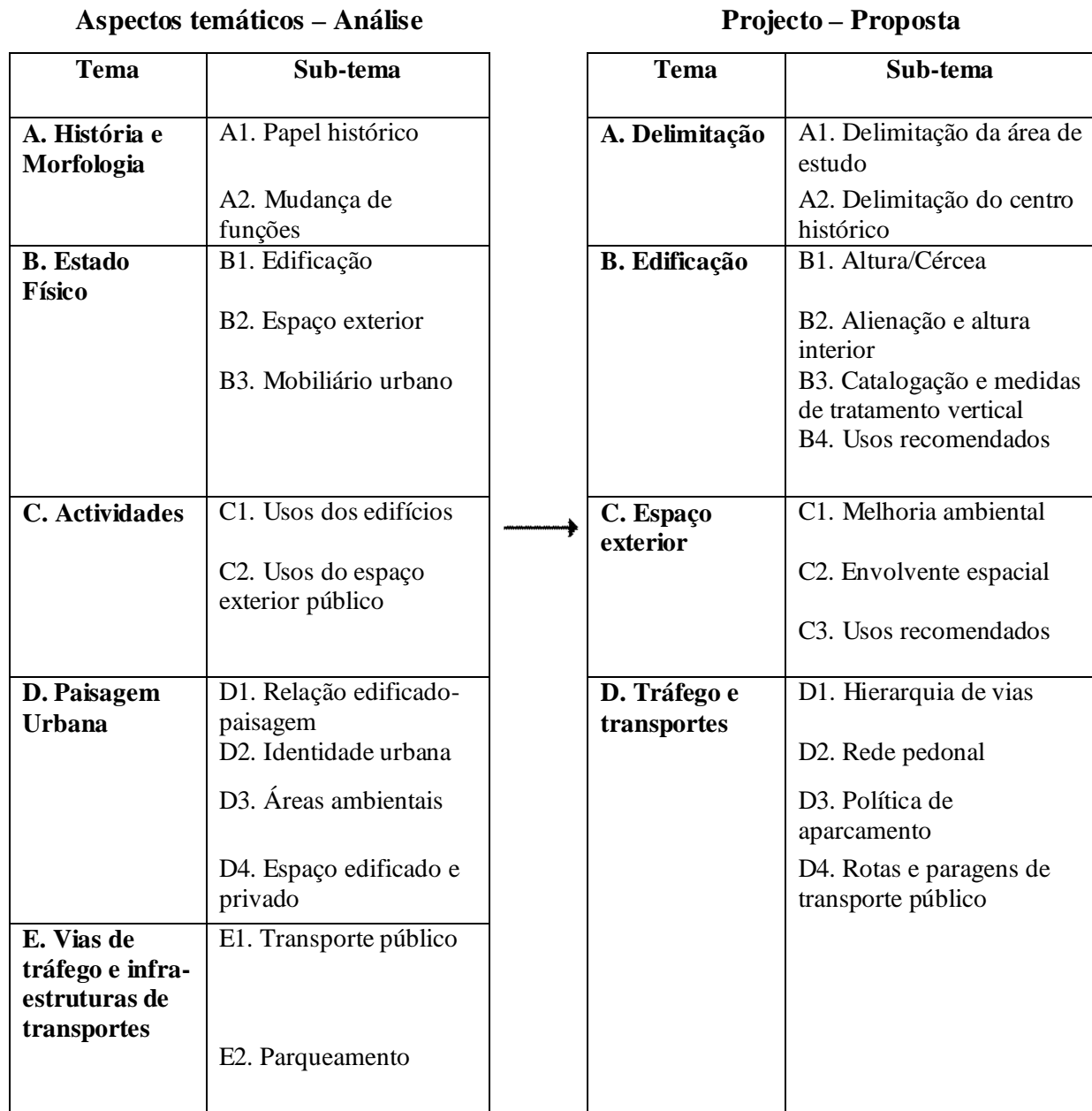


Figura 5.2 – Organização de temas para desenvolvimento de metodologias de análise e intervenção em centros antigos (adaptado de Candeira, 1999).

Esta carta recomenda que a conservação integrada não deverá excluir a arquitectura contemporânea em conjuntos antigos, mas recomenda-se que esta tenha em reflexão as preexistências, deverá respeitar as proporções, a forma e a disposição dos volumes locais e os materiais de construção tradicionais. Para se poder alcançar os objectivos de conservação integrada do património devem estar disponíveis os meios jurídicos, mediante leis e

regulamentos que orientem as intervenções no património, os meios administrativos funcionais, meios financeiros e os meios técnicos qualificados.

5.4 - Os riscos associados à reabilitação do património

O património é um bem colectivo e cada um dispõe desse património a título provisório, sendo por isso da responsabilidade individual e das autoridades a sua transmissão às gerações futuras. O projecto de reabilitação e reutilização da cidade é provavelmente mais difícil do que construir de novo. Mas é também a forma mais adequada para a valorização do património construído, seja este erudito ou vernáculo, e certamente a opção que melhor defende um conjunto amplo de aspectos que passam pelos económicos, preservação da memória da história e garantia de futuro.

A exploração do património como fenómeno de multidões, incentivado muitas vezes pelas receitas das entradas em recintos e espectáculos e dos consumos diversos, pode acarretar inúmeros inconvenientes destacando-se a necessidade de criação de acessibilidades, que muitas das vezes se localizam muito próximo dos centros históricos, exigindo parques de estacionamento e serviços de apoio, quando não poucas vezes estes fluxos de viaturas os atravessam de forma massiva.

Atribuir novas funções a uma construção antiga, feita com técnicas e materiais que muitas vezes se perderam no tempo, é uma tarefa delicada e complexa, não só a nível construtivo mas, na maioria das vezes, ao nível das forças que definem e condicionam o planeamento. Mas as cidades e os seus conjuntos antigos, constituindo património “histórico” ou não, são o palco para as dificuldades que se confrontam na valorização e reutilização do seu património, nomeadamente perante as exigências da sua adaptação aos estilos de vida contemporâneos. A integração dos conjuntos históricos nos modelos de vida actuais assume importância internacional a partir de 1975 e em 1976 em Nairóbi a UNESCO adopta as “*Recomendação sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua Função na Vida Contemporânea*”, cujo texto apresenta uma visão de enquadramento dos conjuntos urbanos antigos numa perspectiva não museológica, constituindo um texto que continua ainda muito actual, alertando para os perigos que podem advir deste enquadramento (UNESCO, 1976).

Nas recomendações, que começam por considerar que “ *...os conjuntos históricos ou tradicionais fazem parte do ambiente quotidiano dos seres humanos em todos os países, que os conjuntos históricos ou tradicionais constituem através das idades os testemunhos mais tangíveis da riqueza e da diversidade das criações culturais, religiosas e sociais da humanidade e que sua salvaguarda e integração na vida contemporânea são elementos fundamentais na planificação das áreas urbanas e do planeamento físico-territorial, ...*”, entre outras questões, são apontadas direcções para a protecção dos conjuntos antigos considerando a vivência das comunidades autóctones nesse conjuntos, sendo esta uma forma de combater o processo global de “*banalização e de normalização das sociedades e do seu ambiente*”.

O perigo da cidade convertida em cenário com uma imagem mediática, onde acontecem festivais, festas, celebrações, e demais acontecimentos, alguns verdadeiros e outros falsos, com o objectivo de movimentar o maior número de visitantes em movimento à procura de uma ideia imaginada. Nestes casos a cidade como património passa a ser uma má realidade encenada e ao mesmo tempo a paisagem é convertida sucessivamente em cena. Colocam-se assim em marcha enormes multidões, em que o património, tanto cultural como construído, se converte em divertimento para consumo da sociedade de espectáculo, a cultura de massas, popular e contemporânea, para a gente da outra cidade que é momentaneamente libertada da clausura das assoalhadas e dos órgãos mediáticos.

Factores tecnológicos contribuem também para montar uma encenação como é o caso da iluminação que expõe em demasia, em monumentos e edifícios que nunca a tiveram, e o som que distrai e diverte o visitante (Choay, 2008). É o efeito da animação nessas e outras derivadas formas que actuam sobre o visitante e que mais uma vez introduzem um ruído no verdadeiro contexto histórico que se pretende presenciar, mas que tantas vezes interessa ao público “de massas” que pretende obter um efeito imediato, quase instantâneo, sem entender perfeitamente nada daquilo que possui o local onde este se encontra.

Choay aborda no último capítulo do livro de (Choay, 2008), o património na era da indústria cultural e o culto do monumento histórico, a mundialização dos valores e das referências ocidentais apontados na Conferência Geral da UNESCO de 1972, onde se estabelece a definição de património cultural universal. Com base nestas ideias universais a Convenção

definiu “a identificação, protecção, conservação, valorização e transmissão às gerações futuras do património cultural”; “incumbe à totalidade da colectividade internacional participar na protecção desse património”.

O desenvolvimento da sociedade de lazer, do turismo cultural de massas, é quase como que retornar à teoria de Ruskin, a valorização da cidade museu intocável, enquanto, por outro lado, se destrói, por razões económicas, quarteirões inteiros. Trata-se segundo Choay (2008) de um “*combate desigual e duvidoso*”, em que se pode com uma decisão mudar o destino de um monumento ou de uma cidade antiga. Os “*termos simbólicos*” conservação e restauro, encenação, animação, modernização, rentabilização e entrega devem ser questionados de forma a serem evitados alguns erros a que se chegou a partir da década de 1970 até à actualidade na conjugação, segundo Choay, da “*trindade património-reabilitação-economia*”.

Tal como refere G. Giovannoni (1931) e citado por (Choay, 2008) “*Os centros e os bairros antigos não poderão ser conservados e integrados na vida contemporânea se o seu novo destino não for compatível com a sua morfologia e a sua escala*”. A integração na vida contemporânea, o evitar dos efeitos perversos da massificação do turismo associado ao património, a criação de programas de conservação estratégica, evitando que as actividades que envolvem a património se transformem num “*espelho e num comportamento narcísico*” são os objectivos que deverão ser ambicionados.

6 - SANTA MARIA DA FEIRA. HISTÓRIA, CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DA CIDADE

“A arquitectura é duplamente um facto urbano. Por um lado, a arte e a técnica da construção marcam profundamente o aspecto dos edifícios de toda a natureza da cidade e, por outro lado, a cidade em si pode ser considerada como uma arquitectura, pela organização do seu espaço, logo do seu desenho, pela disposição dos seus cheios e vazios, pela repartição das suas densidades, das suas alturas e das suas funções.”

(Pelletier, in “*Cidades e Urbanismo no Mundo*”, 1997)

6.1 - Introdução

Santa Maria da Feira é uma cidade com história, de paisagens e de memória, que se apodera e transporta os seus cidadãos e visitantes para distintos tempos. Isso deve-se a uma herança cultural presente nas suas tradições, no património arquitectónico e na paisagem natural que envolve a cidade. Esta realidade sente-se percorrendo as ruas, caminhos e lugares da cidade, a antiga Vila da Feira. Nesta cidade a ruralidade ainda convive com a modernidade, “*a cidade associada com o campo*”, em que a arquitectura construída ao longo do tempo aparece em vários locais, em que facilmente percorremos uma rua e encontrámos um fontanário refrescante, um velho moinho ou uma igreja centenária.

A importância que a Vila da Feira adquiriu deveu-se à sua posição geográfica e estratégica, em que do lado norte ficava a vila com os campos agrícolas e a sul, no cimo do morro, o castelo como local de protecção e defesa. O vale irrigado pelo rio Cáster, de medianeiro com o povoado desde a Igreja da Misericórdia até à colina do Castelo, permitiu fixar o conjunto populacional devido à fertilidade destas terras.

Actualmente a cidade está rodeada de espaços verdes pujantes que dão continuidade à paisagem da cidade muito para além do seu edificado. Na cidade multiplicam-se dispersos os estabelecimentos de comércio, serviços do estado, sociais e outros que se encontram instalados em velho e novos edifícios e com a arquitectura que foi criada ao longo de séculos.

O concelho de Santa Maria da Feira apresenta-se na região do país, situada entre a área metropolitana do Porto, a área de Aveiro e Viseu, como um dos Concelhos com uma grande força em termos culturais e económicos. Esta dinâmica deve-se ao desenvolvimento económico e à realização de eventos de âmbito metropolitano que demonstram a identidade do Município e na Região. Os índices de desenvolvimento da actividade económica e social das últimas décadas confirmam esta evolução, reflectida na criação de infra-estruturas rodoviárias, acesso a níveis de ensino e cuidados de saúde, bem como o acesso aos meios culturais alargados a diversas áreas. No vertente do turismo destacam-se alguns eventos de importância fundamental como são a viagem medieval em terras de Santa Maria, o Imaginarius festival de teatro de rua e a festa das fogaceiras.

No presente capítulo descrevem-se e apresentam-se algumas das características que distinguem a cidade de Santa Maria da Feira, aspectos da sua localização geográfica, da evolução da população, as acessibilidades, a economia e as perspectivas de aproveitamento do turismo.

6.2 - As origens de Santa Maria da Feira

A cidade de Santa Maria da Feira possui uma história muito antiga. Segundo alguns historiadores a origem e a fixação de populações no lugar onde actualmente se localiza a cidade poderá ter ocorrido no ano de 2084 A.C. um tempo muito remoto portanto, anterior à existência da Grécia antiga, época da vigência da primeira dinastia XIA na China e da décima sexta dinastia de Mênfis no Egipto (Silvina, 1985). Também, segundo outros historiadores, os fundadores do estabelecimento humano na Feira terá sido realizado por povos Galo-Celtas cerca do ano de 390 A.C.

Dos registos escritos pelos Greco-Romanos sabe-se que nesse local habitavam tribos do povo lusitano desde o século III A.C. (Moreira, 1968). Durante a época romana este local prosperou, tendo-se expandido dos montes mais altos, “*os castros*”, locais edificados para habitação e defesa das populações em pontos altos e também de culto, para as zonas de planície formando-se núcleos rurais.

A reabilitação urbana e o desenvolvimento das cidades
As intervenções no centro histórico de Santa Maria da Feira

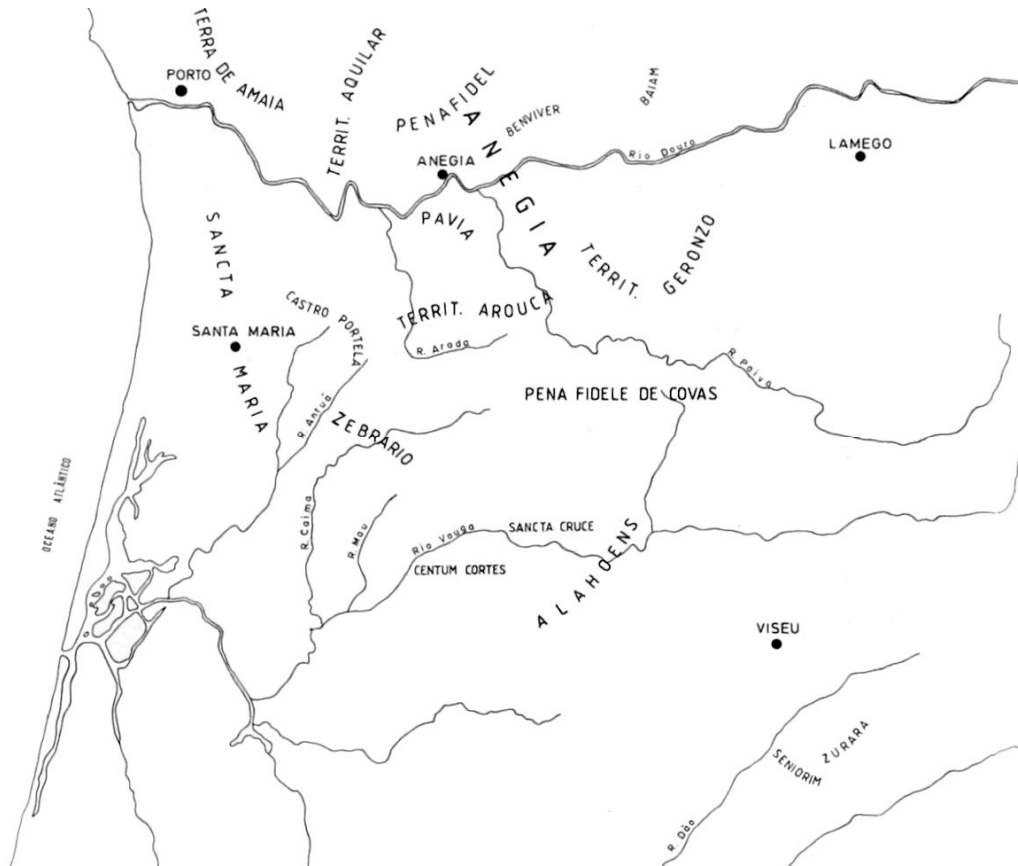


Figura 6.1 – Os territórios de Santa Maria nos séculos X e XI (Mattoso, 1993).

No local onde se situa o castelo da Feira, localizado no monte mais alto cercado de planícies, existia na época da colonização romana um templo dedicado ao deus romano *Bandevulgo Toireco* ou *Tueraeus* (Moreira, 1968). A cristianização na península Ibérica propagou-se a partir do final do século III D.C. e principalmente no século IV DC, em que o local e o templo do castelo foram consagrados a Santa Maria, nome pelo qual eram designadas as terras que adoptavam o culto da virgem (Figura 6.1). Assim “o documento mais antigo em que apareceu pela primeira vez o hagiotopónimo de Santa Maria data do ano de 977 DC” (Sousa, 1987).

As Terras de Santa Maria constituíam um território extenso que se desenvolvia desde o rio Douro a norte até ao rio Caima a sul, e desde o rio Arda a nascente até ao mar a poente. A Norte desta região situava-se o território que foi designado por Terra da Maia. Na região localizava-se uma grande via militar romana que ligava Cales, actual cidade de Vila Nova de Gaia, à cidade de Mérida, antiga capital da Lusitânia, e que permitia a existência de actividades comerciais muito activas (Figura 6.2).

A reabilitação urbana e o desenvolvimento das cidades
As intervenções no centro histórico de Santa Maria da Feira

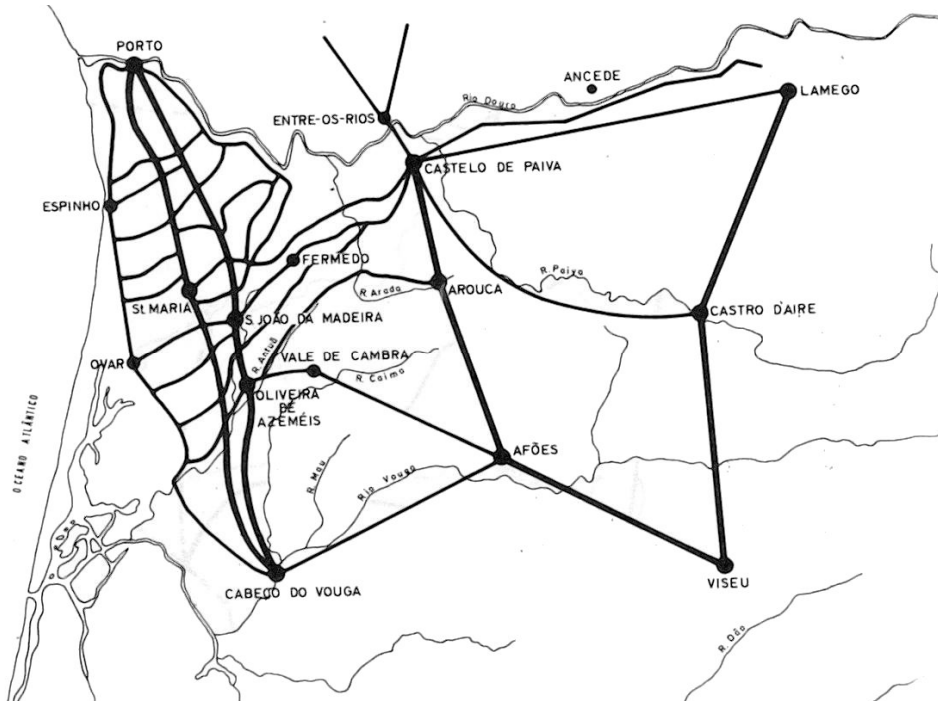


Figura 6.2 – As estradas medievais nos territórios de Santa Maria nos séculos X e XI (Mattoso, 1993).

Em resultado das invasões bárbaras a partir do ano 409 D.C. regista-se um enfraquecimento da povoação e o templo e o recinto envolvente é transformado numa nova função de fortaleza. Não é consensual qual terá sido o povo que erigiu o primitivo castelo. Segundo alguns autores terão sido os romanos, apontando outros autores os visigodos ou os godos (Moreira, 1968).

Com a entrada na península Ibérica a partir do ano 711 D.C. os árabes marcaram a sua presença nesta terra, mas na cidade permaneceu o culto cristão e as populações conservaram os seus templos, contudo a presença árabe encontra-se ainda bem evidente na arquitectura do actual castelo (Figura 6.3), mas aonde podem ser identificados elementos construtivos da arquitectura de origem muçulmana, mas cujas formas terão sido eliminadas posteriormente. À presença árabe na região estará, como se verificou noutras regiões, associada a grande desenvolvimento das artes, urbanismo, agricultura e actividades comerciais e que terão tido enorme influência na região.

Durante os séculos VIII e IX o lugar do antigo templo terá como funções primordiais de defesa e a conquista do condado portugalense, para o que se pensa terá existido uma fortificação que se assemelharia a um muro com a altura das portas de entrada. O culto a Santa Maria realizava-se nessa época numa pequena capela. Em 1109 D. Henrique confere

foros e privilégios da Terra de Santa Maria e dá-lhe um foral e classifica-a de vila (Silvina, 1985).

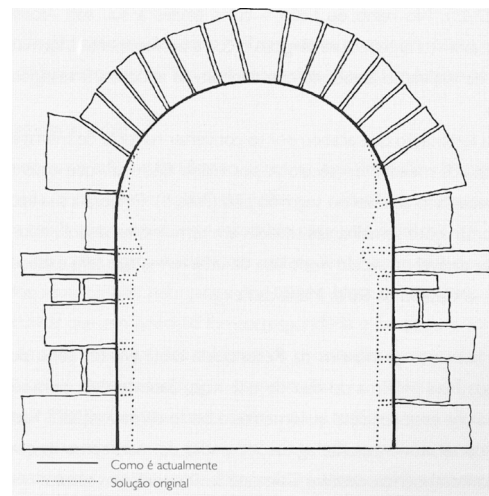
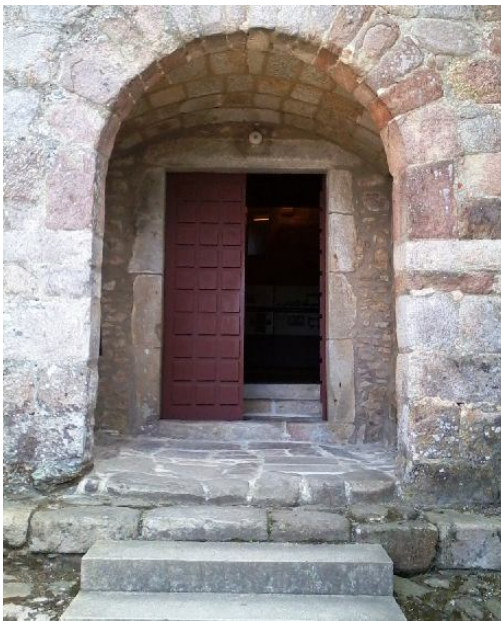
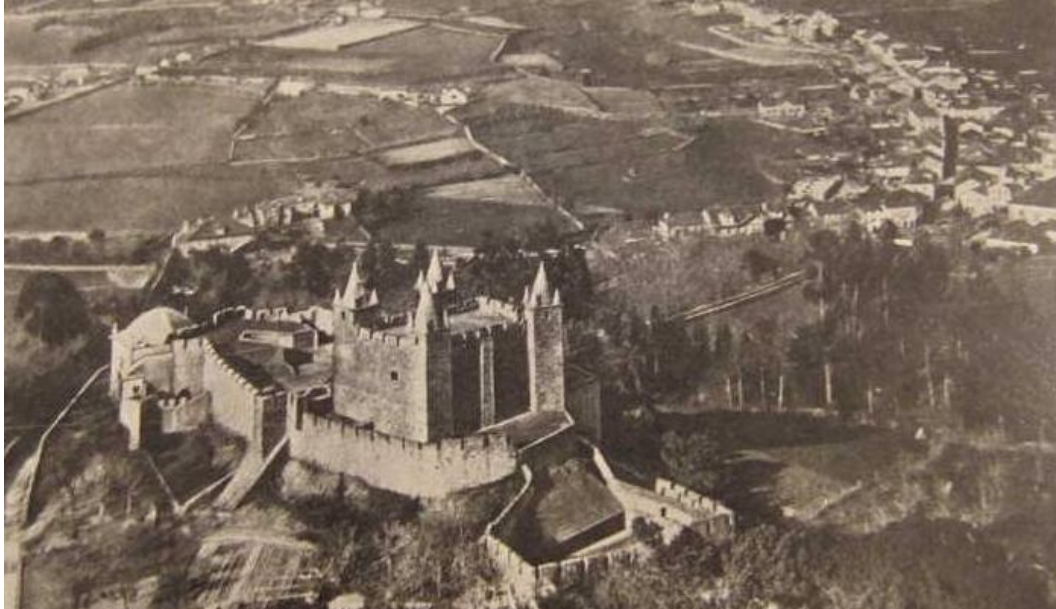


Figura 6.3 – Vista da cidade e castelo de Santa Maria da Feira em 1941 (BMSMF, 2011) e porta norte da alcáçova e sua reconstrução de primitiva porta muçulmana (Barreiros, 2001).

Contudo a posição topográfica do castelo não iria permitir a construção da cidade junto aos muros do castelo, obrigando as populações a se instalarem nos terrenos férteis do vale do rio Cácter, tal como aconteceu com muitas outras cidades medievais. Por essa época começaram-se a realizar feiras medievais para troca de produtos agrícolas por outros utensílios,

estabelecendo-se então uma praça regular de mercado denominado “*feira*”, nome que posteriormente passaria a designar também a povoação. A mais antiga referência escrita a Vila da Feira encontra-se no foral de Osseloá doado por D. Teresa no ano de 1117 (Sousa, 1987). No reinado de D. Manuel, em 1502, procedeu-se a melhoramentos que assemelharam o castelo à actual configuração.

Observa-se assim que o lugar primitivo que deu origem à cidade era um local privilegiado no valor da posição geográfica e estratégica, na sua história e mesmo na sua condição de “*locus*” sagrado para muitas e diferentes culturas. Um local elevado que proporcionava a defesa das populações, assim como permitia a realização dos cultos espirituais, desenvolvendo-se sobre as zonas de planície em espaços destinados à agricultura.

Há neste aspecto de localização uma relação que se manteve e que ainda se mantém muito forte, que continua a ser a relação espiritual e histórica, mas também física, entre o alto do castelo e a planície do campo na cidade de Santa Maria da Feira. Nesta relação evolutiva da cidade mantém-se uma afinidade muito próxima entre os locais protegidos e os situados em zonas abertas, o clima e os ventos, o solo e a água, as actividades agrícolas e as estações do ano, factores que irão caracterizar Santa Maria da Feira até quase ao final do século XX.

6.3 - O núcleo do centro histórico e a evolução urbana e populacional da cidade

O núcleo antigo da cidade, e que actualmente constituiu o centro histórico da cidade de Santa Maria da Vila da Feira, que durante séculos se designou por Vila da Feira, constitui até às três últimas décadas do século XX a principal expressão urbana da cidade. É um núcleo que possui características de evolução essencialmente terciárias, com origem nas actividades dos séculos passados da povoação e como centro administrativo importante para a região.

Na sua origem a “*Terra de Santa Maria*” encontrava-se rodeado de um espaço amplo destinado a um mundo rural, com algumas propriedades de dimensão por vezes significativas, num sistema estruturado pela ligação de cada terreno agrícola mantido pelos “*caseiros*” e o espaço mais urbano ocupado principalmente pela classe de lavradores da burguesia e por comerciantes.



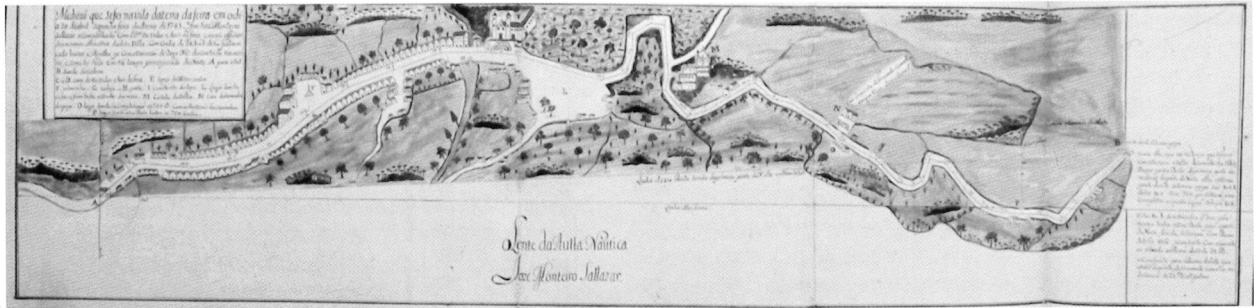
Localização do centro histórico Alinhamento da Rua Direita

Figura 6.4 – O núcleo antigo do centro histórico em foto da actual cidade (Google, 2011).

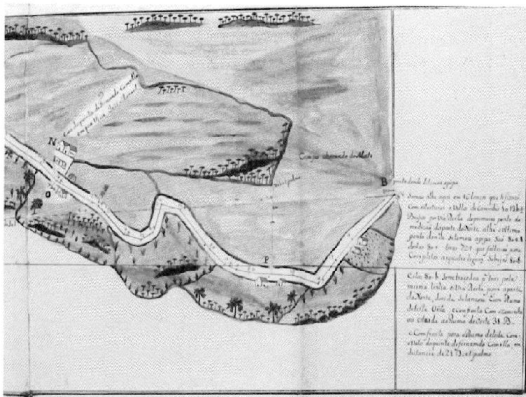
Verifica-se que a expansão urbana da cidade se realizou fundamentalmente ao longo de um percurso urbano de crescimento linear, definido pelo alinhamento da antiga Rua Direita com direcção Norte-Sul. Ao longo desta rua confrontam-se e relacionam-se os locais e as construções mais importantes da cidade, e que constituem pontos da vida cultural, social, religiosa e económica, como por exemplo a igreja da Misericórdia, a antiga Praça Velha actual Praça da República, a Igreja Matriz e o antigo convento dos Lóios, a praça do Rossio, local ancestral de realização de feiras dos dias 20 de cada mês, a rua que sob ao castelo e a área densa e verde envolvente e, por fim, no cimo do morro e sempre visível o castelo.

O registo da planta da cidade de 1781 mostra que a cidade era essencialmente constituída praticamente pelo alinhamento da rua Direita, na época com edificações ao longo desta e locais singulares como a norte a Igreja da Misericórdia e a sul Quinta das Ribas e Capela de

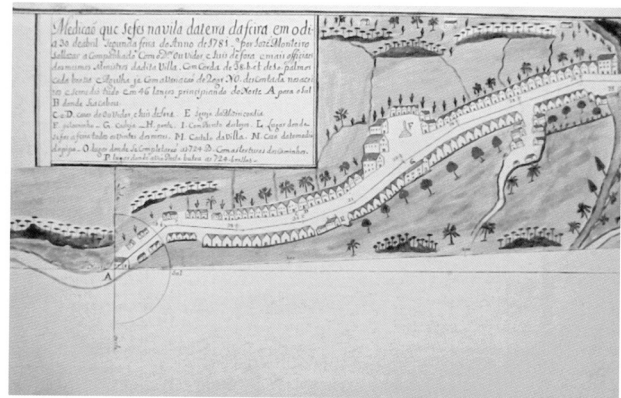
Nossa Senhora de Monserrate, ladeada de ambos os lados por campos de ocupação agrícolas e de floresta (Figura 6.5).



Traçado geral da Rua Direita



Igreja da Misericórdia (de São Francisco)



Quinta das Ribas e Capela de Nossa Senhora de Monserrate

Figura 6.5 – A Rua Direita em desenho de 1781 (LAF, 2006).

A análise de fotografias antigas, Figura 6.7, ilustra que a evolução da ocupação urbana se processou ao longo de séculos através da densificação ao longo desta via principal, sendo portanto uma urbanização linear dominante e quase exclusivamente com funções residenciais e comerciais, sucessivas adições de edifícios ou pequenos conjuntos ao longo da via existente e surgimento de novas frentes urbanas, onde dominam loteamentos de maior dimensão principalmente junto à nova praça do Rossio, com maior densificação da habitação e criação de novas áreas urbanas e praças. Este crescimento da cidade até muito recentemente foi sempre caracterizado por um enquadramento de extensas áreas agrícolas e áreas florestais circundantes, algumas bastante definidas e ocupando vastas áreas contíguas com a presença de casas rurais dispersas (Figura 6.6).

A evolução da arquitectura no núcleo da cidade processou-se contudo ao longo de séculos podendo-se distinguir edifícios, praças e vias que se complementam. Destaca-se neste núcleo a arquitectura religiosa, arquitectura de serviços administrativos do estado, arquitectura militar, arquitectura habitacional, praças públicas e zonas verdes que foi possível manter.

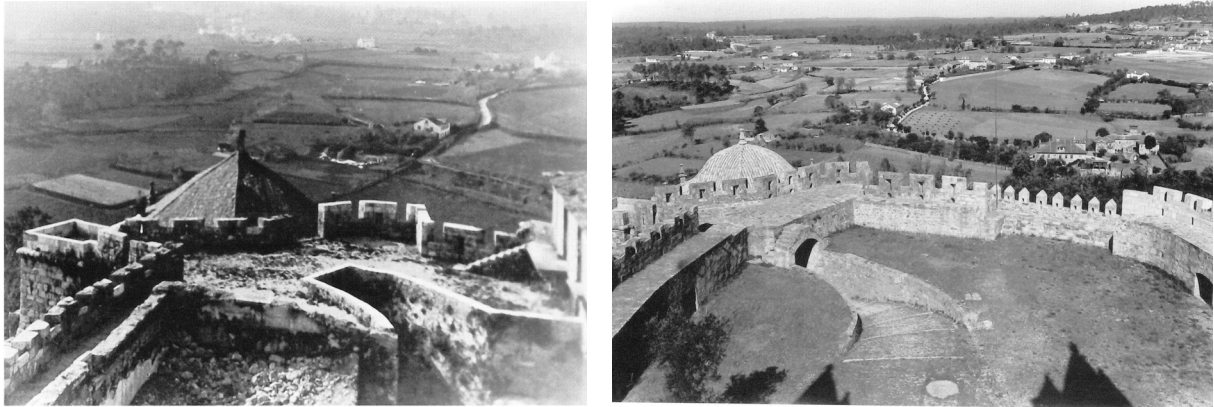


Figura 6.6 – Vista da Vila da Feira a partir do castelo no topo Norte da praça em 1908 e em 1940 (BMSMF, 2011).

O trajecto pela rua Direita até ao castelo é um percurso irregular e em topografia acidentada e com muitos pontos de vista, que permite dar importância ao sítio e personalidade ao local. Em Santa Maria da Feira verifica-se uma relação biunívoca entre o homem e a natureza e a arquitectura e o local, aspectos que estão ligados por um percurso topológico.

Também na arquitectura dos edifícios mais marcantes da cidade se observa a sua individualidade e especificidade, como os edifícios religiosos, do estado, o castelo, as proporções da arquitectura de habitação estão no centro histórico definidos, na sua maioria e singularidade, por uma ordem estabelecida à escala da rua, respeitam o local e encontram-se inter-relacionados.

A reabilitação urbana e o desenvolvimento das cidades
As intervenções no centro histórico de Santa Maria da Feira



Figura 6.7 – Santa Maria da Feira e a rua Direita em 1904 e em 1915 (BMSMF, 2011).

O alinhamento da Rua Direita foi certamente definido num período anterior ao século XIV. A definição da faixa de implantação, até ao século XIX com desenvolvimento desde a igreja da Misericórdia até ao convento dos Lóios, tem origem nos séculos XV e XVI, tendo os edifícios originais sido sujeitos a reformulações e reconstruções sucessivas.

A imagem actual deste arruamento, tanto interior como exterior, é do século XIX e pontualmente do século XVIII, com reconstruções e reabilitações dos séculos XX e XXI (Silvina, 1985). A antiga rua Direita encontra-se agora dividida em duas, a rua Dr. Elísio de Castro até ao Largo Dr. Gaspar Moreira, e a Rua Dr. Roberto Alves até ao largo do Convento na zona inferior da igreja matriz.

6.4 - A evolução urbana e o crescimento populacional e económico da cidade

A evolução mais recente do centro histórico da cidade pode ser observado através dos diagramas da figura representados sobre os ortofotomapas desde 1958 até 2007 e nas plantas de evolução do edificado no centro histórico entre essas datas. Na Figura 6.10 apresenta-se a evolução urbana do centro histórico de Santa Maria da Feira a partir da segunda metade do século XX até à primeira década do século XXI, e na Figura 6.11 as manchas de evolução do edificado nesse período.

Pode-se observar que ocorreu um crescimento do edificado por adição em locais que inicialmente eram de uso agrícola e raramente por demolição e posterior construção. Isto quer dizer que a cidade manteve as construções existentes nos meados do século XX principalmente as localizadas na Rua Prof. Egas Moniz e Rua Dr. João de Magalhães a oeste e principalmente as existentes ao longo da Rua Direita, actuais ruas de Dr. Elísio de Castro e Dr. Roberto Alves. Assim verifica-se um significativo preenchimento por novas edificações da zona interior delimitada por estas ruas, com maior expressão durante as décadas de 1970 e 1980.



Figura 6.8 – Perspectiva de toda a cidade no início do século XX, de grande componente rural, observando-se a plantação para o actual parque (BMSMF, 2011).

O crescimento da vila não teve um desenvolvimento radial como se verificou na maioria das cidades medievais e manteve-se assim praticamente até meados do século XX. Da análise das

sucessivas etapas de crescimento da cidade verifica-se que as grandes expansões se situam principalmente nas últimas décadas do século passado. Resumidamente encontram-se as seguintes fases de crescimento:

1ª fase – até aos anos 40 principalmente ao longo da rua Direita, praça do Rossio na base da igreja do antigo convento, lugar de Fijó, vielas de penetração como a de Rolões e Cal das Eiras;

2ª fase – dos anos 40 até ao final da década de 1980 com o crescimento e preenchimento do centro histórico por novo edificado e equipamentos;

3ª fase – forte crescimento da cidade para oeste no lugar da Cruz devido à criação de infraestruturas viárias importantes e à descentralização de serviços administrativos.

Grande parte desta evolução pode ser visualizada pelas imagens de ortofotomapas reproduzidos na Figura 6.9, correspondentes ao período decorrido entre os anos de 1958 e 2007.

A reabilitação urbana e o desenvolvimento das cidades
As intervenções no centro histórico de Santa Maria da Feira

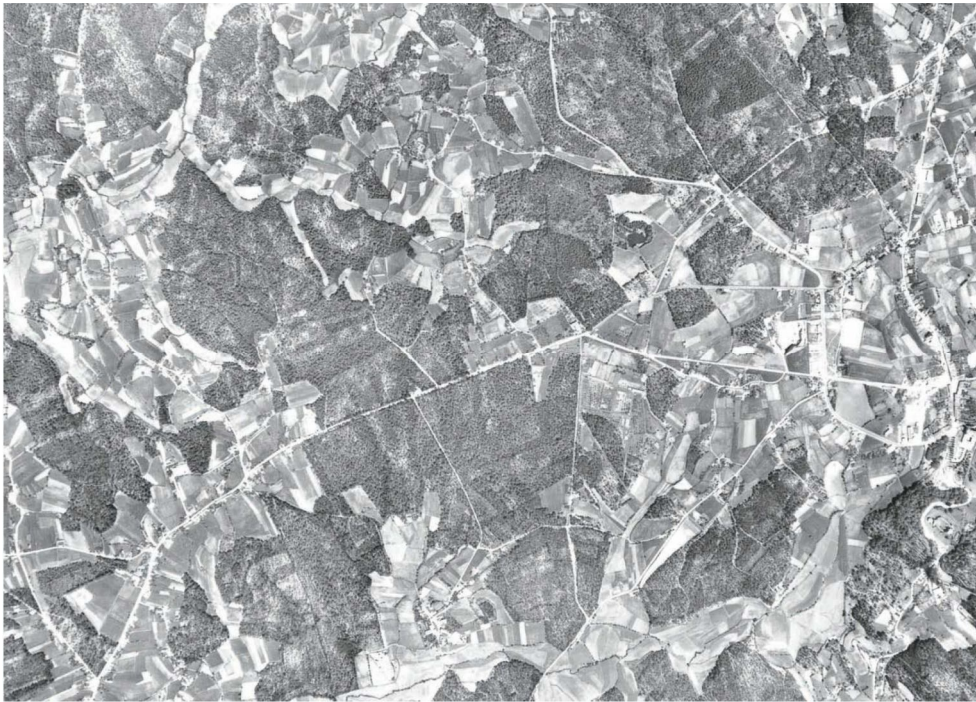


Figura 6.9 – Evolução urbana da cidade em fotografias aéreas dos anos de 1958 e de 2007 (Atlas, 2009).

A reabilitação urbana e o desenvolvimento das cidades
As intervenções no centro histórico de Santa Maria da Feira

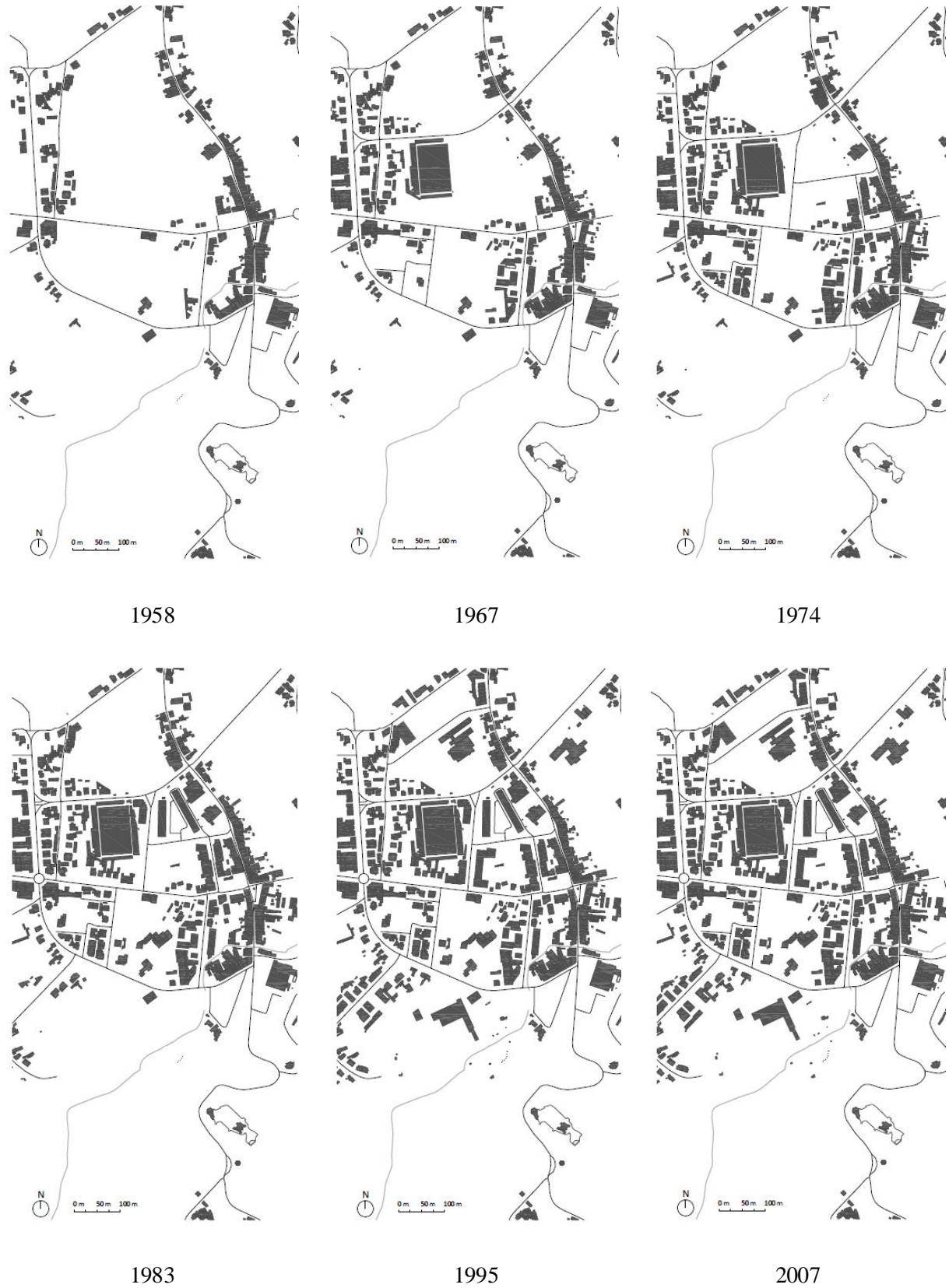


Figura 6.10 – Crescimento urbano do centro histórico da cidade entre os anos de 1958 a 2007.

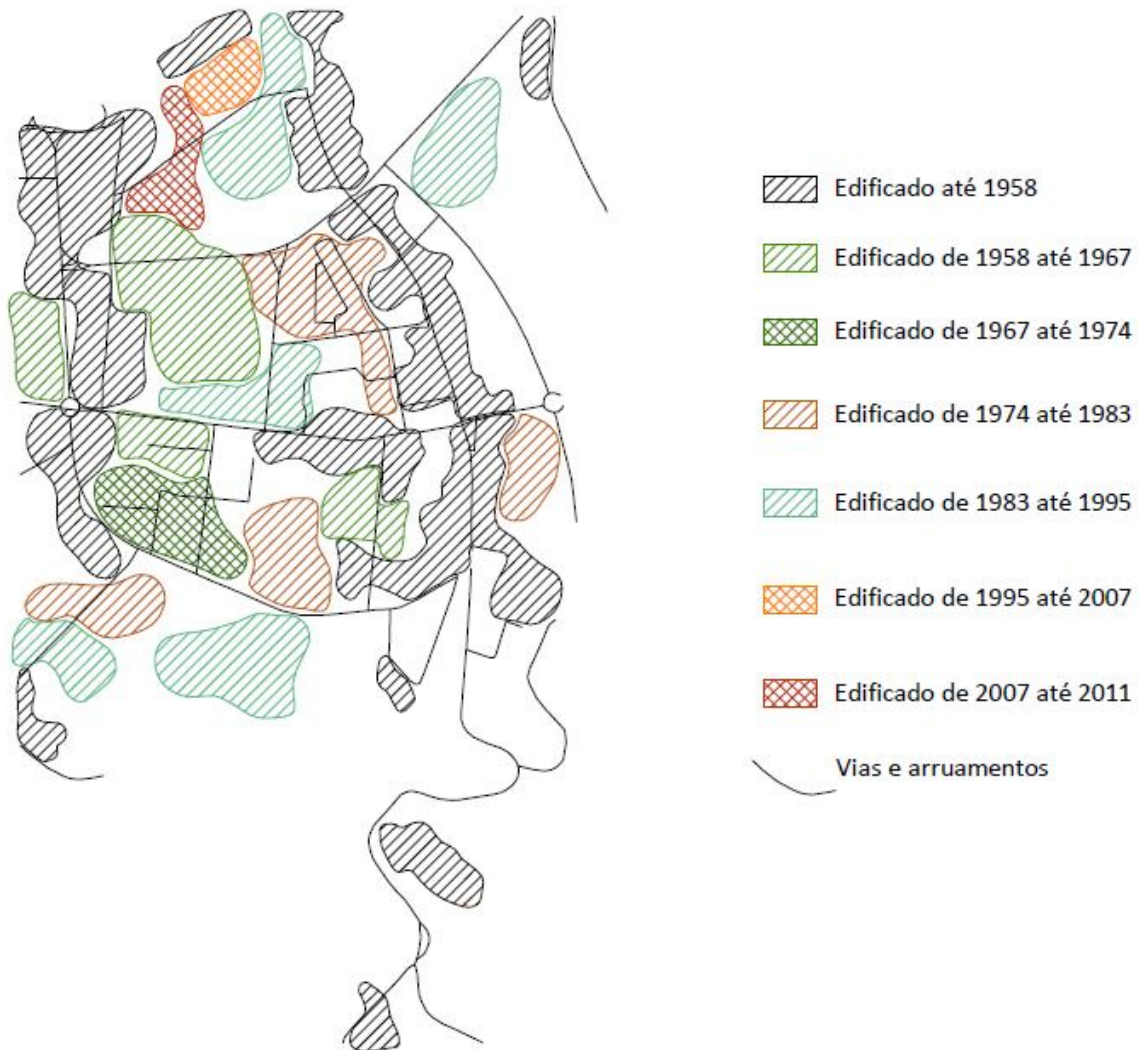


Figura 6.11 – Manchas de evolução do edificado no centro histórico da cidade de Santa Maria da Feira entre os anos 1958 a 2011.

Observa-se que este núcleo da cidade exprime presentemente as características urbanas mais autênticas do aglomerado original, apesar do acelerado crescimento urbano para poente em direcção ao lugar da Cruz e que invadiu o mundo rural, sem que tivessem sido estabelecidas quaisquer fronteiras entre esses dois mundos (Silvina, 1985).

O centro histórico da cidade apresenta um conjunto de edifícios históricos, construções, praças e zonas de espaços verdes com bastante interesse urbano e arquitectónicas que são identificadas na Figura 6.12.

A reabilitação urbana e o desenvolvimento das cidades
As intervenções no centro histórico de Santa Maria da Feira

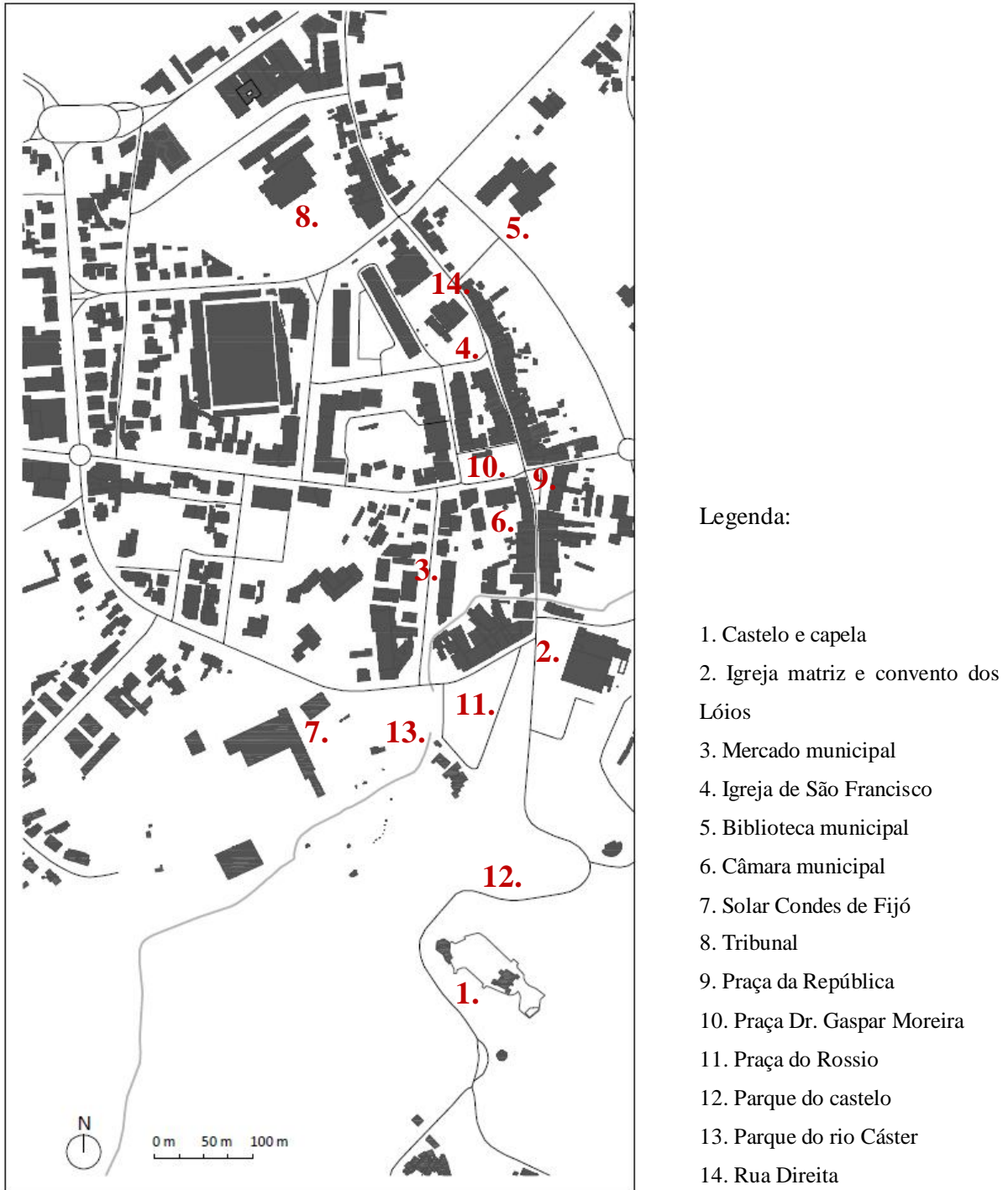


Figura 6.12 – O núcleo antigo do centro histórico e as principais edificações, monumentos, arruamentos e praças no ano de 2011.

Numa intervenção com objectivos de reabilitação urbana e arquitectónica deve-se pretender reforçar a identidade da cidade, conferir significado aos lugares e fortificar a imagem do conjunto histórico. Esta imagem da cidade encontra-se em Santa Maria da Feira no seu núcleo mais antigo que corresponde ao centro histórico, apesar de este centro ter evoluído de modo

muito significativo a partir da segunda metade do século XX, sendo portanto também uma parte deste conteúdo do núcleo urbano muito recente.

6.5 - Análise morfológica do centro histórico

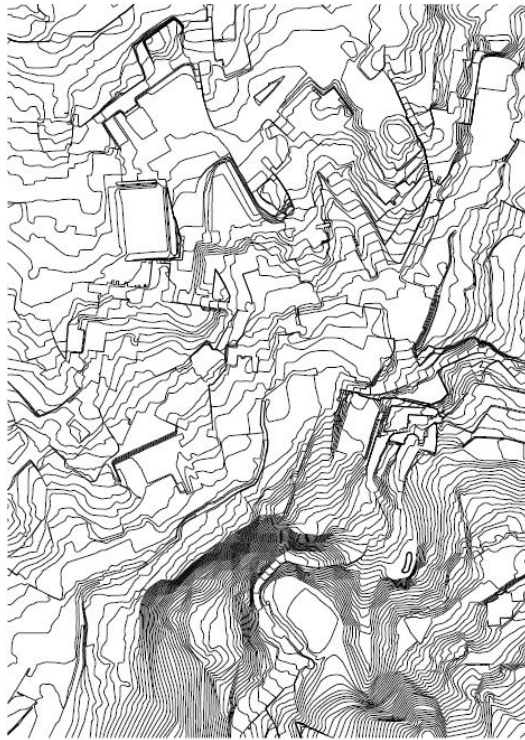
A avaliação dos aspectos de forma morfológica, no que se refere à relação da cidade com a realidade territorial, que para esta cidade se definem como uma base estruturante fundamental, está associada às lógicas de crescimento deste território. O desenvolvimento da cidade ocupou o lugar como um objecto racional que respeita o lugar. Na cidade está implícita uma reciprocidade entre o construído e o meio natural que é simbolizado através dos alinhamentos dos arruamentos e localização das principais construções.

Verifica-se que a geografia do território do centro histórico se distingue pela área ocupada pelo edificado do centro histórico, constituída por uma área de planície com declive suave em direcção ao rio Cáster, em que este estabelece uma linha de fim de continuidade do edificado. A sul desenvolve-se a encosta do castelo que apresenta um declive acentuado e se encontra preenchida pela extensa vegetação do parque na envolvente do castelo (Figura 6.13).

Os caminhos de urbanização do território nas últimas décadas do século XX modificaram-se e desenvolveram-se para além do alinhamento da rua principal designada primitivamente por rua Direita. A cidade que apresentava um modelo de crescimento de adensamento linear passa a ter um crescimento para poente em direcção das principais vias de acesso à cidade, ou seja o factor automóvel e os novos meios de comunicação são fundamentais. Estes factores passaram a ficar integrados na cidade, passando o tradicional antagonismo entre urbano e rural a ficar cada vez mais esbatido.

Assim os novos espaços urbanos criados no final do século XX surgem como resposta a uma sequência de novas necessidades de expansão. Verificou-se então o fenómeno de transferência e acumulação dos investimentos dos centros tradicionais para periferia e ocorre uma descentralização das funções e serviços do centro histórico para as novas áreas de crescimento e da cidade com linhas de expansão para as vias rápidas de comunicação que foram construídas.

A reabilitação urbana e o desenvolvimento das cidades
As intervenções no centro histórico de Santa Maria da Feira



Topografia do centro histórico



Esquema das vias de circulação no centro histórico



Edificado do centro histórico



Topografia, vias e edificado

Figura 6.13 – Análise morfológica e física da zona do centro histórico da cidade.

6.6 - A percepção do *locus* da cidade, os eixos visuais e a importância da imagem da cidade

No trabalho de (Silvina, 1985), no qual se realiza a caracterização da cidade previamente à realização da reabilitação e remodelação do centro histórico, refere-se numa frase extraordinária, e após citar que “*uma cidade é uma criação de numerosos e diferentes momentos de formação*”, esse momento singular da história do século XX do centro histórico da cidade de Santa Maria da Feira:

“A Vila da Feira vive também hoje um desses momentos, e a escolha está entre continuar a abdicar do passado ou reconvertê-lo na cidade de amanhã, viva e humana”.

Assim, como observou esta autora, na cidade de Santa Maria da Feira “*Subsiste o carácter do conjunto, estão aqui os pontos referenciais mais importantes, se algum habitante ou visitante da Vila da Feira tentar descrever este local, não os poderá omitir. Espaços como a praça do Rossio e a praça Velha, a rua Direita, os edifícios da Câmara Municipal e do antigo convento, as igrejas dos Lóios e da Misericórdia, praças cobertas, as águas já sujas do rio, uma azenha, uma árvore, uma pedra esquecida ..., inspiram por tudo o que ainda representam e pela força da memória, transmitida de geração em geração – o sentimento de comunidade.*”. Costumes como a festa das Fogaceiras e as feiras que atraem tantos visitantes transportam para esta terra “*um fresco ar campesino*” (Silvina, 1985).

Existe uma paisagem urbana com a qual o habitante ainda se identifica, inserida num excepcional quadro natural que transmite um sentimento de comunidade único, que pode ser caracterizado perfeitamente da forma como (Rossi, 2001) escreve “*... e talvez mais não fique do que a afirmação pura e simples do valor do locus, dado que esta noção do lugar e do tempo parece racionalmente inexprimível, embora compreenda uma série de valores que estão fora e para além dos sentimentos que experimentamos ao colhê-los.*”

Numa comparação com a Grécia Clássica verifica-se na paisagem de Santa Maria da Feira um contraste entre a elevação onde se situa o castelo e como a planície e a linha do horizonte que

o rodeia. O clima é equilibrado e a presença de água e vegetação permite a manutenção da imagem da floresta e da agricultura. A circunstância territorial vai influenciar o nascimento e evolução da cidade. Há uma relação entre o homem e a natureza que vai influenciar a relação entre a arquitectura e o lugar, um percurso de evolução que foi feito entre o elemento natural e o racional, definindo a personalidade deste local.

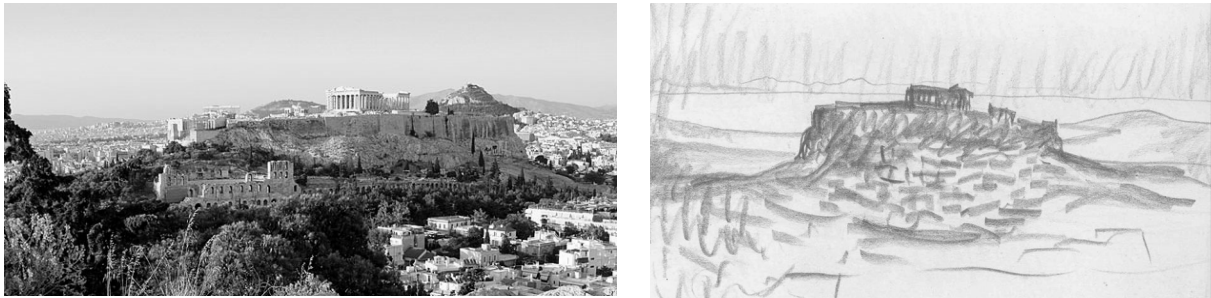


Figura 6.14 – Foto da cidade de Atenas e desenho da acrópole de Charles-Édouard Jeanneret, constante do caderno de "Viagem ao Oriente" (Corbusier, 1917).

Esta curiosa analogia de alinhamento pode ser feita com a cidade de Atenas na civilização grega clássica (Figura 6.14). Tal como Atenas que teve a sua origem na acrópole, local religioso, a cidade da Feira teve origem no local do castelo em redor de uma zona de produção agrícola.

Em Santa Maria da Feira o castelo é o Parténon, também religioso, mas também militar e símbolo da autoridade da cidade da Feira, funcionando como um objecto escultórico para ser visto à distância. A praça do Rossio desenvolve a sua função como a Ágora, local civil de praça rodeada a norte por habitações e a nascente pelos edifícios religiosos, local de reunião em eventos de feira e celebrações religiosas, portanto em funções comerciais e de troca de conhecimentos e de experiências.

As zonas naturais de parque com a luz pictórica, produzindo sombras, efeito que não se consegue apenas com o edificado, acentuam o dinamismo, os edifícios comunicam com as pessoas, as fachadas não são lisas mas dinâmicas. Há a utilização da perspectiva, ideia de cenário com a produção de uma aparência, e verifica-se a associação nos edifícios da escultura com a arquitectura.

O espaço da cidade, tal como um edifício barroco, é composto por relações com elementos espaciais mas também por elementos estruturais de desenho que estabelecem uma relação recíproca entre as forças exteriores e interiores. Na arquitectura religiosa da cidade há também uma continuidade no percurso entre o interior e o exterior, no castelo átrio-escadaria-pátio-salão, e nas igrejas, praça-surpresa-entrada-na-igreja-nave e altar-mor.

Tem-se um sistema de ordem que se reflecte na arte e na arquitectura da cidade. Sendo assim julga-se que se pode assim afirmar que a cidade de Santa Maria da Feira deve o seu crescimento, tradições e o êxito dos eventos que promove devido aos eixos visuais e percursos que marcou a sua fundação. Como referem alguns autores quando este desenho resulta (Schulz, 2007), “*o pensamento de ordem e persuasão, tradição e espectáculo, sedução e propaganda da fé*”, com o apoio das manifestações populares, uma estratégia de manter os hábitos e rituais da igreja levaram, a que a arquitectura se desse o fortalecimento dos mecanismos de sedução, peregrinação, procissões, sentimentos mais directos e realistas.

Há sistematização, regra, hierarquia e um sistema lógico, o centro e o infinito, movimento direccionado e desenho uno, a forma escultórica curva e a luz pictórica, que provoca o dinamismo das formas, tensão, movimento, surpresa, a relatividade da percepção com efeito de cenário, encenação, ilustração e emoção, resolução urbana e o forte realismo das imagens e comunicabilidade com o observador. Na cidade de Santa Maria da Feira o alinhamento Igreja da Misericórdia – Igreja Matriz – Castelo cresceu e estabelece um alinhamento em que se celebra os princípios da arquitectura barroca.

Tal como na arquitectura barroca, Santa Maria da Feira pode também ser explicado como constituindo um “*grande teatro*” em que se supõe uma regra e participação neste mundo, que presume a imaginação e a faculdade de educação através da arte, o que no período barroco foi de uma importância fundamental. No barroco há uma estrutura hierárquica de um centro que forma um conjunto lógico. A sistematização é um princípio fundamental e tem a ver com a existência de regras de composição pictórica, há sempre um ponto central e pontos subordinados. O dinamismo e a encenação funcionam do lado da sedução (Schulz, 2007), os diversos elementos arquitectónicos estão relacionados por tensões, ideia de surpresa e efeitos de movimento. Por analogia, o sistema romano inicialmente criado nesta terra é de ordem, mas não contém a noção de infinito. A sociedade romana precisava de limites que eram

traduzidos por muralhas, mas em Santa Maria da Feira há o infinito como conceito fundamental (Figura 6.15).



Figura 6.15 – Perspectiva vista da Igreja da Misericórdia da rua Direita, igreja e convento dos Lóios e castelo (1931), (BMSMF, 2011).

As igrejas e o castelo estabelecem uma forte marcação e integração com a cidade por diversas razões. Pelos materiais usados na sua construção, nomeadamente a construção das estruturas e motivos em que o granito e a pintura com cal branca, criando um “*jardim granítico e pintura cenográfica*” (Silvina, 1995), e pela abundância de decoração nos principais elementos que a compõem na frontaria das igrejas, nas fachadas laterais e janelões.

A localização do castelo em ponto elevado da cidade, portanto visível a partir de qualquer local da envolvente urbana, deu à cidade o seu símbolo. A sua silhueta, acentuada pelas torres, aparece recortada contra o céu e marca a nova expansão da cidade a partir do limite do horizonte. Colocadas nas extremidades das suas respectivas ruas as duas igrejas olham-se através de um vasto eixo que evoca uma imensa escadaria barroca conjuntamente com o alinhamento formado com o castelo (Figura 6.16).

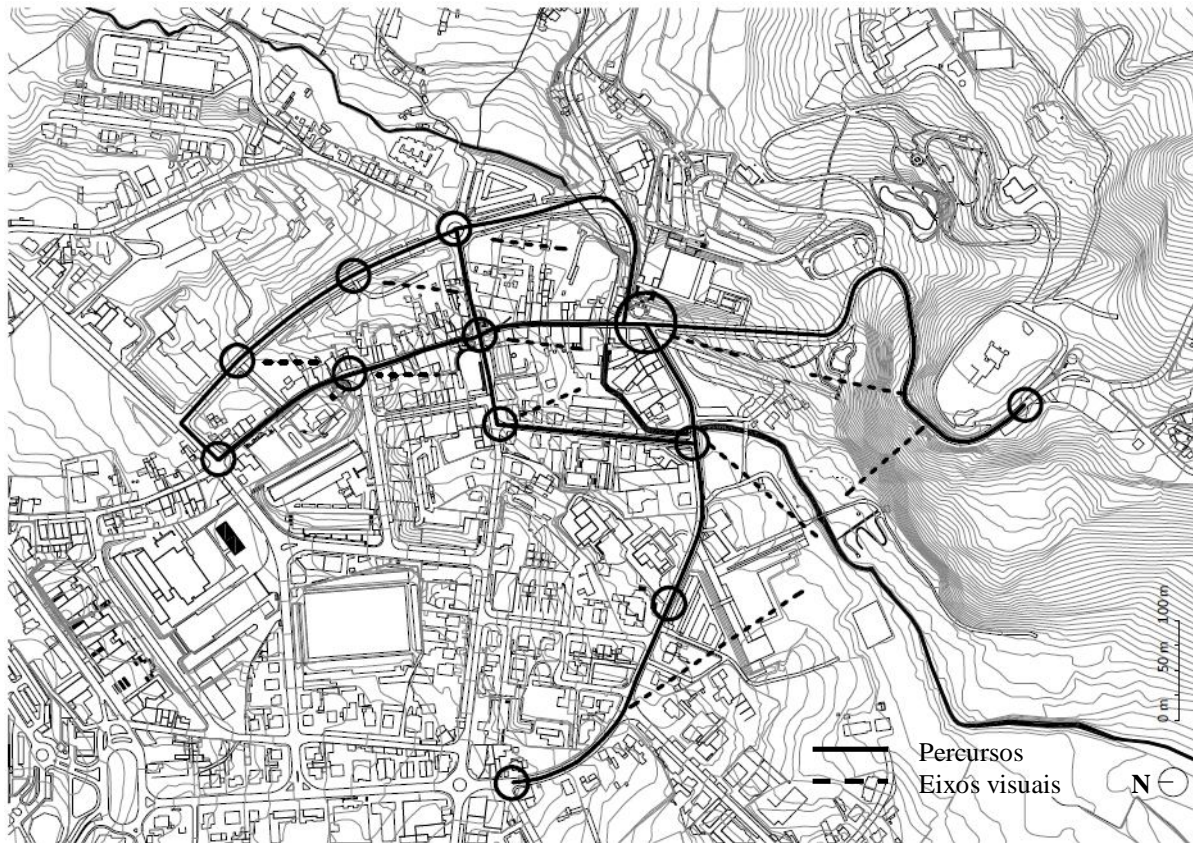


Figura 6.16 – Alinhamentos visuais e principais percursos através do centro histórico.

6.7 - O contexto e a importância da cidade na área metropolitana do Porto e de Aveiro

A cidade de Santa Maria da Feira localiza-se no distrito de Aveiro, distando desta cidade cerca de 45 km, próximo da zona litoral de Portugal, e a Sul da cidade do Porto a cerca de 30 km, e na região designada por Entre Douro e Vouga (Figura 6.17). O concelho de Santa Maria da Feira integra-se na área metropolitana do Porto, dispondo assim de uma localização geográfica estratégica muito relevante, que estabelece que o concelho e mais especificamente a cidade seja um local central e de passagem relevante. O concelho está circunscrito a Sul e a Oeste pelos concelhos de Ovar e de Espinho, a Norte pelos municípios de Vila Nova de Gaia e de Gondomar e a Sueste por Oliveira de Azeméis e São João da Madeira. O território do concelho logo após 1974 evoluiu das características de teor rural que o caracterizava para uma via de evolução para uma cidade mais urbana e densamente povoada.

Actualmente a economia de Santa Maria da Feira assenta em actividades principalmente relacionadas com a indústria transformadora, as quais representam 62% do total da economia local, destacando-se a indústria da cortiça que representa 60% do total mundial, observando-se que as actividades económicas relacionadas com os serviços e o turismo têm vindo a adquirir cada vez mais importância, situando-se hoje em cerca de 32% (Atlas, 2009).



Figura 6.17 – Enquadramento Europeu, nacional e regional do concelho de Santa Maria da Feira (Atlas, 2009).

O Município de Santa Maria da Feira tem investido de forma significativa na promoção de actividades culturais sendo, do conjunto dos Concelhos região de Entre Douro e Vouga (EDV), aquele que mais tem investido neste sector. Como base para o desenvolvimento do concelho destaca-se a procura da competitividade e acções de desenvolvimento agregando diversas entidades, empresas e serviços e promoção de iniciativas diversas que permitem produzir um resultado extremamente dinâmico no território. A evolução observada nas últimas décadas no Concelho de Santa Maria da Feira permitem confirmar que este se desenvolveu e ganhou notoriedade a nível regional, nacional e mesmo internacional

A cidade de Santa Maria da Feira possuiu aspectos únicos no concelho, constituídos por percursos e paisagens naturais e construídas, e actividades culturais que se consubstanciam nas diversas infra-estruturas, museus e patrimónios únicos. Muito deste património natural e edificado situa-se, de forma excepcional, na zona histórica da cidade. Esta realidade fez surgir o aparecimento de um conjunto de atracções e eventos com temática fortemente histórico e cultural, destacando-se a Festa das Fogaceiras, o Imaginarius e a Viagem Medieval.

Santa Maria da Feira, de acordo com os censos de 2001, é sede de um município com 21 345 km² de área, composto por 31 freguesias e 135 964 habitantes. Também segundo os censos, a

população residente na cidade de Santa Maria da Feira era em 2001 de cerca de 11 000 pessoas. Pelo gráfico da Figura 6.18 pode ver-se a evolução da população.

A análise da evolução demográfica da população do município de Santa Maria da Feira mostra que esta tem acompanhado de forma mais ou menos marcada as grandes tendências de crescimento ou de retrocesso demográfico nacional. Observa-se contudo que se destaca a circunstância do município apresentar taxas de crescimento demográfico mais elevadas às médias nacionais principalmente a partir da década de 1930. De relevo é também o facto de, contrariamente ao que se constata a nível nacional, em que há um crescimento negativo da população de 3,13%, Santa Maria da Feira registou, no período de 1960/1970, um crescimento da população de 13,76%. Estas evoluções dão uma ideia do patente dinamismo do concelho de Santa Maria da Feira (Figura 6.18).

Pela análise realizada pode observar-se que se está perante uma notável evolução demográfica que decorreu num curto espaço de tempo, e que decorreu e correspondeu ao longo de quase quatro décadas a uma modernização do território da cidade de Santa Maria da Feira.

Em termos de infra-estruturas rodoviárias é uma região do Norte de Portugal que é influenciada por três vias de grande importância. A cidade é provida por vias de acesso principais, duas auto-estradas, nomeadamente a A1 e o IC1 e ainda pela estrada nacional N1-IC2. A nível regional salientam-se os itinerários complementares IC1 e IC2 com orientação Norte-Sul e desenvolvimento por poente e por nascente, respectivamente. A auto-estrada A1 é uma via estratégica que liga a região à rede de circulação rápida nacional, da qual a existência de um nó permite tornar a cidade num lugar estratégico no país. A unir os acessos a estas vias fundamentais refere-se a EN-223 que estabelece a ligação entre as vias principais e as diversas acessibilidades regionais de penetração na cidade.

A reabilitação urbana e o desenvolvimento das cidades
 As intervenções no centro histórico de Santa Maria da Feira

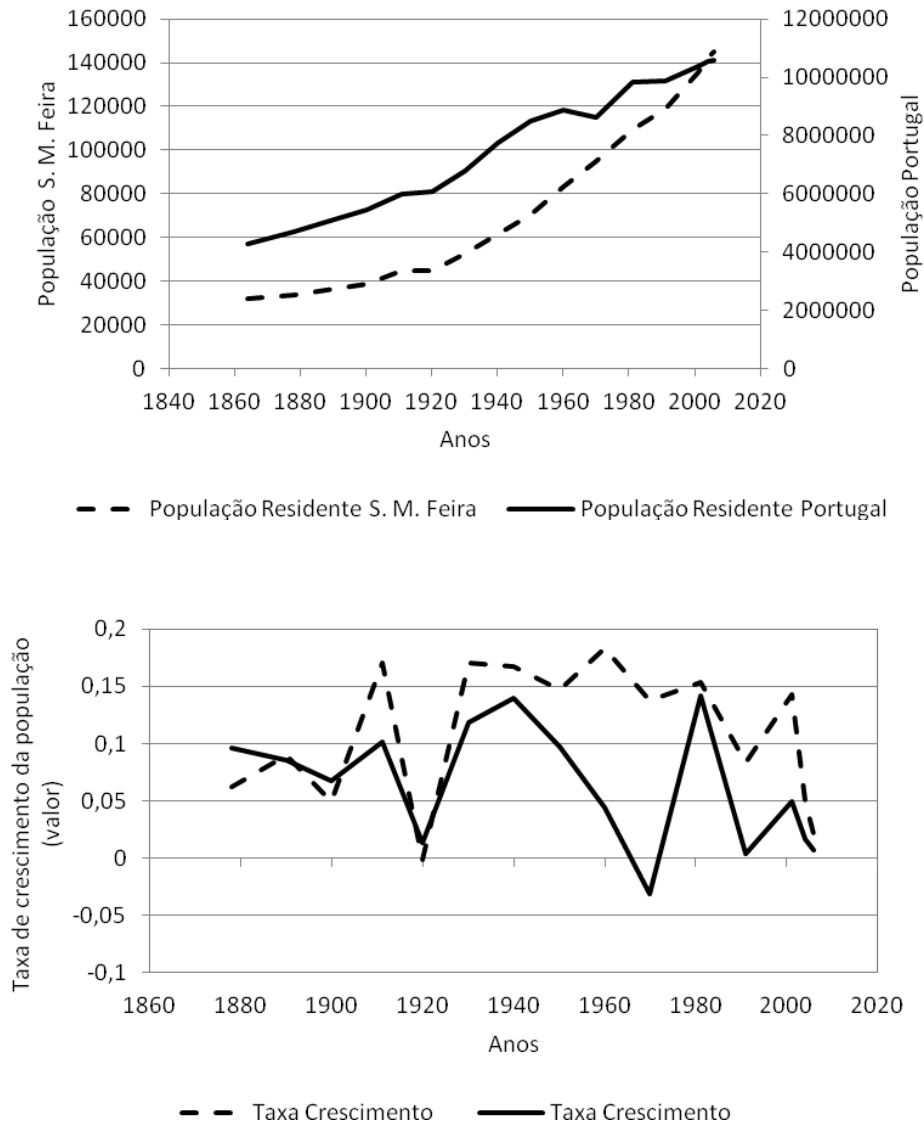


Figura 6.18 – Comparação da evolução da população de Portugal com a de Santa Maria da Feira (Atlas, 2009).

O percurso de mudança do concelho, que decorreu de forma muito significativa desde 1974 até ao presente, deve-se principalmente a sete factos dominantes que permitiram obter níveis de qualidade urbana e de vida em muitas áreas do concelho, com projecção regional, e mesmo nacional e internacional, do concelho de Santa Maria da Feira. Verifica-se que há uma correspondência directa entre o aumento demográfico e expansão urbana que decorreu logo após a implantação da democracia em Portugal e a implementação dos sete factores de desenvolvimento anteriores.

Um aspecto que pode ser assinalado prende-se com a criação facilitada de acessos proporcionados pela auto-estrada A1, facto que não transformou Santa Maria da Feira num espaço dormitório ao centro da área metropolitana do Porto, mas sim permitiu aumentar as actividades económicas da cidade, intensificar o seu dinamismo social e cultural e a sua ligação ao conjunto de municípios circundantes precisamente por a cidade oferece aquilo que estes não possuem. Estas transformações trouxeram um aumento de possibilidades de crescimento e permitiram aos habitantes do concelho o acesso a empregos especializados na indústria e serviços.

Por este motivo nos censos de 2001 Santa Maria da Feira foi recenseada com 135 964 pessoas residentes, o que constituiu um dos municípios de maior evolução demográfica de Portugal, notando-se que em 1970 Santa Maria da Feira tinha 94 970 habitantes. Observa-se que a população residente em Santa Maria da Feira registou um aumento entre 1974 e 2009 de 54,1 %, evolução que quando comparada com o aumento da população residente em Portugal, que para esse período que foi de 23,3%.

6.8 - Os eventos e as actividades culturais no espaço do centro histórico da cidade

Adoptando uma estratégia em que as pessoas que habitam o território são fundamentais (Atlas, 2009), Santa Maria da Feira apresenta “*a cultura como marca e um turismo cultural como actividade de vivência de sensações e experiências emocionais*”. Nesta cidade tem-se história, identidade e a população jovem, e a menos jovem, motivada. Existe também dinâmica associativa, visão e criatividade, o que permite estabelecer uma actividade cultural muito intensa.

Com os factores anteriores a cidade propõe ao longo do ano actividades culturais diferenciadas utilizando as competências que se geram no território e com o que o território proporciona., ou seja desenvolve-se uma estratégia com as pessoas do território, cujo método de construção reside em envolver toda a gente, associações, escolas, público, população e empresas, principalmente no turismo de âmbito cultural e assente em tradições e na história do concelho.

Como exemplos principais nomeiam-se a Festa das Fogaceiras, tradição com mais de 500 anos, o Imaginarius que constituiu o Festival Internacional de Teatro de Rua de Santa Maria da Feira e que anualmente transporta para o concelho os melhores espectáculos de teatro de rua de diversos países, a Viagem Medieval em Terras de Santa Maria que se desenvolve em período superior a uma semana, e que recria lugares e acontecimentos históricos da época medieval, o qual atrai às ruas do centro histórico de Santa Maria da Feira todos os anos números impressionantes de visitantes, chegando a tingir cerca de 500 000 visitas.

A festa das Fogaceiras é um evento anual de âmbito histórico e cultural, que se realiza sempre no dia 20 de Janeiro e apenas durante esse dia. Este evento atrai desde há muitos anos milhares de visitantes à cidade. É uma manifestação religiosa de tradição popular e cheia de simbolismo no concelho de Santa Maria da Feira. Esta festa está ligada ao culto de S. Sebastião e constituiu a referência histórica e cultural mais importante. A sua origem encontra-se no ano de 1505 e teve origem num voto o mártir São Sebastião, numa época em que região foi destruída por um surto de peste que dizimou muita da população. Em procura de protecção o povo prometeu ao santo a oferta de um pão doce a que chamado de fogaça, tornando-se assim São Sebastião o santo protector de todo o condado da Feira.



Figura 6.19 – A procissão na festa das fogaceiras (Atlas, 2009) e cartaz da festa das Fogaceiras do ano de 2011.

Com a amplitude alcançada ao longo dos anos pela viagem medieval, e como sua consequência quase inevitável, a cidade foi implementando diversas intervenções na zona

histórica, que abrangeram a requalificação urbana e a abertura dos espaços verdes à população, garantindo esta requalificação as condições adequadas para a realização de destes eventos culturais. A viagem medieval é o mais amplo acontecimento de recriação histórica da época medieval em Portugal. Efectua-se anualmente, durante dez dias sucessivos, no centro histórico de Santa Maria da Feira e é o maior acontecimento de recriação medieval do país e da Europa.

Esta recriação destaca-se pelo rigor histórico, dimensão espacial e temporal e envolvimento da população e associativismo local. Este evento tem como propósito a recriação de episódios e acontecimentos que marcaram a história da Feira e história nacional na Idade Média, e começou por se realizar junto ao Castelo da Feira estendendo-se nos anos seguintes a toda a zona histórica de Santa Maria da Feira.



Figura 6.20 – Viagem Medieval na feira do largo do Rossio e castelo (CMSMF, 2011).

Para a realização deste evento foi assim necessário proceder-se à reabilitação urbana e arquitectónica que se tentou descrever do centro da cidade, ou seja desenvolver diversos projectos de promoção e valorização de equipamentos, espaços urbanos e edifícios patrimoniais e com elevado interesse para a dinamização e desenvolvimento da cidade, cujo estudo será objecto do capítulo seguinte.

O festival Imaginarius é um acontecimento de carácter excepcional no âmbito das artes em Portugal, sendo um espectáculo referência do teatro de rua (Figura 6.21). Neste festival procura-se dinamizar o teatro de rua através de espectáculos e projectos de qualidade e

participação internacional, que são realizados nos espaços abertos e públicos do centro histórico de Santa Maria da Feira.



Figura 6.21 – Imagens de espectáculos no festival Imaginarius.

Adicionalmente com este evento são realizadas em simultâneo outras actividades como por exemplo os cursos artísticos temporários de grupos ou individuais e exposições temáticas associadas, de vertente formativa e com referência principal ao teatro. Tal como na viagem medieval, a realização deste festival retira muito da sua valia e diversidade do cenário do centro histórico da cidade, assim como do cenário natural que envolve a cidade, principalmente o associado à zona do castelo.

A paisagem natural e o conjunto urbano da cidade de Santa Maria da Feira apresentam um conjunto de características que lhe permitem associar aos eventos as seguintes imagens:

Rural – Imagem da origem da cidade

Medieval – Viagem medieval

Gótico – Festival Imaginarius

Barroco – O turismo e o festival Imaginarius

Moderno – O teatro de rua, o festival Imaginarius e outros eventos culturais.

Verifica-se que o desenvolvimento destas actividades assenta em diversos factores tais como aspectos geográficos, as populações, a história e a economia local, tanto industrial, agrícola e economia, e as formas como este se liga com o meio internacional. A actual realidade é uma

combinação destes factores e realidades e diversidades dos quais resulta a realidade de Santa Maria da Feira e que distingue este concelho dos demais.

No entanto este crescimento de desenvolvimento só poderá ser continuado mantendo uma actividade constante de inovação, de desenvolvimento do conhecimento e de fomento da criatividade. De acordo com o estudo de (Lopes e Aibéo, 2004) o factor que relaciona a população de Santa Maria da Feira da cultura é a sua relação “*mais ou menos activa com o espaço público e as artes que o animam.*” Este estudo constata também que os públicos que participam nos eventos culturais da cidade são muito específicos e que se relacionam de modo bastante próximo e activo com os espaços públicos que são de acesso livre e fluído “*e onde os constrangimentos da co-presença social e da fixidez institucional se podem esbater*”.

Uma conclusão também muito importante do estudo destes autores é a constatação da grande presença de público mais jovem, e cada vez mais feminino, nestas actividades culturais que na sua maioria revivem aspectos culturais que faziam já parte da história longínqua da cidade.

Estas duas conclusões, a relação dos cidadãos com o espaço público e a participação de público bastante jovem que se revê em aspectos culturais já longínquos na história, são fundamentais e importantíssimas e mostram que o que é mais valorizado são os eventos “*espontâneos*”, ou seja o evento que ocorre e que é encenado e preparado, mas que permite que o público nele participe tornando-o assim mais genuíno adquirindo então uma originalidade entre o que representa, o que participa ambos unidos pelo cenário urbano que os rodeia.

Estas actividades não são recentes e não acontecem por acaso. A cidade já possui na sua história a realização de feiras medievais grandiosas, que constituíam oportunidades de negócio e troca de produtos da agriculturas e fabricados por artesãos. Esta feira realizava-se periodicamente e, devido à sua localização próxima de grandes áreas de produção agrícola, era muito participada.

A cidade tem na sua génese de desenvolvimento a agricultura e o comércio. Os camponeses das imediações deslocam-se até a cidade para vender os seus produtos que criam no campo. Na cidade procuram o vestuário e os utensílios que necessitam e que são fabricados por

artesãos. Esta actividade processa-se na maior parte das vezes em feiras, onde se dá as trocas e os produtos adquirem valor acrescentado (Figura 6.22).

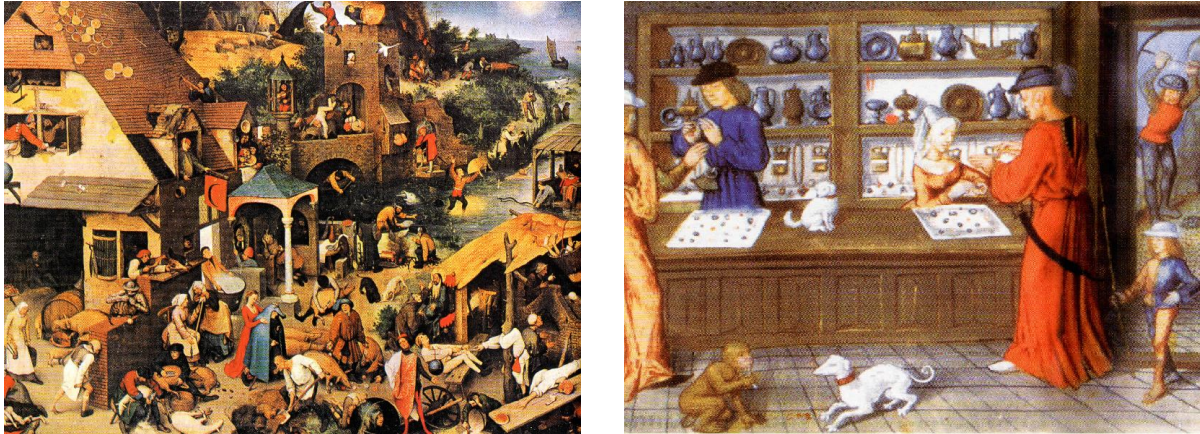


Figura 6.22 – Aspectos com a representação de feiras medievais (Duarte, 2007).

A cidade é assim um local construído num local natural, que adquire uma forma uma forma urbana através de ruas, praças, monumentos, edifícios, paisagens, ou seja diversos através de vocabulários e gramáticas de formas que respeitam um conjunto de regras. Quando se lê esta gramática esta cidade fornece-nos informação sobre a sua história, organização e maneiras de viver.

O crescimento da adesão dos visitantes e da população do concelho e áreas metropolitana do Porto aos eventos entretanto criados pelo município levou a que se entendesse proceder à reabilitação e requalificação da área urbana do centro histórico e revitalização do património edificado existente nessa área, assim como a zona do castelo, o Convento dos Lóios, os Museus, Igrejas e edifícios ligados às actividades locais. Foram também reabilitados e modernizados os equipamentos de apoio e toda a área urbana do centro histórico no centro da cidade e zona envolvente do castelo, como as ruas, as avenidas, a zona de parque e zona envolvente do rio Cáster, objecto de estudo do capítulo seguinte.

7 - AS INTERVENÇÕES DE REABILITAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO NO CENTRO HISTÓRICO DE SANTA MARIA DA FEIRA

“Uma cidade histórica constitui em si um monumento, quer pela sua estrutura topográfica, quer pelo seu aspecto paisagístico, quer ainda pelo carácter das suas vias e pelo conjunto dos seus edifícios maiores e menores.”

(Giovannoni, G. in “*Vecchie città ed edilizia nuova*”, 1931)

7.1 - Introdução

O presente capítulo desenvolve o caso de estudo referente à reabilitação e requalificação do centro histórico da cidade de Santa Maria da Feira. A escolha desta cidade não foi casual, uma vez que o autor reside numa vila próxima desta cidade e todo o seu percurso de juventude se realizou no seu centro histórico, numa fase anterior e durante a expansão urbana que se verificou na cidade no final do século XX. Acresce também que esta cidade possui características específicas que a tornam extremamente interessante como tema de análise e de trabalho no âmbito da arquitectura e do urbanismo.

Para além dos motivos anteriores, regista-se que a cidade de Santa Maria da Feira procedeu recentemente à reabilitação e requalificação do seu centro histórico, importando por isso, quanto mais não fosse, realizar um registo dos projectos e trabalhos executados, assim como uma breve análise dos resultados e evoluções conseguidas após escassos os anos que entretanto decorreram, respectivamente analisar a evolução das transformações da cidade ao longo do processo de reabilitação e requalificação, assim como os principais resultados, tendo em conta a cultura e as pessoas que vivem e frequentam a cidade.

Como analisado no Capítulo 6 -, trata-se de um centro urbano histórico que evoluiu lentamente ao longo de séculos, e muito rapidamente nas últimas décadas do século passado. A cidade apresenta características de identidade e imagem que a distinguem com uma personalidade própria, observando-se que uma parte significativa do seu edificado mais antigo ainda se mantém original e permite visualizar as diversas fases de crescimento da cidade.

Esta identidade permitiu avançar com a opção de crescimento económico e cultural da cidade através da realização de eventos, destacando-se a viagem medieval, de realização com âmbito global para a cidade, e no qual é reproduzida uma feira medieval que é inspirada em momentos e personagens históricas da história local e de Portugal, a partir da qual é desenvolvido um programa de actividades. No burgo, ou seja na zona histórica da cidade é assim reproduzido um ambiente de características medievais, com representações de campos de batalha, acampamentos, ceias medievais, actividades comerciais de produtos agrícolas e de artesãos e todo o espaço é povoado por actividades de representação de grupos musicais que promovem a animação dos visitantes, circo, lutas e figurantes a representar os costumes medievais.

Deste modo neste capítulo pretende-se ter como principais objectivos os seguintes:

- Perceber os motivos que levaram à reabilitação do centro histórico de Santa Maria da Feira;
- Caracterizar de forma integrada as acções de reabilitação e requalificação do centro histórico, no edificado e nos espaços urbanos;
- Identificar genericamente os principais aspectos da reabilitação de cada um dos projectos de reabilitação, tanto dos arruamentos, praças, parques assim como dos edifícios singulares históricos e restante edificado na zona histórica;
- Perceber em que medida as acções empreendidas contribuíram para a dinamização da cidade;
- E por último tentar visualizar a evolução futura e os perigos que poderão estar latentes após a experiência de reabilitação e requalificação do centro histórico.

Considera-se que é também muito importante tentar perceber até que ponto as mudanças foram benéficas, ou não. Averiguar como é que a nova urbanidade, porque efectivamente ocorreram mudanças nos espaços, foi integrada pelas pessoas, como o novo desenho urbano condiciona os visitantes, constituiu deste modo uma questão interessante que deverá ser sempre percebida.

Complementarmente efectuou-se um reconhecimento do conjunto urbano do centro histórico antigo e do reabilitado, procurando-se, para cada zona da cidade em estudo, apresentar os diversos elementos da arquitectura e da paisagem, a sua visibilidade e clareza como imagem

marcante e de relacionamento na estrutura da imagem da cidade, elementos que são representados por imagens actuais em conjunto com as imagens de épocas mais antigas.

7.2 - Os princípios do ordenamento, reabilitação e requalificação do centro histórico

No desenvolvimento deste texto foi exposta a ideia de que todas as cidades possuem, em maior ou menor dimensão, um centro histórico, porque essa é a sua origem e da qual estas não podem estar desintegradas. Na maioria dos casos a imagem transmitida pelos centros históricos corresponde à imagem mais forte e importante, na definição e no que transmite, da cidade perante os seus habitantes e para o exterior.

Observando que as características da morfologia urbana de uma cidade podem ter origens numa grande diversidade de factores tais como razões históricas, topográficas, sócio-culturais, económicas e tecnológicas, a Carta de Toledo (Toledo, 1987), sobre a salvaguarda das cidades históricas, assinala a importância da imagem da cidade referindo-se “... às cidades, grandes ou pequenas, e aos centros ou bairros históricos, com o seu enquadramento natural ou construído que, para além da sua qualidade de documento histórico, exprimem os valores próprios das civilizações urbanas tradicionais.”, recomendando “ ... as medidas necessárias para a sua protecção, a sua conservação e o seu restauro, assim como para o seu desenvolvimento coerente e para a sua adaptação harmoniosa à vida contemporânea.”

Em Santa Maria da Feira a reabilitação e requalificação teve como principais objectivos melhorar e transformar os espaços públicos, dotando-o de capacidades para receber grandes eventos, adaptação de edifícios históricos para funções culturais e de apoio a actividades da cidade e consolidação da imagem da cidade através da reabilitação do edificado no centro histórico. Os objectivos para a reabilitação e requalificação procuraram conseguir formar uma “*lógica urbana funcional e de reforço da imagem da cidade pelo contínuo urbano*”, formado pelas vias, praças, edifícios e monumentos, tal como foi realizado noutras cidades do norte de Portugal, e tendo como principal elemento aglutinador a paisagem constituída e os elementos naturais do lugar onde a cidade se insere (CMSMF, 2011).

Na segunda metade do século XX, e principalmente nas últimas três décadas, o traçado primitivo da cidade foi perdendo importância e progressivamente o centro da cidade foi-se

adensando e tendo como limites as principais vias de circulação viária que foram criadas durante a segunda metade do século passado. As relações entre o campo e a cidade perderam relevo e as funções de serviços e comércio ganharam cada vez mais importância.

Embora tenham ocorrido transformações profundas na morfologia da cidade, observa-se que logo após o crescimento rápido da cidade e imediatamente antes da reabilitação do centro histórico, os edifícios marcantes da cidade, os conjuntos arquitectónicos urbana e os espaços verdes marcantes do espaço e da paisagem, que distinguiram desde sempre o desenho e a imagem da cidade configuravam ainda a relação entre o urbanismo original da vila e arquitectura característica, ou seja ainda era possível distinguir os numerosos espaços de identidade da cidade da Feira (Silvina, 1985).

A definição de uma área como sendo de centro histórico é uma tarefa complexa uma vez que se está a delimitar um conjunto que ficará identificado como uma unidade mas que é também parte da cidade, contudo adquirindo sempre um lugar de destaque do conjunto do território e assumindo quase a conotação de monumento. Nos objectivos e na delimitação do centro histórico de Santa Maria da Feira teve-se como propósitos orientadores definir uma área de protecção e promover a sua valorização. Para esta definição foi determinante a presença e localização estratégica dos edifícios marcantes, tais como os monumentos, as igrejas e edifícios públicos de interesse arquitectónico, os conjuntos de edifícios de habitação e comércio que, através do seu agrupamento, que estabelecem conjuntos de valor singular e que são caracterizadores da cidade e os espaços exteriores que organizam a relação com o conjunto edificado, tal como foi visto no capítulo anterior.

Observa-se que o centro histórico da cidade de Santa Maria da Feira é caracterizado morfologicamente por duas áreas muito bem marcadas, a área construída que desce de Norte para a zona baixa do rio Cáster e a zona do território a Sul que sobe ao longo da encosta até ao castelo. Constata-se que este atravessou ao longo dos séculos um processo longo de crescimento lento, seguido de súbito crescimento nas últimas décadas, mas sempre adaptado á paisagem e respeitando a herança histórica, cultural e paisagística. Foi com esta realidade que a cidade iniciou a reabilitação e requalificação do seu centro histórico.

A omnipresença do castelo é um facto incontornável pela história que transporta e pela sua presença na paisagem. Este é o elemento que marca a fortemente paisagem, uma presença constante, um espírito sempre presente. Durante muitos séculos a cidade distinguiu-se e pôde ser descrita por comparação e contraposição ao campo agrícola, uma vez que era possível distinguir duas maneiras de viver diferentes, dois sistemas económicos distintos embora complementares. Assim as metodologias de tratamento das diversas áreas foram substancialmente diferentes consoante essas áreas.

Verifica-se que uma área urbana pode estar organizada em volta de um sistema de pontos e locais de referência, estar dividida em áreas diferenciadas e estar ligada por trajectos específicos (Lynch, 1960). Assim, pode dizer-se que a cidade de Santa Maria da Feira pode ser analisada em três componentes que são a identidade, estrutura e significado. A cidade possuiu identidade pela sua imagem construída e pelo meio ambiente natural que a rodeia, imagem que no significado da sua estrutura urbana está intimamente ligada com a paisagem, e no resultado de um processo bilateral do significado que se processa entre o observador e o todo este meio que o envolve.

Deste modo foi definido, como princípio fundamental, unir os elementos construídos e naturais, nomeadamente das praças, dos edifícios históricos e das áreas de jardins e bosque no centro urbano e que conferem identidade à cidade, através das vias do centro histórico de Santa Maria da Feira, criando-se assim uma estrutura de percursos que reforçam ainda mais essa identidade.

A caracterização das vias por antiguidade, história, referências e planeamento de ligações para o interior do centro histórico foi uma análise fundamental para o desenvolvimento do projecto de reabilitação e requalificação. Deste modo as ligações às zonas de serviços nos núcleos populacionais e comerciais, ao parque urbano e aos edifícios com funções culturais, de desporto e de lazer, assim como o resolver os problemas de mobilidade neste território, foram aspectos tidos em conta, em que a utilização das vias para desempenharem funções essencialmente pedonais, viárias, e assegurar funções comerciais, foi respeitada.

O desenvolvimento das propostas para o projecto de reabilitação e requalificação do centro histórico da cidade tiveram como base a realização de reconhecimentos de pormenor das

condições tipológicas, ou seja o estudo dos tipos e elementos análogos que constituem uma dada composição arquitectónica, e topológicas, que será a forma através da qual esses elementos se dispõem fisicamente e como se encontram dispostos e ligados nas circunstâncias e nas situações urbanas existentes na cidade.

Assim, previamente à realização das obras de intervenção na cidade foram realizados levantamentos como por exemplo do edificado, para análise do estado de conservação do edificado, estudo de formas ao longo do desenvolvimento de alçados, estudo de cores, estudos de materiais e construções dissonantes, estudos de circulação automóvel e pedonal, estudos de enquadramento e trajectos através do centro histórico, como os que se apresentam na Figura 7.1 e Figura 7.2.

O centro histórico da cidade de Santa Maria da Feira, para além dos edifícios singulares, é caracterizado por construções que se agregam essencialmente em banda contínua e lotes construídos com moradias. O edificado data de diversas épocas, salientando-se as construções mais antigas do século XVII, algumas construções com desenho *art deco*, construções do início do século XX, construções populares e rurais, construções menos interessantes das décadas de 1960 e 1970 e edifícios do final do século XX que se observa têm vindo a ter melhor atenção no seu desenho arquitectónico, mas que assumem na maioria volumetrias excessivas, embora poucos consigam ter uma qualidade da linguagem contemporânea e atenção às pré-existências e à paisagem urbana.



Figura 7.1 – Levantamento do edificado no alinhamento nascente da Praça da República e da Rua Roberto Alves (Atlas, 2009).

Com base nestes levantamentos da situação pré-existente foram desenvolvidos estudos individualizados para cada espaço, ou seja de cada praça, de cada rua ou edifício, procurando-

se contudo manter na reformulação e valorização desses espaços uma uniformidade estética cujo resultado adoptado resultasse num desenho geométrico coerente entre si e numa continuidade dos materiais aplicados. Também no desenvolvimento dos diferentes projectos se observou a preservação dos recursos paisagísticos e ambientais, destacando-se a articulação entre os núcleos urbanos mais densos e as vastas manchas florestais que representam uma parte muito significativa da estrutura do espaço da cidade.

As fachadas dos edifícios apresentam um carácter individual, certamente a afirmar e marcar a vontade de identidade dos proprietários na vila, mas obedecendo a critérios de uniformidade ao gosto das fases em que foram construídas (Silvina, 1995). Há o uso de granito na definição das molduras dos vãos de portas e janelas, com caixilharias em madeira e coberturas em telha.

As técnicas construtivas utilizadas e os materiais no conjunto edificado correspondem a diversas épocas mas verifica-se que a uniformidade e unidade morfológica do centro histórico foram mantidas. Na fase de estudo de caracterização do centro histórico foi apresentada uma classificação dos edifícios e espaços urbanos que seguiu sensivelmente a seguinte ordenação (Silvina, 1985): - *“Imóveis de interesse público, imóveis de interesse concelhio, casas de acompanhamento, obras de arquitectura moderna, construções sem interesse e áreas ambientais.”*

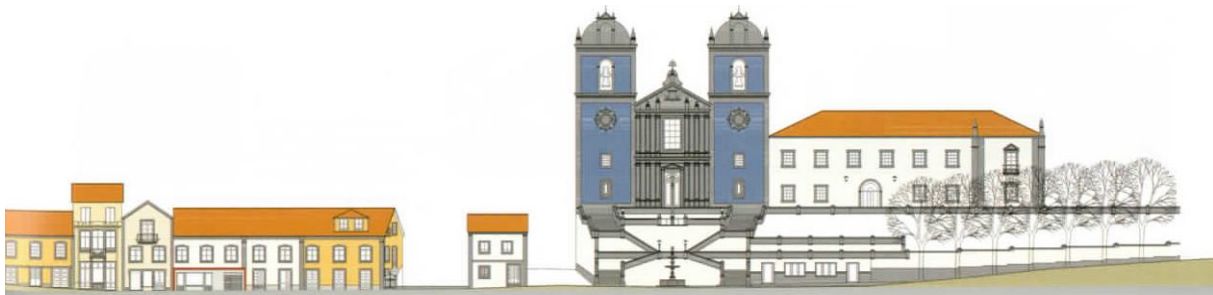


Figura 7.2 – Levantamento do edificado no alinhamento da rua Roberto Alves, Igreja Matriz e Convento dos Lóios (Atlas, 2009).

Dada a arquitectura existente, *“sóbria na sua presença e circunscrita na sua dimensão”*, procurou-se a criação de espaços destinados principalmente à circulação pedonal, bem definidos e com uma clara distinção entre vias pedonais e rodoviárias, nos centros e espaços periféricos dos núcleos, estratégia que evoca os modelos mais sustentáveis da cidade jardim, diminuindo a utilização automóvel (Silvina, 1985).

Optou-se por preservar a “*envolvência paisagística*” da cidade, definida pela topografia e pela paisagem arborescente, que foi considerado um aspecto fundamental como elemento de uma unidade fundamental “*entre a natureza e aquele primitivo estabelecimento humano*” (Silvina, 1985). Deste modo para a delimitação da área do centro histórico o estudo (Silvina, 1985) considerou os seguintes limites naturais e limites urbanos: - “*Marcação dos arruamentos, a margem do rio Cáster, como elemento que detém, pela sua natureza e constância de percursos, uma memória viva do passado, dados topográficos, como o seguimento de uma mesma cota, a delimitação cadastral.*”

A legibilidade é crucial na estrutura citadina de Santa Maria da Feira, passando este objectivo pelo objectivo de estruturar e identificar o meio urbano. Assim no desenho do espaço público pretendeu-se promover a criação de espaços pedonais de grande qualidade, melhores condições de circulação de avenidas urbanas, melhores possibilidades para fruição dos parques e das praças, com utilização segura durante o dia e de noite.



Figura 7.3 – Levantamento do estado de conservação dos edifícios ao longo da antiga rua Direita (Atlas, 2009).

A potenciação da vida e da animação das praças que foram criadas foi um dado essencial na reabilitação e requalificação da cidade, pretendendo-se conferir uma identidade a cada espaço público, de modo a que as várias praças a requalificar fossem ligadas pelos arruamentos e

utilizadas pelos vários núcleos e, ao mesmo tempo, pudessem atrair utentes do exterior, principalmente das áreas metropolitanas próximas do Porto e de Aveiro.

O ordenamento do espaço verde urbano e o dimensionamento dos núcleos compatível com a utilização pedonal dos habitantes e passeantes das vias históricas da cidade foram também atendidos, de modo a que se possa caminhar e passear facilmente e em trajectos contínuos para o interior de toda a área urbana histórica, prevendo ao mesmo tempo que essa capacidade fosse compatível com um grande afluxo de pessoas e ao longo de diversos trajectos. Desta forma a ideia de interacção entre o território interior construído e a zona de parque urbano e de área de bosque é fundamental e é realizada através de espaços intermédios de interligação, que serão também espaços verdes urbanos, meio para realização de actividades físicas e de passeio, com funções culturais porque houve a preocupação de recuperar edificações existentes ligadas ao mundo rural e colocação de arte em espaços públicos.

Como questão essencial procurou-se uma *“resolução integrada das questões vivenciais e funcionais das diversas áreas do centro histórico, em que se privilegiou a circulação pedonal através de arruamento e dos vastos espaços verdes”* como local preferencial de ajuntamento de visitantes durante os eventos culturais referidos no capítulo anterior (CMSMF, 2011). Criaram-se assim arruamentos com passeios ao mesmo nível, em que a solução para alguns casos passou pela circulação do trânsito mas apenas num sentido e em utilização e horário condicionado. As questões de articulação da rede viária de acesso e no centro histórico foram também equacionadas e melhoradas proporcionando-se uma melhor circulação e mais lógica.

Como elementos desclassificadores da área do centro histórico foram identificados o trânsito motorizado, que invade com densidade até à saturação as ruas e as praças, diminuindo a capacidade do sistema urbana em desempenhar as funções de centro da cidade e que deveria ser destinado essencialmente para os peões e o crescimento da periferia com construções de grandes volumes que inevitavelmente criam uma rotura de escala na paisagem. Consequentemente, (Silvina, 1985) aponta para a reabilitação e requalificação da área do centro histórico as seguintes orientações: - *“No edifício do castelo, classificado nessa data como monumento, apenas operações de conservação, para os imóveis de interesse público prevê o emprego de medidas periódicas de conservação, para os imóveis de interesse concelhio ou casas de acompanhamento a opção pela conservação e “limpeza” de fachadas*

e a preservação dos elementos genuínos, para os edifícios e construções sem interesse previu-se o tratamento especial de fachadas, a demolição ou a reconstrução e integração no centro histórico, consoante a caracterização efectuada para cada um dos edifícios, para a estrutura viária e rodoviária foi prevista a sua reorganização devido às insuficiências e inconvenientes que provoca, as zonas verdes foram determinadas como livres de quaisquer planos de urbanização.”

Como visto a cidade de Santa Maria da Feira detém uma paisagem que é caracterizada por eixos visuais sobre a cidade, espaços exteriores urbanos construídos enquadrados com paisagem natural, a presença constante do castelo, cenários que produzem um efeito cénico de enorme qualidade estética tendo este aspecto sido acautelado. A intervenção teria que mostrar a sensibilidade ao terreno, às condições topográficas e às técnicas de construção autóctones para dar forma a obras que conjugam o moderno e o tradicional, sensibilidade ao lugar, às tradições de construção autóctones e à ordem geométrica racionalista, tal como refere (Botta, 2004) *“Reconciliar a geometria, a ordem e a funcionalidade com a imaginação, o simbolismo e a poesia”*. As praças e os edifícios que foram reabilitados funcionam como âncoras ou pontos singulares ao longo do percurso e que foram reabilitados, relembrando o caminho monumental medieval.

No período que decorreu entre 1974 a 1995 foram reabilitadas diversas edificações históricas na cidade, destacando-se a requalificação do castelo, a área do centro histórico, o convento dos Lóios e o património construído e cultural em geral.

A requalificação do centro histórico de Santa Maria da Feira a que se refere este trabalho diz respeito principalmente à que decorreu no espaço do círculo dos projectos especiais do Programa de Apoio à Modernização do Comércio (PROCOM), de âmbito governamental e europeu e que foram aplicados em Portugal entre 1995 e 2000. A área desta intervenção incidiu na zona histórica da cidade que se desenvolve ao longo de um eixo coincidente com a antiga rua Direita, numa área compreendida entre a Rua Dr. Elísio de Castro a Norte e a zona do castelo a Sul. Na Figura 7.4 representa-se o mapa da cidade com a designação das ruas, praças e principais edificações, assinalando-se as duas áreas distintas da cidade e que correspondem a zona urbana edificada e a zona urbana de parque.

Para os objectivos descritos, a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira foi incumbida de implementar a execução das propostas e dos projectos de renovação do espaço urbano, no espaço organizado pelas áreas de intervenção principais compreendidas entre a Praça do Rossio, ou Praça de Luís de Camões localizada a sul, a igreja da Misericórdia situada a Norte da cidade, a extensa Rua Direita com início a nascente e as ruas que fazem o enquadramento do Jornal Correio da Feira e a rua dos Descobrimentos situadas a poente. A reabilitação efectuada correspondeu a percursos arquitectónicos de referência. Assim os locais que foram sujeitos a obras de reabilitação e requalificação mais recentes e que são agora estudados correspondem aos arruamentos, edifícios, praças, jardins e zonas de parque (Figura 7.4) e que a seguir se referem.

Avenidas e ruas:

- Rua dos Descobrimentos
- Rua Dr. Roberto Alves
- Rua das Fogaceiras
- Rua Dr. António Castro Corte Real
- Alameda Dr. Roberto Vaz Oliveira
- Rua Dr. Elísio Castro
- Rua dos Condes de Fijó

Edifícios e monumentos históricos:

- Igreja matriz e convento dos Lóios
- Igreja da Misericórdia
- Solar dos Condes de Fijó
- Mercado Municipal
- Castelo

Praças, jardins e zonas de parque:

- Parque envolvente do rio Cáster
- Praça da República
- Largo Dr. Gaspar Moreira
- Largo do Convento
- Praça do Rossio

A reabilitação urbana e o desenvolvimento das cidades
As intervenções no centro histórico de Santa Maria da Feira

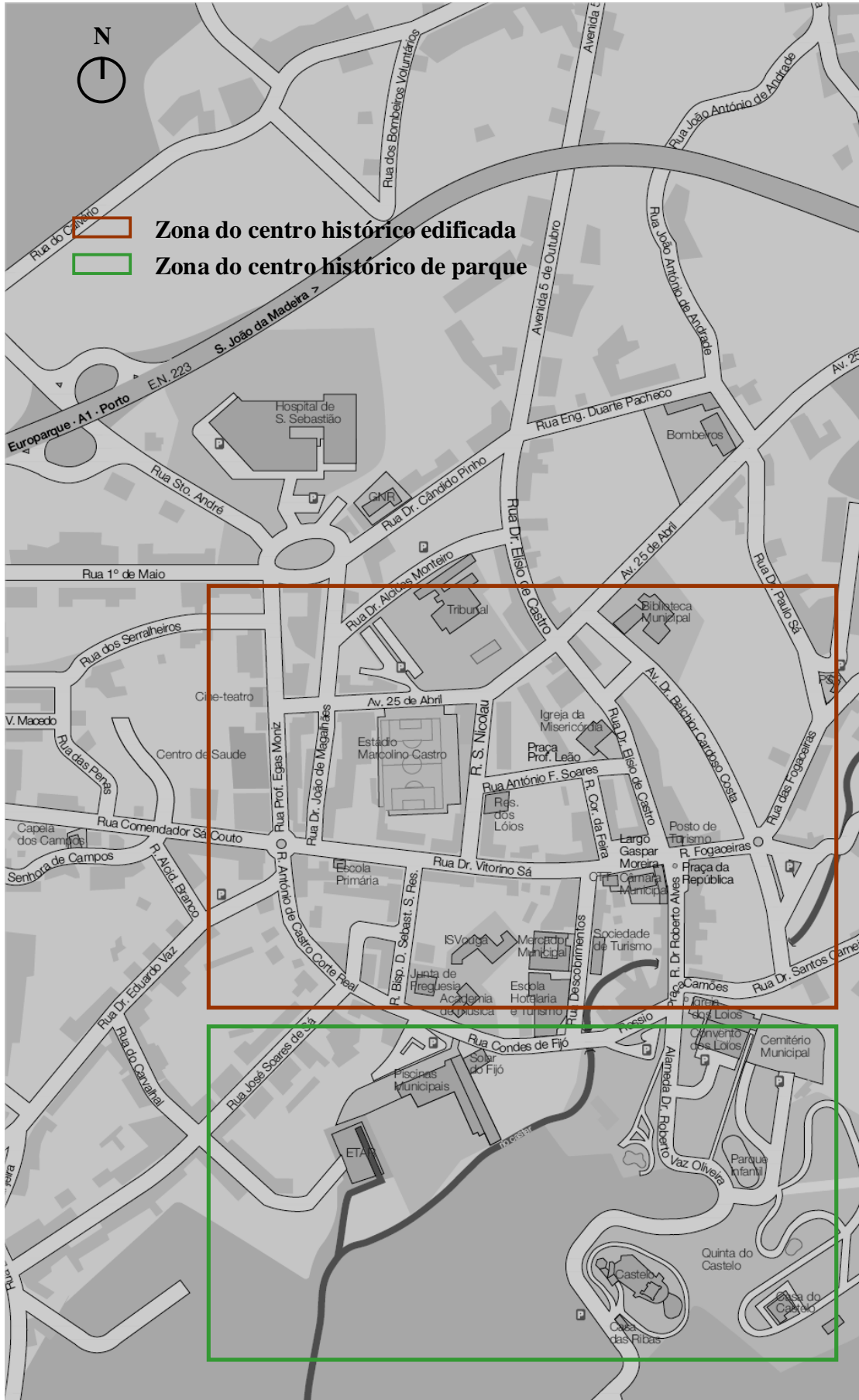


Figura 7.4 – Centro da cidade de Santa Maria da Feira (CMSMF, 2011).

Em Santa Maria da Feira verifica-se uma analogia muito significativa entre a estrutura morfológica e desenho que foi adoptado noutras cidades portuguesa e que foram reabilitadas nas mesmas décadas, como por exemplo nos casos da reabilitação das cidades de Viana do Castelo e da cidade de Guimarães (Subtítulo 4.5 -) em que os percursos são organizados e efectuados por ruas e arruamentos que ligam diversas praças históricas que foram reabilitadas.

Os trabalhos de reabilitação e requalificação do centro histórico estiveram na sua globalidade ligados aos diversos serviços de obras e planeamento da câmara Municipal de Santa Maria da Feira. A intervenção, que procurou essencialmente promover o desenvolvimento da cidade, teve assim como objectivo primordial incidir simultaneamente ao nível da renovação das unidades comerciais e da requalificação do espaço urbano. O projecto de requalificação que foi desenvolvido harmonizou-se no âmbito de uma intervenção com carácter de um projecto de urbanismo com desenvolvimento comercial, fortemente apoiado na estrutura urbana existente e que constituiu o principal elemento de suporte. Ao elaborar as propostas de requalificação a câmara teve em vista variados objectivos, que se resumem, e que foram retirados das diversas memórias dos projectos consultados, relevando-se (CMSMF, 1999), (CMSMF, 2011):

- A melhoria da mobilidade da zona histórica de Santa Maria da Feira e privilegiar os peões, através da forte limitação da circulação automóvel, libertando algumas vias de automóveis ou tornando-as quase pedonais, reformulação do número de faixas de rodagem na estrutura viária e alteração de alguns sentidos de tráfego e transformação de espaços exclusivamente para zonas de peões.
- A disposição de equipamentos que permitiram aumentara de forma sensível a atractividade das áreas reabilitadas promovendo o espaço para uso pedonal.
- Os materiais foram seleccionados de modo a não descuidar os elementos essenciais que permitem a identificação das zonas históricas. Assim nessa foi dada prevalência à utilização do granito, aplicado em diferentes formas e tamanhos no revestimento de parte significativa dos elementos que dispõem a intervenção no espaço público, nomeadamente nos passeios, faixas de rodagem, praças e áreas de aparcamentos à superfície.
- Como elemento fundamental do funcionamento estrutural rodoviário, as propostas destinaram-se a permitir apenas o trânsito essencial para acesso de moradores e para

cargas e descargas. Esta reformulação é apoiada pelo arruamento executado do lado nascente paralelo à Rua Direita, o qual constitui uma das portas de entrada na zona histórica da cidade e da área de intervenção, observando-se que esta via está equipada com lugares de estacionamento espaçosos, passeios pedonais amplos e arborizados e rodeada de amplos espaços verdes.

- Toda a área no interior da zona histórica tem como apoio complementar os estacionamentos criados na praça do Rossio e nesta referida via Paralela.
- Como uma das primeiras ideias foi proposta e executada, no âmbito da reabilitação urbana, a reformulação do trânsito automóvel pré-existente, propondo-se a pietonização da Rua das Fogaceiras e da Rua Dr. Elísio de Castro até à Igreja da Misericórdia.
- A proposta incluiu a redefinição das passagens e percursos, das áreas de permanência e de encontro, reformulando e adequando os pavimentos a estes fins e provendo os espaços com mobiliário urbano aprazível, prático e capaz de gerar uma deslocação e fluxos indispensáveis a uma autêntica vivência do espaço urbano.

Ao analisar as operações de reabilitação e requalificação do centro histórico de Santa Maria da Feira pretende-se também analisar em paralelo se os princípios das cartas e recomendações relativas à intervenção no património foram seguidas.

Assim, conforme refere a (Carta de Veneza, Artº14º, 1964), os sítios monumentais (...*devem ser objecto de cuidados especiais a fim de salvaguardar a sua integridade e assegurar a sua sanidade, organização e valorização*). Assim, as intervenções de conservação e de restauro que forem realizados nos sítios monumentais devem fundamentar-se nos princípios definidos nos artigos anteriores desta carta, observando-se que genericamente o foram.

Para os locais indicados e para os quais foram realizadas obras de reabilitação e requalificação foi realizada a consulta dos elementos e estudos de projecto, dos quais se retiraram as referências de texto e elementos gráficos com mais interesse e que são apresentados nos subtítulos seguintes. Nos pontos seguintes os projectos de intervenção são representados essencialmente em desenhos que foram fornecidos pelos serviços municipais da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, e também em fotografias que representam as situações de antes e após a reabilitação.

Consoante os casos, a análise apresentada neste trabalho das obras realizadas no centro histórico da cidade é feita a partir de uma escala geral, de modo a ser possível ver os desenhos da cidade, das praças e ruas, até escalas de maior pormenor, de forma a se poder ver nalguns exemplos os materiais, os pormenores construtivos e o desenho.

7.3 - As intervenções realizadas em arruamentos, vias e avenidas

As intervenções nas vias de circulação e arruamentos inserem-se principalmente na zona da cidade que pode ser considerada como o núcleo mais antigo de Santa Maria da Feira. Esta zona da cidade não era uma área urbana que pudesse ser considerada como estando em declínio, mas apresentava em si um potencial para melhorias que desde cedo se anteviu poderem ser conseguidas através da reabilitação do conjunto edificado e principalmente na redefinição e requalificação do espaço público dos arruamentos e praças (Figura 7.5).

Na intervenção urbanística proposta para reabilitação das vias e arruamentos procurou-se ordenar o núcleo construído existente e criar vias com carácter de lazer e pedonal em que os habitantes e visitantes em grande número possam conviver com o espaço exterior urbano da cidade, havendo para isso diversos jardins e praças que intercalam os edifícios e a eleição de uma praça que será um centro de gravidade convergente e ponto de encontro e manifestação no núcleo histórico, que será a praça do Rossio.

Os arruamentos do centro histórico foram reabilitados e requalificados através de um projecto unificador que procurou criar espaços com vista à realização de eventos, que foram anteriormente descritos, com participação de um grande número de pessoas. Na sequência dos trabalhos de requalificação foi também remodelado todo o conjunto de sinalética e mobiliário urbano. Para minimizar e mesmo eliminar o aumento do tráfego urbano foram criados parques de estacionamento nos limites do centro histórico, mas que se verifica serem constantemente insuficientes face às deslocações em massa que os principais eventos culturais provocam.

Os materiais utilizados no revestimento dos pisos das vias e da calçada dos passeios fazem parte da cultura urbana portuguesa, tendo-se utilizado diversos granitos na sua cor e textura, calcário e basalto, o que permite dotar estes espaços de cores à base de cinzento, bege, preto e

o branco, com as quais, e aproveitando o contraste suave destas cores, permite formar padrões geométricos decorativos e desenhos de figuras geométricas nos pavimentos das ruas e das praças.

7.3.1 - Ruas de Dr. Elísio de Castro e rua Dr. Roberto Alves, a antiga rua direita

Pelo estudo da organização urbana e dos espaços públicos no centro histórico de Santa Maria da Feira, observa-se a existência de duas áreas muito importantes para a história da cidade e que estão muito próximas. A zona edificada a Norte, a zona central da praça do Rossio e o parque do rio Cáster e o Castelo.

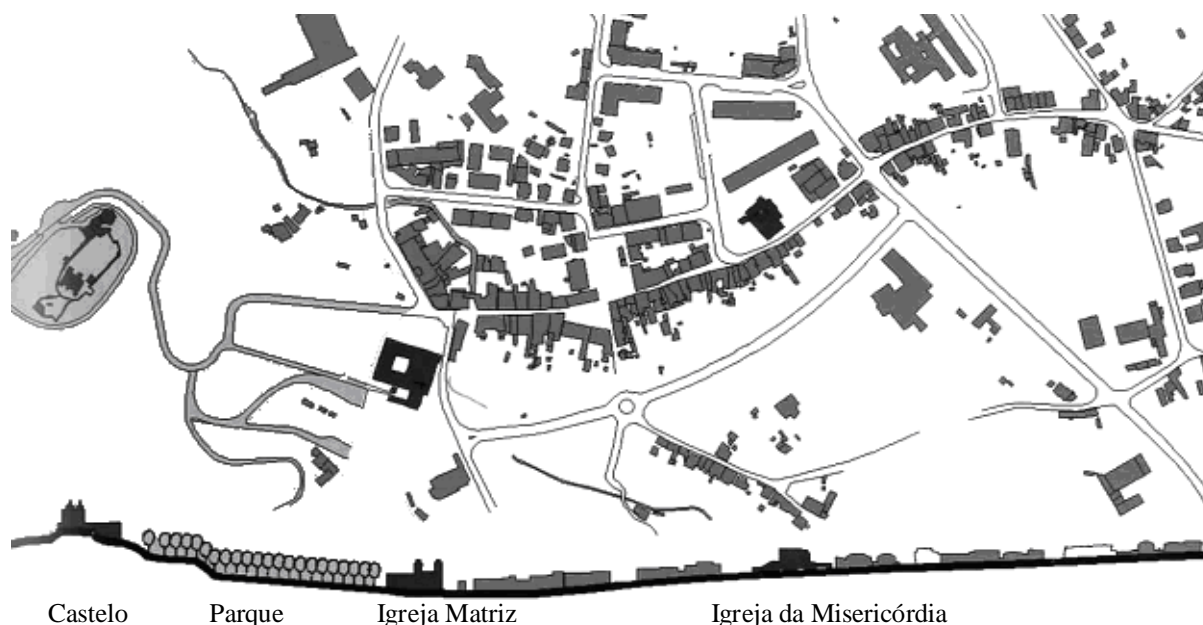


Figura 7.5 – Planta e corte da zona reabilitada do centro histórico através da antiga rua Direita
(Atlas, 2009).

O acesso a estes espaços é realizado pela antiga rua Direita (Figura 7.5), que constituiu a origem e o desenho inicial do desenvolvimento do que é actualmente a cidade de Santa Maria da Feira, e que são as contemporâneas ruas Dr. Elísio Castro e rua Dr. Roberto Alves (Figura 7.6).

Observou-se na secção 6.3 - que no século XX esta estrutura urbana é ainda bastante importante e marcada na definição da estrutura urbana e um eixo muito importante. Este

arruamento tinha início a partir da Igreja da Misericórdia até à Igreja do Rossio e prolongava-se até ao Castelo, constituindo um percurso linear com uma estrutura que percorre a paisagem e os locais mais significativos da cidade, estabelecendo-se uma relação muito directa entre a paisagem urbana natural e o território construído. É um troço que se pretendeu transformar de modo a ficar quase totalmente vedado ao trânsito automóvel, aspecto que antes da reformulação permitia o seu impedimento frequente (Figura 7.6 e Figura 7.8), e da mesma forma os passeios eram quase inexistentes e não permitiam a circulação segura dos peões.

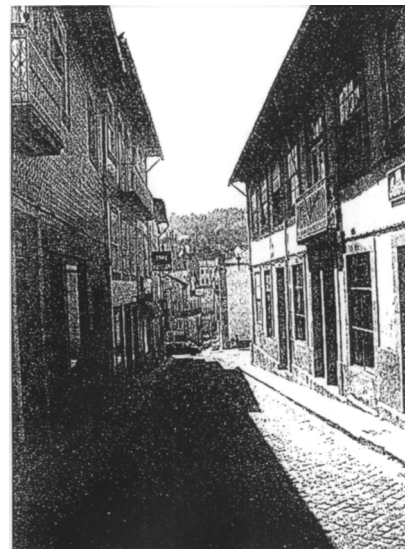
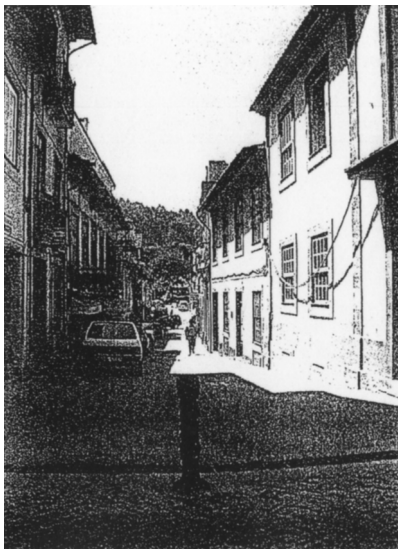


Figura 7.6 – Levantamento fotográfico da rua Direita, prévio à reabilitação (CMSMF, 2011).

O troço das ruas Dr. Elísio Castro e rua Dr. Roberto Alves, foram transformadas numa via contínua de carácter essencialmente comercial e pedonal, e foi considerada como elemento essencial e elo de ligação para a unificação de todo o espaço correspondente à área de intervenção no centro histórico previamente definida, de ligação entre o Rossio e as praças centrais da República e Largo Gaspar Moreira.

A rua Dr. Elísio Castro mantém a sua continuidade até à igreja da Misericórdia e estabelece a ligação à Rua Paralela que faz frente à biblioteca municipal, de características urbanas mais modernas, através da Ruas das Fogaceiras, que também foi remodelada, com a finalidade de permitir a partir destas ligações urbanas, uma capacidade para a renovação de toda esta área do centro histórico, através da modernização urbanística e de requalificação dos espaços públicos e comerciais.

Os arruamentos constituídos pelas Ruas Dr. Elísio de Castro e Rua das Fogaceiras foram então desenhados para dar preferência aos peões e pretendem criar espaços de continuidade à expansão da intervenção no centro histórico, fortalecendo o carácter comercial e lúdico desta área da cidade. Para o enquadramento do desenho de pavimento destes eixos de circulação deu-se sequência ao modelo e uso dos materiais de pavimentação definidos para as praças confinantes (CMSMF, 1999).

Para a execução dos pavimentos das vias, em que o pavimento para circulação automóvel e de circulação de peões se situam ao mesmo nível e se diluem, foram usados cubos e micro-cubos de granito, alinhamentos de granito e passeios em calcário, com os quais se deu continuidade aos pavimentados dos passeios, praças e espaços públicos confinantes com estas ruas do centro histórico (Figura 7.7).



Figura 7.7 – Rua Dr. Elísio de Castro em direcção à Praça da República, planta e vista.

A reabilitação e requalificação da rua Dr. Roberto Alves, que estabelece a ligação entre a praça da República e o largo do Rossio, teve em conta o facto de esta ser uma avenida essencialmente de funções comerciais. Devido a este facto foi desenvolvido um projecto de urbanismo orientado para a potenciação da componente comercial e apoiada na estrutura urbana já existente. Assim o projecto apresenta uma intervenção que incidiu ao nível da renovação e requalificação do espaço urbano das unidades comerciais, em termos de

modernização dos serviços e reabilitação da imagem das fachadas, eliminação de elementos não adequados com a imagem da rua (CMSMF, 2011), como por exemplo o tratamento ou eliminação de reclamos publicitários de identificação das funções comerciais dos estabelecimentos.

Deste modo a proposta e os projectos para a rua Dr. Roberto Alves permitiram a renovação do espaço urbano que foi estruturado a partir do Largo Dr. Gaspar Moreira e Praça da República, até ao largo do Convento em frente à igreja matriz e a praça do Rossio.



Figura 7.8 – Localização e vista da rua Dr. Roberto Alves na década de 1970
(BMCMF, 2011).

Esta via do centro histórico, que comporta várias actividades comerciais, foi sujeita à reposição do pavimento dos arruamentos e passeios, assim como foi remodelada todo o conjunto de sinalética e de mobiliário urbano. De acordo com a linguagem que foi definida para outras zonas do centro histórico da cidade, os materiais e as suas aplicações surgem com espontaneidade, dando continuidade e origem a uma matriz de guias de granito com interiores preenchidos a cubos deste mesmo material, em continuidade com os materiais e desenhos das praças da República e do Rossio, que a enquadra (Figura 7.9).

A reabilitação urbana e o desenvolvimento das cidades
As intervenções no centro histórico de Santa Maria da Feira



Figura 7.9 – Projecto de reabilitação e vista actual da rua Roberto Alves.

A configuração desta rua permite para além da circulação de elevado número de pessoas a realização de eventos culturais de cenário, como se pode ver na Figura 7.10.



Figura 7.10 – Rua Roberto Alves durante a realização do festival Imaginarius e Viagem Medieval.

7.3.2 - Rua de Dr. Victorino Sá e rua das Fogaceiras

As ruas das Fogaceiras e a rua Dr. Vitorino Sá estabelecem um alinhamento com direcção nascente-poente e permitem a entrada no centro histórico directamente para as duas praças mais

relevantes do núcleo histórico, que são a praça da República e a praça defronte à Câmara Municipal que é a praça de Dr. Gaspar Moreia.

São dois arruamentos importantes pois permitem a ligação e a uniformidade da imagem do centro histórico como um núcleo coerente (Figura 7.11).

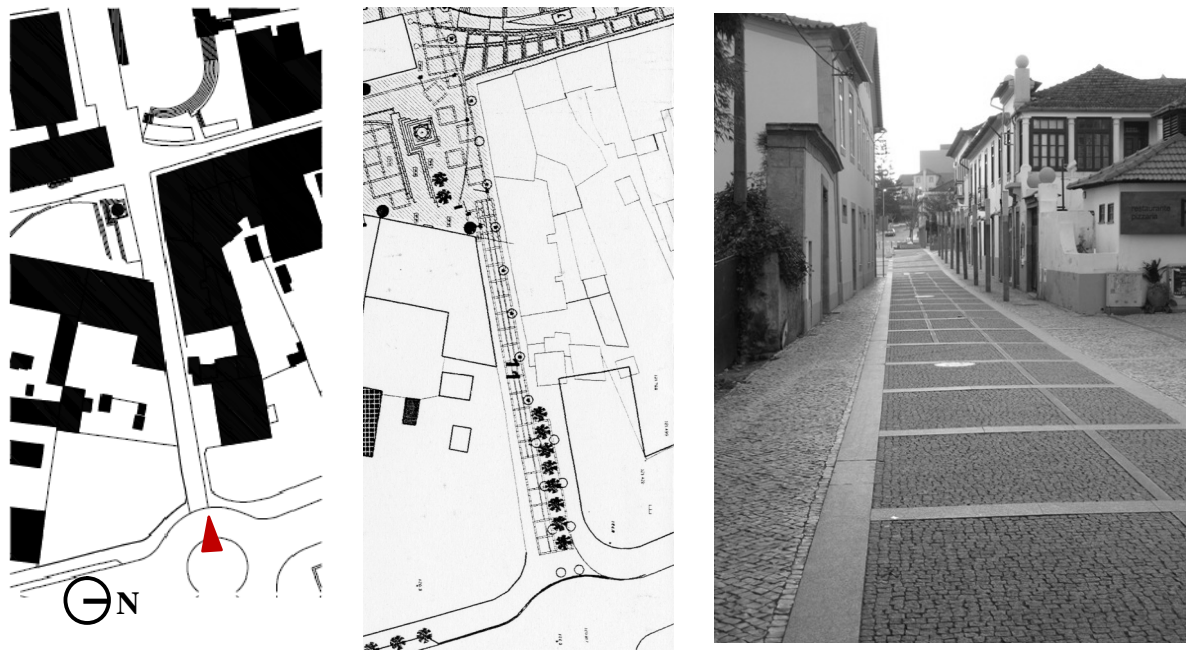


Figura 7.11 – Planta de localização, projecto e vista actual da rua das Fogaceiras.

Na intervenção teve-se como objectivos a renovação dos estabelecimentos comerciais existente na rua Dr. Vitorino Sá, na modernização dos serviços e reabilitação da imagem das fachadas, eliminação de elementos não adequados com a imagem da rua, como por exemplo o tratamento ou eliminação de reclusos publicitários de identificação das funções comerciais dos estabelecimentos. Esta rua confina com o largo de jardim e espaço de lazer que circunda o edifício da Câmara Municipal, projecto do arquitecto Viana de Lima.

7.3.3 - Ruas Dr. António Castro Corte Real e Condes de Fijó

As ruas de Dr. António Castro Corte Real e de Condes de Fijó estabelecem um alinhamento de continuidade principal para acesso por via automóvel ao centro histórico. Permite encaminhar o trânsito que afluiu pelas grandes vias de acesso directamente para o centro da

A reabilitação urbana e o desenvolvimento das cidades
As intervenções no centro histórico de Santa Maria da Feira



Figura 7.13 – Vista actual da Rua Dr. António Castro Corte Real.

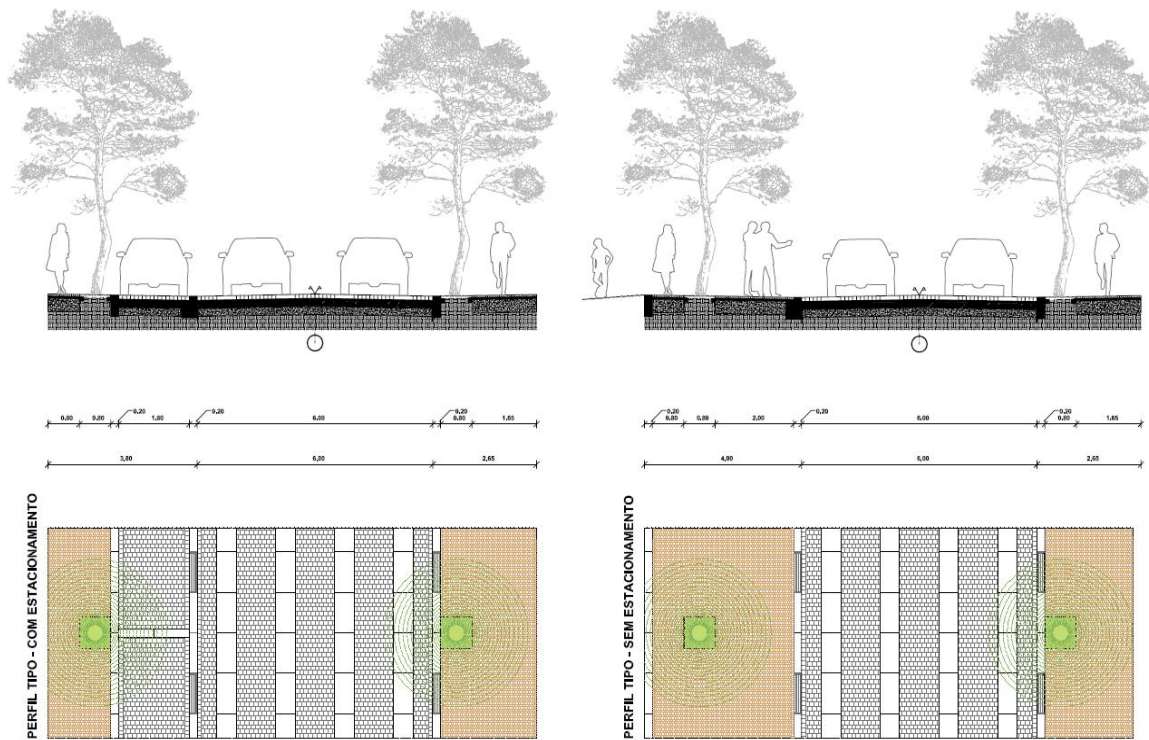


Figura 7.14 – Projecto de reabilitação da rua Dr. António de Castro Corte Real e rua Condes de Fijó, perfis e plantas (CMSMF, 2011).

A reabilitação urbana e o desenvolvimento das cidades
As intervenções no centro histórico de Santa Maria da Feira



Figura 7.15 – Planta geral de projecto da rua Dr. António Corte Castro Real. (CMSMF, 2011).

Para a rua Dr. António Corte Castro e Condes de Fijó foi aplicado o mesmo conceito da rua dos Descobrimentos mas a rua manteve-se com dois sentidos de circulação automóvel. O objectivo foi disciplinar o trânsito existente. O mobiliário urbano foi realizado pela Junta de

Freguesia. O desenho destas ruas, Figura 7.17, é conseguido pelo uso de blocos de diferentes tamanhos e cores, desenvolvendo-se estas ruas com pavimento de circulação automóvel e para peões à mesma cota.

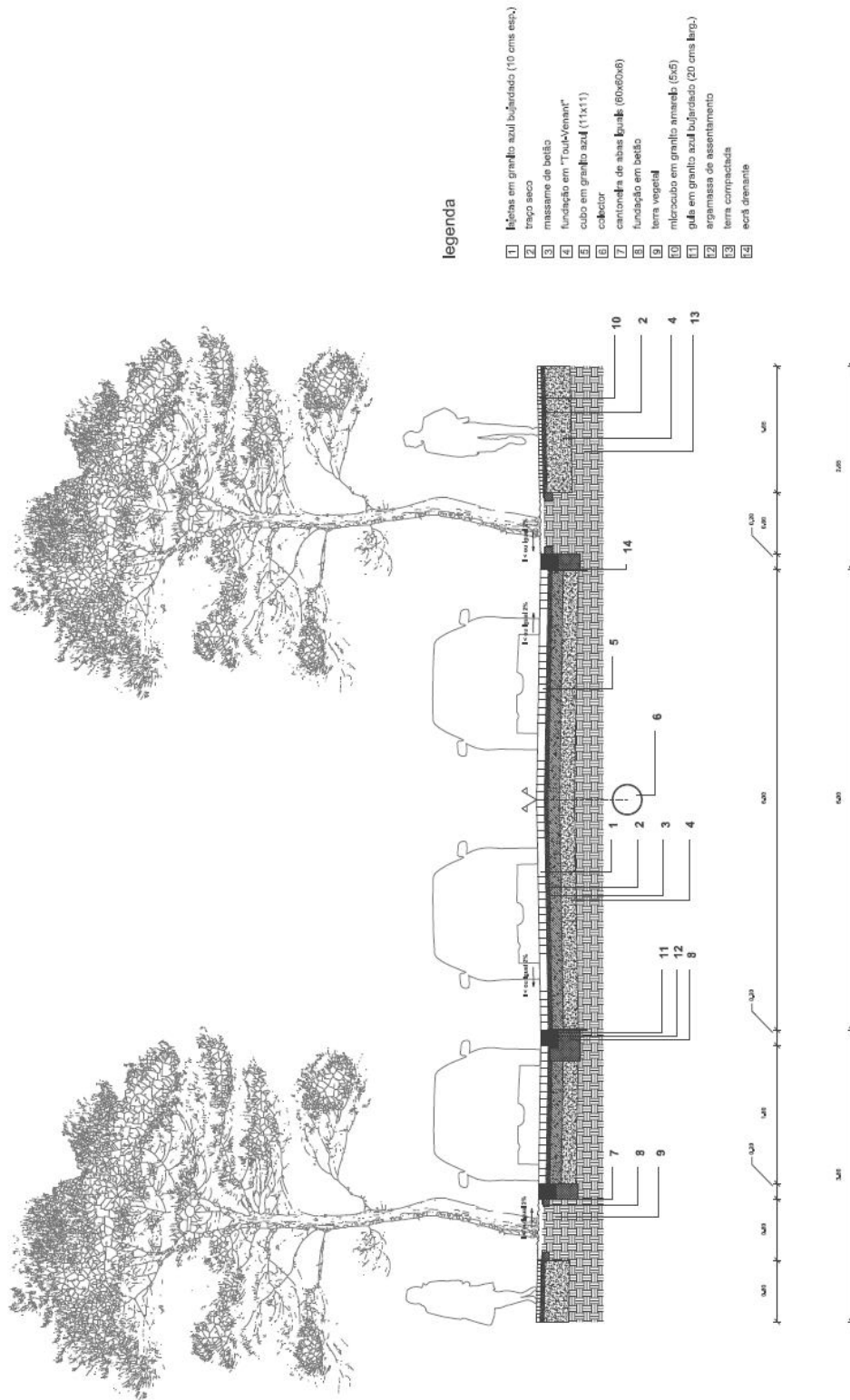


Figura 7.16 – Rua António Corte Real. Pormenor de corte transversal construtivo de zona de passeio e estacionamento (CMSMF, 2011)

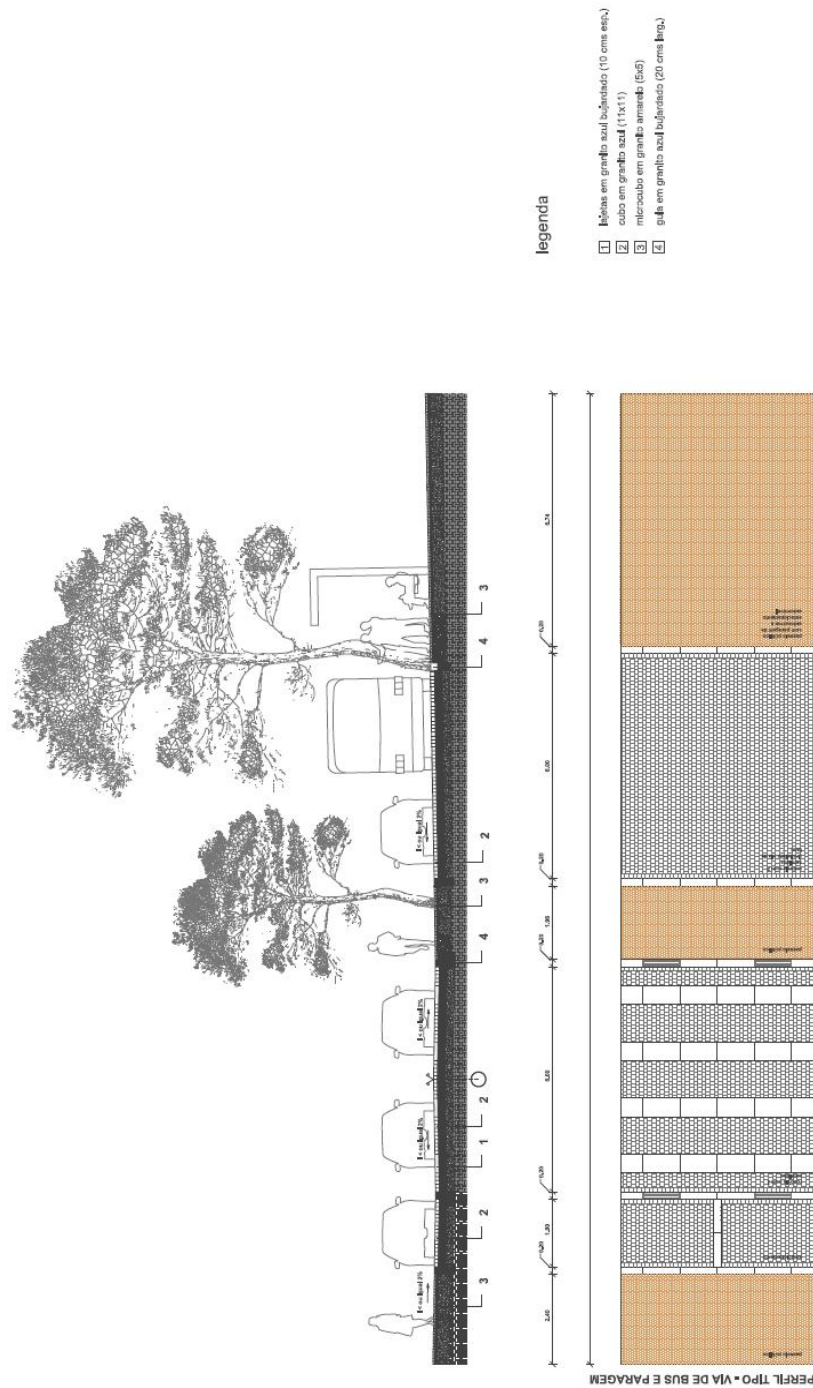


Figura 7.17 – Rua Condes de Fijó. Pormenor de corte transversal construtivo de zona de passeio e estacionamento (CMSMF, 2011).

7.3.4 - Rua dos Descobrimentos

Na reabilitação do espaço da rua dos Descobrimentos, rua importante para a cidade e na qual se localiza o mercado municipal, projecto do arquitecto Fernando Távora, procurou-se eliminar ao máximo as barreiras físicas existentes, aumentando-se a mobilidade e a acessibilidade, retirando-se em todos os alinhamentos os desníveis pré-existentes entre a

plataforma da estrada e os passeios, condição fundamental para que este local e áreas públicas em frente ao mercado e edifícios da rua passassem a poder acolher a circulação de grande número de pessoas (Figura 7.19 e Figura 7.21).



Figura 7.18 – Planta, vista geral da actual rua dos Descobrimentos e aspecto da viagem medieval no desenvolvimento da rua.

Na reabilitação desta rua preservaram-se as árvores existentes e foram colocadas novas árvores de modo a estabelecer a continuidade do desenho da rua. O alinhamento mais a sul faz fronteira com o rio Cáster que também foi reabilitado através da remoção de elementos dissonantes como tubagens diversas de redes de saneamento, lixos no seu leito e remoção de vegetação dispersa ao longo dos muros das margens e a criação de pequenos açudes que permitem criar pequenos espelhos de água e promover a sua oxigenação. Como factor muito importante na reabilitação do Cáster refere-se a despoluição deste rio a montante.



Figura 7.19 – Aspecto do desenho e dos materiais utilizados no revestimento da rua dos Descobrimentos.

Na Figura 7.20 e apresenta-se a planta geral do projecto de reabilitação e a indicação dos materiais aplicados assim como da relação da rua com os edifícios confinantes, assinalando-se

A reabilitação urbana e o desenvolvimento das cidades
As intervenções no centro histórico de Santa Maria da Feira

o mercado municipal, a meio desenvolvimento da rua, composto por quatro módulos em disposição de quadrado.

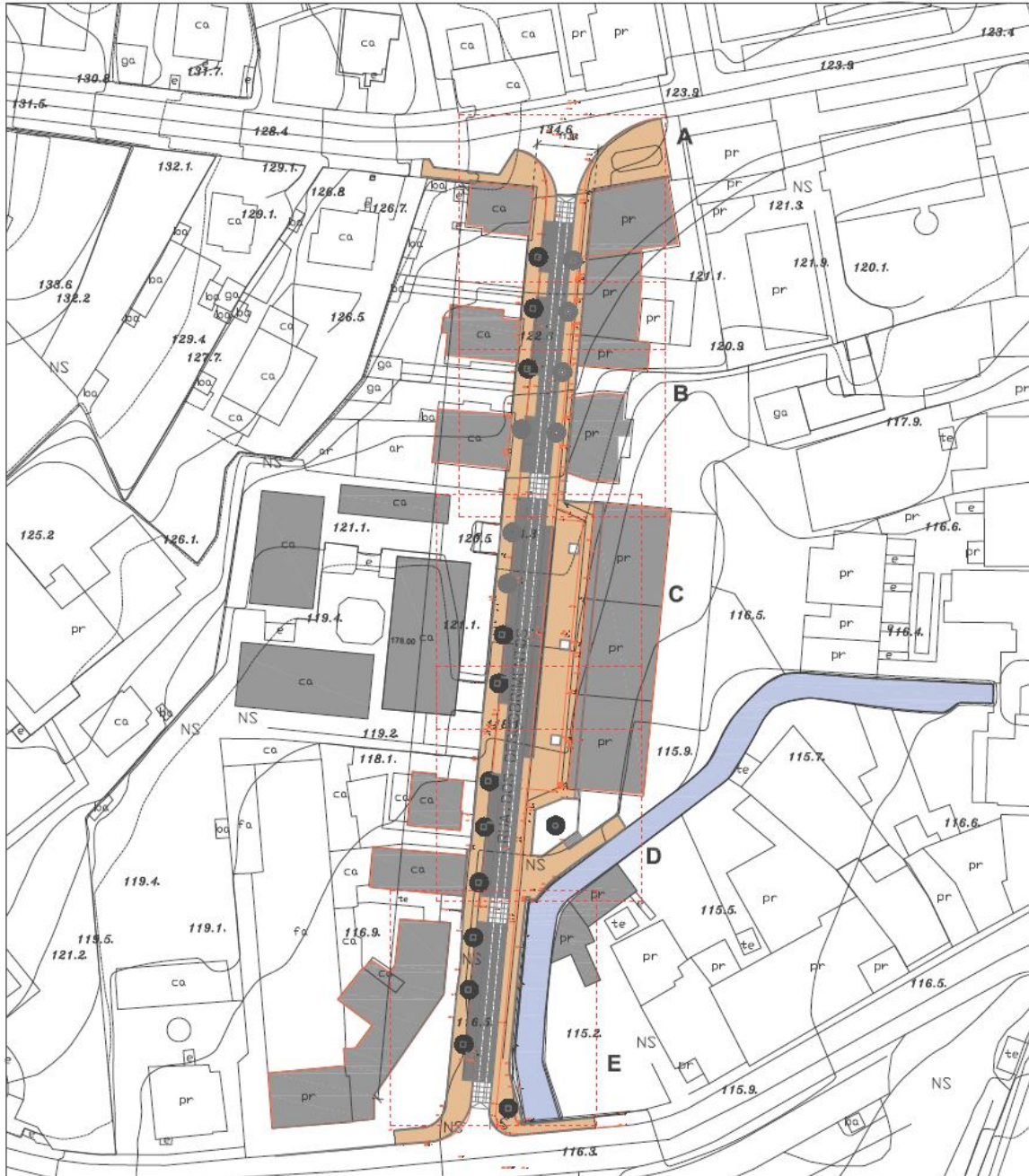
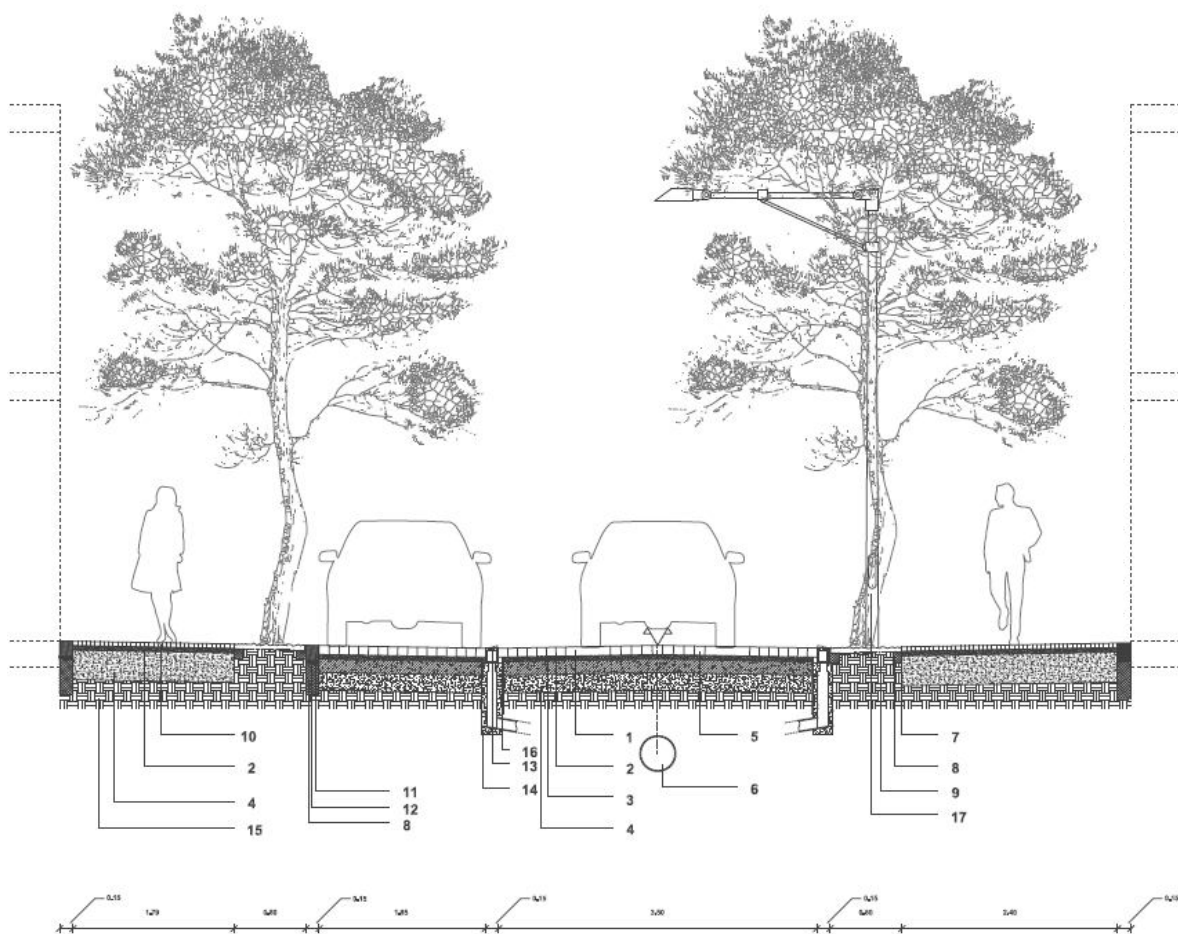


Figura 7.20 – Planta geral do projecto da rua dos Descobrimentos e materiais utilizados (CMSMF, 2011).



Legenda: 1 – lajetas de granito cinza (10 cms esp.); 2 – traço seco; 3 – massame de betão; 4 – fundação em “Tout-Venant”; 5 – cubo em granito cinza (11x11); 6 – coletor; 7 – cantoneira de abas iguais (60x60x6); 8 – fundação em betão; 9 – terra vegetal; 10 – microcubo em granito amarelo (5x5); 11 – guia em granito (15 cms larg.); 12 – argamassa de assentamento; 13 – grelha de sarjeta; 14 – estrutura em betão; 15 – terra compactada; 16 – ecrã drenante; 17 – luminária.

Figura 7.21 – Corte construtivo transversal da rua dos Descobrimientos com via, estacionamento, passeio e caldeira (CMSMF, 2011).

7.3.5 - Alameda Dr. Roberto Vaz Oliveira

A avenida Dr. Joaquim Vaz de Oliveira permite o acesso ao castelo a partir da zona baixa da cidade da praça do Rossio. Inicialmente esta via era “uma *calçada que subia a escarpa do monte*” (Silvina, 1995). Insere-se numa ampla zona verde da cidade, de parque e de jardins, que sobe toda a encosta até ao castelo.

Na década de 1940 foi definido o traçado do eixo que apresenta actualmente. No desenvolvimento do acesso por poente ao castelo distingue-se o Solar das Ribas de Cima do Castelo e a capela de Nossa Senhora de Monserrate.

Como esta avenida apresentava boas condições de conservação a reabilitação passou apenas pela manutenção e rectificação do pavimento rodoviário e dos passeios, tendo sido realizados melhoramentos nos jardins laterais do parque, Figura 7.22.



Figura 7.22 – Planta de localização e vista da alameda Dr. Roberto Vaz Oliveira.

7.4 - As intervenções realizadas em edifícios e monumentos

As intervenções nas edificações do centro histórico consistiram em acções de manutenção nos edifícios razoavelmente bem conservados, reabilitação de fachadas em edifícios em estado mais deteriorado ou com elementos dissonantes, ou então projectos de conservação e de reformulação mais profunda de interiores e exteriores. Para a maioria dos edifícios verificou-se a ocorrência da realização de acções de reabilitação em construções degradadas, mas que são fundamentais para a caracterização da imagem da cidade, porque constituem uma herança histórica, e acções de transformação e requalificação em edifícios cuja arquitectura se encontram dissonantes com o tecido urbano, ou naqueles cujas funções se entende deverem ser enquadradas com as novas necessidades de destaque na cidade. Pontualmente foram

observados alguns casos em que se procedeu à demolição de construções que não se enquadravam minimamente na área do centro histórico da cidade.

7.4.1 - A igreja matriz e o convento dos Lóios

O conjunto da igreja e convento só foi finalizado em 1727. O edifício da igreja foi executado em duas fases e a escadaria terminada em 1746. Este conjunto recebeu obras de melhoramento no século XX (Silvina, 1985). O alçado principal da igreja está organizado numa composição simétrica, em que o plano da nave central da igreja está revestido a cantaria e ladeado por duas torres. As faces da fachada principal estavam revestidas a azulejos azuis colocados em 1892, mas que nas obras de reabilitação foram retirados (Figura 7.23 e Figura 7.24).

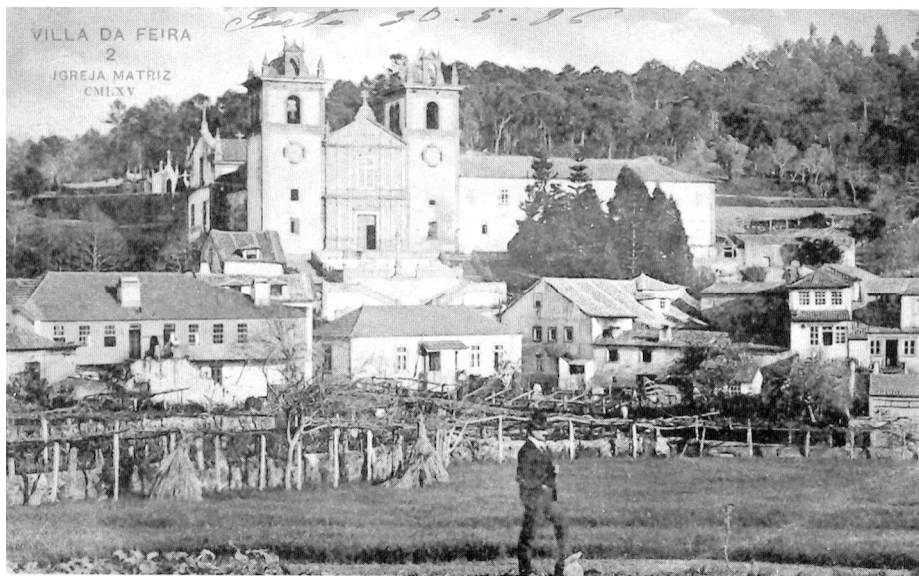


Figura 7.23 – Igreja matriz e convento dos Lóios numa imagem de 1915 (BMSMF, 2011).

A igreja matriz é uma construção de arquitectura seiscentista maneirista e encontra-se agregada ao edifício do convento dos Lóios. A igreja foi executada em duas fases, principiando pela capela-mor e o cruzeiro e só depois foi construída a nave. Neste edifício destaca-se a monumental escadaria de acesso à porta principal e o seu interior com predominância de mármore branco e rosa, extraordinário órgão e decoração em talha dourada.

A implantação do edifício da igreja e do convento situa-se sobre uma plataforma localizada a nascente do centro histórico, numa posição dominante em frente à praça do Rossio (Figura 7.24). O conjunto de edifícios religiosos compõe-se da igreja situada a Norte, com orientação de Leste para Oeste e o edifício do convento dos Lóios que se encontra a Sul. No centro do convento localiza-se o claustro de planta quadrada, que disponha de um jardim interior com chafariz a meio, que foi entretanto retirado. A fachada Oeste da igreja é antecedida desde a cota mais baixa do Rossio por uma vasta escadaria de tipo monumental, de duplo lanço (Figura 7.25).

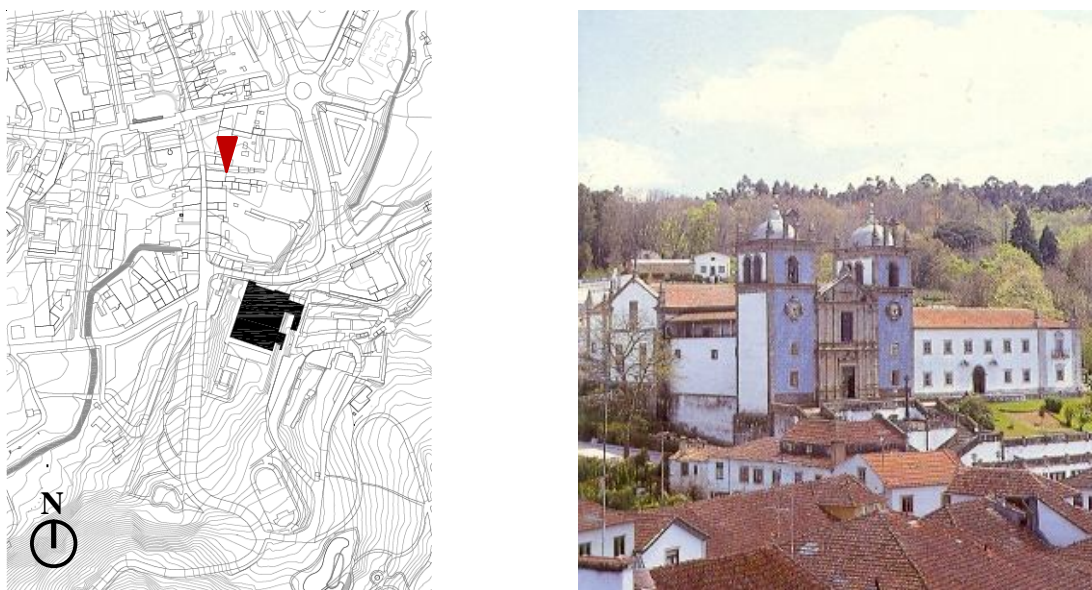


Figura 7.24 – Planta de localização e vista do conjunto da igreja matriz e do convento dos Lóios na década de 1980 (CMSMF, 1999).

A escadaria divide-se por patamares e permite vencer o grande desnível entre a cota do Rossio e a entrada da igreja. No meio desenvolvimento desta escadaria encontra-se um cruzeiro datado de 1746. O chafariz existente no largo do convento e próxima da parca do Rossio foi mandado erigir no século XVIII pelos frades e é composto por um conjunto de taças sobrepostas sobre um tanque de base quadrada, com taças sobrepostas e rematado superiormente por uma esfera armilar (JFSMF, 1992).

A origem do convento tem início com os condes de Pereira mediante a obtenção de autorização para fundar uma casa religiosa na Feira, efectuando-se em 1560 a cerimónia que marca o início da construção dos espaços necessários para instalação dos primeiros Frades

Lóios. Em 1618 terá início 1588 a construção deste conjunto conventual, em várias fases de construção desde a capela-mor, o transepto, as capelas laterais até ao cruzeiro. O chafariz que existia no claustro obtinha a água que vem da fonte do castelo e que depois distribuía-se pelas “*officinas da casa*” (JFSMF, 1992).



Figura 7.25 – Vista da Igreja e do convento dos Lóios após a reabilitação.

O antigo convento dos frades Lóios teve diversas designações nomeadamente convento dos cónegos seculares de S. João Evangelista, S. João Baptista, dos frades Lóios ou cónegos azuis e do Espírito Santo, congregação que foi instituída no reinado de D. João I (Silvina, 1985). Em 1834 deu-se a extinção da ordem tendo o edifício sido entregue à câmara municipal.

O edifício do Convento dos Lóios constitui uma referência importante na arquitectura do Concelho. Trata-se de um convento maneirista com igreja, de planta em cruz latina, nave única e claustro de dois pisos. Mantém uma utilização paroquial, apesar de inserir-se na tipologia das igrejas de configuração classicista da região portuense.

O edifício do convento dos Lóios é um caso paradigmático de obras de reabilitação e requalificação devido às diversas funções que desempenhou ao longo dos últimos séculos. Assim, e após a extinção das ordens religiosas, o convento foi entregue em 1834 à

município de Santa Maria da Feira e em 1836 a Repartição dos Negócios da Fazenda vai colocar este conjunto à disposição da Câmara do Concelho “*para ali se estabelecerem as Administrações Judiciais e Administrativas*”, efectivadas, depois das obras de adaptação em 1878. Nesse ano é também inaugurado o Teatro D. Fernando II, que vai abranger o antigo refeitório dos frades e toda a ala do sul do piso térreo, convertendo-se depois em sala de cinema a funcionar até 1938, e adaptada nesta altura como conservatória do registo civil e secretaria notarial. Em 1907, no primeiro piso da ala nascente, funciona a cadeia, que aí permanece até 1944 (JFSMF, 1992).

Nos anos quarenta do século XX, o edifício conventual foi sujeito a algumas alterações necessárias para funcionamento do Tribunal e das Conservatórias, sendo o edifício integralmente transformado para acolher repartições públicas, conservatórias e Tribunal, mantendo-se esses serviços até ao final dos anos oitenta, fase após para a qual o Convento dos Lóios passou a acolher o Museu Municipal. Nessa fase inicia-se um processo de renovação e adaptação às novas funcionalidades museológicas, obrigando á execução de profundas obras de remodelação e adaptação a museu municipal. A 2009, reabre ao público como um espaço dedicado à história e à cultura do concelho e da região, assim designado por Museu Convento dos Lóios (CMSMF, 2005).

Assim, o Museu Convento dos Lóios é actualmente um local transformado em museu e destinado a contar história do concelho de Santa Maria da Feira e da sua região, tendo como objectivos a guarda, valorização e difusão de testemunhos e memórias do passado como herança histórica e cultural. Contudo observa-se que o belíssimo jardim e fonte que existia no pátio interior foram retirados sem que este espaço fosse valorizado.

Verificou-se que as edificações existentes são constituídas por duas zonas desde sempre funcionalmente distintas, mas integradas, as instalações da igreja e as instalações do convento destinadas ao museu, e tomando como critério base a manutenção destas funções e as novas a criar para o museu, “*procuraram-se soluções que permitissem transformar nitidamente autónomas estas duas unidades*” (Araújo, 2001). Como condicionantes observou-se que o local está condicionado pelo carácter histórico e interesse como património construído, conjuntamente com a sua envolvente próxima e integração urbana.

Tendo em conta o fim em vista foram também condicionantes a forma como foram implantados e construídas e num largo período de tempo as construções existentes, assim como o seu estado de conservação devido à natural deterioração. Conforme descreve (Araújo, 2001) *“As diversas características funcionais, formais e construtivas, e os diferentes e sucessivos modos de adaptação dos espaços que compõem a totalidade da área disponível do local, ao longo dos anos, de acordo com objectivos específicos e utilizando critérios e técnicas diversas tiveram uma importância fundamental no projecto realizado”*.

Determinadas as condições e as características físicas dos edifícios existentes considerou-se necessária a intervenção na envolvente próxima de modo a garantir a exequibilidade dos objectivos do programa, nomeadamente a criação de condições de acessibilidade a todas as áreas nessa envolvente e aos edifícios que integra, estruturando a coerência dos percursos, tendo em conta o extenso e diferenciado público, em muitos casos exigente relativamente à eliminação de barreiras físicas, tendo em conta a globalidade das exigências e as funções para o museu (Araújo, 2001).

Para a requalificação dos espaços destinados a museu, no edifício optou-se por *“...uma distinção clara de funções a projectar em cada um dos pisos, garantindo-se uma independência em relação aos objectivos determinados.”* Deste modo o piso térreo passou a acomodar as salas polivalentes e os serviços educativos, enquanto o piso superior ficou destinado na íntegra à exposição permanente (Araújo, 2001).

Assim, o projecto de recuperação e adaptação do edifício do Convento dos Lóios destinou-se a transformar o edifício de modo a que aí se pudesse instalar definitivamente o museu municipal, designado por Museu Convento dos Lóios (CMSMF, 2011). Com a transformação do edifício e realização deste museu conseguiu-se a criação de condições essenciais para a salvaguarda, a conservação e a divulgação das peças museológicas que se encontram sob a tutela do museu.

A reabilitação urbana e o desenvolvimento das cidades
As intervenções no centro histórico de Santa Maria da Feira

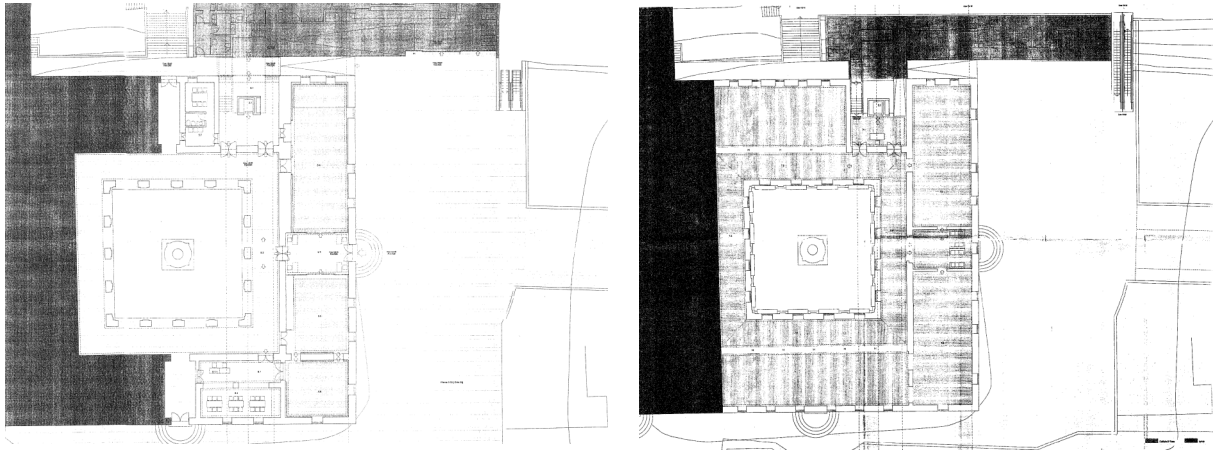


Figura 7.26 – Convento dos Lóios e claustro interior. Plantas dos pisos 1 e 2 do projecto de reabilitação do convento dos Lóios para Museu Municipal (SMF, 2011).

Para o novo edifício a solução arquitectónica e construtiva proposta pretendeu dar satisfação aos objectivos, apontando uma volumetria simples e de uma selecção circunscrita de materiais, visando manter o carácter do conjunto constituído pelo edifício transformado e a nova construção.

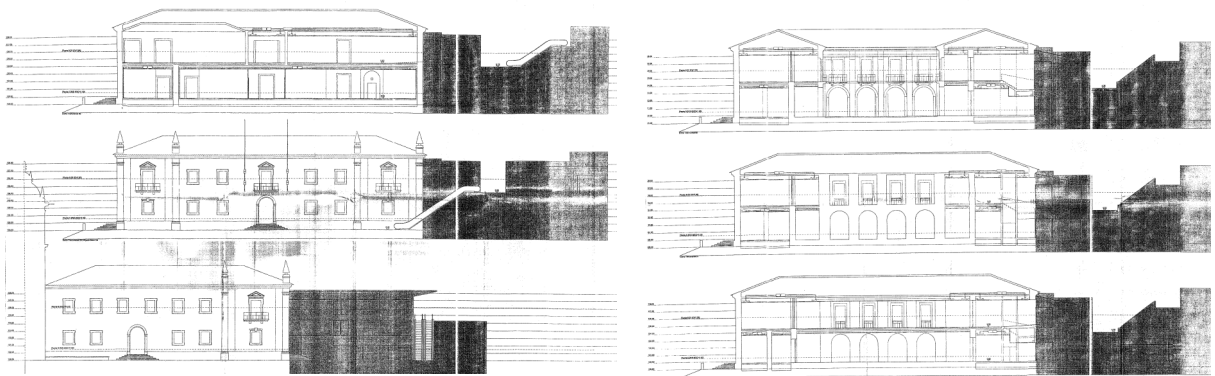


Figura 7.27 – Convento dos Lóios e claustro interior. Alçados e cortes do projecto de reabilitação do convento dos Lóios para Museu Municipal (SMF, 2011).

O museu dispõe de uma exposição permanente que identifica e mostra as diversas vivências da região, concretizadas na criação de núcleos de Arqueologia, História, Etnografia, Indústria e Arte, explicando a origem do Homem, a evolução e o desenvolvimento da vasta região da Terra de Santa Maria.



Figura 7.28 – Convento dos Lóios, interior do claustro e nova edificação para extensão do museu.

Ao processo do projecto geral museológico e das obras para a instalação do Museu Convento dos Lóios corresponderam duas fases. Numa primeira fase procedeu-se à recuperação e adaptação do edifício secular existente do Convento dos Lóios a museu, o qual necessitava urgentemente de uma intervenção dado o seu estado precário, tendo estas exigido um levantamento, avaliação e correcção das patologias construtivas, às quais corresponderam as obras de reabilitação das estruturas e das infra-estruturas. Numa segunda intervenção foi criado um novo edifício ligado a Sul ao edifício existente, que se destinou à ampliação do primeiro espaço museológico e que alberga os serviços administrativos, os serviços técnicos e as zonas de apoio e de acolhimento dos visitantes e que permitiu proporcionar e complementar a concretização plena dos objectivos museológicos (Araújo, 2001).

As instalações do Convento dos Lóios foram projectadas para cumprir as funções de uma unidade museológica, ocupando esta edificação o pólo central da Rede de Museus Municipais. Na reabilitação do edifício foram criadas condições de espaço e organizacionais que permitem a salvaguarda, manutenção e preservação das colecções que integram o museu. Na reabilitação do Convento foram tidos em conta três princípios de actuação (Araújo, 2001):

- *“Intervenção e criação de condições nas construções existentes que permitissem a manutenção da sua integridade, tendo em conta a sua importância histórica, meio e forma para a intervenção e objectivo determinado para o museu;*
- *Reabilitar e remodelar a construção, considerando a sua ampliação mas integrando os objectivos anteriores;*
- *Com a intervenção deveria proceder-se à integração das diversas componentes que o conceito de museu exige, de tal forma que estas não se encontrassem à partida limitadas pelas condições impostas pela situação existente.”*

No estudo da unidade e globalidade do projecto de intervenção, tornou-se também indispensável a integração de diversas áreas funcionais, nomeadamente a área de acolhimento dos diferentes tipos de visitantes área de divulgação das actividades do museu, áreas de reserva e destinadas a apoio de funções dos serviços técnicos e de suporte do museu.

A reabilitação e requalificação do convento dos Lóios permitiu que este edifício passasse a ter funções de centro coordenativo da rede municipal de museus com os objectivos gerir e divulgar os bens culturais móveis e imóveis do concelho, preenchendo ainda actividades de exposições e de realização de cursos de artes plásticas.

Na reformulação dos arranjos exteriores da envolvente da plataforma junto ao acesso principal ao museu, articulando-se entre o arruamento que o serve e o espaço público arborizado, de carácter urbano, *“constituiu-se um pátio amplo, organizando a transição para os edifícios e constituindo também um local de possível vocação polivalente exterior, valorizado pelo amplo espaço verde arborizado, a Sul, de enquadramento paisagístico do conjunto do museu”* (Araújo, 2001). Procurou-se ainda que os arranjos exteriores nas várias zonas envolventes permitissem a articulação entre os arruamentos que assistem as construções, interpretando o perímetro e o espaço público arborizado.

7.4.2 - A igreja da Misericórdia

A igreja da Misericórdia, ou de São Francisco, foi erigida em 1594, no reinado de Filipe I e cumpriu ao longo do tempo para além de funções de espaço religioso, funções de albergaria e

hospital. Durante o ano de 1689 e 1690 deu-se início à construção da nova igreja, sendo que a conclusão da actual igreja se verificou durante o século XVIII (Silvina, 1985).



Figura 7.29 – Planta de localização e vista actual da igreja da Misericórdia.

Embora o traçado da igreja tenha sido realizado nos últimos anos do século XVII, correspondente já à época barroca, a fachada frontal apresenta uma inspiração no estilo maneirista, que se observa particularmente no desenho da fachada principal. A fachada está projectada simetricamente em três panos, desenhado a cantaria e de reboco pintado, em que o pano central está ladeado por dois alinhamento que representam duas torres sineiras e no do centro portal, ladeado por pilastras encimadas por pináculos. Nesta fachada central abre-se uma janela para iluminação do coro-alto constituindo este conjunto uma estrutura que se inspira no desenho nas fachadas retábulo da segunda metade do século XVI (JFSMF, 1992).

A igreja da misericórdia é uma construção de uma só nave e a capela-mor encontra-se coberta por uma abóbada de nervuras. No interior existe um coro alto e o retábulo principal é de estilo barroco. Da nave para a capela-mor observa-se um arco triunfal assenta sobre pilastras toscanas. O espaço da capela-mor encontra-se sobre uma plataforma elevada e é coberta por abóbada de madeira, semelhante à da nave, bastante decorada e policromada. O retábulo foi executado no primeiro quartel do século XVIII, em talha barroca dourada. No exterior dispõe-se uma escadaria setecentista com um chafariz integrado no patamar central (Figura 7.29).

Durante o século XVII os frades da Misericórdia procederam no pequeno templo de São Francisco a obras de reparação. No final do século XVII houve a necessidade de ampliar o

espaço na igreja, que representava a sua sede e que se mostrava diminuta para as funções requeridas. Deste modo, na década de 1690, deram início à construção de uma nova igreja, num local onde tinha existido uma igreja dedicada a São Nicolau, tendo sido edificada até ao final do primeiro terço do século XVIII. Destas obras não se conhece o autor do projecto (Silvina, 1995). Em 1941 o enquadramento do conjunto foi alterado devido à construção a poente da igreja de um edifício de abrigo para crianças. Situada no local que marca a direcção do crescimento linear da vila a igreja é um local de referência na cidade.

A escadaria está orientada para Sul e é de cantaria do período seiscentista e, tal como a escadaria da igreja matriz, está dividida em vários lanços divididos por patamares para vencer o desnível entre as cotas inferior e superior entre a via e o plano de implantação da igreja.



Figura 7.30 – Vista da Rua Direita e chafariz da igreja da Misericórdia.

Refere-se que o terramoto de 1755 acarretou muitos estragos no templo, particularmente pela queda da abóbada da nave, tendo esta sido reconstruída na segunda metade do século XVIII. Mais recentemente o interior da igreja teve obras de restaurado na década de 1980.

Durante a reabilitação do centro histórico este edifício apenas foi objecto de obras de restauro a nível de pinturas dos alçados exteriores e melhorias no seu interior. No entanto, durante a sua vida como edifício público religiosa, as funções e acrescentos foram diversos, podendo-se referir que foi sujeito a diversas fases de ampliação, reabilitação e remodelação.

7.4.3 - O solar dos condes de Fijó

O edifício do Solar dos Condes de Fijó insere-se na quinta de Fijó que era composta de diversas casas, sobrados, capelas, campos agrícolas, matas, moinhos, jardins, pomares, zona do rio Cáster e a zona do parque das Guimbras. Em 1949 as capelas da casa foram demolidas para alargamento da actual rua. O edifício principal é uma construção de amplas janelas rectangulares e ostenta no topo da fachada a pedra de armas em calcário adornado com temas setecentistas (JFSMF, 1992).

Em 1975 este edifício passou a funcionar como Centro de Cultura e Recreio do Orfeão de Vila da Feira. Inserido na zona histórica este edifício foi também sujeito a obras de reabilitação e requalificação que permitiram dotar o edifício de espaços diversos para as funções de apoio às actividades culturais na cidade e de lazer próximo da principal área do parque do Cáster, podendo-se da eira da casa, localizada a Sul, visualizar todo o parque, o Rossio e o castelo (Figura 7.32).



Figura 7.31 – Vista do Solar dos Condes de Fijó e zona de parque após a reabilitação

Na intervenção realizada sobre o edifício do solar, e tal como no Convento dos Lóios, toda a envolvente e a arquitectura exterior do edifício do antigo do solar são respeitados. O interior é cuidadosamente remodelado para acomodar novas funções e as zonas mais nobres são

cuidadosamente restauradas e apropriadas para outras funções, tendo sido preservada a eira e os canastos existentes que actualmente cumprem funções de esplanada exterior com vistas fantásticas para o castelo e toda a encosta das Guimbras.

Observa-se que a reabilitação e requalificação deste espaço segue uma coerência de composição que respeita a escala e a paisagem e que permite favorecer reciprocamente a imagem do conjunto, em que cada um destes elementos passa a servir o como cenário do outro. A composição da paisagem, no seu conjunto e alinhamento visual fornece momentos de percepção estética que se tornam numa sensível interpretação da Carta de Veneza (1964) e da Carta de Florença (1981). A intervenção actual encerra uma fase do passado e dá início a uma outra mais adequada às *“exigências da sociedade sem comprometer a história e o património arquitectónico e natural”* (CMSMF, 1999).



Figura 7.32 – Vista da zona exterior de lazer do solar dos Condes de Fijó após a reabilitação e frente para o parque do rio Cáster.

No piso superior criou-se uma área destinada a salão polivalente e salas médias de reunião e trabalho. Neste edifício, destinado ao uso temporário do Orfeão, o projecto estabeleceu que todas as divisórias e infra-estruturas fossem projectadas de modo a poderem ser desmontadas para a eventualidade de um uso diferente conforme solicitação da Câmara Municipal. Quando no início do projecto com vista à reabilitação e adequação do edifício dos Condes de Fijó, observou-se que este se encontrava num estado de bastante degradação, apresentando na sua cobertura grandes deformações com elementos estruturais em mau estado de conservação. Também, para os fins a que se destinou este edifício se verificava que a compartimentação

existente limitava a sua utilização, necessária para a instalação do Centro de Cultura e Recreio do Orfeão de Vila da Feira (CMSMF, 1999).

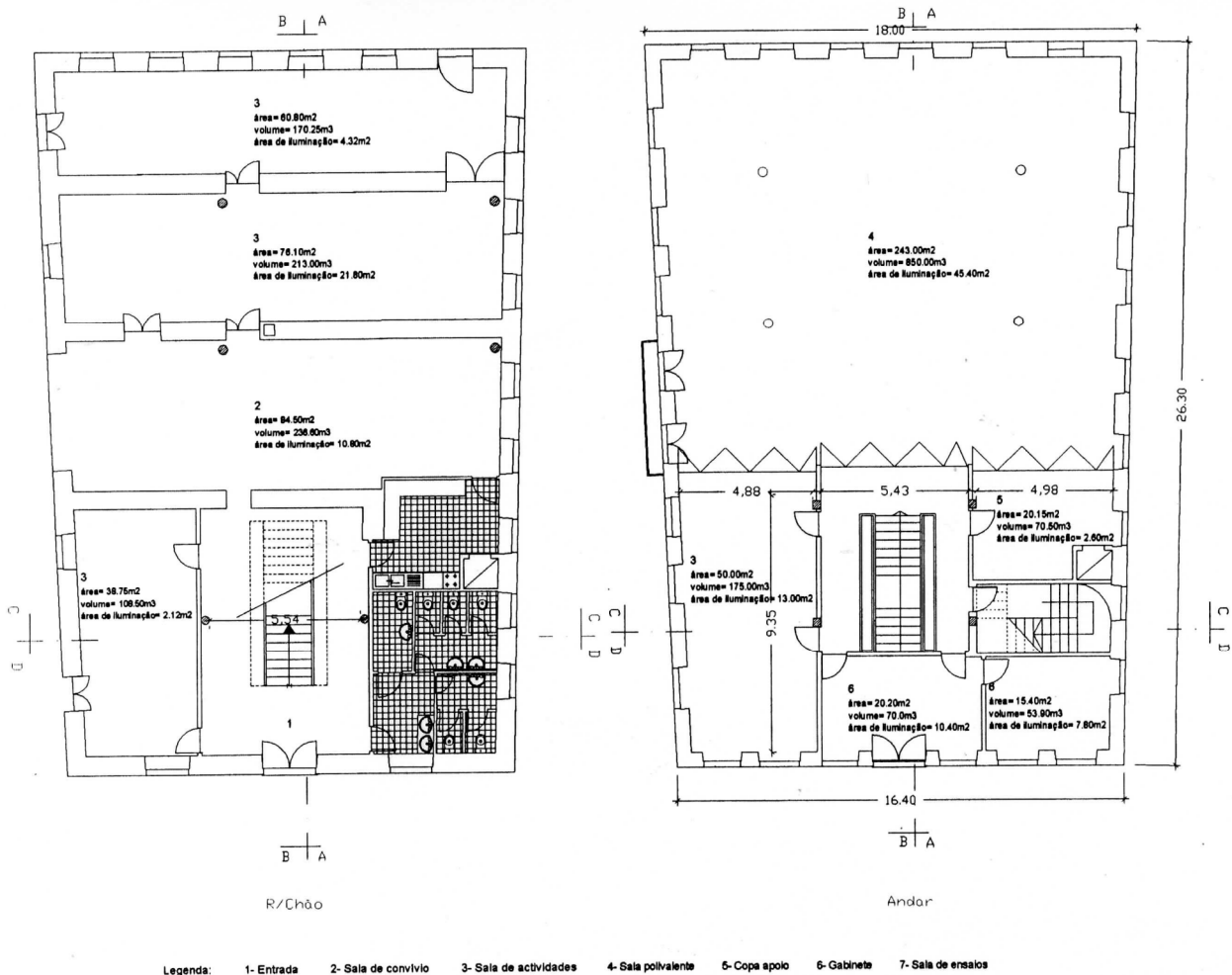


Figura 7.33 – Projecto de reabilitação e requalificação do solar dos Condes de Fijó (CMSMF, 2011).

Assim, no desenvolvimento do projecto foi proposta a remodelação global do seu interior, com a construção de novas lajes de piso e de cobertura, permitindo para além das áreas existentes a ocupação integral do vão do telhado.

No novo projecto mantiveram-se no piso de entrada as paredes divisórias estruturais, configurando-se para obter os espaços o mais amplo possível para actividades culturais diversas. A disposição funcional do edifício organiza-se pela implantação no meio do edifício de uma escadaria de acesso ao piso 1, permitindo a utilização em espaço circular ao redor deste elemento, este espaço que é beneficiado por uma clarabóia que faculta a iluminação de todo o espaço central (Figura 7.34).

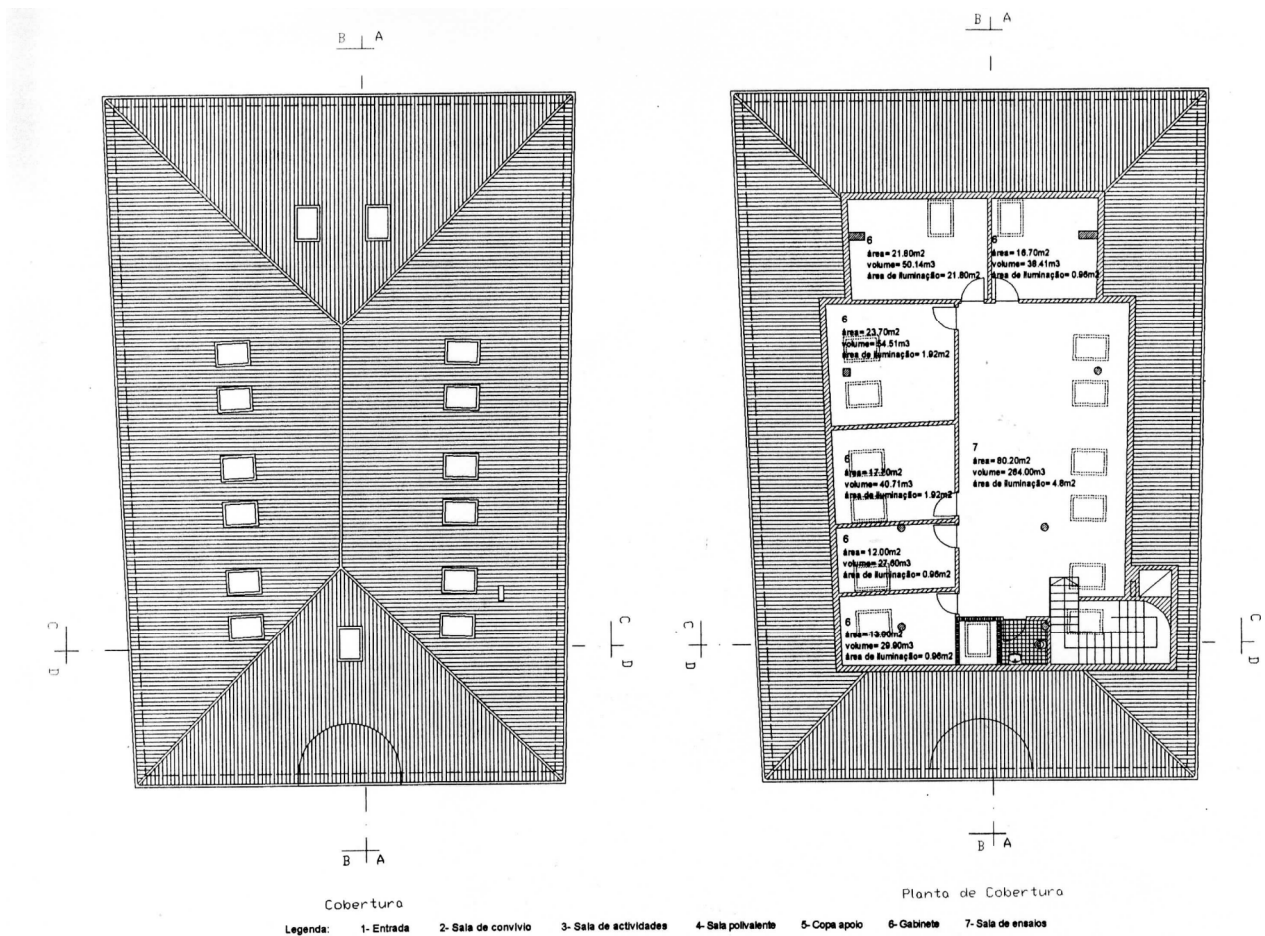


Figura 7.34 – Projecto de reabilitação e requalificação do solar dos Condes de Fijó (CMSMF, 2011).

7.4.4 - As intervenções no castelo

O Castelo da Feira constitui o elemento fundamental da identidade da cidade de Santa Maria da Feira. Localiza-se a sul da cidade, num cume cuja origem de ocupação indica a presença de vestígios de ocupação pré-romana e foi a sede da fundação das Terras de Santa Maria, designação de um extenso território que, no final do século XI, integrava uma boa parte das terras da *civitas* de Santa Maria, comarca criada por Afonso III de Leão e Astúrias pouco tempo depois do ano de 868 (JFSMF, 1992). O Castelo de Santa Maria da Feira é um dos mais extraordinários monumentos portugueses na forma como traduz a variedade de construções defensivas que foram utilizadas entre os séculos XI e XVI (Figura 7.35).

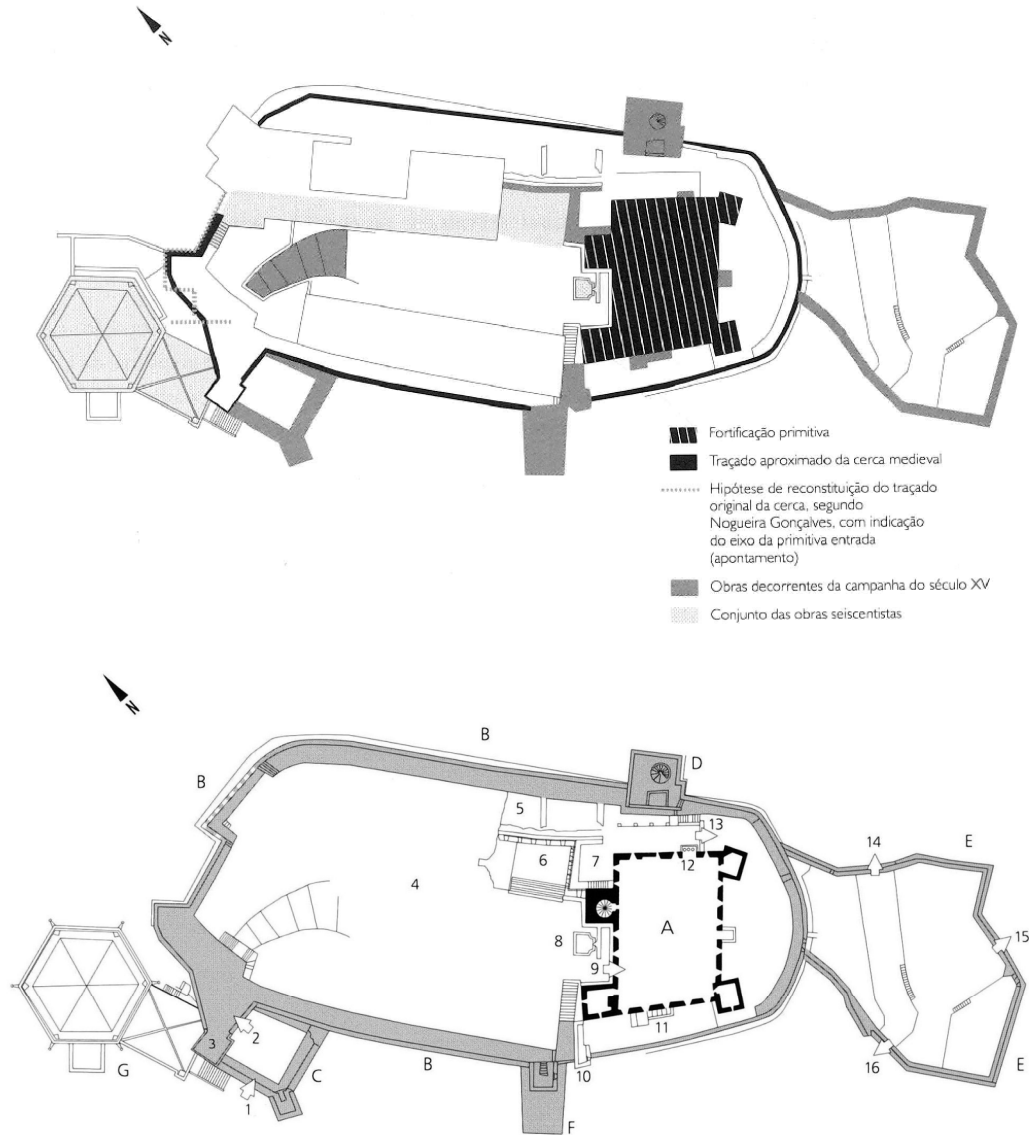


Figura 7.35 – O arranjo urbanístico da envolvente do Castelo da Feira a ser realizado no início da década de 1940 (Barreiros, 2001).

A estrutura do castelo é uma construção de arquitectura militar medieval, com origens árabes e que remonta ao século XI. Situa-se num local elevado relativamente à cidade e, devido à sua localização, era-lhe atribuído uma importância estratégica muito significativa. Este monumento apresentou uma importância militar importante, uma vez que foi fundamental para a vitória de São Mamede, em 1128, quando o alcaide deste castelo, Pêro Gonçalves de Marnel, tomou o partido de D. Afonso Henriques contra D. Teresa e o conde de Trava.

Deteve também ao longo de séculos uma dimensão político-cultural muito importante. Depois da reconquista do condado o castelo manteve-se como estrutura militar, que no entanto foi perdendo importância até se tornar somente como morada dos Condes da Feira, que habitaram primeiro a torre de menagem do castelo. Como estrutura militar é de um valor extraordinário uma vez que o castelo se situa na “...*transição de castelo fortaleza para castelo alcáçova e se encontrar no final da época das armas de arremesso para as armas de fogo.*” (Barreiros, 2001).

A reabilitação urbana e o desenvolvimento das cidades
 As intervenções no centro histórico de Santa Maria da Feira



Planta-esquema do Castelo de Santa Maria da Feira
 (desenho realizado a partir do levantamento da DGEMN e de M. Pereira, 1990)

- | | |
|------------------------------|---|
| A. Menagem-alcáçova | 1. Porta da barbacã |
| B. Cerca | 2. Porta da vila |
| C. Barbacã | 3. Torre da entrada |
| D. Torre do poço | 4. Praça de armas |
| E. Cerca avançada ou tenalha | 5. Vestígios de construções de carácter civil na praça de armas |
| F. Casamata e sua torre | 6. Parte da antiga escadaria do paço dos condes |
| G. Capelania | 7. Través de nascente |
| | 8. Fonte brasonada |
| | 9. Porta da alcáçova |
| | 10. Balcão das sentinas |
| | 11. Acesso à casamata |
| | 12. Matacães sobre a porta nascente da alcáçova |
| | 13. Acesso à passagem coberta para a tenalha |
| | 14. "Porta da traição" |
| | 15. "Porta dos campos" |
| | 16. Postigo de P. Molao |

Figura 7.36 – Principais fases da transformação do castelo de Santa Maria da Feira (Barreiros, 2001).

Em meados do século XVII foi construído dentro das muralhas um edifício na parte nascente da praça de armas, paço dos condes da Feira que foi abandonado no século XVIII após a ocorrência de um incêndio que o destruiu parcialmente, tendo posteriormente sido demolido (Figura 7.37).



Figura 7.37 – Vista do paço dos Condes da Feira que foi demolido em 1929 (Barreiros, 2001).

Com o tempo o castelo entrou em ruína, tendo sido abandonado desde 1700 e vindo a servir de pedreira. Também no castelo se situa a capela medieval que foi reconstruída com forma em planta hexagonal em 1656, sendo também na mesma época erigida a casa do capelão, que é uma pequena habitação seiscentista com ligação à capela.

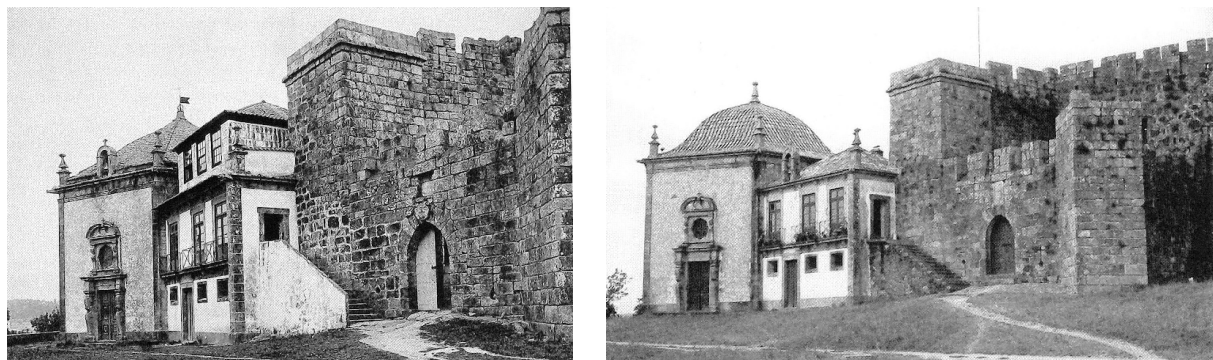


Figura 7.38 – Vista da Capelaria antes de 1929 e em 1945 após as intervenções da Comissão de Vigilância e DGEMN (Barreiros, 2001).

Sofreu importantes intervenções ao longo do tempo, sendo que a partir do século XX teve diversas fases de reabilitação (Figura 7.36). Refere-se o ciclo de intervenção da Direcção Geral dos Monumentos Nacionais entre 1934 e 1946 e, mais na actualidade, assinala-se durante os anos de 1991 a 1993 foi promovido pela Direcção Regional do Norte do IPPAR o projecto de remodelação do castelo de Santa Maria da Feira, obras de intervenção de vulto que se destinaram a adequar esta construção a novas funções que se começaram a desenhar.

Já no século XX, a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais fixou em 1932 uma zona de protecção do Castelo da Feira, sendo assim o primeiro elemento do património da cidade que foi classificado. O acompanhamento deste monumento encontra-se na incumbência da Comissão de Vigilância do Castelo de Santa Maria da Feira que, em conjunto com o IPPAR, incrementa os trabalhos de conservação e remodelação do castelo de Santa Maria da Feira.

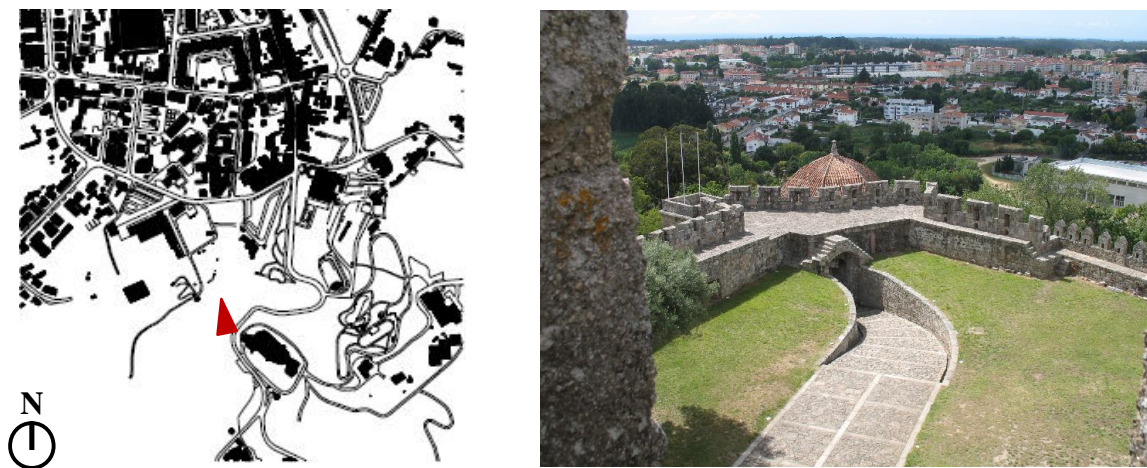


Figura 7.39 – Planta de localização e vista da cidade a partir do castelo.

Assim o projecto de arquitectura partiu de algumas premissas referindo-se “...o entendimento da peça como facto arquitectónico de qualidade, a qual importa explicitar, e não como mero contexto para um projecto de arquitectura relativamente autónomo, a sua leitura como processo de transformação, que prosseguirá sem dívida no futuro e é condição de permanência da peça. Ficam assim definidos os limites de uma intervenção determinada pela necessidade programática de adaptar este espaço construído, de características particulares, às actividades que nele se pretende instalar ou consolidar.” (Barreiros, 2001).

Parte-se assim para a “*clarificação da leitura do monumento*”, assumindo-se a intervenção do final da década de 1930 como mais uma “*etapa da sua história*” e garantia para as gerações futuras de intervenções de restauro reversíveis e flexíveis na utilização das construções que nele se irão introduzir, assinalando-se na intervenção o valor patrimonial e o valor de uso, ao encontro das recomendações de Riegl, com uma intervenção cautelosa, assente na leitura do monumento e procurando responder aos objectivos programáticos pré definidos (Barreiros, 2001).

Deste modo, através do apoio de fundos comunitários, foram recentemente realizadas obras de conservação e restauro da capela e da torre de menagem, com uma solução suspensa de uma estrutura em ferro e madeira no interior, tendo em vista a utilização destas instalações para realização de conferências e reuniões, espectáculos musicais, exposições e outros eventos de natureza cultural e turística, salientando-se como evento mais relevante a Viagem Medieval em Terra de Santa Maria (Figura 7.41 e Figura 7.43).

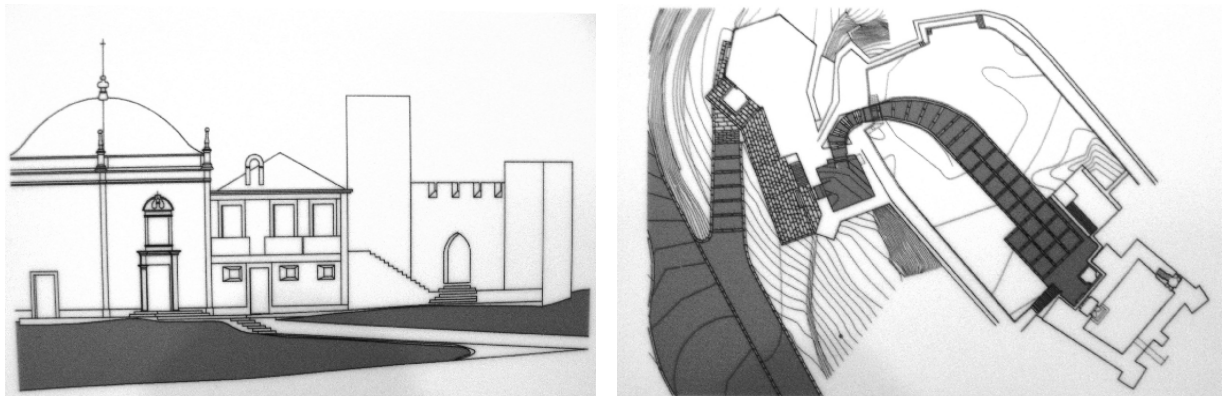


Figura 7.40 – Projecto de execução de arranjos exteriores e interiores no castelo (CMSMF, 2011).

Esta é uma estrutura de carácter efémero, e os materiais e o desenho adoptados não permitem qualquer confusão entre a obra de hoje visível e o pré-existente que fica valorizado. Os dois únicos espaços novos que foram construídos no castelo, também com materiais actuais, que são as instalações de apoio, são subterrâneos, ficando assim acautelada a legibilidade do monumento.

O castelo foi também sujeito a obras de reabilitação e requalificação destacando-se os arranjos do espaço circundante exterior e o espaço interior do castelo (Figura 7.40). Assim, e depois de todas as transformações o castelo de Santa Maria da Feira e área envolvente foram sujeitas a um plano de requalificação e revitalização que permitiu que esta edificação assumisse um novo protagonismo com objectivos culturais.

Os espaços interiores das muralhas da fortificação primitiva foram ordenados e desenhada uma via de acesso à entrada da torre utilizando os mesmos materiais que foram adoptados para a reabilitação das praças e arruamentos do centro histórico da cidade.

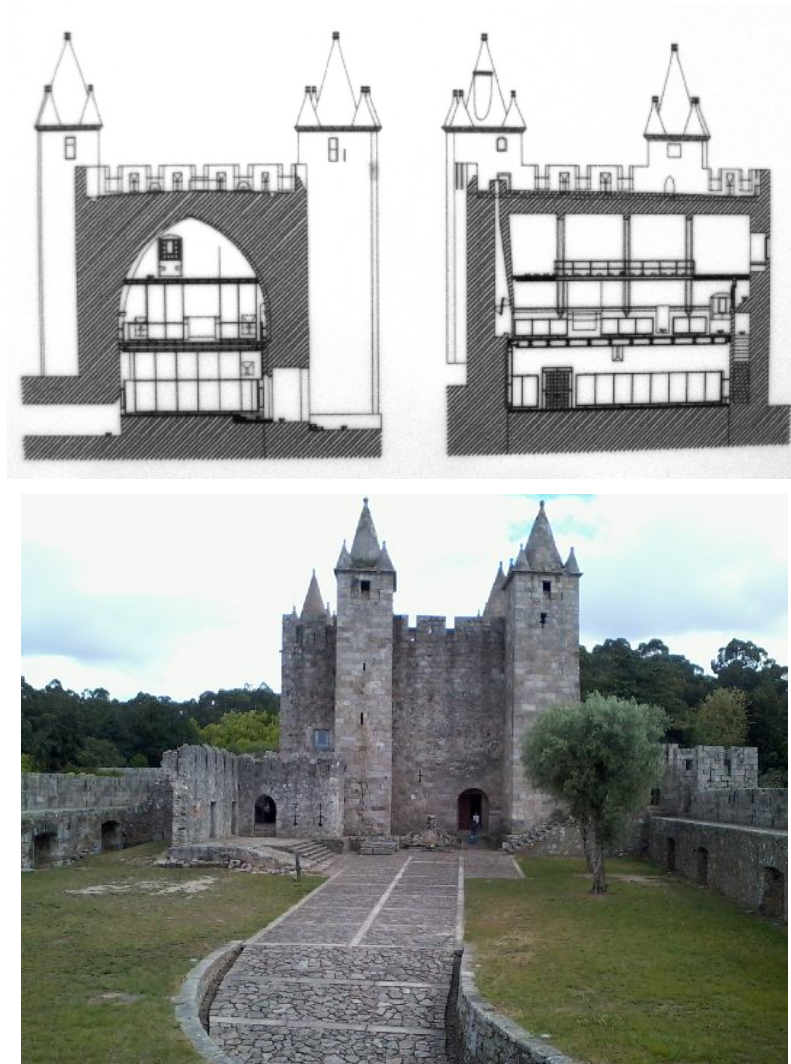


Figura 7.41 – Projecto de execução na torre de menagem do castelo (CMSMF, 2011).

A reabilitação urbana e o desenvolvimento das cidades
As intervenções no centro histórico de Santa Maria da Feira



Figura 7.42 – Remodelação efectuada no exterior e interior do castelo de Santa Maria da Feira.

Também o interior do castelo foi requalificado permitindo a criação de espaços interiores que permitem a realização de diversas eventos. Observa-se que na intervenção de destacou a reabilitação pelos materiais e pelas cores, ficando perfeitamente assinalado a diferença entre a pré-existência e o que foi acrescentado.

A proposta de intervenção de remodelação urbana da área envolvente do Castelo de Santa Maria da Feira foi definida pelos limites físicos das vias circundantes ao parque do castelo, a norte pela Rua António Castro Corte Real e a nascente pelo acesso ao Castelo, a alameda Dr. Roberto Vaz de Oliveira.

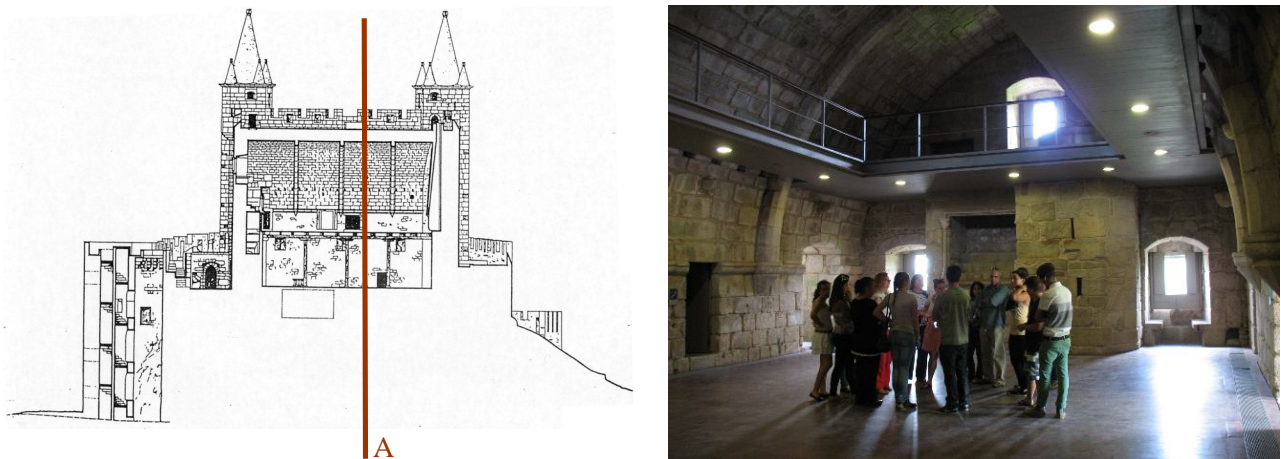


Figura 7.43 – Corte transversal (DGEMN, 1931) e vista (A) da remodelação efectuada no espaço interior do salão nobre do castelo de Santa Maria da Feira.

Para a área envolvente ao Convento dos Lóios foi realizada a requalificação de todo o espaço público mediante as medidas de repavimentação de passeios, arborização e ajardinamento de

zonas verdes pré-existentes, tratamento de muros de pedra e tratamento de acessos ao longo do parque.

7.4.5 - O mercado municipal

O Mercado Municipal de Santa Maria da Feira localiza-se no centro histórico da cidade e a sua construção ocorreu em meados do século XX, de 1953 a 1959. Este equipamento projectado pelo arquitecto Fernando Távora é uma construção de referência da arquitectura portuguesa e encontra-se implantando numa área com forma de quadrado de 50 m por 50 m, através de um conjunto de várias estruturas que no seu centro formam um pátio (Figura 7.47 e Figura 7.48).

A sua localização privilegiada confere importância ao tecido urbano. O mercado enquadra-se com discrição na paisagem edificada, realçando na paisagem o fundo verde das encostas de acesso ao Castelo da Feira, num alinhamento visual que segue o conseguido pelo alinhamento da Rua Direita que deu origem à cidade e centro histórico actual.

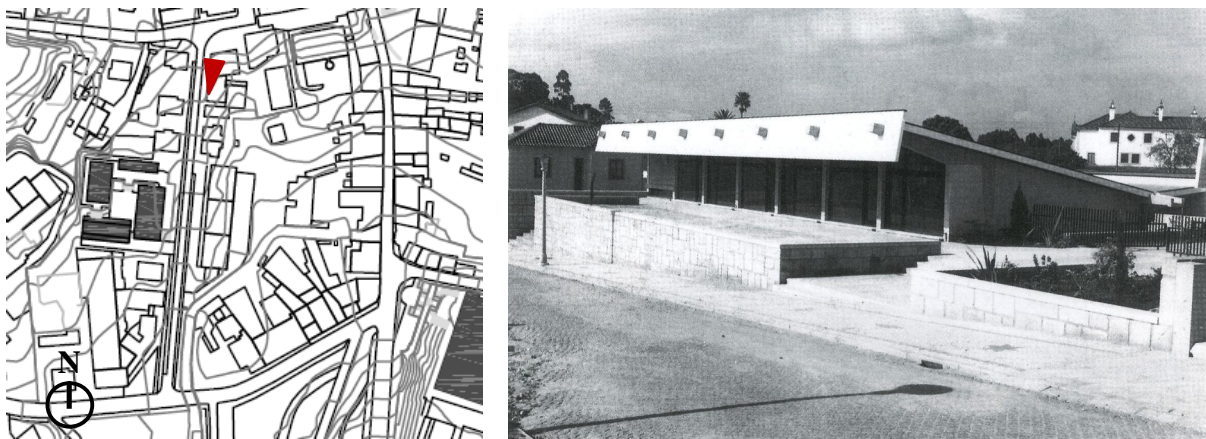


Figura 7.44 – Planta de localização e foto da zona do mercado previamente à realização das obras de requalificação da rua dos Descobrimentos (BMSMF, 2011).

Esta edificação não apresenta apenas as funções de um mercado, nem é simplesmente um lugar de comércio, mas pretende ser uma área para intercâmbio de ideias e um local para que os homens se reúnam, conseguindo com a disposição adoptada criar uma configuração intimista e protectora no interior do conjunto do mercado.

O mercado de Vila da Feira representa um projecto da fase mais amadurecida da obra de Fernando Távora, e no qual é possível reconhecer a concretização das ideias expressas nos seus textos. É uma obra cuja modernidade se expressa na “*qualidade e na exactidão das relações com a vida, numa integração perfeita de todos os seus elementos.*” (Público, 2011).



Figura 7.45 – Vistas actuais do exterior e interior do mercado municipal.

A concepção formal deste conjunto baseia-se na forma das estruturas de cobertura que foram projectadas como se representassem “*...asas protectoras pairando sobre o terreno que é ordenado em plataformas*” (Tostões, 2001). A disposição do programa, a coberto desta cobertura de forma em “*borboleta*” acolhe um sistema modulado em pequenos pavilhões em que a união destes elementos é feita em volta de um motivo a que corresponde uma fonte (Figura 7.45 e Figura 7.47).



Figura de peixes



Figura da cabeça de um touro



Figura de um galo



Planta de localização do mercado na cidade

Figura 7.46 – Actuais mosaicos desenhados com pequenas pedras e distribuídos pelo chão do mercado.

O mercado constitui-se num edifício concebido de forma coerente para responder a um programa particular, proporcionando um espaço público para a população, criando uma original sensação de envolvimento na plenitude a figuração humana no seu interior, “...em que apenas atinge o seu pleno significado quando apropriado pelos utentes, é na dualidade deste carácter de espaço aberto mas convidativo, encerrando em si um ambiente próprio de relativa intimidade” que encontramos potenciada a sua principal função: um espaço de encontro, um local privilegiado para uma intensa vida de relação entre os elementos da população, seus protagonistas.” (Público, 2011).

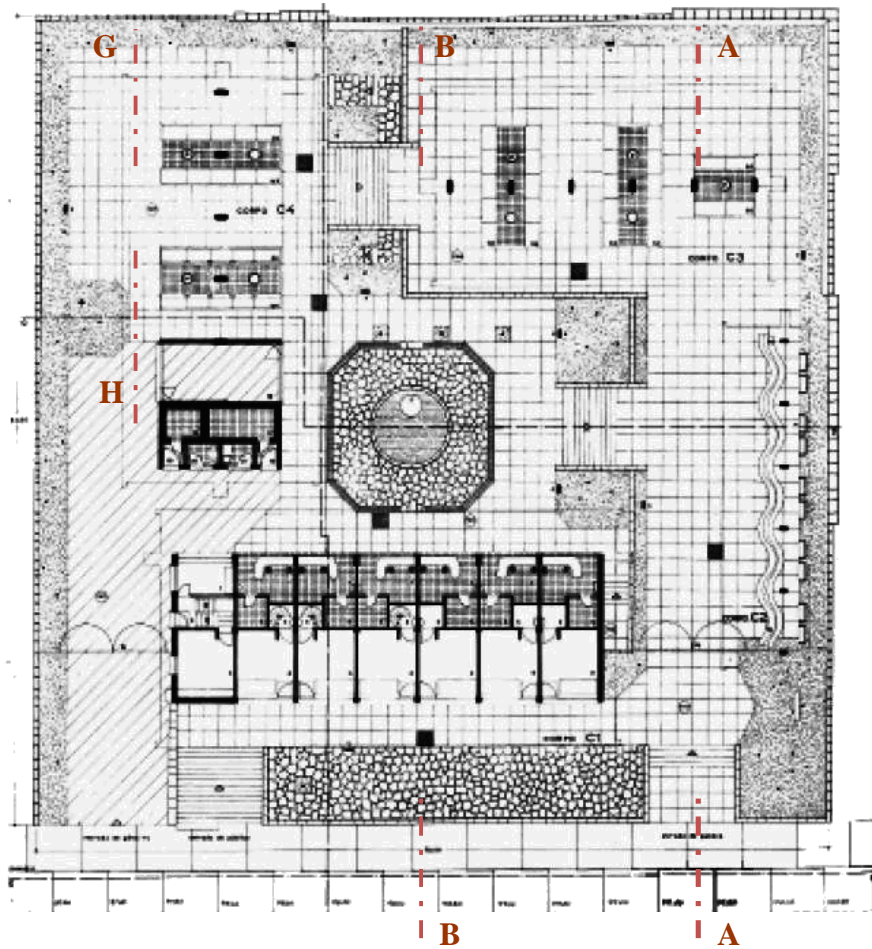


Figura 7.47 – Mercado Municipal de Fernando Távora. Planta geral (Trigueiros, 1993).

No projecto é possível perceber a ideia de criar um “*lugar em diálogo com o sítio e o castelo*” a partir do aproveitamento da morfologia do terreno, da inserção no contexto, definindo para o mercado uma frente de características urbanas, elevada sobre a plataforma em terraço com frente para a rua dos Descobrimentos, e acolhendo um conjunto de lojas.

Apesar da construção parecer e estar dentro dos paradigmas do movimento moderno, na sua concepção e organização global, ordenando-se em torno de uma fonte e o pátio, representa uma manifesta libertação dos princípios rigorosos dos CIAM (Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna), propondo antes uma expressão de espaço aberto de acolhimento que respeita o espírito presente do local (Tostões, 2001).

A reabilitação urbana e o desenvolvimento das cidades
As intervenções no centro histórico de Santa Maria da Feira

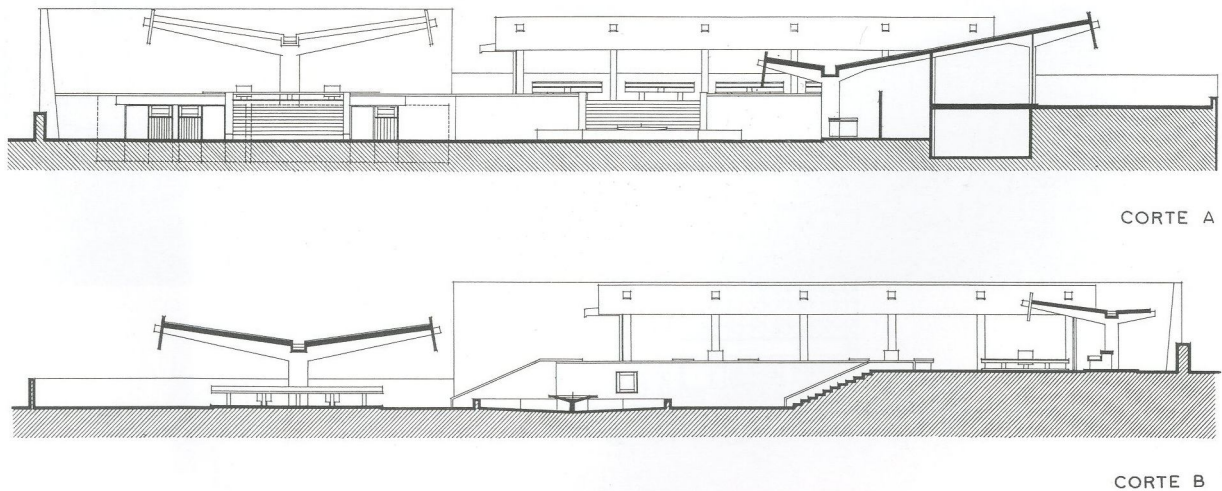


Figura 7.48 – Mercado Municipal de Fernando Távora. Cortes A-A e B-B (Público, 2011).

Este conjunto é constituído na sua arquitectura por elementos regionais e tradicionais, mas com uma arquitectura de traçado nitidamente moderno. Como estrutura de um mercado o projecto pretende que a população local e a actividade de comércio possam ser desenvolvidos de uma forma mais moderna e actual face ao comércio desenvolvido no lugar da feira próximo. Este conjunto arquitectónico encontra-se em vias de ser classificado como património municipal.

Actualmente acolhe ainda a realização da feira do mercado e é o espaço privilegiado para a realização da viagem medieval com o mercado do espaço árabe. No âmbito do processo de qualificação será previsível que o mercado seja sujeito a obras de reabilitação que se considera urgentes, dado o estado de degradação e de abandono em que se encontra a nível das infra-estruturas e das estruturas que compõem o edifício do mercado, arranjos exteriores e o estado de abandono geral que se observa, de que os pormenores dos mosaicos da Figura 7.46 ilustram.

Apesar da alteração dos hábitos de consumo da sociedade, este local continua a ser muito frequentado pela população para trocas comerciais e convívio social e é uma estrutura fundamental na realização da Viagem Medieval.

A reabilitação urbana e o desenvolvimento das cidades
As intervenções no centro histórico de Santa Maria da Feira

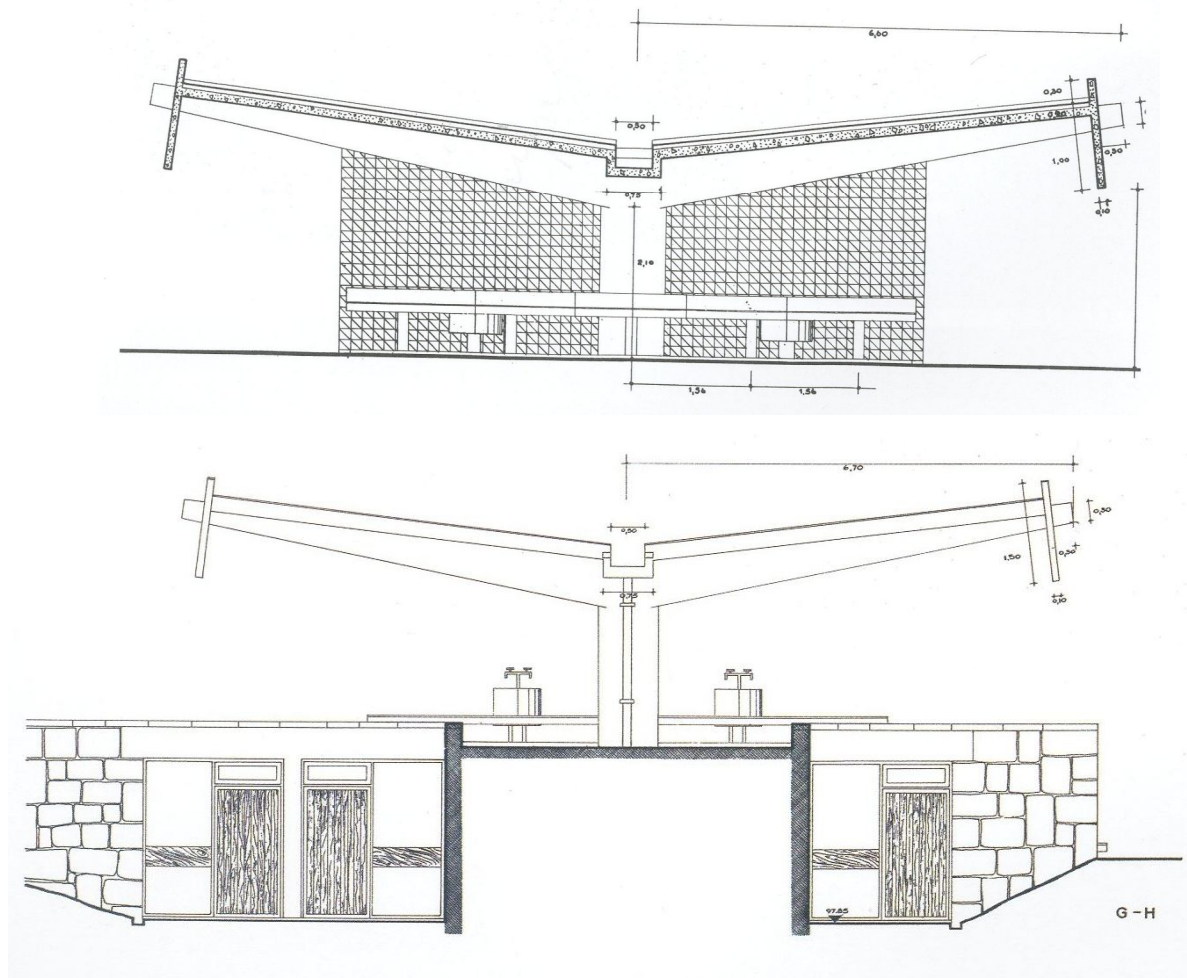


Figura 7.49 – Mercado Municipal de Fernando Távora. Cortes (Público, 2011).

7.4.6 - A biblioteca municipal

A biblioteca da Santa Maria da Feira é uma construção recente que se insere de forma estratégica, mas delicada, numa paisagem natural privilegiada na cidade. A Biblioteca Municipal de Santa Maria da Feira é uma das maiores do país, sendo a única representante portuguesa na rede das bibliotecas modelares reconhecidas pela UNESCO. Este edifício possuiu jardins e espaços exteriores enquadrados com a cidade e que abraçam perfeitamente o espírito da reabilitação que foi efectuada no centro histórico, podendo dizer-se que é um seu prolongamento dada a sua proximidade deste e os motivos que enquadram esta infraestrutura. Localiza-se na fronteira com o centro histórico e materializa uma união exemplar entre a cidade antiga e a modernidade.

Todo o recinto da biblioteca está intimamente ligado à cidade e às suas origens através dos inúmeros jardins e áreas verdes e de muros de pedra que se prolongam em alinhamentos lineares para dentro da cidade (Figura 7.50)

Perante este edifício pode-se afirmar que através da conjugação do meio, da forma e da função é possível a nova arquitectura reinventar a cidade histórica e a nova arquitectura, que passa a ser também património, passa a associada às novas possibilidades que cria na cidade, influenciando de forma muito significativa todas as pré-existências.



Figura 7.50 – Biblioteca de Santa Maria da Feira, localização e vistas gerais.

Assim pode dizer-se com base neste caso, que as intervenções mais interessantes podem resultar precisamente no âmbito da inserção de novos elementos modernos que são introduzidos em meios construídos com existências de centenas de anos, indo-se ao encontro do espírito da Carta de Veneza (1964).

7.5 - As intervenções realizadas nos espaços públicos de largos e praças

No sentido de gerir os fluxos de pessoas e meios de transporte individuais, dividiram-se e organizaram-se os percursos às funções associadas aos arruamentos e às praças existentes no centro histórico. Assim o projecto de requalificação e reabilitação desenvolveu-se num modelo simples e de percepção espontânea na relação destes elementos, em que as praças são elementos com funções de áreas e pontos de referência fundamentais.

A identificação de elementos morfológicos do espaço público pressupõe conhecer quais as diversas partes e a forma do modo como essas partes, sejam ruas, praças, jardins, se estruturam e organizam nas distintas escalas. Sendo as leituras e composições urbanas essencialmente arquitectónicas é possível também aplicar ao espaço urbano os mesmos métodos interpretativos da arquitectura (Cullen, 2004).

Na idade média a construção da cidade e o desenho das praças está na maioria dos casos subordinada à organização dos largos exteriores das catedrais ou das igrejas e situa-se na proximidade destas construções. Na renascença verifica-se a manifestação da arquitectura do espaço urbano que não apresenta apenas a função de espaço aberto de realização feiras mas destina-se também a ser visto e conter a função de estar dos cidadãos. Aparecem algumas das características de arquitectura urbana e de cenário como são as fontes, chafarizes e jardins. Estes espaços do percurso urbano adquirem um significado e passam a fazer parte da arquitectura das cidades, acrescentando novos cenários ao espaço urbano. Da mesma forma o solo é desnivelado e trabalhado a três dimensões e são criados elementos que marcam pontos singulares no espaço, como por exemplo torres sineiras, esculturas, grandes fontanários e obeliscos. Estes elementos tiveram um vocabulário e sintaxe que atingiu o auge na fase do barroco. Nas praças que foram intervencionadas em Santa Maria da Feira verifica-se uma composição de desenho com recurso a estes elementos.

Nas praças ocorre sem dúvida o que se pode designar por uma “*arte do relacionamento*”, uma vez que se reúnem um conjunto de elementos para criar um conjunto de ambientes específicos, desde os edifícios, ao tráfego automóvel e circulação humana e ao desenho da praça com diversos painéis urbanos de proximidade, de forma ao conjunto desses elementos

despertarem emoção e interesse nos passeantes, resultante de um enorme empreendimento humano.

A praça reúne assim a manifestação do desenho urbano como espaço público de significado essencial, de qualificação e significado funcional. As praças agrupam diversas funções e apresentam temas na sua composição que resultam também da presença dos edifícios que as delimitam e das suas funções, tais como de adro de igreja, cinema, restaurantes, espaços de estar, hotel, a câmara municipal, serviços de telecomunicações e correios, actividades comerciais, transportes públicos e serviços de saúde, referindo por isso (Ressano, 2007) que *“A tipologia edificada determina a forma urbana e a forma urbana é condicionadora da tipologia edificada, uma relação dialéctica.”*, sendo também através dos edifícios que se constrói o espaço urbano dos centros históricos e este se define como forma.

Os espaços públicos são os locais privilegiados de encontro para o desenvolvimento da vida urbana e por isso devem ser explorados e potenciados nas suas características. Deste modo *“Uma praça pressupõe uma vontade delineada pela elaboração de um desenho, de uma forma e de um programa. Se a rua como seu traçado é um local de circulação, a praça é um lugar intencional de encontro e de permanência.”* (Ressano, 2007).

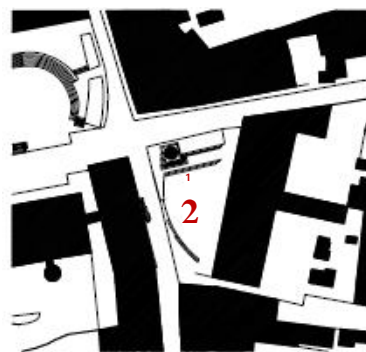
A geometria de uma praça pode variar de forma podendo-se assumir como um quadrado, um triângulo, passando por círculos, elipses, paralelogramos regulares ou irregulares. No caso das praças em estudo de Santa Maria da Feira tem-se diversos desenhos como se verifica na Figura 7.51. A definição de praça nesta cidade envolve uma estreita ligação entre o espaço público e o edificado, criando locais na expectativa de serem preenchidos por pessoas e actividades, rodeado com os edifícios e as suas fachadas, criando o cenário urbano característico de cada praça.

Mas na composição o cenário das praças, a relação do edifício com o espaço urbano processa-se através do desenho da fachada, e é através deste desenho que os edifícios comunicam com o espaço urbano assumindo assim uma importância enorme na imagem da praça. São as fachadas que vão exprimir e permitir inferir as características dos edifícios, tais como os programas, funções, organização, as características e linguagem arquitectónica das praças e arruamentos, ou seja o conjunto de elementos que irão moldar a imagem da cidade. Aqui o

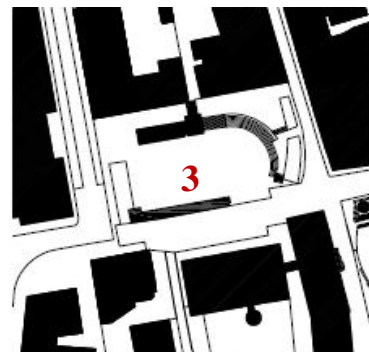
conjunto dos edifícios adquire um poder de atracção visual intenso devido à diversidade de arquitecturas e épocas e funções que é possível encontrar principalmente nas frentes de praças porque são locais que convidam de forma mais imediata à contemplação (Candeira, 1999).



1 - Praça do Rossio



2 - Praça da República



3 - Largo Dr. Gaspar Moreira

Figura 7.51 – Localização e formas das diversas praças em Santa Maria da Feira.

Logo, na análise da composição de uma praça verifica-se que há a presença de edifícios que se comportam como objectos de destaque e que moldam a imagem da praça, em que há uma intenção de um esforço de comunicação estética entre o edifício e o espaço urbano, alterando a métrica e os ritmos da fachada, distinguindo o desenho da cidade tradicional da cidade moderna (Zevi, 2004).

Um lago, chafariz, plataformas desniveladas, elementos de desenho no pavimento, estrutura verde, constituem, entre outros componentes, elementos identificáveis na estrutura urbana de uma praça. São elementos que servem para composição do desenho urbano e permitem definir e organizar o espaço, podendo estes aspectos ser verificados nas praças da cidade que foram reabilitadas da cidade de Santa Maria da Feira. Um traçado pode ser definido tanto por um alinhamento de árvores como por um alinhamento de edifícios ou um desenho executado no pavimento com diferentes materiais. Assim o desenho do espaço não tem apenas duas componentes ou níveis de trabalho, o espaço e o edificado, mas ambos elementos no mesmo desenho de conjunto.

Desses elementos o mobiliário urbano é fundamental podendo ser constituído por elementos que mobilam e equipam as praças tais como o banco, o chafariz, o cesto dos papéis, o candeeiro, o marco do correio, a sinalização, etc. ou já com dimensão de construção como o quiosque, o abrigo de transportes, o abrigo do engraxador, e outros, existindo todos estes elementos nos exemplos apresentados. O desenho e disposição deste equipamento é de grande importância para o desenho da praça e a sua organização para a qualidade do espaço e comodidade, principalmente os inúmeros e característicos assentos dispostos para que se possam formar pequenos grupos para conversar (Cullen, 2004). Nas praças existe ainda outro tipo de “mobiliário” como os anúncios, montras, reclamos, luzes e iluminação pública que caracterizam não a praça física mas a praça económica.

A praça funciona em constante movimento, no entanto consegue produzir espaços de estar encantadores, não de isolamento físico mas de isolamento espiritual, onde se descansa o corpo e se observa a paisagem construída e a paisagem humana que se move em velocidade. A praça opera assim um espaço que pode ser uma pausa, um novo fôlego ou um ponto de reflexão mas sob o manto do mundo que corre no ecrã urbano ou seja não nos é possível o alheamento total mas sobra ainda espaço para a reflexão.

Um passeante, utilizadores frequentes e mesmo o turista, consegue viver uma praça num ambiente que não se encontra seccionado por fronteiras rígidas, mas, no entanto, elas existem. São subtis, actuam ao nível da mente na medida em que há uma independência de funções e de atitudes, atitudes impessoais entre grupos, que a praça obriga a que ocorram, nas situações

de quem passa numa viatura automóvel, ou de quem passa a caminhar ou quem está simplesmente sentado. São situações físicas que conduzem a percepções totalmente diferentes, situações entre “interior” e “exterior” que numa praça é possível experimentar. A moldura urbana contribui ainda, com a sua diversidade para se conseguir estas sensações de vivência. Para a ocorrência destas sensações não é alheio o traçado que foi adoptado na reabilitação das praças em Santa Maria da Feira.

7.5.1 - Praça do Rossio e largo do Convento

A praça do Rossio e o largo do Convento, actual praça de Luís de Camões, situa-se a sul da cidade, na zona de transição entre a parte edificada e o parque envolvente do rio Cáster e do castelo. Constituiu o principal centro da cidade como local de realização de feiras e de concentração de pessoas nos eventos culturais.



Figura 7.52 – Praça do Rossio e rua Dr. António Castro Corte Real na década de 1930 e largo do Convento e rua Dr. Roberto Alves na década de 1970 (BMCMF, 2011).

Topograficamente a praça desenvolve-se num plano sensivelmente de nível e encontra-se rodeada no lado norte pelo alinhamento dos edifícios do início do século XX e onde se distingue um antigo palacete com frente para a rua Dr. António Castro Corte Real, a este pela igreja e convento dos Lóios, a sul pelo parque e jardins e a oeste pelo limite do parque e do rio Cáster.

O Rossio foi reabilitado e remodelado para receber a feira mensal, a antiga e popular Feira designada dos 20, tornando-se mais atraente e funcional. Com a reabilitação da praça

melhorou-se o mobiliário urbano e a sinalética existente, assim como foi reformulada a iluminação pública de todos os locais com intervenção. Com a remodelação alterou-se também nesta zona da intervenção a postura do trânsito.

Para esta praça o projecto de reabilitação teve em conta as diversas funções que esta exerceu até ao final do século XX, principalmente a realização de feiras comerciais e local central de eventos culturais de maior dimensão. Durante décadas a praça serviu como principal zona de parque automóvel no centro da cidade. Depois da análise das funções e das condições de ordenamento da circulação e estado do pavimento, foi proposto melhorar todo o pavimento da praça, alterar algumas das condições físicas desta praça.

Contrariamente a outras praças que foram reabilitadas, na praça do Rossio foi decidido manter todas as características principais que definem este lugar, procurando-se respeitar o diálogo permanente com a sua história, bem como o conceito urbano que nesta está presente como lugar de realização de eventos comerciais e de centro. Previamente à reabilitação desta praça, esta encontrava-se constantemente repleta de veículos e apresentava um desenho desordenado e mesmo abandonado (Figura 7.56).

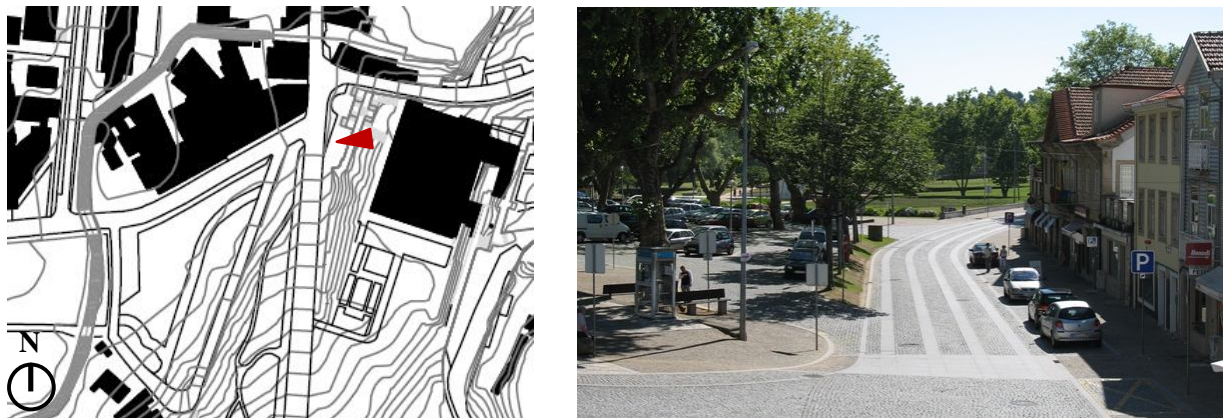


Figura 7.53 – Localização e vista da actual praça do Rossio (BMSMF, 2012).

No projecto de reabilitação da praça do Rossio foram aplicados os mesmos conceitos gerais observados para os arruamentos. Foi intenção reordenar a antiga praça, não se pretendendo criar um espaço radicalmente diferente. Para o projecto de remodelação da praça foi tida em conta, pela análise física do local, o desnível anteriormente existente entre o seu pavimento e a rua Dr. António Castro Corte Real, que foi muito suavizado (Figura 7.53).

Devido à pequena variação, mas significativa em termos funcionais para os peões, das cotas entre esses diferentes espaços de circulação, e a necessidade de garantir a utilização desta praça como uma zona de realização de feiras, de encontro e de passeio e, principalmente, de local para a realização de eventos culturais com aglomeração de grandes grupos de pessoas, foi necessário nivelar estes dois espaços.



Figura 7.54 – Vista do chafariz e de beiral em azulejos em edifício no largo do Convento.

Na Figura 7.55 pode ver-se a ligação da praça com os arruamentos que para esta convergem, a presença do rio Cáster e o denso arvoredado original que foi preservado e também reabilitado com novas plantações de árvores.

A praça encontrava-se coberta de árvores sendo quase todas plátanos e tílias. Foi decidido preservar a densa cobertura de árvores existentes na praça para o que foi realizado o levantamento da dimensão dos troncos e da copa das árvores pré-existentes tendo-se dimensionado as caldeiras em função destas pré-existências, resultando um desenho final em que as caldeiras ficaram projectadas com diferentes dimensões (Figura 7.58).

A reabilitação urbana e o desenvolvimento das cidades
 As intervenções no centro histórico de Santa Maria da Feira



Figura 7.55 – Planta geral da praça do Rossio (CMSMF, Departamento de Urbanismo, 2011)

Não foram realizados todos os bancos que estavam inicialmente previstos porque se preferiu que este espaço realizasse uma área mais desimpedida e que facilitasse a circulação de pessoas, sem impedimentos durante os acontecimentos mais relevantes. Na pavimentação da praça foram aplicados os mesmos materiais com que foram executados os arruamentos, ou seja cubos de granito de diferentes cores, desenho de alinhamentos em placas de granito e para os passeios envolventes foi aplicado micro-cubo de granito amarelo com as passadeiras desenhadas por blocos de calcário (Figura 7.57).

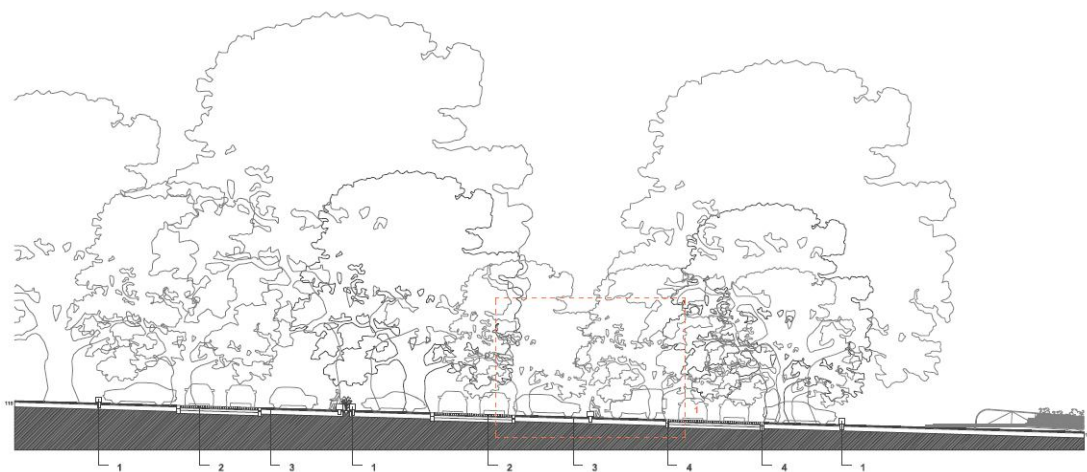
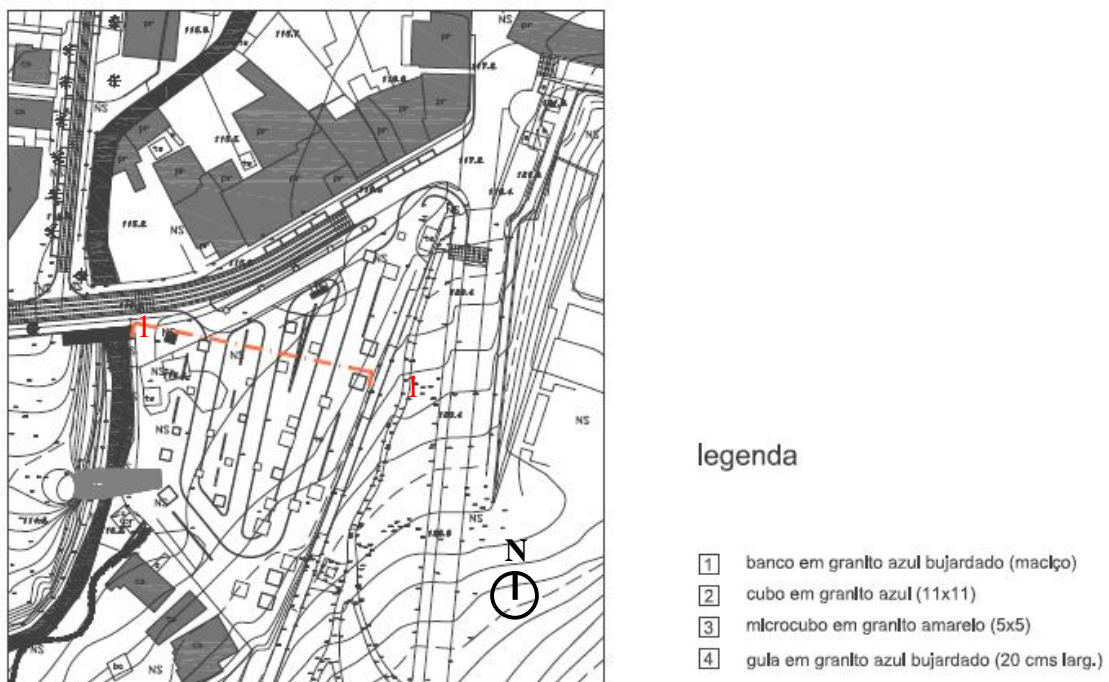
A proposta considerou também a redefinição dos percursos, as zonas de estar, de encontro e de permanência, através da valorização dos pavimentos e equipando os espaços com mobiliário urbano atractivo e funcional. Com esta reabilitação procurou-se criar um *“espaço público urbano capaz de gerar capacidade para os movimentos e fluxos de pessoas fundamentais a uma efectiva vivência do espaço urbano, principalmente durante a ocorrência de eventos, como a festa das Fogaceiras e a Viagem Medieval”*, sendo esta via uma das que mais utilização apresenta apesar da sua reduzida largura e capacidade (CMSMF, 2011).



Figura 7.56 – Vista do rio Cáster e da praça do Rossio previamente às obras de reabilitação.

Nas praças o solo e o pavimento, e o seu desenho, são elementos de grande importância na definição do espaço urbano, mas também um elemento que pode assumir uma fragilidade e

sujeito a contínuas mudanças ao longo do tempo. Também na ocupação do espaço de uma praça poderá haver conflitos de interesses que disputam o solo do público espaço, tais como o uso para tráfego rodoviário, o uso pedonal ou simplesmente a presença do espaço de estar e lazer. Na Figura 7.56 é possível visualizar a natureza caótica preexistente deste espaço assim como o desordenamento do espaço confinante com o rio Cáster, situação que pode ser comparada com as melhorias significativas que na Figura 7.53 se representam após a reabilitação deste espaço.



Corte transversal 1 – 1

Figura 7.57 – Praça do Rossio, desenho geral em planta e corte (CMSMF, 2011).



Figura 7.58 – Praça do Rossio e levantamento geral das árvores e dos perímetros dos troncos pré-existentes (CMSMF, 2011).

7.5.2 - A Praça da República

A Praça da República é uma das mais antigas da cidade e ao longo da sua existência conheceu muitas designações e funções. Também ao longo dos anos sofreu diversas alterações, devido a

escolhas urbanísticas e alteração e remodelação dos edifícios confinantes. Esta praça começou por ter a denominação de Praça Velha, posteriormente em 1908 foi designada por Praça de D. Manuel I e desde 1940 designa-se por Praça da República. O acesso à praça pelo lado nascente, que corresponde à actual rua das Fogaceiras, foi até meados do meio do século passado uma entrada na vila muito importante. Esta praça é uma das mais interessantes da cidade pelas construções urbanas e elementos que contém. Pela análise da evolução da praça verifica-se que “... *da antiga praça tudo está reformado, hoje quase só resta o declive do seu piso e a memória de uma grandeza e nobreza.*” (Oliveira, 1968).

Na praça situam-se diversos edifícios salientando-se o dos paços do concelho, que também sofreu diversas reabilitações. Existiu também um pelourinho mas este foi retirado por motivos políticos quando da reforma do liberalismo em 1836 com razões que se terão devido a “...*por necessidade de alargamento ou por negligência*” (Silvina, 1985).



Figura 7.59 – A praça da República e os paços do concelho em imagem da década de 1930 (BMSMF, 2012).

Esta praça situa-se na proximidade de uma outra praça muito importante para a cidade que é o largo Dr. Gaspar Moreira e estabelece uma ligação muito importante como ponto de encontro da antiga rua Direita, actuais ruas Dr. Elísio de Castro e Dr. Roberto Alves (Figura 7.60).

Na análise dos dois espaços públicos a que corresponde a Praça da República e o Largo Dr. Gaspar Moreira foi de imediata percepção as capacidades que estes locais podiam oferecer, e que conferem a esta área da cidade características excepcionais, possíveis de produzir uma utilização e formas de vivência que antes da reabilitação não existiam e estavam desaproveitadas (Figura 7.61).



Figura 7.60 – Vista da praça da República na década de 1980, da zona a norte e do chafariz (CMSMF, 2011).

Em termos geométricos foi detectado nos estudos de valorização destas praças, como também nas ruas, dificuldades em transitar pelos diferentes percursos devido a acentuadas inclinações das praças, principalmente a existência de uma inserção de desproporcionada inclinação da rua Direita com a praça e principalmente a inclinação do pavimento da Praça da República (Figura 7.72), assim como a existência de passeios de largura muito irregular e degraus acentuados, o que tornava a circulação de peões perigosa aquando da concentração de elevado número de pessoas durante os eventos culturais.

Também, devido à acentuada pendente dos pavimentos desta praça observava-se mesmo uma tendência para o afastamento dos peões, sendo o seu aproveitamento, na fase que antecedeu a sua reformulação, efectuado quase exclusivamente como lugar para estacionamento automóvel, ou seja a praça já não era dos habitantes da cidade (Figura 7.61).

O chafariz existente na zona alta da praça (Figura 7.60 e Figura 7.61) é constituído por duas taças desenhadas com quatro bicas e tanque com base quadrada em degraus adaptada à inclinação do terreno. Este elemento encontra-se estabelecido na praça desde o ano de 1848, e julga-se que terá sido proveniente do centro do claustro do convento dos Lóios (Silvina, 1985).



Figura 7.61 – Aspectos da praça da República e da Rua Dr. Roberto Alves antes da intervenção (BMSMF, 2011).

Esta situação recorda situações que se passaram em outros locais, cidades e outros países. Giuseppe Tornatore, no filme “*Cinema Paradiso*” enquadra os problemas por que passaram os espaços das praças nos centros históricos e da sua diferente utilização ao longo do século XX. *Cinema Paradiso* é uma história de glorificação do cinema, mas também de todo o ambiente urbano que se desenvolve durante o século XX. Nesta metragem, conta-se a história de uma criança, Totó, que cresce numa cidade de província Giancaldo no interior da Sicília, na Itália. Nesta cidade desencadeia-se a vida de pessoas normais que viveram a evolução da cidade, e que representa a imagem do que se passou em muitas outras cidades europeias. A história de Alfredo o projeccionista, com o único cinema da cidade, do padre que corta todas as cenas de beijo dos filmes e do “louco” que aparece todas as noites na praça dizendo “*Mezza*

notte, la piazza é mia!". Desde os primeiros amores, do sonho e da poesia, assiste-se no final à demolição do edifício do Cinema Paradiso e, na cena final deixada por Alfredo para Totó, revê-se num rolo de película e que resume o tema do filme. A praça nunca mais foi a mesma, nem as pessoas também, depois da demolição do cinema para dar lugar a um centro comercial moderno, e o louco terá deixado de ser apenas um único.

Previamente à remodelação idealizada para a Praça da República foi desenvolvida uma vasta análise das características desta praça, na qual se estudou as condições físicas do local, a sua imensa história e o diálogo preexistente com o centro histórico, de que faz uma importantíssima parte. Para o projecto de remodelação da praça da República foi tida em conta, pela análise física do local, a acentuada inclinação do seu pavimento (Figura 7.59), devido à variação significativa de cotas no terreno, e a necessidade de garantir a utilização desta praça como uma zona de estar, de encontro, de passeio e, principalmente, de local para a realização de pequenos eventos culturais, com ajuntamento de grupos médios de pessoas. Na Figura 7.62 pode ver-se o projecto conjunto de reabilitação desta praça conjuntamente com os arruamentos e as outras praças próximas.

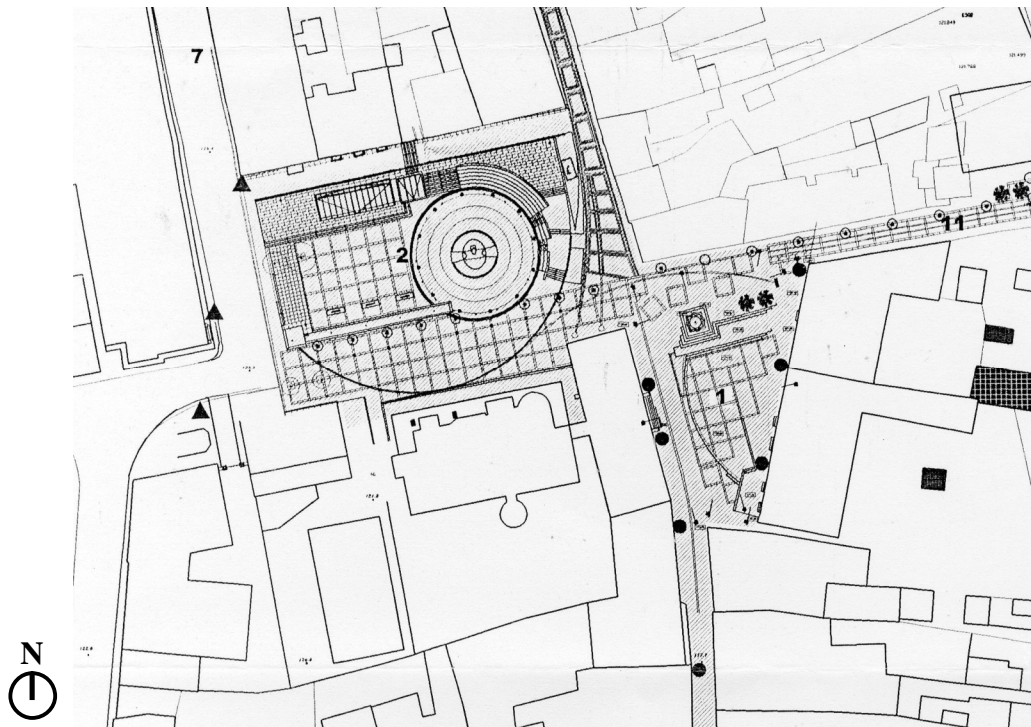


Figura 7.62 – Projecto de reabilitação e requalificação da praça da República (1), praça Gaspar Moreira (2) e inserção com a rua Direita e rua Dr. Roberto Alves (CMSMF, 2011).

A solução para a reformulação da Praça da República passou pelo desejo de conferir um maior nivelamento do seu chão.



Presença da água



O chafariz



Acesso nascente à praça

Figura 7.63 – Actual praça da República, planta (CMSMF, 2011) e aspectos da praça.

A solução encontrada para a praça da República definiu um conjunto de plataformas interligadas por pequenos lanços de degraus, permitindo igualmente pontos de acesso directo

à Rua Dr. Roberto Alves. Foram criadas três plataformas independentes mas interligadas entre si, as quais permitem transpor o obstáculo físico devido ao desnível da praça de uma forma mais cadenciada.

Realizou-se assim a regularização do pavimento no sentido poente-nascente, utilizando-se o material de cubo e micro-cubo de granito, guiado segundo o desenho ortogonal definido por guias de granito que interligam na sua composição e desenho com o Largo Dr. Gaspar Moreira (Figura 7.63). As duas praças ficam assim ligadas pela continuidade do desenho.



Equipamento urbano



Materiais do pavimento



Plataformas na praça

Figura 7.64 – Aspectos gerais da Praça da República após a requalificação.

Com a solução encontrada (CMSMF, 2011) pretendeu-se também criar um espaço que permitisse uma “*estrutura urbana cénica, de disposição composta por diversos palcos*” (CMSMF, 2011), “*e que estabelecem um enquadramento visual para toda a praça, atribuindo e valorizando os edifícios circundantes*”, particularmente ao edifício dos Paços do Concelho.

A reabilitação urbana e o desenvolvimento das cidades
As intervenções no centro histórico de Santa Maria da Feira



Figura 7.65 – Imagens de pormenor do chafariz da praça da República.



Figura 7.66 – Praça da República e imagem do Imaginarius durante o ano de 2005.

O chafariz existente na praça (Figura 7.64) foi desviado da sua posição inicial de modo a ficar enquadrado com o alinhamento definido da disposição da praça perante toda a envolvente. A configuração da praça passou a ter um conjunto de degraus ao longo de um perímetro que envolve a área central, numa relação directa com o chafariz e permite criar uma pequena praça com a configuração de anfiteatro que, para além do efeito cénico permite suavizar a diferença de cotas entre as zonas a norte e a sul da praça.

Para facilitar o acesso aos edifícios que se situam no lado nascente da praça, e que estão de frente para a Câmara Municipal, foi realizado um patamar numa extensão em cerca de metade da dimensão da Praça, desenho que permitiu reduzir o número de degraus para acesso às entradas dos edifícios. Este patamar está executado em lajeado de granito e remata todo o espaço da Praça num traçado que se vincula às linhas ortogonais projectadas para o pavimento (Figura 7.64).



Figura 7.67 – Imagem de utilização das plataformas da praça.

7.5.3 - Praça Dr. Gaspar Moreira

A Praça Dr. Gaspar Moreira situa-se em frente ao edifício da Câmara Municipal, projecto do arquitecto Viana de Lima, e estabelece ligação muito próxima com a Praça da República. Esta praça na sua configuração primitiva não permitia a realização de eventos nem a realização de

actividades de lazer por estar ocupada com equipamentos diversos que dificultavam a sua realização (Figura 7.68). Contudo esta praça ocupa uma área significativa no centro histórico e era um dos espaços públicos disponíveis de maior dimensão que necessitava de ser reabilitado e requalificado.

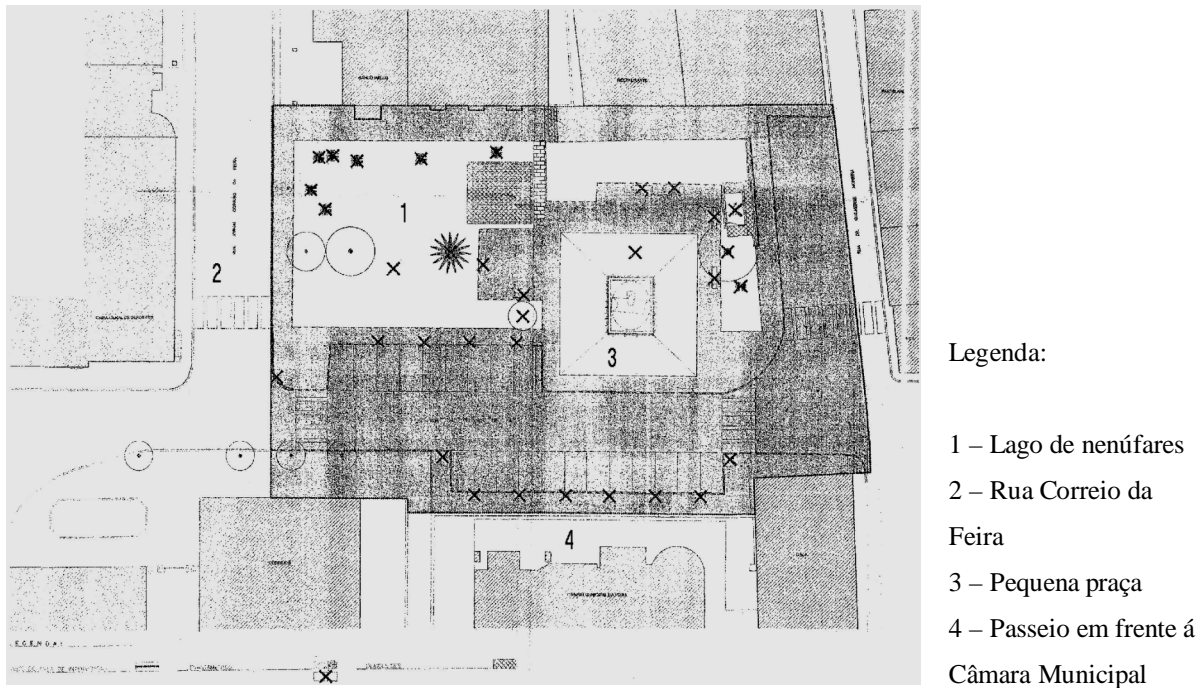


Figura 7.68 – Desenho pré-existente da Praça Dr. Gaspar Moreira (CMSMF, 2011)

A solução projectada para a remodelação da praça (CMSMF, 2011) procurou dotar este espaço com áreas de lazer e de espaço de palco para a realização de eventos culturais e recreativos. Deste modo no projecto que foi implementado evidenciam-se o anfiteatro, o bar e a zona de estar, o espelho de água, a área circular de maior dimensão e a área confinante ao edifício da Câmara (Figura 7.69). Estes espaços propiciam a capacidade da praça para a realização de diversas actividades em simultâneo, destacando-se os eventos de centenas de participantes durante o festival Imaginarius e principalmente durante a realização da Viagem Medieval.

Com o desenho implementado pode ocorrer em simultâneo espectáculos na área circular, com assistência na zona de escadas e de lugares sentados, e a presença de tascas com confecção de feiras de alimentação medievais na zona de esplanada, ao mesmo tempo que de frente ao edifício da câmara municipal se dispõem tendas de venda de feira e se forma

A reabilitação urbana e o desenvolvimento das cidades
As intervenções no centro histórico de Santa Maria da Feira

um corredor de visitantes em movimento permanente. Regista-se assim que a praça passou de uma situação de sub-aproveitamento para um espaço poli-funcional (Figura 7.69).

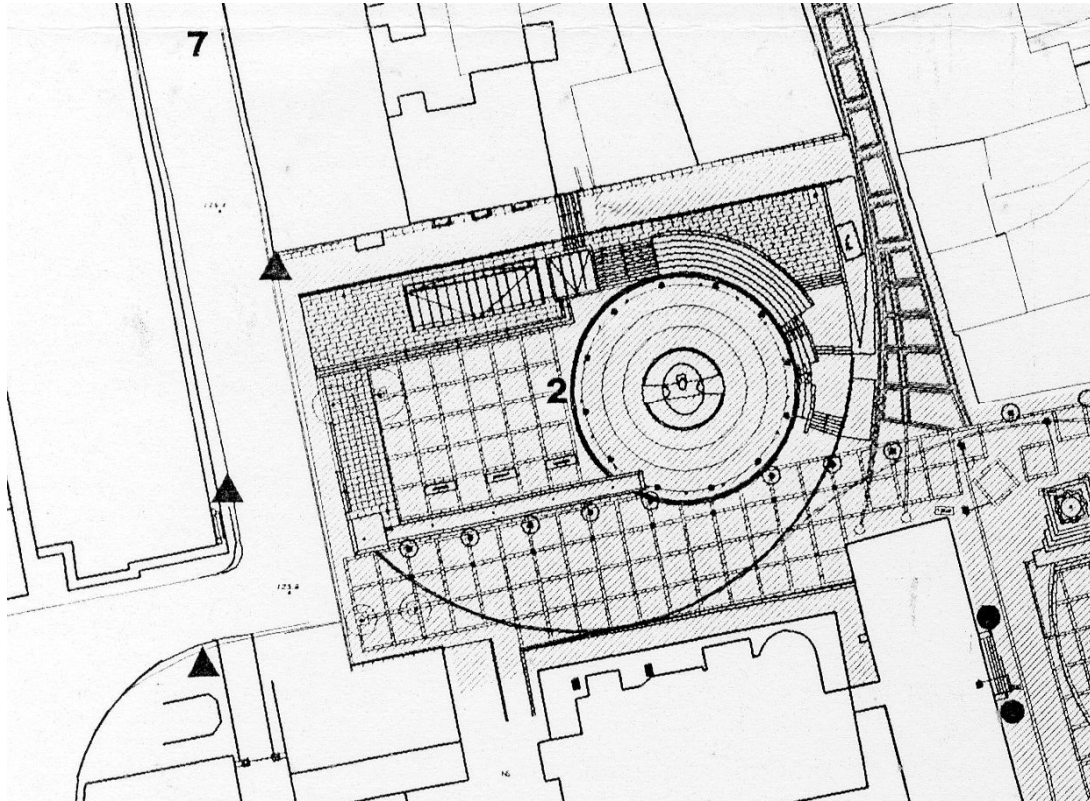


Figura 7.69 – Novo desenho da Praça Dr. Gaspar Moreira (CMSMF, 2011) e aspectos da praça reabilitada.

A estrutura do bar é composta por dois volumes que se interligam mas que possuem diferentes linguagens. Um volume é opaco e revestidos a ardósia, onde se encerram os serviços que faz o remate da cota alta da praça, e o outro é transparente e permeável e tem como base uma caixa de betão aberta em duas faces, onde recebe o bar e a zona de mesas, permitindo esta disposição uma relação directa entre a zona de serviço interior e a esplanada e as vistas sobre a praça e a cidade, conforme elementos de projecto (Figura 7.70).

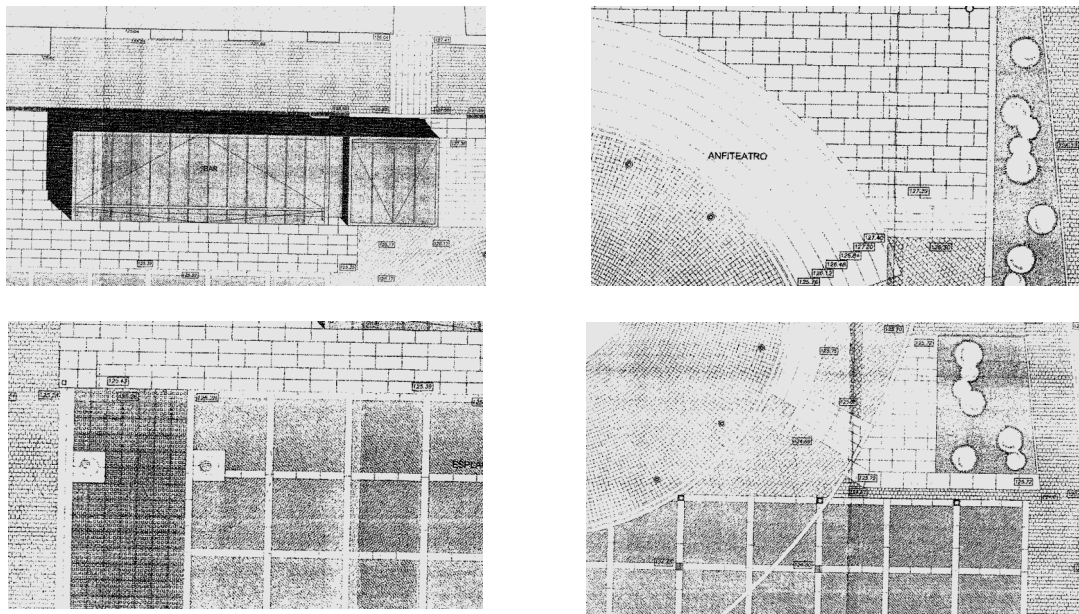


Figura 7.70 – Pormenores do novo desenho da praça Dr. Gaspar Moreira (CMSMF, 2011).

Deste modo o bar encontra-se numa relação volumétrica com toda a área envolvente ou seja na continuidade da cota de horizonte mais elevada da escadaria do anfiteatro ao ar livre e no pequeno jardim que delimita com a rua Dr. Belchior Cardoso Costa.

Tal como na praça da República (Figura 7.63), a remodelação projectada para a Praça Dr. Gaspar Moreira permite criar um local com potencial para mais ampla vivência pelos utilizadores, com a possibilidade de desenvolvimento de actividades de diferentes naturezas, podendo ser uma zona de estar em esplanada, espaço de animação e de espectáculos, zona de

passagem, passando a ser uma área aberta e directa à circulação pedonal e com pluralidade de desenvolvimento de funções.



Figura 7.71 – Edifício da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira do Arq. Viana de Lima.

No projecto de reabilitação e reformulação dos espaços públicos localizados nos centros históricos uma das principais preocupações deverá ser aquela que reflecte sobre o papel interventivo das pessoas no lugar e a forma como estabelecem aí a sua vivência. Estes podem ser desenhados para permitir amplitude visual, mas também como espaços que se apresentam confinados aos limites do próprio espaço de uma praça.



Figura 7.72 – A praça Dr. Gaspar Moreira durante a realização da viagem medieval em 2006.

Para esta praça foi adoptado um desenho do pavimento em que os materiais e as suas aplicações dão origem a uma matriz de guias de granito com interiores preenchidos a cubos do mesmo material. Este desenho situa-nos para uma extensão mais ampla dos arruamentos e das praças confinantes.

No entanto a geometria e o desenho desdobra-se pelas diversas funções que a praça tem atribuídas, estando esta na base de diferentes soluções. Esses requisitos são devidos às pre-existências, no caso a praça da República, aos remates com os passeios confinantes com esta praça e as situações propiciadas pelo desenvolvimento do projecto, como sejam todo o percurso originado pelo espelho de água, que estabelece uma passagem de feira comercial, e pelo *“anfiteatro circular com escadaria para os assistentes, constituindo e criando estes elementos um espaço cénico metafórico por si só, que modifica toda a imagem pré-existente sem no entanto apagar o passado e o significado deste lugar, mas utilizando uma linguagem contemporânea”* (CMSMF, 2011). A proposta realizada constituiu desta forma um pensamento sobre a presença do passado e a importância do tempo actual, deixando que todos, em comunicação permanente, mostrem as suas marcas.

7.6 - As intervenções realizadas na paisagem natural, jardins e zonas de parque

Os jardins e parques municipais situam-se principalmente na encosta que sobe até ao castelo e na sua área envolvente, na zona de parque do rio Cáster e no espaço envolvente do edifício do tribunal. Podem ser percorridos através de passeios e escadarias, estando sempre presente em todos estes espaços uma fonte ou um lago artificial e por vezes esculturas em bronze. Ao longo dos jardins aparecem bancos que são usados como lugar de descanso, podendo-se usufruir de toda a envolvente paisagística existente no parque e ao longo da Alameda Dr. Roberto Vaz de Carvalho.

7.6.1 - Os jardins e o parque envolvente do castelo

A quinta do castelo é um espaço de parque verde povoado de árvores imponentes. Desde há séculos que a quinta do castelo e toda a área envolvente é utilizada para usufruto dos povos que por aqui passaram e viveram, como o comprova os vestígios de construção de templos romanos e lusitanos no actual local do castelo (JFSMF, 1992).

A quinta, que actualmente se designa por Quinta do Castelo, pertenceu a uma família célebre, a família Brandão, mas acabou por ser comprada pelo estado. O conjunto da quinta encontra-se pouco estudado. Dispunha de um sistema de regadio que permitia irrigar a quinta, a designada nascente de Justas. Deste sistema ainda existem vestígios mas este encontra-se inoperacional. Permitia a rega de jardins, campos agrícolas e abastecia taças e lagos em jardins. Na quinta do Castelo encontra-se um jardim romântico com grutas artificiais e um lago construídos em 1916, que proporciona passeios pedestres ao longo dos trilhos existentes.

Pela análise topográfica da envolvente do castelo observa-se que é possível distinguir duas circunstâncias físicas que são a presença a cotas mais baixas de uma zona plana, marcadamente assinalada pela presença da Ribeira do Cáster e uma zona de encosta, por vezes de assinalável declive, mas também de áreas planas e clareiras, com preenchimento por frondosa e consistente arborização.



Figura 7.73 – Os espaços verdes de jardins e de parque na área do centro histórico.

A análise que esteve na base da intervenção pretendeu “*pensar e interpretar toda a zona envolvente com o objectivo de desenvolver um plano que permitisse comportar a realização de actividades culturais e recreativas de forma aprazível para os usuários deste espaço*” (Lopes, 2004). Deste modo, dado o carácter residual que a área envolvente apresentava, aquando da sua análise espacial e funcional, foi decidido desenvolver soluções com o objectivo de devolver este espaço para lazer da população e visitantes (Figura 7.75). Pretendeu-se com estas intervenções e conjuntamente com os projectos de revitalização do Centro Histórico da Cidade, a reunião das pessoas com este espaço histórico de referência, interligando-o mais fortemente à Zona Verde do vale do rio Cáster e à Mata das Guimbras, criando acessibilidade entre estes diversos espaços.

É nesta fronteira, entre o rio Cáster e a zona de declive para o castelo, que o centro histórico da cidade se dilui e termina, de modo quase abrupto, que se dá a passagem do construído para uma área em que os elementos da natureza se revelam logo na sua maior força, parecendo que se entra num mundo enigmático e nebuloso, sabendo de antemão que na continuação deste percurso por entre árvores enormes iremos deparar com a construção de um castelo único e enigmático. No projecto de reabilitação da área envolvente ao castelo a proposta avançada procurou-se definir o melhoramento e a consequente utilização destes espaços públicos. Para tal foi definido um conceito para a intervenção fundamentado na “*minimização da construção e na maximização das estruturas topográficas e ambientais existentes*” (Lopes, 2004). Na Figura 7.74 apresenta-se um esquisso com o conceito avançado para a proposta.

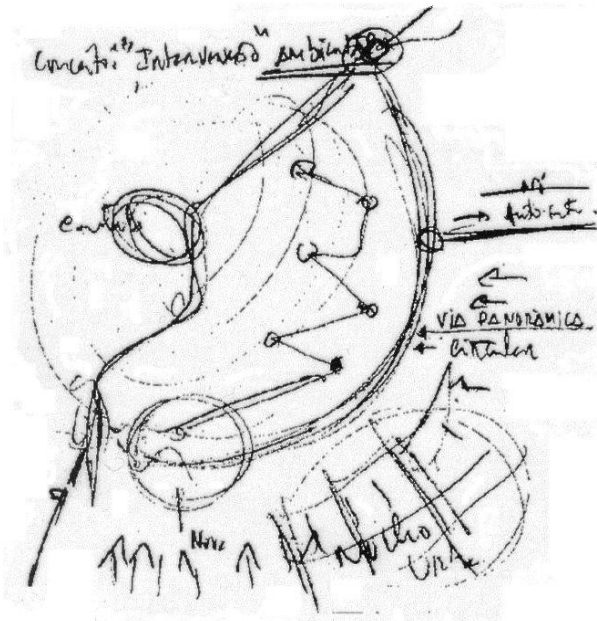


Figura 7.74 – Esquisso com o conceito da intervenção para a área envolvente do castelo (Lopes, 2004).

No programa preliminar zona entre o Castela e a Ribeira do Cáster (Figura 7.75) apresentado para a reabilitação e requalificação da área envolvente do castelo pode observar-se (Lopes, 2004) a valorização de construções existentes, nomeadamente a requalificação de fonte existente “(1), miradouro, chafariz existente e bancos (5), área de chegada ao castelo com auditório ao ar livre, miradouro, bar, quiosque, instalações sanitárias e parque de estacionamento (6), e a criação de espaços de estar e de lazer como área de refeições ao ar livre (equipamentos de mesas e instalações sanitárias) (2), zona para desporto ao ar livre (equipamento de balneário, instalações sanitárias, circuito de BTT, circuito de manutenção e bar) (3), albergue e parque de estacionamento (4) e área a cotas baixas com jardins temáticos, curso de água, áreas de repouso, etar, auditório ao ar livre, circuitos de manutenção física, campo de areia, balneários, instalações sanitárias, posto de turismo, parque de estacionamento, restaurante, bar e quiosque (J).”

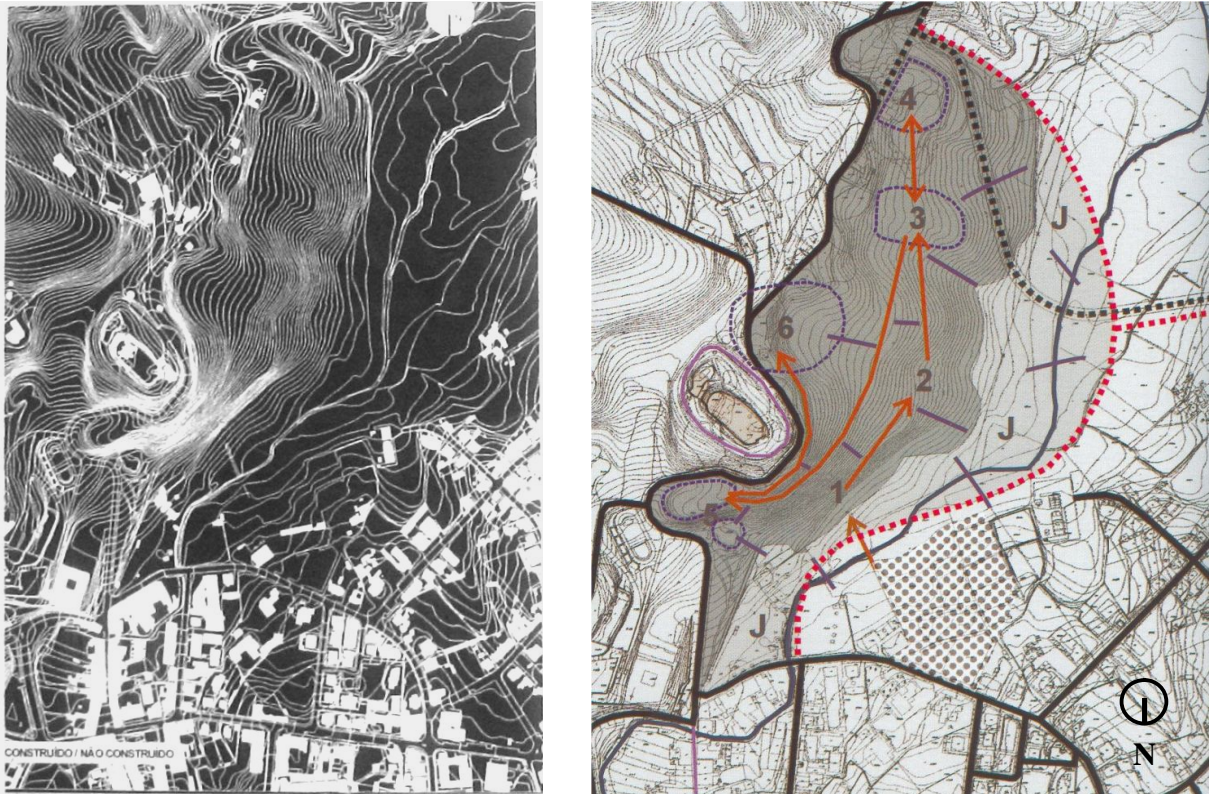


Figura 7.75 – Zona envolvente do Castelo com manchas do construído e não construído e projecto para o parque envolvente do castelo (Lopes, 2004).

Na análise topográfica foram tidos em conta os factores da topografia favorável e desfavorável, vias existentes, vias propostas pelo plano director, vias pedonais, ribeira do Cáster, áreas a requalificar, área de intervenção, zonas à cota baixa, zonas de encosta, estruturas construídas e áreas não construídas. A proposta do arranjo da envolvente do castelo procurou também ter em conta o facto da cidade realizar um conjunto de eventos dos quais se destaca a Viagem Medieval, com um dos pólos principais centrados no castelo. Pretendeu-se ainda estender o espaço de reabilitação à área envolvente do Convento dos Lóios e à zona do Cemitério, até à sua frente da rua Dr. Santos Carneiro, e à zona das piscinas municipais localizadas a poente do centro histórico.

De acordo com a memória do projecto, a procura em atingir estes objectivos passou pela “...criação e fixação de infra-estruturas que permitam produzir e suportar programas que despertem o interesse dos visitantes e que permitam uma organização dinâmica, incentivando a interacção entre o carácter urbano da cidade, mais precisamente da zona histórica mais próxima, e a natureza da encosta do castelo, de espírito enigmático, de bosque e de convite à descoberta.” (Lopes, 2004).

Para as zonas de maior declive, correspondente às zonas de encosta a ideia de base foi a de procurar “estabelecer um elo de ligação entre as estruturas construídas e o que é a natureza, através de ligação destas diferentes zonas por percursos de dois tipos” (Lopes, 2004).



Figura 7.76 – Reabilitação da área envolvente do castelo e parque, estruturas de apoio não criadas (Lopes, 2004).

Percursos principais que interceptam infra-estruturas de suporte de funções, que não foram realizados, e que teriam transformado o “*trajecto numa sucessão temporal de acontecimentos, através da criação de estruturas modulares, que se adaptariam ao terreno sem o alterar, para albergar algumas funcionalidades de apoio aos espaços envolventes do castelo, e percursos secundários que permitem vencer as grandes diferenças de cotas entre as diversas áreas de menor declive em que o elemento principal é a envolvência da zona de bosque e de parque*”. Esse tipo de estruturas de apoio encontram-se representadas na Figura 7.76 tendo-se optado para a sua realização os materiais ferro, vidro e a madeira, com que se pretendia conferir uma concordância formal e uma linguagem comum de carácter coerente e unitário a toda a intervenção (Lopes, 2004).

Próximo da área de intervenção no castelo destaca-se na zona baixa equipamentos públicos como as piscinas municipais, o Instituto ISVOUGA, edifícios religiosos importantes e a proximidade do centro muito importante de serviços e o comércio tradicional. Igualmente esta área envolvente, directamente relacionada com o castelo, foi também sujeita a trabalhos de reabilitação que se estenderam até ao parque do rio Cáster.

Assim a reabilitação e reformulação da área de pequeno declive envolvente ao castelo, em acordo com o conceito referido, e à semelhança da reabilitação do parque Cáster, procurou

propiciar aos habitantes da área urbana da cidade o uso de um parque natural, com desempenho de funções polivalentes, sejam para passeios pedonais, realização de eventos e zonas de estar e lazer. No projecto desta intervenção foram tidos em conta os percursos e locais de realização da viagem medieval, que manteriam com os equipamentos específicos desse evento uma relação de complementaridade.

7.6.2 - Parque envolvente do rio Cáster

A utilização de espaços verdes como espaços lúdicos e recreativos contribuiu para evitar o abandono da população urbana dos meios naturais, outrora produtivos para a agricultura, proporcionando um melhor enquadramento cultural e pedagógico. Os espaços de estrutura verde contribuem também para formar um quadro físico de uma grande parte das relações sociais ao ar livre, formando para isso lugares de parque urbano que potenciando a função social e ecológica do espaço verde e mesmo de educação ambiental envolvendo as comunidades.

A intervenção na zona verde de parque do rio Cáster teve como intuito fundamental tornar acessível aos cidadãos a oportunidade de se deslocarem até essa zona, um espaço único caracterizado pela sua beleza e que se pretendeu constituir um ponto de referência para a cidade. Na zona situada entre a cidade urbana e o rio foram dispostas obras de escultura que evocam a festa das fogaceiras. Na zona verde envolvente do rio Cáster, junto à casa do moinho e na praça do Rossio foram instaladas infra-estruturas que pretendem um melhor aproveitamento e rentabilização destes espaços, aquando das actividades de lazer ao ar livre e durante a realização de eventos culturais, sociais, desportivos e mesmo comerciais.

A recuperação do rio Cáster e sua relação com os aspectos históricos do local nomeadamente a existência e preservação de edifícios antigos, como o moinho hidráulico para fabrico de farinha, faz parte de um programa de integração da paisagem na vida da cidade de Santa Maria da Feira. A envolvente do rio Cáster foi e prevê-se que, ainda numa maior dimensão, venha a ser transformada num espaço verde com preservação da paisagem natural existente ao longo do rio como património natural da região.

O projecto foi realizado numa zona que foi recuperada e dotada de área verde de flora local, vegetação arbórea de características ecológicas específicas para o local, que permite zonas de estar, percursos pedonais e ciclo vias e curso de água devolvido ao antigo leito, ou quando muito em canal de muros de blocos de granito com margens de baixa pendente o que permite a protecção de eco-sistemas, procurando-se seguir o definido na Carta de Florença sobre a Salvaguarda de Jardins Históricos, ICOMOS (1981).

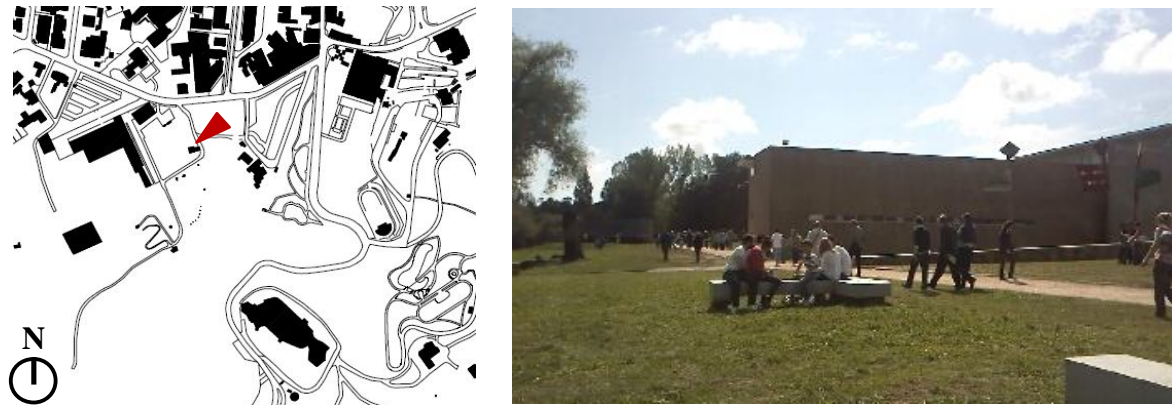


Figura 7.77 – O parque do rio Cáster e a utilização pela população.

Nesta carta é referido, no Artigo 6., que “A expressão “jardim histórico” é igualmente aplicável a pequenos jardins ou a grandes parques, quer sejam formais ou “paisagens”.” e no artigo 9. “A preservação dos jardins históricos depende da sua identificação e da sua classificação. Exigem diversos tipos de acções, nomeadamente de manutenção, de conservação ou de restauro. Em certos casos, pode ser recomendável a sua reconstrução. A autenticidade de um jardim histórico depende, em igual forma, do desenho e da escala das suas diferentes partes”.

Procurou-se o parque definir um plano que permita criar uma estrutura verde contínua, com maior superfície de contacto, e que acompanhe a topografia e tire partido das linhas de água principais. Para tal idealizou-se, principalmente, faixas de estrutura verde de continuidade e a criação de um parque urbano em ligação à encosta que sobe para o castelo e foi executado um aterro que permitiu nivelar as margens do Cáster com a rua dos Condes de Fijó. Há assim a apropriação do espaço pela comunidade originando o reforço da identidade e carácter da paisagem urbana e integração dos espaços verdes em corredores ecológicos, com continuidade física e ecológica.



Figura 7.78 – Esculturas urbanas no parque do rio Cáster durante a edição do Imaginarius de 2012.

Na base do projecto de requalificação está a ideia de tornar as margens do rio Cáster num espaço notável e de zona de ócio e tempos livres. O local da intervenção já está dotado de algumas infra-estruturas, como piscinas municipais, pretendendo o município no futuro valorizar ainda mais estes recursos naturais.

A necessidade de disponibilidade de áreas de expansão para realização dos eventos em Santa Maria da Feira, principalmente da Viagem Medieval, fomentou a criação de planos de reabilitação e revitalização, assim como de conservação das zonas verdes e urbanas envolventes aos locais da realização dos eventos, principalmente a requalificação e expansão do parque ao longo das margens do rio Cáster, no Largo do Rossio, nos jardins da Quinta do Castelo e em toda a área envolvente do Castelo.

Na zona ribeirinha do rio Cáster foi executada uma obra que permite um acesso fundamental, em que a antiga travessia de madeira que ligava o Rossio à zona verde envolvente do Cáster foi substituída por uma estrutura mista de metal e madeira (Figura 7.79).

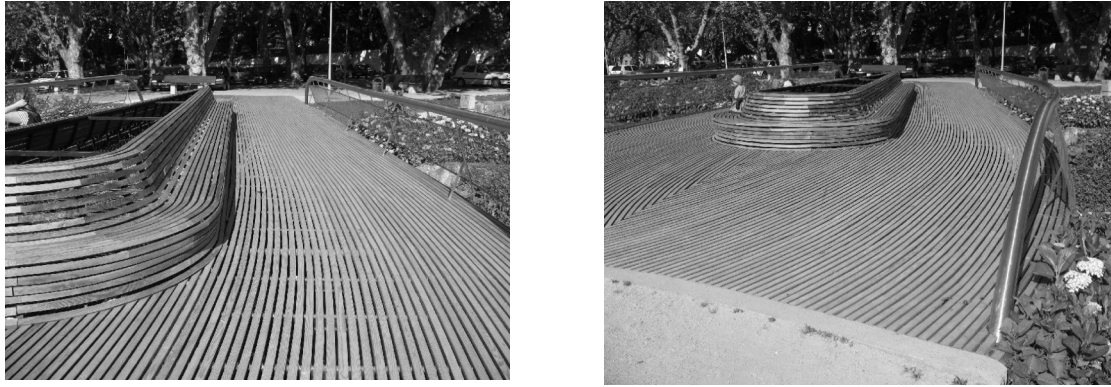
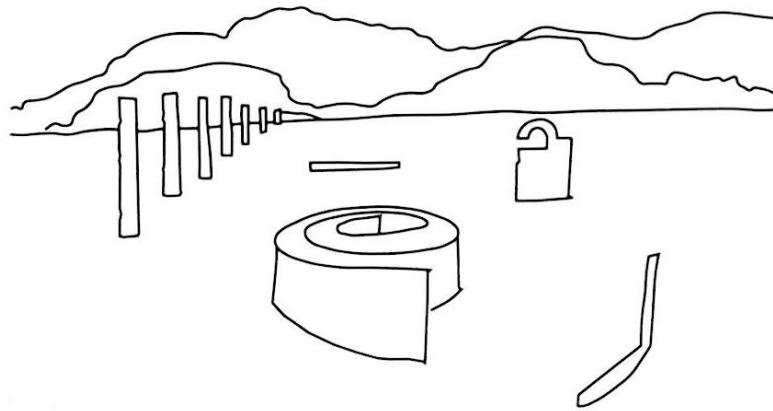


Figura 7.79 –Ponte pedonal que liga a praça do Rossio sobre o rio Cáster à zona de parque.

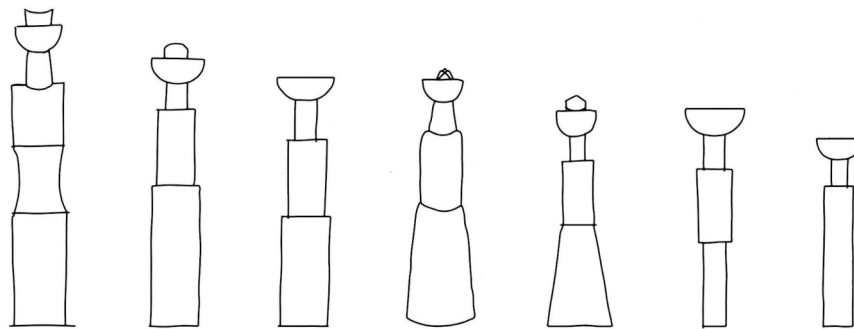
A zona de parque foi aumentada, zona que foi aterrada para permitir a continuidade do espaço viário e o espaço verde em direcção ao rio Cáster. O conjunto escultórico em homenagem à Festa das Fogaceiras é da autoria do escultor Chileno, Vicente Gajardo. Este conjunto resulta de um trabalho de dois anos de *atelier* presencial, desenvolvido e integrado no centro histórico. O monumento localiza-se no "Jardim das Esculturas", que é a designação adoptada para a zona das Guimbras, no Parque da Cidade junto ao rio Cáster.

A escultura é composta por 11 peças em granito português, de cores de branco, preto e cinzento. Nesta escultura sete meninas que seguem na procissão das Fogaceiras, as pás que levam a fogaça ao forno são transformadas em bancos para os instantes de descanso e o forno onde a fogaça é cozida. Segundo o escultor as esculturas foram concebidas “... *de forma a que as pessoas interajam com elas*” e que, em conjunto, “*representam o processo de vida do Homem*”.

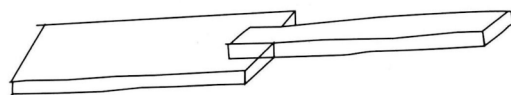
A reabilitação urbana e o desenvolvimento das cidades
As intervenções no centro histórico de Santa Maria da Feira



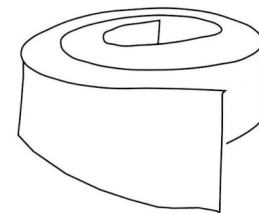
Perspectiva do Projecto Escultórico
do Escultor Vicente Gajardo



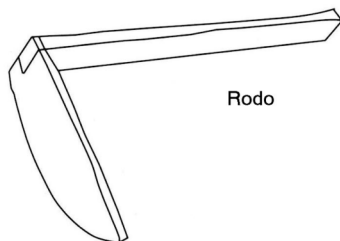
Fogaceiras



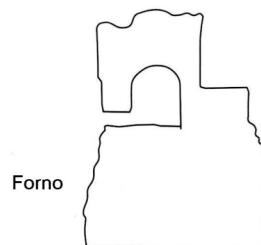
Pá de forno



Fogaça



Rodo



Forno

Figura 7.80 – Conjunto escultórico alusivo às tradições e festa das Fogaceiras (CMSMF, 2005)

Como refere Vicente Gajardo, o conjunto é representado por “... *sete esculturas simbolizam meninas que levam uma fogaça à cabeça e vão a caminho da igreja*”. As outras duas peças constituem a pá e o rodo, “*duas ferramentas domésticas usadas no fabrico da fogaça*” as quais, nas margens do rio Cáster, Vicente Gajardo transfigurou em bancos de grandiosas dimensões para desfrute da população.

Encontra-se também o forno, que estabelece o elemento mais possante do conjunto, “*se apresenta, de certa forma, como uma arquitectura com espaços interiores*”, e a fogaça que, devido a ser confeccionada com a forma inicial de uma espiral de massa, é interpretada através de uma espiral em granito e em que é possível percorrer dentro do seu interior. De acordo com Vicente Gajardo, a forma da espiral personifica em si “*todo o processo da vida*”, mas em que cada uma das demais peças identifique um elemento específico, “*as meninas correspondem à religiosidade, no forno encontramos o trabalho, nos bancos há o descanso e, na fogaça, o jogo*” (Melo, 2004).

No futuro projecto de expansão e requalificação do parque do Cáster, que se prevê venha a constituir uma área cerca de quatro vezes maior do que actual, e que se estenderá, num projecto com continuidade de montante para jusante, desde o centro histórico no Rossio até à estrada de Travanca, havendo a possibilidade de o estender até à costa do Atlântico. Trabalha-se num conceito de um parque abrangente e contínuo ao longo do espaço urbano que abrange mais do que o concelho da Feira.

O projecto de remodelação e reabilitação do parque do rio Cáster prevê uma área que será um espaço multifunções sem limitações físicas e diversificado nas suas futuras funcionalidades, com a criação de lagos e derivações do rio Cáster (Figura 7.81). Numa primeira fase de expansão do parque pretende-se:

- Percepção do parque como equipamento da cidade;
- Criação de espelhos de água;
- Tornar o espaço utilizável pela população para as diversas actividades a criar e colocação de serviços de apoio;
- Dotar o espaço do parque de áreas, localizadas estrategicamente, para estacionamento mínimo e evitar os acessos por rodovia de acesso ao castelo.

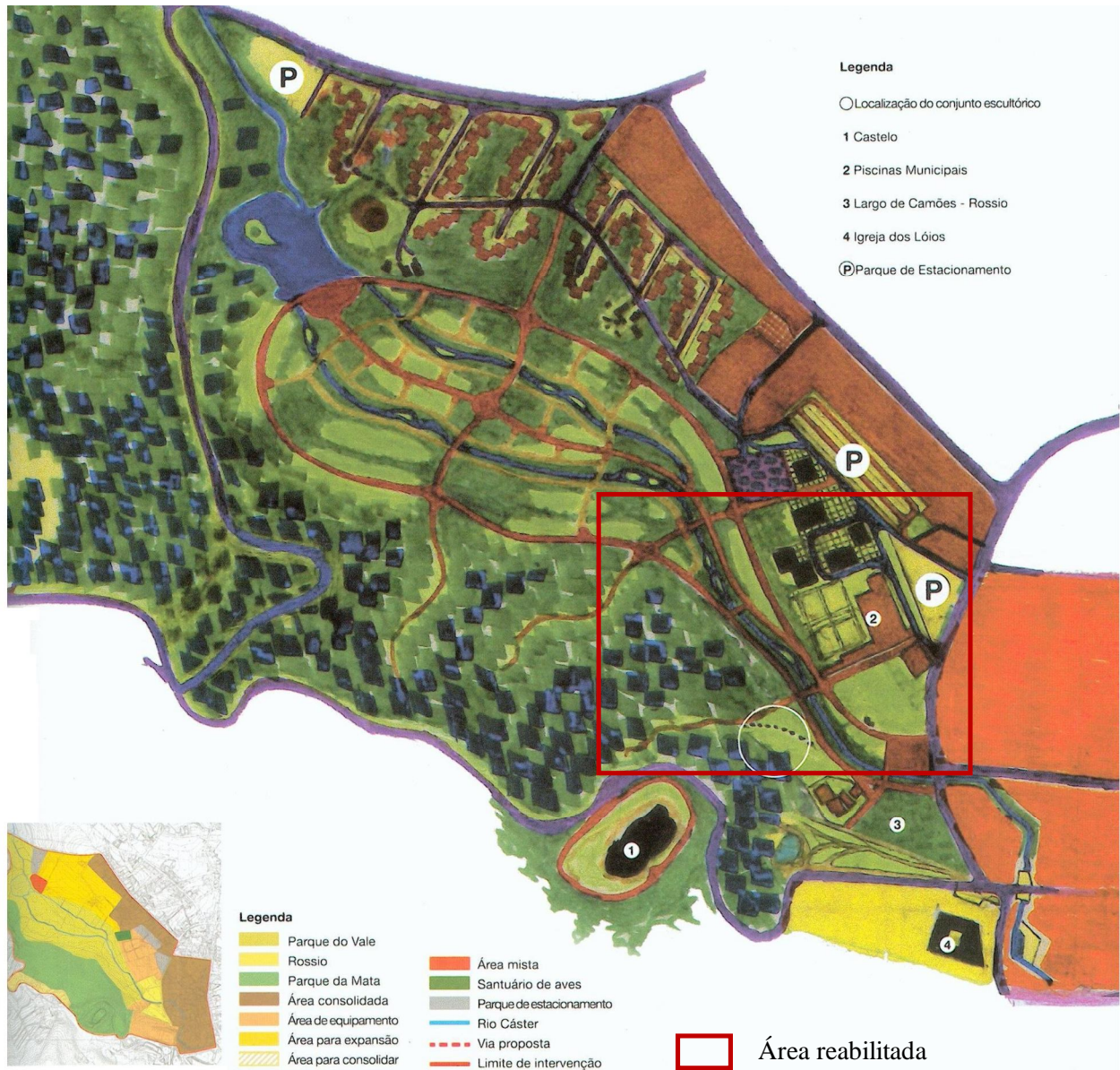


Figura 7.81 – Projecto de remodelação futura do parque do rio Cáster (CMSMF, 2005).

7.7 - A cidade após as obras de reabilitação e a requalificação e os principais resultados

Conforme refere (Lynch, 1960), a estrutura e identidade são elementos fundamentais na imagem da cidade. Na cidade de Santa Maria da Feira podem ser identificados os elementos que conferem identidade à cidade e que são o castelo, a paisagem de parque e bosque envolvente ao castelo, a praça central do Rossio e que faz a transposição entre a zona edificada e o parque, as igrejas, o rio Cáster, as áreas verdes, as casas históricas, as ruas

históricas e as actividades de comércio sendo o mercado municipal uma estrutura edificada singular e que reflecte todo o significado da cidade, e todas as interacções visuais entre estes elementos. Existem ainda outros elementos, embora mais singulares e discretos, mas que permitem construir a imagem e a forma da cidade como por exemplo os muros, os passeios, as fontes e fontanários, as escadarias e toda a área verde natural que envolve a cidade.

A qualidade da imagem da cidade e do meio ambiente é transmitida pela maior ou menor legibilidade da estrutura e identidade dos diversos elementos referidos e das inter-relações de elementos, a uniformidade que permite o sentido do todo, sendo todos estes elementos apoiados em pontos de referência local e visual.

A requalificação do centro histórico de Santa Maria da Feira correspondeu a um projecto de âmbito alargado e de grande extensão ao longo de todo o centro histórico da cidade, e que visou a reabilitação e requalificação do centro histórico, parque e zona do castelo e a zona ribeirinha do rio Cáster. No decurso da realização das intervenções de reabilitação e de requalificação arquitectónica e urbana que foram descritas observou-se que estas decorreram segundo princípios que pretenderam revitalizar o centro histórico da cidade de Santa Maria da Feira e também abrir a cidade ao exterior. Toda a requalificação do centro histórico veio potenciar a melhoria das condições naturais da paisagem de Santa Maria da Feira e aumentar o interesse na realização de vários eventos culturais ao longo dos meses de cada ano.

Como para a realização dos eventos na cidade, principalmente da Viagem Medieval e do Imaginarius pela dimensão que ocupam em termos de espaço e duração temporal ligando diversas áreas do centro histórico, através das ruas, praças e edifícios históricos, impôs-se que fossem recuperados os espaços que se encontravam abandonados para as funções que inicialmente detinham, dando lugar e originando lugares degradados e pouco funcionais, trazendo para a cidade e revitalizando áreas que estavam subaproveitadas e esquecidas do seu valor histórico. Paralelamente à reabilitação dos diversos espaços procedeu-se à remodelação das infra-estruturas existentes no subsolo, desconhecendo-se muitas das vezes as condições reais existentes, situações que muitas vezes se verificam nas zonas históricas.

Os projectos e os materiais utilizados visaram tornar as áreas do espaço público intervencionado mais nobres e acolhedoras. Pode-se referir que na intervenção efectuada se

constata que se procurou respeitar os locais de intervenção podendo-se referir os seguintes princípios gerais de intervenção:

- Nos sítios arqueológicos, como no castelo, adoptando uma filosofia minimalista no que respeita ao espaço arqueológico, em contraste com uma disposição de projecto mais forte na adaptação para os equipamentos de apoio, e valorização territorial enquanto se procede à recuperação de estruturas antigas para prestar funções de apoio.
- Nos conjuntos de ruas, praças, lugares, parques as intervenções funcionam como projectos integrados, havendo a sobreposição de valências tendo em conta a especificidade do património edificado e a valorização de toda a zona histórica e a concentração dos pontos de interesse em edifícios patrimonialmente importantes permite criar o efeito de objectos catalizadores para a experiência de valorização do centro histórico.
- Nas intervenções no património arquitectónico edificado foi efectuado o restauro crítico, respeitando o desenho e os materiais característicos e eliminando elementos dissonantes, e requalificação do interior dos espaços através de restauros e adaptação a novas funções, mantendo contudo a leitura e uma interpretação mais correcta dos espaços.
- Nos monumentos foi executado um plano global de revitalização e valorização e integração no conjunto e nos novos monumentos de arte urbana pretendeu-se representar a história e o encontro com a paisagem associada e a ligação através dos percursos exteriores.

Presentemente, o município da cidade de Santa Maria da Feira encontra-se com um processo de classificação pelo Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR) para classificação de sete edifícios, incluindo neste conjunto as igrejas dos Lóios e da Misericórdia e o Mercado Municipal.

Para além desses imóveis, estão também em vias de classificação pelo IGESPAR a Quinta da Murtosa, a Quinta do Seixal e a Mamoela de Vinhó. Para a Igreja da Igreja da Misericórdia, a proposta de classificação como Monumento de Interesse Público considera não simplesmente o templo religioso, mas igualmente a escadaria e chafariz. Também em processo de

classificação encontra-se o Mercado Municipal, como referido obra do arquitecto Fernando Távora.

As obras realizadas permitiram a realização de acontecimentos e eventos culturais na cidade de Santa Maria da Feira destacando-se a realização com periodicidade anual desde 1996, e durante cerca de 10 dias, a recriação em Santa Maria da Feira do evento da Viagem Medieval. Este evento permite rememorar o passado histórico de uma região que teve como centro de poder administrativo muito importante o burgo da Feira e o castelo, que era também na idade média um fundamental local de poder militar. Deste modo criaram-se espaços de estar e de convívio que permitem a utilização por inúmeros visitantes durante a ocorrência de eventos culturais e recreativos, conferindo-se a toda a área do centro histórico novas capacidades e polivalências, produtoras de uma nova imagem de vivência urbana.

De acordo com o estudo de (Oliveira, 2009), que é o documento mais recente que analisa em pormenor o evento da Viagem Medieval, o número de visitantes que esteve presente neste evento em 2001 foi de 139 521, sendo que 19% estiveram presentes em dias úteis da semana e 81% em dias de fim de semana. Destes visitantes cerca de 14 000 visitaram o castelo e cerca de 40 000 assistiram a eventos realizados no âmbito de Viagem Medieval, como concertos, jogos medievais e o torneio.

Assim ao longo dos anos a Viagem Medieval transformou-se no maior evento de recriação da história medieval do país e da Europa, e mais recentemente como referência internacional, fundamentalmente a nível europeu, atingindo uma participação em 2009 de mais de 500 000 visitantes. A Viagem Medieval apresenta um conjunto diferenciado e amplo de actividades de natureza histórica, cultural e recreativas, que se desenvolvem em áreas temáticas, em que o Castelo, sua área envolvente, centro histórico da cidade e zona envolvente do rio Cáster se tornam no palco privilegiado.

A realização dos eventos na cidade, principalmente da Viagem Medieval e do Imaginarius pela dimensão que ocupam em termos de espaço e duração temporal ligando diversos pontos do centro histórico das ruas, praças, edifícios e monumentos, trouxeram para a cidade e revitalizando áreas que estavam subaproveitadas e esquecidas.

Segundo (Melo, 2004), as artes de rua definem e contribuem para a projecção das políticas culturais locais, em que no caso de Santa Maria da Feira “*A Viagem Medieval configura-se como um evento identitário, uma espécie de imagem de marca conseguida através da qualidade da recriação histórica de espaços e episódios medievais, e que vem conseguindo, ao longo dos últimos anos, adquirir uma dimensão inigualável.*” Assim a realização do evento da Viagem Medieval projecta a imagem da cidade e do concelho para o exterior e há a dinamização efectiva do turismo e comércio local.

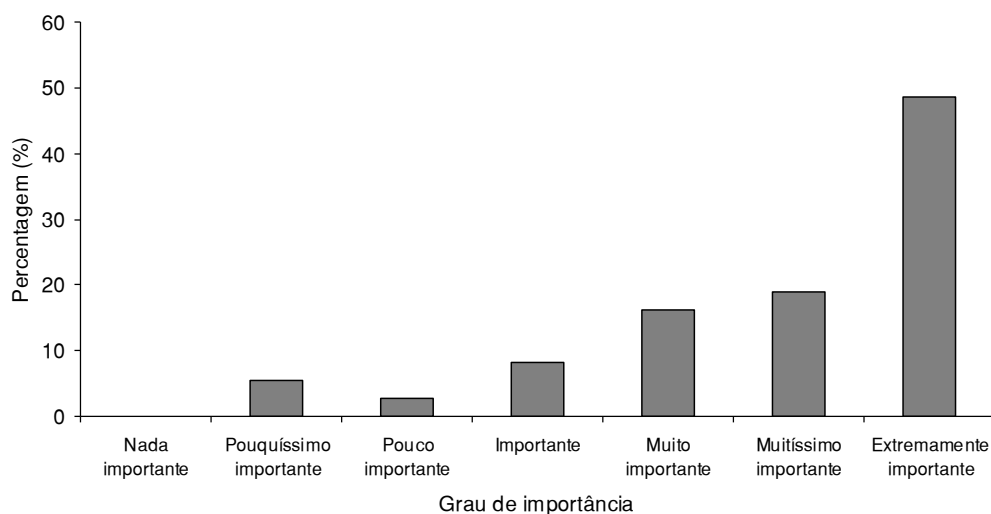


Figura 7.82 – Grau de importância da viagem medieval (Oliveira, 2009).

Um outro factor muito positivo é criar uma conjuntura na qual se consegue juntar e colocar em sintonia de objectivos um conjunto alargado de associações do concelho, com evidentes vantagens na projecção da imagem de força do concelho. Segundo o estudo do inquérito realizado por (Oliveira, 2009) a um universo de entidades envolvidas directa ou indirectamente no evento da Viagem Medieval, que abrangeu um conjunto desde as entidades organizadoras, as associações, as empresas, o comércio e outras, correspondendo 64,9% a entidades públicas, associações com 13,5% e públicas e outras com a mesma percentagem de 10,8%, a maior parte dos auscultados numa percentagem de 91,9% considerou como importante a extremamente importante a realização da viagem medieval para o desenvolvimento de Santa Maria da Feira (Figura 7.82).

Curioso é a análise das razões que levaram à atribuição do grau de importância obtido no inquérito, resultados que constam também de (Oliveira, 2009) e se reproduzem.

Razões face ao grau de importância da Viagem Medieval	%
Não apresentam razões	24,3
Desenvolvimento económico e turístico	8,1
Desenvolvimento económico e divulgação cultural	40,5
Divulgação cultural e atracção turística	16,2
Dinamização da cidade, comércio, desenvolvimento de empresas	2,7
Promove o comércio gastronómico e o turismo	2,7
Desenvolvimento cultural, turístico e social	2,7
Cansativo	2,7

Dos resultados apresentados parece concluir-se que o principal motivo apontado é o desenvolvimento económico e turístico do concelho. No entanto 24,3% dos inquiridos, não apresenta quaisquer razões entre as enumeradas e apenas 2,7% entendem que promove o comércio gastronómico e o turismo, o desenvolvimento cultural, turístico e social e dinamização da cidade, comércio, desenvolvimento de empresas, que diga-se é preocupante e pode mesmo ser contraditório com as três razões que obtiveram maior pontuação (Oliveira, 2009).

Parece assim que as baixas percentagens têm uma razão que será a natureza do carácter isolado da iniciativa, não se reflectindo esta na continuidade da vivência da cidade ao longo do ano, acontecendo que a imagem criada logo desaparece. Esta constatação é reforçada pelos 24,3% dos inquiridos que não apresenta quaisquer razões entre as enumeradas, e que não é fácil de perceber porquê esta opinião, assinalando-se estes aspecto apenas pelo simples facto de que se entende que deve ser analisado o que se pretende para o futuro do património nesta cidade.

Os factores que foram mais assinalados e que apresentam maiores impactos positivos são em primeiro lugar os relacionados com a cultura e o património, pelo envolvimento e consciencialização dos visitantes na cultura e na história, em segundo lugar os impactos relativos ao comércio e benefícios económicos, através do aumento do consumo e do volume de vendas associadas à gastronomia e artesanato, em terceiro lugar os benefícios sociais pela

educação e participação e toda a comunidade, e por último os impactos ambientais, pela utilização racional dos espaços verdes e espaços urbanos, aspectos que se entendem serem da maior importância. Outros factores positivos assinalados foram a melhoria das infra-estruturas públicas, a criação de postos de trabalho e aumento dos meios recreativos e de lazer, este último é praticamente o que fica depois do evento.

Os impactos negativos provocados pelo evento da Viagem Medieval mais apontados, segundo (Oliveira, 2009), foram o aumento da sazonalidade do turismo, o aumento do congestionamento do tráfego urbano, o aumento dos preços e o aumento da poluição ambiental. Outros factores apontados como negativos foram o aumento da tensão social, a perda de identidade e culturas locais e a destruição do património, através da *“encenação do interesse cultural visando o interesse meramente comercial”* e também o subaproveitamento do potencial da imagem da cidade.

7.8 - O futuro e o lugar do património na cidade de Santa Maria da Feira

A cidade de Santa Maria da Feira vive um momento em que a imagem do património cultural que foi criada é provavelmente mais relevante e forte do que o seu património edificado, ou que este realmente pode continuamente oferecer. O que atrai os visitantes é a imagem de um ambiente medieval associada à paisagem natural, com o ícone do castelo sempre presente e construções conventuais que se interligam.

A observação dos fenómenos urbanos como ferramenta na análise e compreensão dos objectivos propostos no início do presente trabalho de dissertação, ou seja a compreensão da relação da cidade com os seus habitantes e as relações que se estabeleceram após a reabilitação, a conjugação do papel memorial da arquitectura, os edifícios do passado e do presente no conjunto urbano analisado, permite caracterizar a actual realidade e pode possibilitar inferir possíveis caminhos futuros.

A posterior ocupação da cidade, ou seja a forma como os habitantes e visitantes se apropriaram e utilizam os novos espaços que foram criados, os efeitos de fenómenos de movimentação de multidões, associado ao culto do património e a uma indústria do turismo

cultural ainda não têm efeitos negativos na cidade para além da massificação criada pelos eventos da Viagem Medieval e do *Imagiuarius*, e da muito antiga festa das Fogaceiras.

Santa Maria da Feira corre o risco de se transformar no que diz Françoise Choay (Choay, 2008) sobre os risco da reabilitação, pois ocorre um fenómeno cíclico de recordação do património curto e intenso, por um período de esquecimento e longo. Verifica-se também em diversos locais da cidade reabilitada uma tendência lenta, mas gradual, de nova invasão do centro histórico por viaturas automóvel, com consequências visíveis na deterioração dos pavimentos, efeitos de poluição e deterioração da imagem da cidade, que deverá ser evitada e dificultada, sob o risco do aumento da rápida degradação da imagem da cidade.

Como outro aspecto negativo para a cidade refere-se a localização do estádio de futebol, que se encontra no centro da cidade e sem quaisquer condições de funcionamento adequado dentro do centro histórico, sendo a localização desta infra-estrutura um pólo de perturbação da cidade pelo congestionamento e invasão de tráfego que origina e pela cultura grosseira que traz associada. Este aspecto, que requer medidas a médio prazo, e que se entende como fundamental, seria resolvido através de pura e simplesmente relocalizar a actual infra-estrutura e dotar o local de novas funções mais urbanas e enquadradas com a história da cidade.

Como exposto no ponto 5.4 - o que fazer com o património é um assunto que continua em aberto. Segundo Ruskin “*restauo significa “a destruição mais total que uma construção pode sofrer”*”, “*a coisa é uma mentira absoluta. O projecto restaurador é absurdo. Restaurar é impossível.*”, enquanto que a visão de Viollet-le-Duc assume que “*restaurar um edifício é restabelecê-lo num estado completo que pode nunca ter existido num dado momento*”. No entanto as cidades históricas contêm em si uma força expressiva singular que testemunha as etapas anteriores da sua evolução e muitas das vezes da própria evolução da cultura humana.

É importante destacar estas duas anteriores perspectivas de análise pois estas enquadram os limites do que será possível estabelecer para o projecto de reabilitação e requalificação urbana e arquitectónica. Ambos implicam riscos de diferentes naturezas que são mais ou menos conhecidos. Mas, como foi referido estas perspectivas são muito redutoras, tendo o pensamento evoluído bastante até à actualidade. No âmbito da reflexão sobre alguns dos

mecanismos de transformação, reabilitação e crescimento ocorridos em Santa Maria da Feira julga-se que é possível começar a observar alguns aspectos que deverão merecer alguma reflexão.

Observa-se que depois da reabilitação se deverá procurar seguir o recomendado nas cartas já citadas no Cap. 4 -, nomeadamente sobre a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural (UNESCO), Recomendação de Nairobi sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua Função na Vida Contemporânea (Nairobi) e a Carta de Toledo. A não acontecer assim, e como refere (Aguiar, 2000) “*A arquitectura da fachada ao romper as por vezes frágeis ligações entre tipologia e morfologia urbana na cidade histórica, converte-se na manifestação mais manifesta de uma cultura da sociedade de consumo cultural que malbarata toda a acumulação da arquitectura e dos seus espaços produzidos ao longo da histórica.*”

A realidade em Santa Maria da Feira que actualmente se vive pode ser ameaçada se os eventos e espectáculos se vierem a vulgarizar, podendo encerrar na sua concepção o espectro do seu declínio. A cidade tem mantido a sua imagem principalmente à custa de um evento que ocorre apenas durante 10 dias do ano, observando-se que todo o período intermédio poderia ser superiormente aproveitado. Uma possibilidade, oportunidade, poderá passar pela criação desta imagem de “*cidade medieval*” ao longo de todo o intervalo de tempo entre os eventos que ocorrem na cidade, ou seja durante todas as épocas do ano.

Todas estas iniciativas, apoiadas por um roteiro bem idealizado e adequado a diversos públicos, destinar-se-iam a atrair visitantes numa continuidade ao longo do ano. O projecto podia ser desenvolvido em conjunto com cada actividade ligada ao comércio, à restauração, os espaços públicos de cada local, cada edifício histórico poderia dar o seu contributo singular, que, no seu conjunto, poderiam oferecer possibilidades extraordinárias, já que a existência do património como actividade cultural e turística estaria sempre melhor associada aos serviços locais, a ideia da constituição de um museu real, aberto em toda a zona histórica, sem multidões, mas com visitantes regulares e contínuos “*Criar rotas turísticas na cidade a partir do património*”, potenciadas pela preparação prévia ambiental e do nível cultural dos visitantes.



Figura 7.83 – Vista actual do centro histórico a partir da igreja da Misericórdia.

Na cidade poderiam existir pequenos estabelecimentos espalhados pelos pontos mais característicos, que fariam a promoção permanente de produtos locais e associados a um tempo medieval, apoiado pela gastronomia que poderia ser reformulada e implementada nos restaurantes da cidade, que assim não se limitariam aos dias da feira da viagem medieval, para o que as possibilidades de alojamento locais teriam de ser dinamizadas como apoio fundamental para a permanência de visitantes provindos de maiores distâncias do que os das zonas metropolitanas mais próximas.

Encontram-se por dinamizar de forma de circuito integrado todos os edifícios históricos como o Convento dos Lóios, Igreja Matriz e Igreja de São Francisco, e o castelo, onde apenas realizam visitas, e a biblioteca que poderia centralizar todo o planeamento. Também todo o comércio poderia retirar enormes vantagens da imagem da cidade medieval.

Um outro aspecto que se entende como interessante passaria pelo alargamento da área do centro histórico para além do perímetro actual, como forma de distribuir os eventos por uma maior área da cidade e permitir criar um perímetro mais consolidado para o centro histórico. Esta iniciativa passaria por criar ligações pedonais pelos arruamentos, alguns ainda muito congestionados pelo tráfego rodoviário, para além da área já intervencionada principal, actualmente compreendida entre a Praça do Rossio, ou Praça de Luís de Camões localizada a sul, a igreja da Misericórdia situada a Norte da cidade, a extensa Rua Direita com início a nascente e

as ruas que fazem o enquadramento do Jornal Correio da Feira e a rua dos Descobrimentos situadas a poente.

O alargamento do centro histórico para limites mais abrangentes permitiria que a cidade expandisse a sua imagem e permitiria que os eventos se distribuíssem de forma mais abrangente pela cidade. Uma possibilidade seria incluir a zona do tribunal e a área de jardim e parque envolvente, mas também outras zonas da cidade como toda a área envolvente da biblioteca e, porque não, uma área mais alargada até à antiga estação de comboio. Todos estes espaços ficariam ligados por percursos pedonais de cultura e de lazer, que os seriam as zonas de parques e jardins e principais edifícios da história da cidade (Figura 7.84).

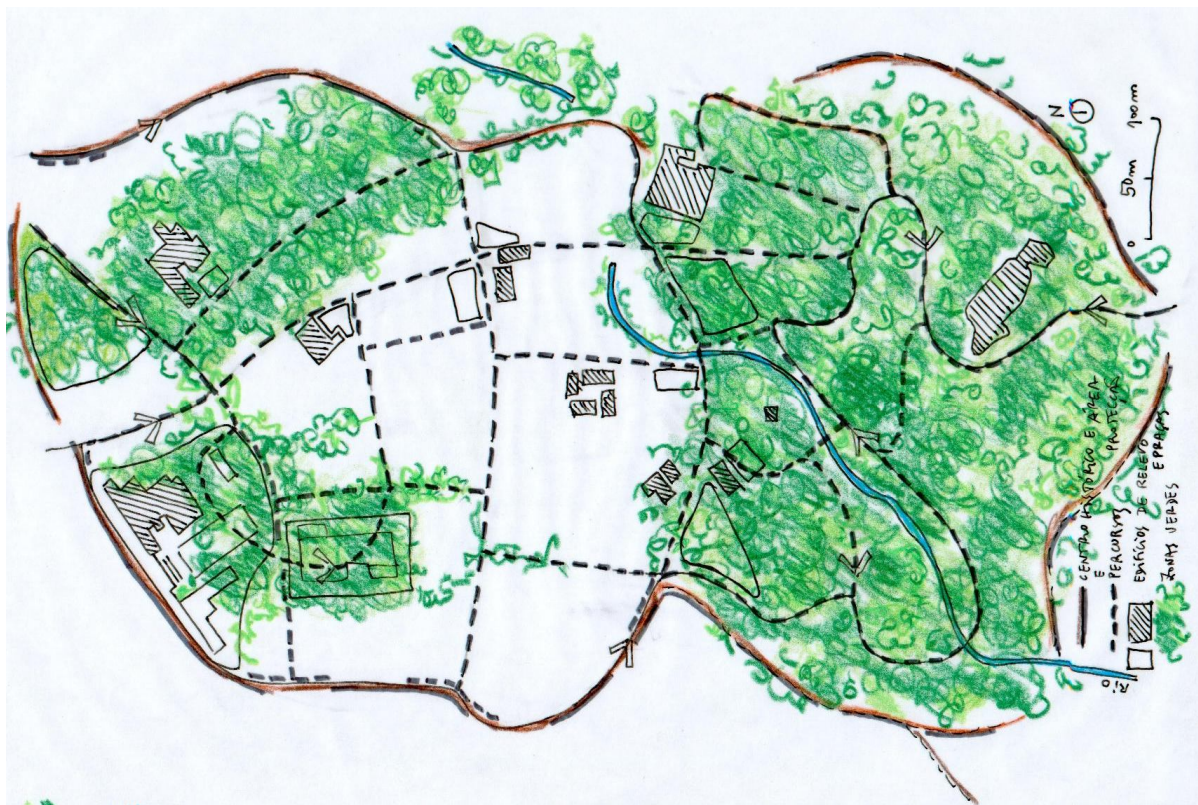


Figura 7.84 – Proposta de zona histórica alargada e trajectos pedonais de interligação entre edifícios históricos, espaços públicos e paisagem natural.

Poderá ser possível criar uma cidade-natureza, com uma exemplar integração dos espaços públicos com a paisagem, o urbanismo, a arquitectura e a arte. A cidade passaria a divulgar a sua história, o seu passado mais interessante, aquele que a paisagem natural e o património construído não revela, mas que existe e é deveras interessante. Deixava-se então de vender um

conjunto de imagens momentâneas e de diversão e passaria a oferecer-se o saber e o valor histórico e o conhecimento e o valor da arte existente na região, valores mais duradouros e que nunca iludem nem mascaram a realidade nem o futuro.

O património passaria a estar associado a um discurso contínuo e real e existente ao longo de todo o ano. Então toda a paisagem não seria apenas um cenário para o divertimento mas um suporte, um quadro de referência que contém um significado histórico a um monumento e ao conjunto urbano e a todo o centro histórico da cidade. Ter-se-ia a criação de um percurso histórico baseado numa experiência estética que iria proporcionar manter um fluxo de visitantes através da cidade como os camponeses que depois da feira encontram o seu par, porque sabemos que “...nem todos os dias são dias de feira” (Duarte, 2007).



Figura 7.85 – Dança de camponeses na idade média após uma ida à feira
(Duarte, 2007).

Seria este o verdadeiro sentido para a utilização da arquitectura como a arte que, para a sua apreensão, impõe ser percorrida e vista no seu percurso e a diferentes instantes no tempo (Figura 7.85).

8 - CONCLUSÕES, PERSPECTIVAS FUTURAS E PONTOS DE REFLEXÃO

“O homem propõe-se desenhar o mundo. Ao longo dos anos, vai povoando o espaço com imagens, províncias, reinos, montanhas, baías, barcos, ilhas, peixes, casas, instrumentos, astros, cavalos e pessoas. Pouco antes da sua morte, descobre que este paciente labirinto de linhas traça a imagem do seu próprio rosto.”

(Jorge Luís Borges, in “*O Criador*”)

8.1 - Conclusões dos estudos

O trabalho apresentado determinou uma investigação e aprendizagem muito vasta sobre as questões do património e formas de intervenção, desde os primeiros conceitos até aos princípios e metodologias dos pensamentos mais recentes. Foi também definido como objectivo realizar-se uma investigação abrangente tomando o caso da cidade de Santa Maria da Feira, e determinar como foram aplicados os diversos princípios de actuação na reabilitação e requalificação dos espaços urbanos e arquitectónicos do seu núcleo histórico.

Foi um caminho longo e com temas muito amplos, resultando num texto longo, mas que foi necessário percorrer, precisamente para se tentar conseguir um espaço de análise abrangente, em que cada peça depois de analisada poderá completar o conjunto, porque foi sobre um conjunto amplo e com história que se pretendeu realizar a análise, e esta foi uma dificuldade acrescida. Por isto este estudo não seria pleno se apenas fosse considerada uma parte dos elementos analisados. Com este estudo de investigação deseja-se também realizar uma função unificadora de registo e de análise da actual realidade da cidade, numa memória para o futuro da paisagem natural e construída pelo homem.

As análises apresentadas nos capítulos anteriores têm por base os dados recolhidos através das pesquisas efectuadas e o tratamento e análise desses elementos, tendo-se como base de trabalho as metodologias adoptadas e que foram indicadas, assim como a diversa documentação bibliográfica de apoio, principalmente os seguintes livros de referência (Lynch, 1960), (Cullen, 2004), (Lamas, 2007) e (Choay, 2008), assim como os princípios das cartas e

recomendações sobre o património e com relevância para o objecto de estudo nos diversos projectos consultados.

A partir da base teórica referida foram analisadas as principais obras de reabilitação e requalificação e os objectivos associados às novas estruturas culturais que passaram a existir no centro histórico de Santa Maria da Feira e que permitiram proporcionar actividades culturais e de lazer nos diferentes espaços e núcleos habitacionais do centro histórico.

Um dos objectivos do trabalho é também procurar a relação entre a cidade e os seus moradores, na perspectiva do antes e do após a realização dos projectos de reabilitação e requalificação, pois uma cidade não se constituiu apenas pela sua parte material, edificada ou natural, ruas, edifícios, praças, mas também pelos indivíduos que a povoam e frequentam. As cidades são diferentes e possuem características que as identificam, suas formas de evolução e como podem ser caracterizadas ao longo do tempo, sendo por esta via possível determinar que as cidades possuem centros históricos e apresentam imagens e funções diferentes e que as caracterizam.

Foi realizado um estudo que permitiu compreender o desenvolvimento urbano operado na cidade de Santa Maria da Feira, tendo-se concluído que as evoluções ocorridas na área do centro histórico da cidade permitiram estabelecer uma ligação entre o património histórico urbano e arquitectónico da cidade e o reforço da imagem deste burgo na monumentalidade da paisagem natural e a cultura urbana de costumes e tradições.

A reabilitação e requalificação urbana e arquitectónica realizada no centro histórico de Santa Maria da Feira, assim como o restauro e a conservação do património em geral, permitiram a criação de valências muito positivas para a cidade, como por exemplo a reanimação do centro histórico com actividades terciárias e de habitação, num movimento de regeneração das zonas do exterior para o interior do centro histórico, invertendo o sentido que muitas vezes se verifica, de migração do centro que fica abandonado para as zonas da periferia. Na origem destes movimentos constatou-se também como essenciais as direcções tomadas pelas iniciativas culturais que envolveram uma vasta parte da sociedade.

8.2 - Perspectivas futuras e pontos de reflexão

A reabilitação de um centro histórico é um processo cujo desenvolvimento deve ser permanente. Na abordagem deste tema não há lugar assim a qualquer posição de partida pré-definida ou término que possa ser estabelecido. A cidade não é uma realidade estática e, por isso, após todos os projectos que foram realizados, importa a análise sobre o futuro da cidade, tendo como aspecto fulcral o que se observa actualmente no centro histórico.

A história dos centros históricos, sobretudo daqueles que melhor resistem ao tempo e ao seu uso, é feita de muitas transformações e mudanças. Por vezes muda a função mas mantém-se a forma, outras vezes muda apenas a forma e mantém-se a função, mas ainda noutras situações muda tudo. As generalidades das orientações urbanísticas que foram realizadas na cidade de Santa Maria da Feira foram baseadas em princípios de sustentabilidade e durabilidade e que assentam nos princípios de requalificação de espaços valorizados pela sua história.

A área urbana em estudo apresenta uma relação entre urbanidade e território muito marcada morfológicamente pela extensão e carácter de núcleo do centro histórico. Verifica-se que neste território urbano, o campo e a cidade ainda se confundem e se sobrepõem com uma força muito significativa.

No ponto 7.8 - foi realizada uma breve análise, que se entendeu pertinente apresentar, sobre o impacto da realização de actividades culturais de grande abrangência no centro histórico da cidade, como a *Viagem Medieval* e o *Imaginarius*, os quais se configuram como um eventos de forte identidade, uma espécie de imagem de marca conseguida através da qualidade da recriação histórica de espaços e episódios medievais, e que ao longo dos últimos anos adquiriram uma dimensão extraordinária.

Contudo os eventos turísticos como fenómeno de massas podem apresentar inconvenientes que devem ser evitados na cidade, principalmente no que se refere aos de maior dimensão, como são os casos do *Imaginarius* e mais nitidamente no caso da *Viagem Medieval*. Os eventos turísticos de grande dimensão vivem de meios de produção artísticos e de consumo massificados que, apesar de possibilitarem o crescimento económico imediato e muito localizado no tempo, podem acarretar inconvenientes em termos de vivência urbana, social e de sustentabilidade económica.

Como via mais desejável deverá procurar reter-se os visitantes no território, muito mais do que ter mais turistas.

Estes eventos garantem apenas uma parte do que se poderá conseguir. A questão que se coloca, e constatando que estes eventos ocorrerem durante cerca de 3 e 10 dias em cada ano respectivamente, são eventos que apesar da sua dimensão são de curta duração. Face ao potencial da cidade deveria procurar-se que estes se prolongassem durante todo o ano. Depois do evento principal da viagem medieval a cidade perde a imagem que criou durante esses 10 dias. É certo que existem outros eventos como a Festa das Fogaceira, em Janeiro, a Semana Santa na Páscoa, o Imaginarius em Maio e a Terra dos Sonhos em Dezembro.

Mas prolongar a imagem histórica para o restante período do ano seria um objectivo ambicioso e que se vê como muito interessante, uma imagem ligada às características medievais da cidade, como por exemplo promover a imagem do comércio local, na venda de produtos especializados, em ateliers de artesãos, no posto de turismo, em fins de semana medievais, na rua e nos restaurantes, em publicações sobre o assunto, no teatro e música, festivais criando a ideia de continuidade e integração efectiva, associada ao turismo local e contínuo, e que julga-se ainda não ter sido conseguida.

Como impactos culturais mais positivos refere-se a valorização do artesanato, a valorização da herança cultural, valorização e preservação do património, incremento do interesse pela cultura e envolvimento da comunidade, todos factores que poderão ser impulsionados durante todo o ano. Anota-se que como impacto económico mais negativo foi referido o aumento da sazonalidade turística e uma dependência excessiva do evento, apesar do evento ser entendido como muito importante para a cidade.

A manutenção das grandes áreas verdes, para além dos aspectos da imagem da cidade, revelou-se fundamental para o alargamento das áreas adequadas para a realização de eventos, com a integração desses eventos num ambiente quase no espírito primitivo da origem do povoamento. A reabilitação e requalificação das margens do rio Cáster, através da criação de espaços verdes amplos e percursos para peões, acompanhados pela colocação de obras de arte, promoveu o espírito lúdico nos utentes através de actividades recreativas e culturais diversas em zonas muito próximas do conjunto do centro histórico classificado. A requalificação do

espaço da antiga feira dos 20, actual praça do Rossio, apesar de continuar a servir como local de estacionamento automóvel, permitiu criar espaços amplos que viabiliza a realização de numerosos eventos, sendo para o efeito completamente vedadas a veículos essas áreas nos períodos de tempo em que decorrem esses eventos.

A supressão do trânsito ou transformação em sentido único das ruas do centro histórico permitiu uma melhoria nítida das condições de vivência na cidade. A criação de parques para estacionamento nas áreas da periferia do centro histórico, ainda que demasiado próximas do centro histórico, permitiu descentralizar os fluxos rodoviários da zona histórica, mas deverá procurar que esses espaços sejam progressivamente destinados à cidade. Com a realização destes eventos observa-se o aumento enorme e o congestionamento do tráfego urbano nos acessos à cidade

As manifestações culturais com fins turísticos podem provocar uma tendência para a banalização das tradições e culturas locais, fenómeno que foi já observado em grande número de casos de cidades que foram reabilitadas. Importa pois acautelar que os eventos culturais na cidade de Santa Maria da Feira não poderão levar à ocorrência destes fenómenos em detrimento das tradições genuínas do concelho, como é o caso da festa das fogaceiras.

No planeamento das actividades de turismo cultural em centros históricos, a criatividade é o factor distintivo que poderá valorizar o património em cada local, nos projectos que venham a ser desenvolvidos, produtos culturais oferecidos, a criação de uma imagem consistente, as manifestações culturais e a capacidade em atrair segmentos de mercado específicos. Assim a diminuição da sazonalidade das actividades turísticas deverá ser um objectivo primordial assim como a atracção de fluxos de visitantes a locais e pontos de interesse menos frequentados mas de análogo valor.

Entende-se que deve ser limitada a realização da dimensão dos eventos de produção e de consumo massificado como os que ultimamente têm ocorrido porque estes padrões não permitem garantir a qualidade exigida para estes eventos. As actividades devem ser orientadas para mercados específicos, acalmando significativamente as afluências que têm vindo a ser realizadas e diluindo-as por períodos mais alargados.

O que começou por ser uma iniciativa lançada numa perspectiva puramente cultural e de incentivo ao desenvolvimento local representa hoje uma parte importante da projecção da imagem da cidade e da região e também da sua fonte de receitas. A realização destes eventos culturais implicou a realização de investimentos culturais e a reabilitação e requalificação urbana e imagem da cidade. A permanência e persistência dos resultados positivos desta fase do desenvolvimento da cidade depende muito da interligação, iniciativas e coincidência de objectivos entre os agentes económicos, agentes sociais e culturais intervenientes, que para o efeito deverão ser criadas parcerias entre essas entidades com objectivos comuns.

Após as obras que foram realizadas devem obrigatoriamente ser realizadas acções de manutenção e de reposição de elementos que o tempo, ou acção humana, vão deteriorando, que começam a ser visíveis. Deverá ter-se em conta que a valorização do património e dos aspectos culturais pode ser um factor de desenvolvimento mas também pode-se transformar num meio para a banalização dos aspectos que poderiam e deveriam manter-se únicos e identificadores de uma região. A ideia de conservação contínua da qualidade urbana e arquitectónica, e seu aperfeiçoamento, da cidade, promover a cidade com a imagem de paisagem cultural. Esta política evitará que se banalize os eventos, não ocorram danos na cidade e que os eventos sejam mais e melhor apreciados pelos visitantes.

Permitirá também aos serviço otimizar a realização dos eventos e focar a sua atenção na cidade, na sua vivência como comunidade que pretende desenvolver actividades consistentes e com futuro contínuo e não acontecimentos massificados e logo a seguir nada existe. Mantendo sempre presente o espírito do lugar que caracteriza a cidade de Santa Maria da Feira.

9 - BIBLIOGRAFIA

Aalborg, (1994). *Carta de Aalborg. Carta da Sustentabilidade das Cidades Europeias*. Dinamarca. Comissão Europeia. Internacional Council for Local Environmental Initiatives (ICLEI).

Aguiar, J. (2000). *A experiência de reabilitação urbana do GTL de Guimarães: estratégia, método e algumas questões disciplinares*. Guimarães, Processo de Candidatura de Guimarães à Inscrição na Lista do Património Mundial da UNESCO.

Araújo, P. (2001). *Museu Convento dos Lóios. Projecto de Execução de Arquitectura. Memória Descritiva*. Porto, Gabinete de Arquitecto Pedro Borges de Araújo.

Atenas, (1931). *Carta de Atenas. Conclusões da Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos*. Atenas, Serviço Internacional de Museus.

Atenas, (1933). *Carta de Atenas. IV Congresso Internacional de Arquitectura Moderna*. Atenas, Assembleia do CIAM.

Atlas, (2009). *Atlas. Santa Maria da Feira. 35 Anos de Caminho, da Democracia à União Europeia*. Santa Maria da Feira, Câmara Municipal de Santa Maria da Feira.

Barros, R. (2006). *Reabilitação Urbana. Do Conceito à Intervenção. Estratégia para a Salvaguarda do Núcleo Antigo de Matosinhos*. Porto, FAUP, Prova Final para Licenciatura em Arquitectura.

Benevolo, L. (2006). *A Cidade e o Arquitecto*. Lisboa, Edições 70. Colecção Arte e Comunicação.

BMSMF, (2011). *Arquivos da Biblioteca Municipal de Santa Maria da Feira*. Santa Maria da Feira.

Botta, M. (2004). *Mario Botta*. Barcelona, Edição Portuguesa Dinalivro.

Brooker, G. e Stoen, S. (2008). *Context+Environment*. Lausanne, AVA Publishing SA.

Bruno, Z. (2004). *A Linguagem Moderna da Arquitectura*. Lisboa, Publicações Dom Quixote.

Candeira, J. (1999). *Diseño Urbano. Teoria Y Práctica*. Madrid, Editorial Munilla-Lería.

- Carvalho, B. (2006). *A Matéria como Instrumento da Concepção Arquitectónica*. Porto, FEUP, Tese de Dissertação.
- Choay, F. (2008). *Alegoria do Património*. Lisboa, Edições 70, 2ª Edição.
- Choay, F. (2011). *As Questões do Património. Antologia para um Combate*. Lisboa, Edições 70.
- CM Guimarães, (2012). *Projecto CampUrbis. Campus Universitário na Malha Urbana Histórica*. Câmara Municipal de Guimarães. Universidade do Minho. Escola de Engenharia.
- CMSMF, (1999). *Requalificação do Centro Histórico de Santa Maria da Feira. PROCOM*. Câmara Municipal de Santa Maria da Feira. Divisão de Estudos e Projectos.
- CMSMF, (2005). *Feira 2020. Um Olhar para o Futuro. Ciclo de Conferências*. Santa Maria da Feira, Câmara Municipal de Santa Maria da Feira.
- CMSMF, (2011). *Departamento de Urbanismo*. Santa Maria da Feira, Câmara Municipal de Santa Maria da Feira.
- CMSMF, (2011). *Departamento de Projectos e Obras*. Divisão de Estudos e Projectos. Santa Maria da Feira, Câmara Municipal de Santa Maria da Feira.
- Corbusier, Le (1911). *A Viagem do Oriente*. São Paulo, Coasac Naify, Edição 2007.
- Costa, A. (2002). *A Arte de Construir a Transformação*. Revista Estudos nº 3, IPPAR, pp. 124.
- Costa, A. (2003). *O Património. Entre a Aposta Arriscada e a Confidência Nascida da Intimidade*. Jornal dos Arquitectos. A La Recherche du Temps Perdu, 213 (11/12), pp. 7-13.
- Costa, A. (2009). *Identidade Nacional e património construído – Arquitectura, Cidade e Território*. Comunicação efectuada no Auditório da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra no Dia Internacional dos Monumentos.
- CPD, (2005). *Do Projecto ao Objecto. Manual de Boas Práticas de Mobiliário Urbano em Centros Históricos*. Centro Português de Design. Gráfica Maia Douro, CTP Produção, S.A., 2ª Edição.
- Cracóvia (2000). *Carta de Cracóvia*. Princípios para a Conservação e Restauro de Património Construído. Cracóvia, Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS).

- Cullen, G. (2004). *Paisagem Urbana*. Lisboa, Edições 70.
- DRCN, (2010). *Intervenções no Património Classificado do Norte de Portugal, 2005-2010*. Vila Real, Direcção Regional de Cultura do Norte.
- ELDARQ, (2009). *Ressureição. Santa Clara-a-Velha*. Coimbra, Editorial do Departamento de Arquitectura Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.
- ESCOTA, M. (2006). *La Urbanización de Grandes Ejes Metropolitanos. Um Proyecto de ordenación para la ciudad de baja densidad, Guadalajara, México*. Barcelona, Tesis Doctoral. Universitat Politècnica de Catalunya.
- Feira, C. (2008). *Requalificação do Centro Histórico, uma obra que dignifica a cidade e o concelho*. Santa Maria da Feira, Câmara Municipal. Revista Municipal nº 1.
- Fernandes, J. (2007). *Urbanismo sustentável: redução, reciclagem e reutilização da cidade*. Revista da Faculdade de Letras. Universidade do Porto, II Série, Volume I, pp. 163-178.
- Ferreira, S. (1984). *Projecto de Classificação. Centro Histórico da Vila da Feira*. Escola Superior de Belas Artes do Porto. Curso de Arquitectura. Relatório de Estágio.
- Ferreira, T. (2011). *Manutenção e património Corrente. Conceitos e Perspectivas*. Porto, Seminário “Cuidar das casas. A manutenção do Património Corrente”.
- Foster, N. (2011). *El Futuro de la Arquitectura. Reportage*. London, Arquitectura y Urbanismo.
- (Geocaching, 2011). [Em linha]. Disponível em http://www.geocaching.com/seek/cache_details.aspx?wp=GC1ZE2H [consultado em 08/12/2011]
- Giovannoni, G. (1931). *Vecchie Città ed Edilizia Nuova*. Turim, Unione Tipografico Editrice.
- Google, (2011). [Em linha]. Disponível em <http://www.Google.com/images/> [consultado em 14/12/2011]
- GoogleEarth, (2011). [Em linha]. Disponível em <http://www.GoogleEarth.com/> [Consultado em 13/09/2011]
- Gonçalves, A. (1978). *Vila da Feira. Castelo, Convento, Misericórdia*. Edição da Câmara Municipal de Vila da Feira. EPATUR Edições Portuguesas de Arte e Turismo, Lda.

- Heidegger, M. (1994). *Construir, Habitar, Pensar*. Barcelona, Conferências y Artículos, Serbal.
- Higino, N. (2010). *Álvaro Siza. Desenhar a Hospitalidade*. Matosinhos, Casa da Arquitectura.
- Hildebrand, G. (1999). *Origins of Architectural Pleasure*. Berkeley, University of California Press.
- ICOMOS, (2011). [Em linha]. Disponível em http://www.international.icomos.org/centre_documentation/pdf.htm#Other [Consultado em 23.04.2011]
- IGESPAR, (2011). [Em linha]. Disponível em <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/6325648/> [consultado em 14/09/2011]
- IPPAA, (1994). *Património. Informar para Proteger*. Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura. Printer Portuguesa.
- JFSMF, (1992). *Património. Identificar para preservar*. Junta de Freguesia de Santa Maria da Feira.
- Jorge, V. (2000). *Património e Identidade Nacional*. Universidade do Minho. Revista Engenharia Civil, Número 9.
- Lacaze, J. (1995). *A Cidade e o Urbanismo*. Biblioteca Básica de Ciência e Cultura. Lisboa, Flammarion. Instituto Piaget.
- LAF, (2006). *Castelo da Santa Maria da Feira. Comissão de Vigilância. Súmula Histórica*. Liga dos Amigos da Feira. Santa Maria da Feira, Empresa Gráfica da Feira.
- Lamas, R. (2007). *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Fundação Calouste Gulbenkian. Fundação para a Ciência e Tecnologia. Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 4ª Edição.
- Lopes, J. e Aibéo, B., (2004). *Os Públicos da Cultura em Santa Maria da Feira*. Edições Afrontamento.
- Lopes, F. e Correia, M. (2004). *Património Arqueológico e Arquitectónico*. Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais. Lisboa, Livros Horizonte Lda.

- Lopes, N. (2004). *Arquitecturas*. Porto, Edições Transnética.
- Lynch, K. (1960). *A Imagem da Cidade*. Lisboa, Edições 70, Edição de 2008.
- Magalhães, M. (2001). *A Arquitectura Paisagista. Morfologia e Complexidade*. Lisboa, Editorial Estampa.
- Malafaya, F. (2004). *Qualificação ambiental e Conservação do Património: Discussão dos Conceitos Envolvidos*. A Obra Nasce. Porto, Revista de Arquitectura da Universidade Fernando Pessoa. 01, pp. 60-76.
- Mattoso, J. (1993). *A Terra de Santa Maria na Idade Média. Limites Geográficos e Identidade Peculiar*. Edição da Comissão de Vigilância do Castelo de Santa Maria da Feira.
- Melo, S. (2004). *Santa Maria da Feira. A Função das artes de rua para a definição e projecção de uma política cultural local*. Actas dos Ateliers do V Congresso Português de Sociologia. Sociedades Contemporâneas. Reflexividades e Acção. Atelier Artes e Cultura.
- Mendes, J. (2011). *Cidades do Futuro. Mega-Tendências Globais*. Revista Informativa da Ordem dos Engenheiros. Info 23. Região Norte, pp. 29-35.
- Moreira, D. (1968). *Santa Maria de Pigeiros da Terra da Feira*. Santa Maria da Feira.
- Murphy, P. (1985). *Tourism. A Community Approach*. London, Edições Routledge.
- Nairobi, (1976). *Carta de Nairobi. Recomendação sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua Função na Vida Contemporânea*. Nairobi, Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).
- Nieto, G. (1992). *Dimensões da Arquitectura*. Coleção Mundo e Saberes. Porto, Edições Porto Editora.
- Lopes, C. (2010). *Rumo à Profissão*. Lello Editores Lda.
- NTHP, (1993) National Trust for Historic Preservation. [Em linha]. Disponível em <http://www.preservationnation.org/>, em 23 Março 2012 [Consultado em 04.05.2012]
- Oliveira, R. (1968). *Quatro Séculos de História. A Praça Velha*. Publicações Aveiro e o seu Distrito – n° 3-1967, n° 5-1968 e n° 6-1968.
- OMT, (2001). *Introdução ao turismo*. Tradução Córner. São Paulo, Roca.

- Paris, (1972). *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*. Paris, Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).
- Paris, (1999). *Carta Internacional sobre Turismo Cultural*. Paris, Conselho Internacional de Monumentos e Sítios ICOMOS.
- Pelletier, J. ; Delfante, C. (1997). *Cidades e Urbanismo no Mundo*. Colecção a Cidade e o Homem. Lisboa, Instituto Piaget, 3ª Edição.
- Pereira, P. (2003). *Intervenções Arquitectónicas Recentes no Património Edificado*. *Jornal dos Arquitectos*. A La Recherche du Temps Perdu, 213(11/12), pp. 14-21.
- Pinho, A. (2006). *O Papel da Reabilitação no Planeamento e nas Políticas Urbanas. A Visão do Concelho da Europa*. Lisboa, Ordem dos Arquitectos.
- Pires, E. (2004). *As Inter-relações Turismo, Meio Ambiente e Cultura*. Bragança, Edição do Instituto Politécnico de Bragança.
- Pizzi, E. (1998). *Mario Botta*. Zellstoff, Birkhäuser.
- Portas, N. (1984). *Notas sobre a intervenção na cidade existente*. In *Sociedade e Território nº 2*. Lisboa, Edições Afrontamento.
- Queiroz, F. e Portela, A. (2009). *Conservação Urbana e Territorial Integrada. Reflexões sobre a salvaguarda, reabilitação e gestão de centros históricos em Portugal*. Lisboa, Livros Horizonte.
- Raposo, I. (2007). *Guia da Reabilitação e Construção. Cidade de Loulé*. Lisboa, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (FAUTL).
- Rodrigues, J. (2006). *Sociedade e Território. Desenvolvimento Ecologicamente Sustentado*. Porto, Edição Profedições L.da.
- Rodrigues, J. (2007). *Pedagogia para uma Sustentabilidade*. Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes (ISMT. Colecção Cadernos de Arquitectura.
- Rogers, R. e Gumuchdjiam, P. (2001). *“Cidades Para Um Pequeno Planeta”*. Barcelona.
- Rossi, A. (2001). *A Arquitectura da Cidade*. Lisboa, Edições Cosmos.
- Ruschmann, D. (1997). *Turismo no Brasil. Análises e tendências*. São Paulo, Manole.

- Santos, M. (1997). *A Indústria do Papel em Paços de Brandão e Terras de Santa Maria (Séculos XVIII-XIX)*. Santa Maria da Feira, Câmara Municipal de Santa Maria da Feira.
- Schulz, C. (2007). *Arquitectura Occidental*. Arquitectura Contextos. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, S.A.
- SocioMuseologia. Publicações (2012). [Em linha]. Disponível em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/archive?issuesPage=2#issues> [Consultado em 14.01.2012]
- Sousa, A. (1987). *Estudos da Língua Portuguesa. As Designações “Santa Maria”, “Civitas”, “Terra de Santa Maria” e “Feira”*. Santa Maria da Feira.
- Távora, F. (2008). *Da Organização do Espaço*. Porto, FAUP Publicações.
- Teles, G. (1998). *Boletim Lisboa Urbanismo - Ano 1998*. Lisboa.
- Toledo, (1987). *Carta de Toledo. Carta Internacional para a Conservação das Cidades Históricas*. Toledo, Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS).
- Tostões, A. (2001). *Exposição Arquitectura Moderna Portuguesa*. IPPAR.
- Unwin, S. (2010). *Twenty Buildings Every Architect Should Understand*. New York, Routledge.
- Veneza, (1964). *Carta de Veneza. Carta Internacional Sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e dos Sítios*. IIº Congresso Internacional dos Arquitectos e dos Técnicos de Monumentos Históricos, (ICOMOS).
- Viegas, L. (1998). *Projecto Urbano Entre a Estratégia e a Construção da Cidade*. Universidade do Porto, FAUP/FEUP.
- Zevi, B. (2004). *A Linguagem Moderna da Arquitectura*. Colecção Arte e Sociedade, Publicações Dom Quixote. 3ª Edição.